



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO

ESSE PARANÁ, PARA ONDE NOS LEVARÁ? A HISTÓRIA E O *CONATUS* EM DOIS  
ESTALEIROS DE MANAUS.

MARCELO DE SOUZA RAMOS

BELO HORIZONTE

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO

ESSE PARANÁ, PARA ONDE NOS LEVARÁ? A HISTÓRIA E O *CONATUS* EM DOIS  
ESTALEIROS DE MANAUS.

MARCELO DE SOUZA RAMOS

Tese apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Administração.

Orientador - Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri

BELO HORIZONTE

2019

Ficha catalográfica

R175e Ramos, Marcelo de Souza.  
2019 Esse paraná, para onde nos levará? [manuscrito] : a história e o *conatus* em dois estaleiros de Manaus / Marcelo de Souza Ramos. – 2019.  
233 f.: il. e tabs.

Orientador: Alexandre de Pádua Carrieri.  
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais,  
Centro de Pós-Graduao e Pesquisas em Administrao.  
Inclui bibliografia (f. 219-233).

1. Empresas familiares – Sucessão – Teses. 2. Estaleiros – Teses. I. Carrieri, Alexandre de Pádua. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduao e Pesquisas em Administrao. III. Título.

CDD: 658.041



**Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Ciências Econômicas  
Departamento de Ciências Administrativas  
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração**

ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO do Senhor **MARCELO DE SOUZA RAMOS**, REGISTRO Nº 234/2019. No dia 29 de novembro de 2019, às 14:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 30 de outubro de 2019, para julgar o trabalho final intitulado "**Esse paraná, por onde nos levará? A trajetória e o conatus em dois estaleiros de Manaus**", requisito para a obtenção do **Grau de Doutor em Administração**, linha de pesquisa: **Estudos Organizacionais e Sociedade**. Abrindo a sessão, o Senhor Presidente da Comissão, Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

APROVAÇÃO;

( ) APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA (NÃO SUPERIOR A 90 NOVENTA DIAS);

( ) REPROVAÇÃO.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Senhor Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 29 de novembro de 2019.

NOMES

ASSINATURAS

Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri .....  
ORIENTADOR (CEPEAD/UFMG)

Profª. Drª. Elisângela Domingues Michelatto Natte .....  
(UNIVALI/RS)

Prof. Dr. Márcio Gomes de Sá .....  
(CAA/UFPE)

Prof. Dr. Denis Alves Perdigão .....  
(ICSA/UFJF)

Prof. Dr. Samir Lótfi Vaz .....  
(FDC/MG)

À minha companheira Marjorie e aos meus pais Lúcia e Manuel Ramos (*in memoriam*)

## AGRADECIMENTOS

Parafraseando a professora Elisângela Domingues Michelatto Natt: “é difícil a tarefa de agradecer sem ser injusto. Esquecer de pessoas especiais parece provável, ao mesmo tempo em que não seria possível listar aqui todas as pessoas que me possibilitaram estar aqui para realizar esse trabalho”. Esta parece ser uma percepção comum de quem chega ao final de uma longa jornada.

Primeiramente, agradeço aos meus pais por investirem e acreditarem em mim – sem eles nada teria sido possível. À minha companheira, Marjorie, pelo apoio e compreensão nos meses em que precisei me ausentar. Agradeço aos membros das famílias dos estaleiros Alfa e Bravo por me receberem e confiarem a mim à relatoria de suas trajetórias, assim como, à amiga Nadja Lins por viabilizar esta pesquisa.

Aos amigos que o doutorado me deu: professor Kely Paiva, Fabiana Domingues, José Vitor Palhares (Tito), Ivo Costa e Carlos Carvalho – pelos seus conselhos e parceria. À minha eterna amiga Marlene Monteiro (*in memoriam*), que em muito me ajudou quando vim a Belo Horizonte, em 2017.

Os meus mais sinceros agradecimentos à professora Elisângela Domingues Michelatto Natt cuja obra inspirou esta tese e que em muito contribuiu com suas observações. Preciso agradecer, igualmente, as contribuições do professor Denis Perdigão feitas na qualificação.

Por fim, agradeço imensamente ao professor Carrieri pelo seu comprometimento e paciência nesta trajetória caudalosa. Suas contribuições são indescritíveis – seja pelo seu exemplo como pesquisador, seja pela sua humildade e serenidade na condução deste processo de orientação.

**Obrigado!**

## RESUMO

Fazendo uma analogia a um paraná, este estudo se propôs a investigar o *conatus* nos estaleiros Alfa e Bravo. Como em uma bifurcao – onde de lado tem a calma e do outro o barco segue viagem – este estudo buscou, utilizando a abordagem bourdieusiana, revelar as estratégias de perpetuao dessas empresas familiares – ou, utilizando a analogia, revelar as estratégias que fariam com que o barco continuasse viagem. Para isso, a pergunta problema foi: “esse paraná, para onde nos levará?”, ou seja, “como  construído o *conatus* nos dois estaleiros de gestão familiar?”.

Seguindo a premissa bourdieusiana de que as famílias são compostas por diferentes corpos unidos por um *conatus*, ou seja, uma tendência de perpetuao do seu ser social com todos os seus poderes e privilégios, essa tese buscou revelar as estratégias de inculcao que garantiriam a perpetuao dos dois estaleiros citados.

Para responder ao problema e cumprir com os objetivos desta pesquisa, foi empreendida uma investigao de cunho qualitativo e que lançou mão de entrevistas semi estruturadas e de um diário de campo para apreensão do contexto em que a pesquisa se desenvolveu. Ela trouxe alguns elementos da trajetória de vida dos envolvidos nos dois estaleiros para a tese, como um recurso para a compreensão do *habitus* de seus membros.

Os casos demonstraram, como resultado, a ausência de um *conatus* (no singular), ou seja, não foram identificadas estratégias de perpetuao e a tese não foi convalidada. Porém, este trabalho, ao trazer os conceitos relacionados  natureza dos afetos de Espinosa, conseguiu explicar tal ausência (uma suposta antinomia) ampliando a percepo do *conatus* e propondo investigao mais profundas – não apenas a busca por evidências de perpetuao do ser. Em outras palavras, quando o processo de perpetuao não for evidente, ou seja, quando não houver um *conatus* familiar,  necessário que se lance mão do estudo dos afetos para evidenciar os *conatus*, no plural.

Nesse sentido, este trabalho evidenciou o sentimento de comiserao dos pais em relao aos filhos, nos dois casos. Em termos práticos, esta perspectiva contribui para um processo sucessório mais humano e que considere os herdeiros em sua individualidade, pois o *conatus*  isso: potência individual. Por fim, esse paraná não os levará a lugar nenhum porque ele já  o destino final daqueles que começaram sua empreitada há décadas atrás, cabendo a cada herdeiro, decidir seu próprio caminho.

**Palavras-chave:** Bourdieu; Espinosa; *conatus*; estaleiros.

## ABSTRACT

Making an analogy to a “parana”, this study set out to investigate the conatus in the Alpha and Bravo shipyards. As in a fork - where there is stillness on the side and the boat goes on the other side - this study sought, using the Bourdieusian approach, to reveal the perpetuation strategies of these family businesses - or, using the analogy, reveal the strategies that would make the boat continued its journey. For this, the problem question was: “this parana, where will it take us?”, Ie, “how is conatus built in the two family-run yards?”.

Following the Bourdieusian premise that families are composed of different bodies united by a conatus, that is, a tendency to perpetuate their social being with all its powers and privileges, this thesis sought to reveal the strategies of inculcation that would guarantee the perpetuation of two shipyards cited.

In order to respond to the problem and fulfill the objectives of this research, a qualitative research was undertaken, using semi-structured interviews and a field diary to grasp the context in which the research was developed. She brought the life trajectory of those involved in both yards to the thesis as an element for understanding the habitus of its members.

As a result, the cases showed the absence of a conatus (singular), that is, no perpetuation strategies were identified and the thesis was not validated. However, this work, by bringing the concepts related to the nature of Spinoza's affections, was able to explain such absence (a supposed antinomy) by broadening the perception of conatus and proposing deeper investigations - not just the search for evidence of perpetuation of being. In other words, when the perpetuation process is not evident, that is, when there is no familiar conatus, it is necessary to use the study of affections to highlight the conatus in the plural.

In this sense, this work evidenced the feeling of compassion of parents towards their children, in both cases. In practical terms, this perspective contributes to a more humane succession process that considers the heirs in their individuality because conatus is this: individual potency. Finally, this parana will not lead them anywhere because it is already the final destination of those who began their enterprise decades ago, and it is up to each heir to decide their own path.

**Keywords:** Bourdieu; Spinoza; conatus; Shipyards.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Um construto da teoria bourdieusiana.

Figura 02: Questões fundamentais que orientarão as reflexões sobre as informações coletadas do campo.

Figura 03: O campo dos estaleiros de Manaus.

Figura 04 – Da esquerda para direita e cima para baixo: barco-escola Samaúma I do SENAI/AM, hotel flutuante Jungle Palace, barco-agência da CEF, barco-igreja da Igreja Universal do Reino de Deus, barcos-hospital Abaré e JJ Mesquita da ONG Terre des Hommes e da Igreja Presbiteriana.

Figura 05: Balsa Petroleira e Balsa de transporte de cargas em geral transportando areia.

Figura 06: Foto aérea do Porto de Urucu (esq.) e rota do gasoduto Urucu-Manaus (dir.)

Figura 07: Porto da Hermasa e rota de escoamento dos grãos.

Figura 08: Porto flutuante Super Terminais (à esq.) e balsa de transporte geral com semi reboques (à dir.).

Figura 09: Balsa Amazongás XVIII (à esq.) e balsa graneleira (à dir.)

Figura 10: O campo dos estaleiros.

Figura 11: Imagem de satélite 3D da área do estaleiro e imagem do Bravo (menor).

Figura 12: Imagem da área de docagem do Estaleiro Bravo.

Figura 13: Área fabril do Estaleiro Bravo na época da vazante.

Figura 14: Imagem de satélite da Comunidade N. Sra Aparecida, no lago do Catalão (AM).

Figura 15: Localização do Estaleiro Bravo, Lago do Catalão e as rotas de navegação feitas pelo Sr. Breno

Figura 16: Manutenção do eixo da Balsa Harmonia que liga Alfenas (MG) a sua zona rural.

Figura 17: Operário em processo de jateamento.

Figura 18: As fases do estaleiro Alfa.

Figura 19: A Ilha do Caxangá na década de 70.

Figura 20: Navio tipo Gaiola.

Figura 21: Estaleiro Alfa no bairro da Compensa

Figura 22: Entrega de uma barcaça para a CNA.

Figura 23: As três carreiras do estaleiro Alfa

Figura 24: Picadeiro montado em um estaleiro às margens do Rio Negro

## **LISTA DE TABELAS E FLUXOGRAMA**

### 1. Lista de Tabelas

Tabela 01: Espécies de afetos Lineares e em Triângulos Afetivos.

Tabela 02: Revisão das produções científicas sobre negócios e empresas familiares.

Tabela 03: Revisão das produções científicas sobre negócios e empresas familiares no Brasil.

Tabela 04: Tipos de cargas movimentadas nos portos do Estado do Amazonas em 2017.

Tabela 05: As modalidades de transporte empregadas no transporte de cargas fluviais no Amazonas em 2017

Tabela 06: Perfil das cargas fluviais transportadas em Navegação Interior no Amazonas em 2017.

Tabela 07: Investimentos do PROMEF nos últimos cinco anos.

Tabela 08: Empresas amazonenses financiadas pelo FMM.

Tabela 09: Empresas amazonenses financiadas pelo FMM.

Tabela 10: Lista de NR's aplicáveis ao Setor Naval

Tabela 11: As duas primeiras gerações da Família Nasser.

### 2. Fluxograma

Fluxograma 1: O processo produtivo no estaleiro Alfa

## LISTA DE ABREVIATURAS

AF	Agente Financeiro
AFRMM	Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante
AJB	Águas Jurisdicionais Brasileiras
ANA	Agência Nacional de Águas
APA	Áreas de Proteção Ambiental
APL	Arranjo Produtivo Local
BASA	Banco da Amazônia S/A
BB	Banco do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDFMM	Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante
CEF	Caixa Econômica Federal
CEMAAM	Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CNT	Confederação Nacional dos Transportes
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
FES	Faculdade de Estudos Sociais
FIEAM	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
FINAME	Financiamento de Máquinas e Equipamentos
FMM	Fundo da Marinha Mercante
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IES	Instituição de Ensino Superior
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IPEM	Instituto de Pesos e Medidas
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias

MB	Marinha do Brasil
NORMAN	Normas da Autoridade Marítima.
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não-governamental
PIM	Polo Industrial de Manaus
PROMEF	Programa de Modernização e Expansão da Frota de Navios Petroleiros da Transpetro
PSE	Processo Seletivo Extramacro
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEFAZ	Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas
SEMMAS	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento
SINDARMA	Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial no Estado do Amazonas
SINDMETAL	Sindicato dos Metalúrgicos
SSP	Secretaria de Segurança Pública
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
ST	Secretaria de Trabalho
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUNAMAM	Superintendência da Nacional da Marinha Mercante
UCT	Unidades de Carga de Trabalho
UF	Unidade da Federação
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
ZFM	Zona Franca de Manaus

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 De onde falo: Amazonas, um Estado fluvial	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 A teoria bourdieusiana	19
2.1.1 O campo	29
2.1.2 <i>Habitus</i> : a lógica da prática	38
2.1.3 Os capitais	44
2.2 As abordagens pós-bourdieuianas	52
2.3 A família	54
2.4 O <i>conatus</i>	67
2.4.1 O <i>conatus</i> para Bourdieu	69
2.4.2 O <i>conatus</i> para Espinosa	79
2.5 Negócios Familiares	93
3. PARANÁS NAVEGADOS	106
3.1 As premissas epistemológicas	106
3.2 Uma pesquisa estrutural-constructivista	106
3.3 O delineamento da Pesquisa	109
3.4 As técnicas empregadas	112
4. O CAMPO DA CONSTRUÇÃO NAVAL	116
4.1 Conhecendo o Campo da Construção Naval no Amazonas	116
4.1.1 Quem demanda embarcações	118
4.1.1.1 A movimentação e o transporte de grãos e derivados de petróleo	120
4.1.2 Quem financia?	126
4.1.3 Quem exerce o poder de polícia administrativa?	130
4.1.3.1 Os agentes ambientais	131
4.1.3.2 Os agentes laborais	135
4.1.3.3 Os agentes de operacionais	138
4.1.3.4 Os agentes certificadores	140

4.1.4 Uma breve caracterização dos agentes que compõem o campo da construção naval no Amazonas	140
5. O ESTUDO DO <i>CONATUS</i> NOS ESTALEIROS ALFA E BRAVO	145
5.1 O estudo do <i>conatus</i> no estaleiro Bravo	145
5.1.1 Uma breve apresentação do negócio de manutenção e construção naval no Estaleiro Bravo	155
5.1.2 Alguns elementos da trajetória de vida dos herdeiros homens do estaleiro Bravo	159
5.2 O estaleiro Alfa	174
5.2.1 A história do estaleiro Alfa	174
5.2.2 O processo de construção no estaleiro Alfa	178
5.2.3 O <i>conatus</i> no estaleiro Alfa	182
5.3 Esse paraná, para onde os levará?	206
6. CONCLUSÃO	211
REFERÊNCIAS	219

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 DE ONDE FALO: AMAZONAS, UM ESTADO FLUVIAL

A presente tese adotou como objetos de pesquisa o campo da construção naval em Manaus – Amazonas e como subcampo dois estaleiros familiares, ficticiamente denominados de Alfa e Bravo. Considerando que os rios representam as estradas da Amazônia<sup>1</sup>, integrando as diversas comunidades dispostas por uma área de 5.500.000 km<sup>2</sup> de floresta, o transporte fluvial é um importante fator de viabilidade socioeconômica da região, tendo nos estaleiros importantes *clusters*. Por exemplo, ao estudar a construção naval artesanal, Salorte (2014) a reconheceu como um importante fator de desenvolvimento econômico para a região. Deste modelo resultaram diversos tipos de embarcações cujo modo de construção, o saber-fazer, representa uma verdadeira herança cultural transmitida pelos artesãos a seus herdeiros. Portanto, repiso que a viabilização socioeconômica da região tem como protagonistas o transporte fluvial de passageiros e cargas, assim como a atividade portuária – por onde pessoas transitam pessoas e cargas são movimentadas.

Aqui, segundo Araújo (2003), as distâncias sociais são diretamente proporcionais às físicas, ou seja, quanto mais isolada<sup>2</sup> fisicamente determinada cidade se encontrar, mais isolada socialmente ela será. Tal isolamento ocorre não pela inexistência de cidades ou núcleos populacionais, mas pela ausência do poder público como provedor de equipamentos sociais de promoção de cidadania, a exemplo daqueles relacionados à saúde, educação, agências bancárias, correios, justiça e outros. Por isso, à medida que nos afastamos da capital (Manaus), adentrando a imensa bacia, penetramos o vazio da floresta, é possível constatar a presença das chamadas “cidades invisíveis” – termo adotado por (SCHOR, 2013). Então, tentando mitigar a ausência do poder público, por exemplo, as pessoas se deslocam predominantemente por vias fluviais. Em todo o Amazonas é possível observar instalações portuárias desde atracadouros até terminais de passageiros e cargas; embarcações, desde as mais tradicionais de transporte misto – com cargas em porões e passageiros em redes ou camarotes (Recreios) – até aquelas mais modernas e velozes dedicadas ao transporte exclusivo de passageiros em poltronas (chamadas de Ajato).

---

<sup>1</sup> De acordo com ANA (2018), a região hidrográfica da Amazônia é a maior das doze regiões brasileiras.

<sup>2</sup> Apesar de não haver consenso sobre a ideia de vazio demográfico, a densidade demográfica aqui é dez vezes menor que a média nacional (ANA, 2018)

Manaus, como a maior cidade do Amazonas, não foge à íntima relação com o rio. Tendo a maior parte de sua área banhada por rios, sua história é indissociável deles<sup>3</sup>. A cidade está localizada estrategicamente na convergência dos rios Amazonas com o Negro os quais representam o principal eixo de transporte fluvial na região amazônica. Tal localização tem sido fundamental para a existência da cidade em todos os períodos de sua história (BECKER, 2013). Os portos aqui localizados, quatro ao todo, somam 223.523 m<sup>2</sup> entre áreas de armazenagem e aduaneiras, movimentam tanto produtos agrícolas regionais, passando por petróleo e seus derivados, até insumos e produtos para atender às fábricas do Pólo Industrial de Manaus (PIM). As mercadorias do PIM são escoadas para o Sudeste do Brasil por Belém, Santarém ou Porto Velho (JACOBS et al., 2013). Subscrovo que o posicionamento de Pinheiro (2015, p. 38), quando enxerga Manaus da virada do século XIX para o XX como uma extensão do porto, continua atual.

A navegação, outro importante elo dessa cadeia, talvez represente a relação mais íntima do caboco<sup>4</sup> com o rio, uma vez que, desde cedo, ele precisa aprender a nadar, a remar, a conduzir uma rabeta<sup>5</sup> e talhar uma canoa. A navegação ribeirinha remonta o uso de troncos, montarias, igarités e canoas como meios de transporte. No Brasil colônia, os portugueses, assim que perceberam a habilidade ribeirinha para construção naval, incentivaram a criação de pequenos estaleiros às margens dos rios para que fossem feitos reparos nas embarcações. Atualmente, a construção naval na Amazônia é mais diversificada, de modo que são identificadas três formas de fabricação: (a) a fabricação doméstica; (b) a fabricação de pequenas embarcações e manutenção; e (c) fabricação de pequenas, médias e grandes embarcações (SEPLAN, 2009).

Na fabricação doméstica, os próprios ribeirinhos talham suas embarcações de madeira<sup>6</sup> para o atendimento de suas necessidades de deslocamento de curtas distâncias. É um processo artesanal, cujo saber-fazer é passado de pai para filho, como uma herança cultural. Os estaleiros de fabricação e manutenção de pequenas embarcações produzem barcos voltados para o transporte de passageiros e cargas na região. Já estaleiros que fabricam

---

<sup>3</sup> Foi através do Rio Negro que o espanhol Francisco Orellana aqui chegou, em 1542, em uma expedição de reconhecimento que começou ainda nos Andes.

<sup>4</sup> Adoto nesta tese a definição de (CASCUDO, 1999) que afirma que o termo Caboco é a junção das palavras *caa* que significa floresta e *boc* que significa “originário da” – ambas oriundas do vocabulário tupi. Apesar de Magalhães Lima (1999) afirmar que o termo caboco é amplamente empregado na Amazônia brasileira, não observo tal emprego no Amazonas.

<sup>5</sup> Motor de propulsão utilizado por ribeirinhos para navegar pelos rios e igarapés da região amazônica.

<sup>6</sup> SEPLAN (2009) ressalta que os barcos de madeira não são produzidos em estaleiros, mas por artesãos, e alerta para a perda do patrimônio imaterial de construção artesanal de barcos motivada pela pressão em mudar a base da matéria-prima de madeira para o aço.



Médias e Grandes Embarcações atendem a todos os mercados (local, nacional e internacional), por disporem de uma grande estrutura, porém são menos comuns. Segundo a SEPLAN (2009) havia no Amazonas cerca de 300 estaleiros, sendo a maioria empreendimentos familiares e de pequeno porte. O Estado e seus municípios são abastecidos principalmente por via fluvial e, para isto, a região conta com algo em torno de cinco mil embarcações. O contato mais intensivo com estes estabelecimentos, cujo ofício é uma herança geracional, é um convite a uma releitura das relações familiares e empresariais, pois é possível constatar que negócio e família se misturam constantemente (DAVEL; COLBARI, 2000).

Foi neste cenário que esta pesquisa, de cunho qualitativo, se desenvolveu. Foram estudados dois estaleiros: Alfa e Bravo porque eles representam as duas faces da mesma moeda sendo um o ponto e o outro o contraponto. O Alfa é um estaleiro cujo capital econômico está imobilizado em suas grandes instalações – com uma vasta área fabril, localizada em uma área nobre de Manaus –. Já o Bravo – representante do modo de gerir da maioria dos estaleiros – concentra sua riqueza em seu capital cultural, notadamente influenciado por uma cultura ribeirinha e hinterlandina. Localizado em um bairro pobre de Manaus e instalado em um barranco, sua operação está em contato direto com o Rio Negro e obedece aos regimes das águas – na cheia, trabalham em docas flutuantes; na vazante, trabalham na margem, em terra seca.

O estaleiro Bravo, que trabalha com manutenção de embarcações, pertence a uma única família, tendo como fundador o Sr. Breno, pai de 10 filhos (frutos de dois matrimônios), dentre os quais cinco que o acompanham no negócio familiar (dois do primeiro casamento e dois do segundo mais um enteado). Neste caso, a formação profissional dos herdeiros chama muita atenção: os dois mais velhos, do primeiro casamento, não possuem terceiro grau; os dois do segundo enlace são bacharel em Direito e acadêmico de odontologia, além do enteado que é fisioterapeuta. Seria esperado que pelo menos um deles possuísse formação em administração ou engenharia. A falta de formação na área de atuação motivou esta pesquisa sobre as reais motivações desses herdeiros em trabalhar com o pai.

Já o Estaleiro Alfa é maior e mais tradicional, sua trajetória se confunde com a história da indústria naval no Amazonas. Seu negócio é a construção de grandes embarcações, e está na segunda geração. O que salta aos olhos, neste caso, é a sua descontinuidade. Como sua história remonta o início do século XX, seu fundador – o Sr. Omã Nasser – não é mais vivo. A primeira geração que assumiu – seu filho Omar Nasser – foi responsável pela alavancagem do negócio –. Atualmente, o estaleiro opera em uma área maior e com uma

estrutura mais robusta –, porém eles não conseguiram formular e implantar um projeto de sucessão para que a terceira geração assumira.

Ao apresentar a realidade dos dois estaleiros, busquei trazer para o leitor uma percepção mais apurada do campo. Então, fazendo uma analogia a um paraná<sup>7</sup>, este estudo se propôs a investigar o *conatus* nos estaleiros Alfa e Bravo. Como em uma bifurcação – onde de lado tem a calmaria e do outro o barco segue viagem – busquei, utilizando a abordagem bourdieusiana, revelar as estratégias de perpetuação dessas empresas familiares – ou, utilizando a analogia, revelar as estratégias que fariam com que o barco continuasse viagem. Para isso, a pergunta problema foi: “esse paraná, para onde nos levará?”, ou seja, “como é construído o *conatus* nos dois estaleiros de gestão familiar?”.

Seguindo a premissa bourdieusiana de que as famílias são compostas por diferentes corpos unidos por um *conatus*, ou seja, uma tendência de perpetuação do seu ser social com todos os seus poderes e privilégios, essa tese buscou analisar as estratégias que garantiriam a perpetuação dos dois estaleiros citados, enquanto negócios familiares.

Para que isso fosse possível, esta tese teve como objetivo geral estudar o *conatus* enquanto um processo de perpetuação da família e do negócio familiar de dois estaleiros manauaras, desmembrados em quatro objetivos específicos:

- a) Mapear o campo da construção naval;
- b) Estudar as trajetórias dos membros;
- c) Estudar as estratégias desenvolvidas na perpetuação da família;
- d) Estudar as estratégias desenvolvidas na perpetuação do negócio.

Para responder ao problema e cumprir com os objetivos desta pesquisa, foi empreendida uma investigação de cunho qualitativo, e que lançou mão de entrevistas semi estruturadas e análise do conteúdo (AC). Foram realizadas diversas visitas aos dois estaleiros. Nessas, conversamos, entrevistei os agentes e teci observações sistemáticas. Um diário de campo me auxiliou na apreensão das condições sociais dos investigados, na tarefa de traçar um perfil dos agentes e na apreensão das expressões não verbais. Algumas entrevistas foram gravadas, outras não, porque observei que o gravador desligado, em alguns momentos, provocava discursos espontâneos – então, julguei pertinente desligá-lo para que o discurso

---

<sup>7</sup> Ao navegar por rios caudalosos é comum nos depararmos com paranás que seriam a divisão do rio por uma ou várias ilhas. Esses tipos de rios, pelo seu formato, possuem águas calmas sendo o *habitat* de várias espécies de peixes. Ao navegar por ele, o comandante tende a manter a embarcação no lado mais largo do rio para seguir viagem sem riscos de encalhar. O lado estreito, onde está instalada a calmaria, é onde grandes cardumes vivem e onde a pesca é mais frequente.

puдesse expressar mais fidedignamente o posicionamento dos entrevistados. Nesse estudo microssociolόgico, as percepções dos inquiridos foram apreendidas, assim como alguns elementos de suas trajetórias de vida, suas condições sociais e visões de mundo, ou seja, busquei descrevê-las e analisar seu conteúdo (AC).

Dentro de uma perspectiva estrutural-constructivista, preceituada por Bourdieu, o campo da construção naval e o subcampo das famílias dos estaleiros foram estudados. Citei todos os agentes que operam no campo da construção naval e descrevi suas competências; e trouxe a alguns elementos das trajetórias de vida dos membros dos dois subcampos para a tese como um recurso para a compreensão de seus *habitus*.

Adotando a estratégia que parte do geral para o específico, dividi este trabalho em cinco grandes tópicos: referencial teórico; metodologia; o campo da construção naval; estudo de caso; e conclusões. No referencial teórico, quatro grandes temas foram abordados: a teoria bourdieusiana; família; *conatus*; e negócios familiares:

- Nesta tese, a teoria bourdieusiana foi composta pelos conceitos de campo, *habitus*<sup>8</sup> e capitais. São conceitos basilares que auxiliarão o leitor a compreender como os termos são empregados na compreensão do espaço social;
- Considerando que os dois estaleiros são negócios familiares, conhecer o subcampo família é importante para a compreensão de como a mesma está estruturada e como ocorrem as relações de poder porque, provavelmente, a dinâmica familiar tenderá a ser reproduzida na empresa;
- O *conatus* é um tópico importante no capítulo 2 porque ajudará na compreensão do *habitus* subcampo, sobretudo, no que diz respeito às estratégias que visem perpetuar a família e seu negócio;
- A compreensão da lógica *sui generis* dos negócios familiares é importante para que se possa comparar com as empresas ordinárias – cujo *modus operandi* é estritamente econômico.

No terceiro tópico – paranás navegados – apresentei o caminho metodológico trilhado. Nele, situei epistemologicamente a pesquisa, informando que ela agrega elementos

---

<sup>8</sup> Segundo Bourdieu (1996, p. 22): “os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas (...); mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc, mas elas não as mesmas”.

do estruturalismo e do construtivismo; ela foi delimitada e sua natureza foi apresentada; e, no final do capítulo, apresentei as ferramentas aplicadas ao estudo de caso. Em seguida, o estudo esboçou o campo da construção naval no Amazonas identificando os principais agentes do campo, descreveu suas competências e a dinâmica do poder, ou seja, como explicitou como ocorre a violência simbólica neste campo. No quinto tópico, ocorreu o estudo de caso do subcampo, *in loco*. Nele, alguns elementos das trajetórias de vida dos agentes foram citados como uma forma de explicar o *habitus* dos membros e como meio de se estudar o *conatus* desses estaleiros.

Por último, nas conclusões fiz um fechamento da pesquisa apresentando as conclusões a que esta tese chegou sobre o *conatus* nos dois estaleiros, reconheci algumas limitações mostradas pela pesquisa e apresentei algumas contribuições e sugestões para aqueles que se interessarem em continuar pesquisas dessa natureza.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico, serão apresentadas as teorias que fundamentarão o leitor em seu processo de compreensão da realidade dos estaleiros Alfa e Bravo. Nesse sentido, julguei pertinente apresentar: a teoria bourdieusiana; teorias sobre a família; *conatus*; e negócios familiares. A teoria bourdieusiana apreende o estudo dos campo, capitais, *habitus*, e, excepcionalmente nesta tese, o *conatus*. Este último também será estudado sob a perspectiva de Espinosa. Esses conceitos são importantes e visam chamar a atenção do leitor para a relação dialética agente-campo, típica do estrutural-construtivismo.

Foram expostas, também, algumas considerações acerca da família – enquanto entidade responsável pela socialização primária do agente – e das organizações familiares – que agregam características organizacionais e familiares.

### 2.1 A Teoria Bourdieusiana

Buscando um contexto que introduzisse a teoria bourdieusiana, Bonnewitz (2003) fez um paralelo entre as sociedades do Antigo Regime e a sociedade Industrial. Aquelas possuíam uma hierarquia social legalmente definida: nobreza, clero e terceiro estado possuíam seus direitos e deveres codificados. O mesmo não se pode afirmar da nossa sociedade – a industrial –, em que a ausência de mecanismos legais que determinem uma hierarquia social cria um terreno fértil para que sejam estudados os fenômenos de diferenciação social e desigualdades entre grupos sociais. O autor identifica duas correntes que explicam o fenômeno da desigualdade social: a primeira, de origem marxiana, utiliza a posse do capital e a exploração da força de trabalho como critério para pôr em lados opostos a burguesia e o proletariado. A segunda corrente, weberiana, analisa a sociedade em termos de estratos constituídos a partir de três princípios de classificação: poder, prestígio e riqueza. Nesse sentido, Bourdieu sintetiza essas duas teorias: propõe não somente a análise dos grupos sociais marxianos e suas relações, mas também a tendência à reprodução da ordem social – fundada no uso do poder, do prestígio e da riqueza –. Os agentes que possuem estas três qualidades ditam as regras do campo e se diferenciam daqueles que apenas obedecem a tais regras.

Apesar de Karl Marx ter influenciado sua teoria, Bourdieu demonstrava irritação pelo marxismo político – na época reivindicado pelo stalinismo. A influência marxista pode ser notada em termos adotados por Boudieu (como capital, classes, reprodução e outros) e, sobretudo, na confluência da crítica da “teoria sobre a prática, da sociologia econômica, da

teoria da produção simbólica, na teoria da dominação ou da visão do espaço social” (MAUGER, 2017, p. 260).

A definição Weberiana do Estado contribuiu para que Bourdieu elaborasse uma teoria geral dos “modos de dominação, das formas de poder e daquilo que lhe era inextricavelmente associado, uma sociologia comparada dos modos de legitimação do poder e das formas de violência simbólica que lhes são inerentes” (LENOIR, 2017, p. 366). Se por um lado Weber creditava ao Estado o monopólio da violência física, de outro Bourdieu ampliava essa noção criticando o mesmo Estado pela violência simbólica impressa através do sistema de ensino, ou seja, suas visões são complementares. Segundo Lenoir (2017), outro ponto tratado por Weber e desenvolvido por Bourdieu foi quanto a distinção dos modos de dominação. Weber enxergava duas formas de dominação para duas espécies de sociedade: a forma de dominação em uma sociedade tradicional ocorreria pela interação entre as pessoas – onde uma se distinguiria da outra pelo *status* que ostentasse –, enquanto que em outra sociedade com forte divisão do trabalho social, as formas de dominação seriam diretamente proporcionais ao acúmulo de mecanismos objetivos e institucionalizados, ou seja, a distinção ocorreria pelas diferenças econômicas entre seus indivíduos. Para Bourdieu, essas duas espécies de sociedade coexistiriam, com a predominância de uma em relação a outra – ao contrário do que Weber dispusera (LENOIR, 2017). Mauger sintetiza as influências de Bourdieu:

Em suma, com e contra Marx, Bourdieu não é mais ‘marxista’ do que ‘weberiano’ ou ‘durkheimiano’: ele não é nada disso, ou tudo isso ao mesmo tempo. Ele é herdeiro de Marx, de Weber e de Durkheim. Apropria-se de suas obras e, partir deles (e de outros autores), avança na resolução de problemas citados, a partir dessa herança, pela confrontação e demonstração empírica, assim como na descoberta de novas dificuldades” (MAUGER, 2017, p. 261).

Segundo Wacquant (2018, p.11), o espaço social é a “categoria-mãe” da abordagem bourdieusiana por ser o mais “potente gerador do lote<sup>9</sup>” que formarão um construto geral. Em *Razões Práticas*, Bourdieu (1996, p. 10) deixa clara a sua tentativa em demonstrar uma filosofia da ciência social que primasse pelas relações (relacional) e pela ação (disposicional). No que tange a primeira, o autor buscou revelar as estruturas objetivas que fazem com que agentes ocupem diferentes lugares no espaço social. No que concerne a segunda, Bourdieu estudou como as estruturas subjetivas (incorporadas) distinguem tais agentes no espaço social.

---

<sup>9</sup> O lote citado pelo autor é composto pelos conceitos de: *habitus*, capital, espaço social, campo, simbólico poder, doxa e reflexividade epistêmica.

Para isso, ele condensou em “três conceitos fundamentais – *habitus*, campo, capital – e que tem como ponto central a relação, de mão dupla, entre as estruturas objetivas (dos campos sociais) e as estruturas incorporadas (do *habitus*)”.

Para Bourdieu, o mundo social é um espaço organizado pela distribuição de diferentes recursos socialmente valiosos. Enquanto as análises de classe tradicionais descrevem hierarquias sociais unidimensionais, Bourdieu descreve um quadro complexo de como os ativos econômicos e não econômicos trabalham juntos ou uns contra os outros na formação de grupos sociais (PRIEUR, 2017). Segundo Rye (2018), foi sob influência da teoria marxista que Bourdieu definiu o mundo social como resultado de hierarquias e estruturas de poder; práticas opressivas e práticas exploradoras; e distribuições desiguais de recursos – materiais e imateriais. Um exemplo de recurso material é o capital econômico (central na teoria marxista). Os recursos não materiais podem assumir a forma de capital cultural (por exemplo, títulos e diplomas), objetos culturais (por exemplo, pinturas) e afinidades (por exemplo, hábitos distintivos). Rye (2018) afirma ainda que, sob influência weberiana, Bourdieu acredita que o processo de compreensão do espaço social perpassa pela igual compreensão das diferenças de estilo de vida dos grupos neste espaço pois tais diferenças têm efeitos na formação de sistemas de classes. As identidades dos atores e suas práticas cotidianas – como fenômenos coletivos e individuais – originam-se de sua localização na estrutura social e servem como recursos em suas lutas contínuas para defender e, possivelmente, melhorar suas posições nesta estrutura.

Segundo Rosenlund (2017) a abordagem metodológica bourdieusiana considera que a realidade social possui uma dupla natureza: objetiva e outra subjetiva. Ele entende que a realidade objetiva é aquela que é constituída por um sistema de posições sociais cujos agentes interagem em relações de dominação e subordinação. Nesta perspectiva, a realidade reflete semelhanças e diferenças no que diz respeito às condições sociais, culturais e econômicas de existência entre os agentes – captura a distribuição desigual dos capitais sociais. Essa forma de realidade – caracterizada por um espaço de posições sociais – é capaz de orientar e restringir (ou ambas) as práticas e representações desses agentes. A realidade subjetiva diz respeito à forma como os indivíduos interagem, lutam e competem dentro do espaço social – tem um aspecto expressivo e simbólico. Nesse sentido, Bourdieu resume o seu trabalho:

Se eu tivesse que caracterizar meu trabalho em duas palavras, ou seja, (...) se tivesse que lhe aplicar um rótulo, eu falaria de *constructivist structuralism* ou de *structuralist constructivism*, tomando a palavra "estruturalismo" num sentido daquele que lhe é dado pela tradição saussuriana e lévi-straussiana. Por estruturalismo ou estruturalista, quero dizer que existem, (...), estruturas objetivas,

independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações. Por construtivismo, quero dizer que há, de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo de *habitus* e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campos e grupos, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais. (BOURDIEU, 1987, p. 149)

Segundo Roling *et al* (2014, p. 60), dessa análise conjunta das estruturas objetivas dos campos com a origem dos sujeitos surgiu o que Bourdieu chamou de estruturalismo genético, ou seja, “aquele que trilha os caminhos teóricos de Bourdieu deve compreender que sua pesquisa irá considerar o espaço social, bem como aqueles que nele se situam, como sendo resultados de lutas históricas”.

Por meio da interpretação do mundo social, as pessoas estão constantemente classificando e sendo classificadas, julgando e sendo julgadas, desenvolvendo hábitos de empatia e antipatia para, nessa dinâmica, assumirem uma forma que melhor as posicione no espaço social. Partindo dessa noção de realidade, Bourdieu representa o mundo sob a forma de espaços sociais sustentados por princípios de diferenciação. Segundo Nogueira (2017), este espaço social é ocupado por indivíduos e instituições cuja posição relativa ocupada na estrutura social depende do grau de prestígio, riqueza ou poder que concentram. Assim, pertencer a uma instituição (sindicato, igreja, família, universidade e outras) ou possuir um grau de escolarização acima da média local pode garantir uma posição diferenciada no Espaço Social. Pela relevância dos espaços sociais para a compreensão da teoria bourdieusiana, cito um trecho das saudosas palavras do autor:

[...] todas as sociedades se apresentam como espaços sociais, isto é, estruturas de que não podemos compreender verdadeiramente a não ser construindo o princípio gerador que funda essas diferenças na objetividade. Princípio que é o da estrutura da distribuição das formas de poder ou dos tipos de capital eficientes no universo social considerado - e que variam, portanto, de acordo com os lugares e momentos. (BOURDIEU, 2008, p.50)

Segundo Rosenlund (2017), Bourdieu teceu o conceito de espaço dos estilos de vida como uma forma analítica que comunga as realidades objetiva e subjetiva. Para ele, o processo de diferenciação ocorre não somente pelo pertencimento a determinada instituição ou pelos títulos acadêmicos ostentados pelo seu detentor, mas pode ocorrer, conforme já disposto, de forma silenciosa pelos hábitos de consumo, por exemplo. Nesse sentido, Gardiner (2019) tomou como objeto o exemplo das lojas que vendem peixes fritos crocantes com batata frita (*fish and chips*) na Inglaterra. A pesquisadora analisou como os gostos culturais afetam nossa compreensão das organizações e como os preconceitos de classes e culturais afetam,



igualmente, o modo como esta organização é percebida. Sob a lente teórica de Bourdieu, a autora observou que o *chippie* constitui um exemplo organizacional do contraste entre gosto como luxo e gosto como necessidade e concluiu que:

O gosto também é uma prática que não apenas muda com o tempo, mas também serve para reproduzir a classe social (...). Não apenas os nossos hábitos alimentares são influenciados pela classe social, eles também são influenciados por outros marcadores de identidade (GARDINER, 2019, p.9)

No estudo, a autora cita o preconceito de algumas pessoas da classe média que julgam o prato como rude e prejudicial à saúde – o que faz surgir uma organização moldada por julgamentos culturais e estéticos sobre o que constitui o gosto "bom" e "ruim". Essas percepções acerca do prato e do negócio também refletem sobre a identidade dos trabalhadores desses empreendimentos que passam a ocupar, no espaço social, um lugar inferior. Bourdieu corrobora com este entendimento ao afirmar que os *habitus* são diferenciados e diferenciadores; distintos e distinguidos; e operadores de distinções:

Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer (...); mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão de gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc. (BOURDIEU, 1996, p. 22)

Estudar o Espaço Social é, sobretudo, reconhecer as relações conflituosas originadas da distribuição desigual dos capitais e reconhecer, também, que tais desigualdades são fundamentais para o posicionamento de cada agente. O Espaço Social é abstrato e estruturado de acordo com a posição (distinta) que seus agentes assumem – em decorrência da distribuição desigual de capitais. O caráter abstrato desse espaço lhe confere a capacidade de exercer suas propriedades para além dos limites físicos, ou seja, as posições sociais ocupadas não são físicas, mas simbólicas. Nesse ínterim, exemplifico: o diretor de uma determinada empresa pode dividir o mesmo elevador com um operário reduzindo, dessa forma, a noção de espaço físico. Mas quando falamos de espaço social, as distâncias permanecem abissais. Neste caso, a distância física não eliminou a distância social, uma vez que esta é simbólica e aquela física, ou seja, são elementos distintos. Bourdieu (1987, p. 153) ratifica: “as pessoas próximas no espaço social tendem a se encontrar próximas – por opção ou por força – no espaço geográfico, as pessoas muito afastadas no espaço social podem se encontrar, entrar em interação, ao menos por um breve tempo e por intermitência, no espaço físico”.

Para Wacquant (2016) os espaços simbólico, físico e social se entrelaçam<sup>10</sup> e a partir desta premissa, o autor apresentou cinco<sup>11</sup> princípios que ajudam na compreensão da dinâmica que permeia a (trans)formação de classe, graduações de honra e política de Estado no gueto americano negro e as periferias da classe trabalhadora europeia – por meio do estudo de suas trajetórias. O autor acredita que com essa proposta é possível:

“guiar de forma proveitosa uma tripla extensão da sociologia do rebaixamento urbano na era da insegurança social através dos continentes, fronteiras teóricas e instituições (...) e reconceitualizar o urbano como domínio de acumulação, diferenciação e contestação de múltiplas formas de capital, o que efetivamente torna a cidade uma base central e um prêmio de lutas históricas” (WACQUANT, 2016, p. 1085).

Dentro dessa perspectiva de espaços entrelaçados, estudada por Wacquant (2016), e explorando a dimensão espacial da distinção social, reprodução e dominação, Riely (2019) usou a teoria da distinção de Bourdieu para pesquisar um caso de preservação social de comerciantes do bairro de *Mount Pleasant* (em Washington DC) a um processo de gentrificação<sup>12</sup>. Foi constatado que as antigas lojas do bairro superam em muito o varejo e das novas cadeias corporativas. Esse fenômeno contraria a literatura sobre gentrificação comercial que diz que nesses processos de mudança, os estabelecimentos originais tendem a dar lugar para outros que melhor se adaptem aos hábitos de consumo distinto dos novos moradores (chamados de gentrificadores). O autor concluiu que os gentrificadores têm se adaptado aos produtos e serviços ofertados pelo antigos comerciantes como uma estratégia de acúmulo de capital cultural consumindo culturas e produtos locais "autênticos" enquanto prestam atenção aos custos de volume de negócios e deslocamento. Nas palavras do autor:

Ao reter as teorias de classe e distinção de Bourdieu como um complemento às perspectivas críticas mais comuns dentro da literatura de gentrificação comercial, os estudiosos estarão mais propensos a reconhecer situações nas quais a gentrificação não está de acordo com suas expectativas. Nesse caso, interpretar o comportamento

---

<sup>10</sup> Para Wacquant (2016, p. 1084) é possível observar “conexões e conversões mútuas entre o espaço simbólico (a grade de categorias mentais que orientam os agentes em sua construção cognitiva e conativa do mundo), o espaço social (a distribuição socialmente efetiva de recursos ou capitais) e espaço físico (o ambiente construído resultante de esforços rivais para apropriar bens materiais e ideais no espaço e através dele)”.

<sup>11</sup> São eles: buscar uma epistemologia histórica que distinga claramente as pessoas das noções analíticas; adotar um modo relacional ou topológico de raciocínio que separe as conexões e conversões mútuas entre o espaço simbólico, o espaço social e espaço físico; expressar uma visão radicalmente historicista e agonística de ação, estrutura e conhecimento; uso da etnografia como um instrumento de ruptura e construção teórica; e focar no poder constitutivo das estruturas simbólicas nas redes objetivas de posições que compõem as instituições e nos sistemas encarnados de disposições que compõem o habitus dos agentes – rastreando seus efeitos duplos.

<sup>12</sup> Gentrificação (*gentrification*) é um processo de transformação de centros urbanos através da mudança dos grupos sociais ali existentes, onde sai a comunidade de baixa renda e entram moradores das camadas mais ricas.

e as declarações dos gentrificadores através de uma lente cultural revela o significado da perspectiva ambivalente e contraditória sobre a gentrificação que os preservacionistas sociais e alguns proprietários sociais possuem. A postura informa seu comportamento e identidade; e sua busca de um modo de viver autêntico, embora vinculada a uma busca por *status* que retém o potencial de auto-engano e subversão pelo capital, equivale a mais do que a simples ‘distinção de estilo de vida’ (RIELY, 2019, p.15)

Portanto, o que se observa no caso descrito por Riely (2019) foi uma tentativa de gentrificação dos empreendimentos comerciais de *Mount Pleasant*. Pinçon-Charlot; Pinçon (2018) descreveram o fenômeno de agrupamento de classes dominantes em bairros exclusivos destacando como o espaço físico da cidade é homólogo e essencial para a reprodução de hierarquias e divisões sociais<sup>13</sup>. Esse fenômeno de agrupamento físico de classes é uma decorrência do agrupamento social descrito por Bourdieu :

Mas esse espaço (*social*) é construído de tal maneira que, quanto mais próximos estiverem os grupos ou instituições ali situados, mais propriedades eles terão em comum; quanto mais afastados, menos propriedades em comum eles terão. As distâncias espaciais - no papel - coincidem com as distâncias sociais. Isso não acontece no espaço real. Embora se observe praticamente em todos os lugares uma tendência para a segregação no espaço. (BOURDIEU, 1987, p. 153)

Mosselson (2019) corrobora com esta ideia ao afirmar que é possível considerar a cidade ou o bairro como um campo, tanto físico quanto social. O ambiente urbano influencia como as pessoas constroem, ocupam, vivem e se relacionam umas com as outras. Um bairro é também um espaço social na medida em que é o lugar onde ocorrem disputas por valores culturais e sistemas de representação.

Cito um último caso, descrito por Mattson (2014, p. 1), que estudou a trajetória de três bairros de São Francisco (Castro, Soma e Polk), que concluiu que um deles prosperou graças a convergência entre estilo *gay* particular e o cosmopolitismo dominante, “institucionalizando espacialmente o que os teóricos *queer* chamam de ‘a nova homonormatividade’, que inclui a discrição sexual, assimilação política dominante e o consumismo de luxo”. A adesão a esse estilo *gay* particular conferiu capital espacial, permitindo a coexistência de cosmopolitas, gays e heterossexuais, enquanto os gays não conformistas perdiam seus lugares. Segundo o autor, “o estudo contribuiu para relação mais clara entre os homens gays e a revitalização urbana; para as economias da vida noturna; e para

---

<sup>13</sup> O modelo define, assim, distâncias que predizem encontros, afinidades, simpatias e até desejos: concretamente, isso significa que as pessoas situadas no alto do tem pouca probabilidade de se casar com as pessoas situadas embaixo; em primeiro lugar, porque há pouca probabilidade de que elas se encontrem fisicamente (BOURDIEU, 1996, p. 25)

a valorização de algumas formas de criatividade urbana e de criação de lugares em detrimento de outras”.

Bourdieu (2008) nos ensina que uma posição social não é definível por ela mesma. Sua definição é relacional, ou seja, é definida em relação às outras. A definição de posição social pode ser entendida como aquilo que ela não o é, ou seja, é necessária a presença de um elemento diametralmente oposto, para que seja possível comparar e dizer que determinada posição social difere daquele elemento comparado.

A noção de espaço contém, em si, o princípio de uma apreensão relacional do mundo social: ela afirma, de fato, que toda a "realidade" que designa reside na exterioridade mútua dos elementos que a compõem. Os seres aparentes, diretamente visíveis, quer se trate de indivíduos quer de grupos, existem e subsistem na e pela diferença, isto é, enquanto ocupam posições relativas em um espaço de relações que, ainda que invisível e sempre difícil de expressar empiricamente, e a realidade mais real (*ens realissimum*, como dizia a escolástica) e o princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos (BOURDIEU, 1996, p. 48).

Por exemplo: um líder não é definível socialmente por ele mesmo. Sua definição ocorre em função de seus liderados, ou seja, a função líder só existe porque também existem, concomitantemente, liderados, senão todos seriam líderes ou liderados. Nesse diapasão, Schmitz *et al* corroboram:

A sociologia de Bourdieu define agentes e suas práticas de acordo com sua posição específica em relação a outros agentes dentro de uma estrutura comum e interdependente. Para descrever essas relações empiricamente, Bourdieu introduziu o conceito de "espaço social" que ele definiu como um espaço de diferenças estratificadas com base na disponibilidade de, em particular, capital econômico e cultural. (SCHMITZ *et al* 2016, p. 51)

Portanto, compreender esse movimento de reflexividade é importante para que também seja compreendido como o espaço social está estruturado. Tal reflexividade se dá a partir de eixos estruturantes ao redor dos quais as posições ganham a sua simetria de reflexividade. Um exemplo de eixo estruturante pode ser o eixo político-partidário, composto por direita e esquerda. Neste, é possível observar a posição de determinado agente tendendo mais à esquerda ou direita. Todo espaço é estruturado em eixos que posicionarão os agentes nele. Portanto, a estrutura do campo ajudará a explicar a manifestação dos agentes nestes espaços estruturados. Quanto à interação entre agente e estrutura, Rye (2018, p. 4) afirma “o agente reproduz, enquanto em outros momentos, ele modifica ligeiramente essas estruturas sociais. É uma estrutura estruturante, que organiza práticas e a percepção de práticas, mas também uma estrutura estruturada”.

Segundo Bourdieu (2008), a posição dos agentes no espaço social é um fator fundamental para a compreensão de seus medos e preocupações. Partindo desta premissa, Schmitz *et al* (2017) buscaram compreender a estrutura das "manifestações do medo" em relação ao espaço social na Noruega. Os autores destacaram o papel do medo para a operação do *habitus* e a interação do "complexo do medo" com os processos de poder e dominação. Verificaram que o nível de medo relatado diminui com o aumento do volume de capital e vice-versa. Dessa forma, eles concluíram que os agentes com menos capital global, por serem mais suscetíveis a diversos problemas sociais, acabam assumindo uma atitude pessimista e resignada – o que contribui para a reprodução de sua posição social dominada.

Outras pesquisas também tiveram como foco o estudo do espaço social. Nesse sentido, Silva *et al.* (2015) estudaram como o sistema de ensino superior contribuiu para o processo de dominação social na região de Feira de Santana (BA) dificultando a mobilidade de pessoas oriundas de classes menos favorecidas. O estudo revelou que Instituições de Ensino Superior (IES) melhor avaliadas pelo mercado concentram o maior índice de empregabilidade e que as IES de menor prestígio reconhecem a dificuldade de formar profissionais competitivos porque seus estudantes são desprovidos de capitais (econômico, social e cultural), dentre outros motivos. Os autores concluíram que as instituições de ensino superior não têm promovido mudanças sociais, ao contrário, elas têm trabalhado na manutenção da estabilidade das posições de classe. Com o mesmo foco no sucesso acadêmico, Wong (2018) reconhece que o sucesso dos estudantes universitários não tradicionais (compreendidos como aqueles formados por instituições de menos prestígio) ainda são exceção nesse sistema educacional reprodutivo. Mas seu estudo identificou três agentes que podem subverter essa lógica: “(a) conhecimento suplementar e apoio em habilidades acadêmicas, (b) um desejo pessoal de provar a si mesmo, e (c) a influência de outros significativos, que se formaram como disposições-chave e capital” (WONG, 2018, p. 8).

Já Barroso (2014) estudou as expectativas de mobilidade social de migrantes africanos lusófonos que vem para o Brasil para cursar administração pública. O autor busca contrapor a teoria de Bourdieu, formulada numa perspectiva social francesa, que defende que a educação não é suficiente para a transformação social pois há outras forças que contribuem nesse sentido – como a posse dos capitais social e cultural, por exemplo –. No caso africano, Barroso acredita que pode ser que seja suficiente sim. Este posicionamento de Barroso vai ao encontro das limitações citadas por Rye:

Bourdieu fala regularmente da sociedade francesa e do sistema de classes francês. Na verdade, ele explicitamente designou o estado-nação como sua principal unidade analítica, deixando uma questão aberta sobre a extensão em que sua teoria de classe se aplicava a outros estados-nação. (RYE, 2018, p. 5)

Até o presente, este estudo discorreu sobre as influências sofridas pela teoria bourdieusiana, apresentou sua visão sobre o espaço social e exemplificou como ela tem sido empregada pela academia. Porém, a análise do espaço social requer que os conceitos sistêmicos de *habitus*, campo e capital sejam compreendidos para que, posteriormente, possam compor o estudo de uma sociologia relacional e disposicional (o chamado estruturalismo genético), proposta por Bourdieu (1996). Convergindo para este entendimento, Thiry-Cherques ensina que:

Na construção do objeto é preciso separar as categorias que pré-constroem o mundo social e que se fazem esquecer por sua evidência, o que significa levar a campo conceitos sistêmicos, noções que pressupõem uma referência permanente ao sistema completo das suas inter-relações, que subentendem uma referência à teoria. (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 32)

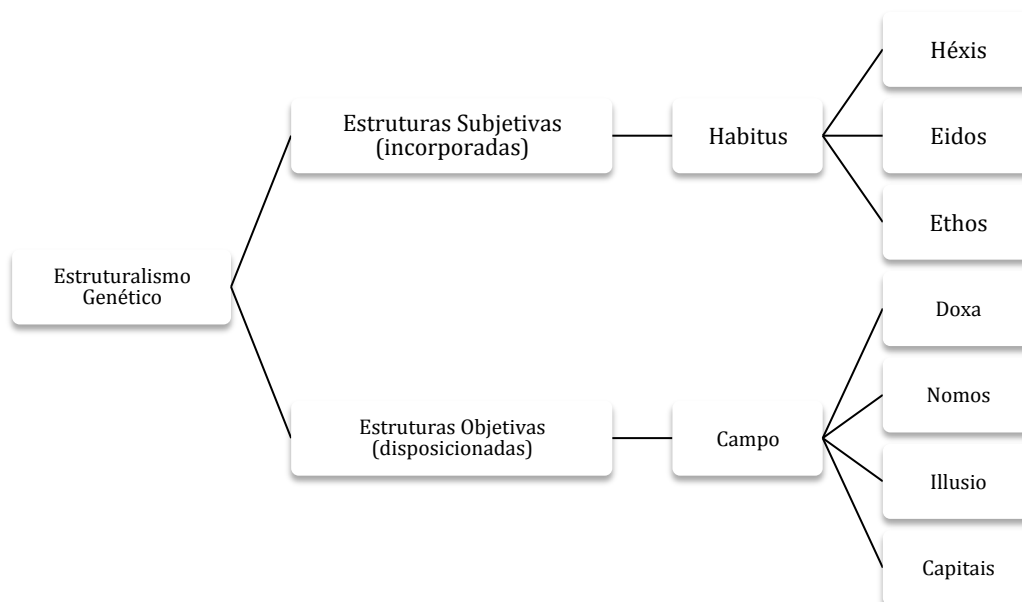
O autor se refere aos conceitos-chave de *habitus* e campo pois compõem a base da teoria e cujo estudo se faz necessário para uma análise empírica e sistêmica do objeto social para “desnaturalizar e desfatalizar a existência colocando a sua competência ao serviço de um universalismo enraizado na compreensão de particularismos” (WACQUANT, 2004, p. 388). Conforme já citado, Bourdieu (1987) defende que a ampla compreensão da dinâmica social, dentro de uma proposta estrutural-construtivista, perpassa pela investigação de como o mundo social age sobre as coisas (campo) e sobre os corpos (*habitus*). Wacquant defende um construto geral que apresenta as ideias de Bourdieu:

Mas, mais importante, tornou-se transparente para mim que o espaço social é a categoria mãe, o conceito genérico do qual deriva logicamente o conceito específico de campo, como um espaço social especializado que surge quando um domínio de ação e autoridade torna-se suficientemente demarcado, autonomizado e monopolizado. Percebendo que o espaço social (e não o campo) é o construto geral que “encara” os conceitos de *habitus* e capital para gerar prática, elimina as dificuldades recorrentes e dissolve inúmeros problemas falsos (WACQUANT; AKÇAOĞLU, 2017, p. 44)

Para Suckert (2017, p. 5), o que distingue a abordagem bourdieusiana de outras teorias de campo “(por exemplo, a abordagem proeminente de Fligstein e McAdam)” é a tríade analítica de campo, *habitus* e capital. A figura 01 – abaixo – representa o construto que

guiará este referencial teórico que começará apontando os principais conceitos relacionados ao *habitus* e, posteriormente, ao campo.

Figura 01: Um construto da teoria bourdieusiana



### 2.1.1 O campo

Conforme discorrido no tópico anterior, como agentes, somos todos introduzidos nas lógicas dos campos através de nossa socialização inicial e contínua, onde incorporamos as disposições (*habitus*), que determinarão como nos engajamos em um campo (BOWDEN, 2019). Campo e *habitus*, segundo Costa *et al* (2015) são envoltos por um histórico que descreve suas existências, registra duas mudanças, e explica suas (in)evoluções.

Portanto, o *habitus*, como um sistema socialmente incorporado de disposições individuais e coletivas, se torna evidente nas práticas dos agentes no campo, ou seja, o corpo é “o *locus* que o *habitus* incorpora e/ou descarta elementos ou a totalidade da estrutura de um campo. Isso resulta na harmonização, comprometimento ou desacordo entre campo e *habitus*” (COSTA; MURPHY, 2015, p. 7). Portanto, adverte que o estudo do *habitus*, campo, e capital é indissociável porque “só podem ser definidos dentro de um sistema teórico” integrado.

Outro ponto que precisa ser esclarecido é que os conceitos de espaço social, abordado no primeiro tópico, e campo são distintos. Para Wacquant; Akçaoğlu (2017, p. 44) o campo é um “espaço social especializado” que surge quando um agente, investido de autoridade, exerce sobre ele um domínio de ação torna este espaço “suficientemente demarcado, autonomizado e monopolizado”. Os espaços sociais também possuem uma certa dinâmica, que varia de acordo com o lugar e o tempo, e cuja a estrutura de distribuição das

formas de poder, ou dos tipos de capital, é mutável. Rye (2018) acredita ser possível definir ainda mais o espaço social em termos de seus "campos". Podemos situar os campos dentro do espaço social, ou seja, reforço que tais conceitos são distintos – os campos são subtipos de espaço social (WACQUANT, 2018)<sup>14</sup>. Os campos são encontrados apenas em sociedades “diferenciadas”, ou seja, dominada por agentes, ao passo que os espaços sociais existem em qualquer lugar (WACQUANT; AKÇAOĞLU, 2017).

Há de se destacar que nas sociedades há várias espécies de campo – artístico, literário, científico, cultural, econômico, jurídico, político, religioso, dentre outros –. Buscando uma compreensão estrutural-constitutivista do fenômeno social, Bourdieu investigou como esses espaços estavam estruturados (campo) e como tais estruturas eram percebidas por seus agentes (*habitus*). De posse desse esquema lógico (*habitus* mais campo), o autor começou a revelar os diversos campos que compunham o espaço social. Porém, Wacquant *et al* (2017, p. 45), ao identificar uma “multiplicação cômica” de campos e formas de capital “*ad infinitum*”, constata que os conceitos de espaço e campo ainda não foram amplamente compreendidos pela academia. Para o autor:

A grande maioria da ação social se desenrola em espaços sociais que são apenas isso, sociais espaços, isto é, distribuições multidimensionais de propriedades socialmente eficientes (capitais) estipulando um conjunto de posições padronizadas a partir das quais se pode prever inteligivelmente estratégias. Mas eles não são campos porque não têm fronteiras institucionalizadas, nem barreiras para entrada e não especialistas na elaboração de uma fonte distinta de autoridade e de gelado. Esta revisão nos permite evitar a multiplicação cômica de campos e formas de capital *ad infinitum* - dificilmente passa um mês sem que algum estudioso proponha uma nova espécie. Assim, não há "campo sexual" ( ritmo Illouz, 2012; Green, 2013) e nem “racial” (Desculpa para Matt Desmond e Mustafa Emirbayer, 2015) pela simples razão de que nem o sexo nem a raça como etnia denegada são monopolizados por um nexo de instituições distintas (WACQUANT *et al*, 2017, p. 45).

Para afastar possíveis imbróglis, recorro aos ensinamentos de Bourdieu que, além de definir o que é o campo, apresentou algumas propriedades. Nesse sentido, ele corrobora:

Os campos apresentam-se à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem da sua posição nesses espaços e que podem ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por ela). (BOURDIEU, 1984, p. 119)

Para Garcia (2014, p. 759) o campo é como um “universo intermediário que traduz em linguagem própria, com seus códigos próprios, os conflitos entre sentidos que expressam

---

<sup>14</sup> “*Social space, of which field is but a subtype*” (WACQUANT, 2018, p. 3)



as relações de força”, ou seja, as relações de dominação. Veenstra (2018) endossa a ideia de que os campos possuem uma lógica própria que dão sentido às ações que ocorrem dentro dele. Já Wong (2018) entende o campo como um sistema lógico tomado por agentes, que podem ser pessoas ou instituições, que definem e são definidos pelas posições sociais que ocupam. O mesmo autor também denomina este como um campo de forças onde as relações de poder são exercidas por meio de disputas internas.

Para Bowden (2019) o conceito de campo é tanto um dispositivo teórico quanto um método analítico e é melhor entendido como as arenas competitivas nas quais os atores com diferentes tipos de capital competem para alcançar a posição. Prieur (2017) enxerga o campo como um espaço de forças onde os agentes sociais em diferentes posições se esforçam para obter o reconhecimento dos outros participantes, lutando por um capital simbólico específico do campo. Para Robinson *et al* (2017), nos campos há interesses específicos e interesses que são irreduzíveis às apostas e interesses encontrados em outros campos, ou seja, cada campo possui uma dinâmica. Levy *et al* (2017) adotam o entendimento de que o campo é uma rede de relações objetivas cujo elos estão assentados de acordo com as formas de poder ou capital. Assim, os autores consideram esse um campo de força cuja distribuição de capitais (escassos) configura as relações hierárquicas e de poder entre seus agentes. Neste campo, marcado pela disputa por capitais escassos, são empreendidas estratégias de manutenção (pelos dominantes) e subversão (pelos dominados) do *status quo*. Um agente dotado de capital consegue operar efetivamente dentro do campo e disputar recursos e posições sociais.

Os campos são locais de disputa pela acumulação das diferentes espécies de capital que garantem aos agentes a ocupação de posições de destaque. Um campo é uma arena espacialmente estruturada de ação, e proceder em uma, significa atuar em um domínio concreto de ação que é, dessa forma, estruturada (SCHATZKI, 2018). Nesse sentido, Luedke (2018) enxerga no campo um lugar que representa padrões de estruturas de poder por meio do acúmulo de determinadas formas de capital que são valorizadas. De forte característica relacional, os campos são estruturados por posições com propriedades distintas e distintivas. Kalfa *et al* (2017) afirmam que Bourdieu faz uma analogia entre campo e “jogo” porque há algumas semelhanças entre eles. Para eles, os agentes (jogadores) disputam (competem), por meio do emprego de recursos (capital), posições diferenciadas para o domínio do campo (domínio significa o monopólio da violência legítima) – que garante ao dominador o poder de alterar as regras do jogo, por exemplo –.

Os campos, conforme já citado por Bourdieu, são realmente espaços estruturados de posições ocupadas por agentes que disputam poder por meio da aquisição de capitais.

Buscarei a partir daqui complementar as definições acima com algumas propriedades apresentadas por Bourdieu (1984).

Segundo o autor, em qualquer campo há lutas “entre o novo que entra e tenta arrombar os ferrolhos do direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência” (BOURDIEU, 1984, p. 120). Nessas lutas por distinções, há o amplo emprego de várias espécies de capital simbólico – que podem ser compreendidos como legítimas competências ou autoridade, e que nada tem a ver como o capital no sentido econômico – Berard; Meeker (2018). Segundo estes autores, os processos de disputa ocupam a ideia central dos campos sociais em geral que reconhecem, equivocadamente, estes campos semi-autônomos como sendo autônomos o que sugerem ser uma “ignorância endêmica (...) e uma cumplicidade involuntária na reprodução das relações de classe capitalistas” (BERARD; MEEKER, 2018, p. 4).

Dentro da ideia de distinção e ocupação de diferentes posições no campo, Bourdieu (1984) identifica que, dependendo de qual posição ocupada, os agentes adotarão estratégias ortodoxas e heterodoxas. As primeiras, a cargo dos que ocupam uma posição de dominação – ou seja, monopolizam o capital específico que lhe garante o exercício do poder no campo –, tenderão a adotar as estratégias ortodoxas de conservação. Os menos providos de capital – ou seja, que ocupam uma posição de dominados – buscarão a subversão. O autor exemplifica:

A oposição entre os paladinos e os pretendentes institui no interior do mesmo campo a tensão entre aqueles que, como em uma corrida, esforçam-se por ultrapassar seus concorrentes e aqueles que querem evitar ser ultrapassados (BOURDIEU, 1996b, 147).

Além de reconhecer o campo como um local de disputas, composto por agentes que dominantes e dominados, é igualmente importante compreender o que causa essa disputa, ou seja, como ela começa. Para Bourdieu (1984, p. 120), um dos principais fundamentos do campo, e que o define, é a presença de algo a ser disputado. Sem um “prêmio”, não há disputas e, conseqüentemente, não existe campo – é a partir de uma recompensa que os agentes assumem posições de disputa que estruturarão o campo: “para que um campo funcione, é necessário que haja paradas em jogo e pessoas prontas a jogar esse jogo”.

Para o autor o que os agentes buscam é o “monopólio da violência legítima” ou da violência simbólica que pode ser, por exemplo, pelo poder impositivo, de inculcação, pela criação de instrumentos arbitrários de conhecimento e de expressão da realidade (BOURDIEU, 1989, p. 120) ou “pelo direito de dizer o certo, o verdadeiro, o bem, e todos os valores ditos universais, na qual a referência ao universal, ao justo, é a arma por excelência”

(BOURDIEU, 1996a, p. 220). Para ele, “A violência simbólica é essa violência que extorque submissões que sequer são percebidas como tais, apoiando-se em ‘expectativas coletivas’, em crenças socialmente inculcadas” (BOURDIEU, 1996a, p.171).

Apesar do autor adotar o termo violência, sua atuação apoia-se de forma pacífica na “consonância entre as estruturas constitutivas do *habitus* dos dominados e a estrutura da relação de dominação a qual eles (ou elas) se aplicam” (BOURDIEU, 1996a, p. 194). Portanto, o conjugação de *habitus* mais campo cria agentes dóceis que não reconhecem tal relação de dominação motivo pelo qual agem de forma pacífica. Para Kalfa; Wilkinson; Gollan (2017) a aceitação inconsciente da estrutura do campo, por meio de uma crença compartilhada, é o exercício efetivo desse poder simbólico incontestável onde o dominado é cúmplice de sua própria dominação – sendo uma forma de controle sutil. Nesse sentido, (BOURDIEU, 1996a, p. 181) afirma que a cumplicidade dos dominados é condição fundamental para que as relações de violência ocorram: “O dominado colabora com sua própria exploração através de sua afeição e de sua admiração”. Segundo Wacquant (2018, p.8) o poder simbólico é o “epicentro e o ápice” do trabalho de Bourdieu.

Para que um campo funcione “é necessário que haja riscos em jogo e pessoas prontas a jogar esse jogo, dotadas do *habitus* que implica o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo [...] etc” (BOURDIEU, 1984, p. 120). Estas leis, princípios legítimos de visão e divisão, chamadas de *nomos* por Bourdieu (1996b), são leis fundamentais, incontestáveis, duradouras e que podem ser jurídicas ou resultantes, conforme já citado, da aceitação tácita por parte dos agentes do Campo. Nesse sentido, (KIM, 2018) afirma que o monopólio da violência simbólica só consegue ser exercido pelo Estado porque a *nomos* garante a onipresença deste por meio do *habitus*. Os campos são um paradoxo, pois são, ao mesmo tempo, espaços de conflitos e competição, assim como de concordância implícita, a *doxa*, sobre o seu funcionamento. Sobre a *doxa*, Bourdieu afirma que:

A *doxa* é um ponto de vista particular, o ponto de vista dos dominantes, que se apresenta e se impõe como ponto de vista universal; o ponto de vista daqueles que dominam dominando o Estado e que constituíram seu ponto de vista em ponto de vista universal ao criarem o Estado (BOURDIEU, 1996a, p.120).

A única forma de aceitar pacificamente um ponto de vista particular, como sendo universal, é por meio da dominação do Estado – falando em nome do Estado. Nesse sentido, Bhattacharyya (2018, p. 8) afirma que a *doxa*, para Bourdieu, se manifesta por meio de crenças inconscientes e “valores tomados como garantidos que permanecem em grande parte

indiscutíveis na vida cotidiana” porque quem fala, fala em nome do Estado, ou seja, de uma *nomos* cogente. “Tanto a *doxa*, o consenso, quanto o *nomos*, as leis gerais que regem o campo, são amplamente aceitos e legitimados pelo meio social” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 37). Nesse sentido, Bourdieu (2001, p. 117) toma como exemplo o *nomos* do campo econômico: “negócios são negócios” – legitimando, dessa maneira, qualquer ação que elimine sentimentos que possam macular a lógica econômica.

Além da existência de regras reguladoras do campo – o *nomos* –, e do consenso entre os agentes do campo – a *doxa* –, há também a presença de uma recompensa pela a qual todos lutam – a *illusio*. Desrochers et al. (2018, p. 3) deram um destaque especial à *illusio* porque, para eles, através de seu estudo é possível compreender o capital simbólico e os efeitos simbólicos do capital. Ao citarem Bourdieu, eles afirmam que além desta compreensão, “a *illusio* define a relação entre quem constrói o *habitus* do campo; revela ‘o conluio’ dos agentes... que é a raiz da competição o que os coloca uns contra os outros e que faz o jogo em si. O campo é um espaço privilegiado de socialização e um dos efeitos da socialização do campo é a obriedade do valor do troféu, ou seja, no valor creditado por determinada pessoa a determinado evento ou objeto. A título de exemplo, um diploma acadêmico só possui valor dentro do campo acadêmico, e fora deste campo assume um valor difuso onde apenas alguns podem compartilhar desta *illusio*, ou seja, atribuir-lhe valor ou não. “A *illusio* faz parte da ação, da rotina, das coisas que se faz e que se faz porque se fazem e na verdade sempre se fez assim” (BOURDIEU, 2001, p. 124).

Assim, um campo é caracterizado por tensões e contradições que geram conflitos, sobretudo quando os agentes tentam redefinir o que deve ser considerado como poder (ou seja, capital) e como o poder deve ser distribuído (KALFA; WILKINSON; GOLLAN, 2017). Estudos críticos mais recentes, empreendidos por Schmitz *et al* (2017, p. 69), concentram o foco no estudo da teoria de campos ao destacarem uma abordagem generalizada que reconstrói o campo de poder como “campo de campos” aderindo, assim, “às próprias intenções de Bourdieu no desenvolvimento da teoria do espaço social, enquanto também para uma teoria da hierarquia de campos”. Para os autores, predomina a concepção de que os campos gozam de relativa autonomia desconsiderando, sistematicamente, casos heterônomos. Eles argumentam que o campo do poder é um campo de interdependência mútua entre campos – citam o exemplo do poder do campo jornalístico sobre o campo político, sugerem estudos que aprofundem a ameaça sofrida pelo campo ciência por diversos outros campos, etc.

O campo de poder é uma perspectiva mais ampla de estudo dos campos mas que se situa um nível abaixo do espaço social (que compreende o todo). Segundo Bourdieu (1996a, p. 51), a ideia surgiu “para dar conta de efeitos estruturais que não podiam ser compreendidos” sem uma visão mais ampla. O autor estava se referindo à “certas propriedades das práticas e das representações de escritores ou de artistas que apenas a referência ao campo literário ou artístico não permitia explicar inteiramente”.

Para Bourdieu (1996a, p. 52), o campo de poder e campo político são distintos. O campo de poder é “o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente”. Ora, se é verdade que cada campo é dominado por um agente que concentra um capital específico, então no caso do campo de poder a concentração deste capital é suficiente para dominar outros campos. Bourdieu afirma, ainda, que as disputas entre os agentes se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é questionado. Veenstra (2018, p. 50) entende que:

“A interpenetração de todos esses campos (...) é o campo do poder, um espaço social abrangente que molda esses outros campos em maior ou menor extensão, mas também é moldado coletivamente por eles. É no campo do poder que posições são posições de classe e onde os habitantes das coleções dessas posições têm o potencial de formar classes sociais”.

Como as posições de classe perpassam os campos, o autor sugere que a pesquisa sobre o campo de poder “exige claramente a medição de todos os recursos relevantes mantidos por uma pessoa, e nenhum recurso pode ser examinado isoladamente dos outros” – pois não podemos esquecer que se trata de uma análise relacional. O campo de poder, por ser multidimensional, não dispõe linearmente as posições de classe (VEENSTRA, 2018, p. 51).

O artigo produzido por Zeng (2018) é um exemplo de estudo de um campo de poder. O autor revelou a influência do campo político sobre o campo jornalístico na China mapeando a morfologia deste último. Uma das principais contribuições deste artigo foi a identificação de quatro tipologias de jornalistas situados em um campo estruturado de acordo com a agência a que o jornalista está vinculado (estrangeira ou local) e ao seu *habitus* jornalístico (mais ou menos cosmopolita). A partir daí é possível observar se os jornalísticas do campo publicam de forma mais ou menos independente.

Ainda na China, Ma (2018) estudou a influência do campo político chinês sobre o campo cultural financiando e resgatando a ópera tradicional chinesa *Kunqu*, usando-a como uma ferramenta ideológica. Nas palavras da autora:

A ascensão de *Kunqu* reflete a castração política da classe média chinesa do novo milênio, com seu valor e identidade baseados em uma distinção de classe de lazer histórica fantasiada e consumo conspícuo associado. O estabelecimento de um novo mundo de arte *Kunqu* exemplifica as características do mercado de arte chinês, que é desenvolvido sob o monopólio do "banco central" do partido-estado, para a evolução e legitimidade ideológica do Partido Comunista Chinês (MA, 2018, p. 1)

Corroborando, ainda, com a ideia das várias espécies de campo, algumas pesquisas estudaram campos específicos. Schmutz *et al* (2018) estudaram o processo de consagração cultural retrospectiva no campo da música popular. Adotando os ensinamentos sobre os princípios de legitimidade competitivos que operam em campos de produção cultural – apresentados por Bourdieu em sua obra “o campo da produção cultural” – os autores identificaram quem são os agentes do campo e descobriram que os ritos de consagração podem servir para revelar conflitos, assim como construir um consenso em relação à reputação de artistas e suas obras.

A teoria bourdieusiana também foi referenciada por Quinlan (2019) no estudo do campo do combate ao terrorismo em Nova Iorque. O artigo amplia o conhecimento bourdieusiano em criminologia e segurança, explorando como um *habitus* de policiamento resiliente (por meio da adoção de estratégias inovadoras de contraterrorismo) do Departamento de Polícia de Nova Iorque (NYPD) o levou a subverter sua posição subalterna em relação ao Escritório Federal de Investigação (FBI) no campo de combate ao terrorismo na cidade.

Costa (2017) investigou o campo científico contábil no Brasil – identificando disputas simbólicas em busca de uma posição de destaque no campo. Os agentes, ao lançar mão de um *habitus* produtivista<sup>15</sup>, acumulam capital científico que lhes conferem poder simbólico por meio de prestígio, reconhecimento e distinção no campo. Nas palavras do autor:

O mercado de bens científicos tem suas leis e regras impostas pelos agentes que atuam em instituições de ensino e órgãos reguladores da pesquisa dominantes no campo, que nada têm a ver com valores éticos, neutralidade ou progresso científico, mas com o prestígio e reconhecimento no campo por meio do valor distintivo do seu produto, proporcionado pelos produtos diferenciados e originais, de certa forma, escassos no mercado científico (COSTA, 2017, p. 29).

A prática do campo de pesquisa agropecuária no Brasil também foi objeto de estudo. Rivera (2015) estudou as características distintivas entre os agente assim como a dinâmica das disputas pela influência nas pesquisas agropecuárias. Estas disputam ocorrem entre duas

---

<sup>15</sup> O autor entende como *habitus* produtivista: publicações científicas, títulos, participações em congressos e encontros, participações em bancas, etc.

posições: uma que defende uma agricultura moderna e que atenda os fins sociais e outra que busca o fortalecimento de projetos de cunho ambiental e social. Os autores concluíram que o campo está estruturado de modo a privilegiar os agentes que possuam capital social (redes de contato), simbólico (cargos ocupados), financeiro e científico – os agentes lançam mão ora de seus conhecimentos científicos, ora do poder derivado do cargo que ocupa na empresa. Aqueles que tentam subverter o poder institucionalizado buscam recursos extra empresa para financiar seus projetos. Nesse sentido os autores concluem que “este estudo aponta para a necessidade de refletir sobre a influência de outros campos na criação de falsas antinomias e de falsos problemas que atravancam o desenvolvimento da prática, tornando-a dependente de campos externos” (RIVERA, 2015, p. 578).

Já Roling, Vieira (2014) sugerem a adoção da teoria de campo e *habitus* de Bourdieu como uma alternativa para pesquisas em *Marketing* porque, segundo os autores, os pesquisadores conseguirão compreender os fenômenos de *marketing* em diferentes realidades. Assim, se um pesquisador optar:

por analisar o comportamento de consumo em determinado segmento de mercado, ele pode constituir o campo empírico que envolve aquele segmento em qualquer lugar e encontrar a explicação para tal fenômeno respeitando a diversidade que envolve o consumo. Isso não apenas para o comportamento de consumo, mas, também, para questões estratégicas e de produção de significados em Marketing (ROLING; VIEIRA, 2014, 71).

Os autores corroboram com a ideia, ora esposada, de que Bourdieu lançou as bases de uma teoria de campo de ampla aplicabilidade. Por isso, eles concluem que essa forma de investigar é aplicável aos campos e segmentos de *marketing*.

Até o presente, os conceitos de *habitus* e campo foram amplamente apresentados. Porém, nesse percurso, o termo capital tem permeado essas duas abordagens. Este último, assim como o *habitus*, possui uma estreita relação com o campo pois as disputas que ocorrem nesta arena tem como finalidade, dentre outras, a distribuição das formas de capital. Essa relação fica mais clara quando (BOWDEN, 2019, p. 2) diz que “O conceito de campo de Bourdieu é tanto um dispositivo teórico quanto um método analítico e é melhor entendido como as arenas competitivas nas quais os atores com diferentes tipos de capital competem para alcançar a posição”.

### 2.1.2 *Habitus*: a lógica da prática.

O *habitus* é um tema recorrente nas obras de Bourdieu, ou seja, a ideia não foi explorada em apenas um livro, mas em vários. Bourdieu (1989) afirma ter sofrido influência de dois artigos de Panofsky, que explicava o efeito do pensamento escolástico no terreno da arquitetura, para desenvolver uma noção de *habitus* própria recusando, conseqüentemente, todo o aparato teórico-social disponível na época – que estudava o tema sob a perspectiva do consciente e do inconsciente; do finalismo e do mecanicismo; e etc. A clareza advinda da abordagem de Panofsky se apresentou como uma possibilidade de ruptura com o paradigma estruturalista (que reduzia o papel do agente como suporte da estrutura) evitando, ao mesmo tempo, a filosofia do sujeito ou da consciência. As primeiras aplicações feitas por Bourdieu à noção de *habitus* desejava evidenciar um agente ativo cujo poder gerador adviesse de um conhecimento adquirido – uma disposição incorporada – que prescindisse de raciocínio para se orientar e se situar de maneira racional num espaço. O objetivo do autor era “sair de uma filosofia da consciência sem anular o agente na sua verdade de operador prático de construções de objeto” (BOURDIEU, 1989, p. 62).

Convergingo para esta perspectiva, corroboram que para a teoria bourdieusiana as estruturas sociais exercem grande influência sobre os agentes, que responderão, cada um, de forma diferente às disposições estruturais, pois esta reação – o *habitus* – dependerá da gênese social de cada um desses agentes.

Segundo Wacquant (2017, p. 213) o termo *habitus* provém do pensamento aristotélico de *héxis*, “significando um estado adquirido e firmemente estabelecido do caráter moral que orienta os nossos sentimentos e desejos numa situação e, como tal, a nossa conduta”. A *héxis* passou a ser estudada como *habitus* – participio passado do verbo *habere* que significa ter, no sentido de possuir – por Tomás de Aquino (no século XIII). Ao longo do tempo, por Durkheim, Mauss, Weber, Veblen, Husserl, Merleau-Ponty e Norbert Elias (WACQUANT, 2016b). Mas foi com Bourdieu que o termo transcendeu a oposição entre objetivismo e subjetivismo (SETTON, 2018). O autor apresentou como o mundo exterior que é internalizado pelos indivíduos, na forma de disposições incorporadas, duráveis, conduzindo-os a pensar e agir de acordo com o meio social – que os constroem, sobretudo, em suas respostas criativas. Para ele: “o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (...) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural” (BOURDIEU, 1989, p. 61).

Para Woortmann (2004, p. 130) *habitus* “é conjunto de disposições internalizadas e naturalizadas. [...] Esse *habitus* conduz a [...] uma ‘orquestração sem maestro’ das práticas e



das estratégias”. Para Thiry-Cherques (2006) o *habitus* é um sistema de disposições que influenciam a percepção, a ação e os sentimentos individuais conduzindo-os de acordo com determinada circunstância.

Já Wacquant (2017) entende que o *habitus* é um sistema de disposições, fruto de experiências passadas, e que funciona como uma matriz de percepções. Para ele, “o *habitus* capta a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade” (WACQUANT, 2016b, p. 65). Essa forma de interação com o espaço social – absorvendo e respondendo aos seus estímulos<sup>16</sup> – faz do *habitus* uma “estrutura estruturante, que organiza as práticas e a percepção das práticas, o *habitus* é também estrutura estruturada: o princípio de divisão em classes lógicas que organiza a percepção do mundo social é, por sua vez, o produto da incorporação da divisão em classes sociais” (BOURDIEU, 2011, p. 164).

A estrutura social, incorporada pelos agentes em suas experiências passadas, funciona como um balizador que influencia suas percepções e ações de modo ser possível a execução de multitarefas que convergirão, sempre, para os ditames sociais: “os esquemas do *habitus*, formas de classificação originárias, devem sua eficácia própria ao fato de funcionarem aquém da consciência e do discurso, portanto, fora das tomadas do exame e do controle voluntário” (BOURDIEU, 2011, p. 434). Ele complementa:

O *habitus* mantém com o mundo social (...) uma autêntica cumplicidade ontológica, origem de um conhecimento sem consciência, de uma intencionalidade sem intenção e de um domínio prático das regularidades do mundo que permite antecipar seu futuro, sem nem mesmo precisar colocar a questão nesses termos (BOURDIEU, 1987, p. 24).

Ao reconhecer o *habitus* como uma competência prática operada a nível de consciência na e para a ação, Wacquant (2016b, p. 66), apresenta cinco características do *habitus*, que segundo ele:

- (i) resume não uma aptidão natural, mas social que é, por esta razão, variável através do tempo, do lugar e, sobretudo, através das distribuições de poder;
- (ii) é transferível para vários domínios de prática, o que explica a coerência que se verifica, por exemplo, entre vários domínios de consumo – (...) – no interior e entre indivíduos da mesma classe e que fundamenta os diferentes estilos de vida;

---

<sup>16</sup> Segundo Setton (2018), essa leitura dialético-processual da natureza interdependente entre indivíduo e sociedade, típica do *habitus*, foi uma influência sofrida por Bourdieu dos ensinamentos de Norbert Elias. Berard; Meeker (2018) reconhecem que Elias foi importante para que Bourdieu conjugasse um inconsciente coletivo e estruturado escapando do inconsciente freudiano – reflexivo e analítico.

- (iii) é durável mas não é estático ou eterno: as disposições são socialmente montadas e podem ser corroídas, contrariadas ou mesmo desmanteladas pela exposição a novas forças externas (...);
- (iv) é dotado de inércia incorporada, na medida em que o *habitus* tende a produzir práticas moldadas depois das estruturas sociais que as geraram e na medida em que cada uma das suas camadas opera como um prisma através do qual as últimas experiências são filtradas e os subsequentes estratos de disposições são sobrepostos (daí o peso desproporcionado dos esquemas implantados na infância);
- (v) introduz um desfasamento e, por vezes, um hiato entre as determinações passadas que o produziram e as determinações atuais que o interpelam: como ‘história tornada natureza’, o *habitus* ‘é aquilo que confere às práticas a sua relativa autonomia no que diz respeito às determinações externas do presente imediato.

Nesse sentido, o *habitus* é um operador analógico – adquirido pela interiorização das estruturas sociais, que garante que as práticas de cada campo sejam compreendidas (internalizadas) e aplicadas (externalizadas) (SCHATZKI, 2018). Portanto, o *habitus* reflete o campo de modo a preencher:

uma lacuna que em uma outra filosofia, confiamos a consciência transcendental: é um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo (BOURDIEU, 1996, p. 144).

Nesse diapasão, Zeng (2018) ao considerar o *habitus* como um sistema de corporificação das disposições individuais e coletivas, informa que ele pode ser adquirido de duas formas: por meio de uma socialização primária (*habitus* primário) – oriundo das relações familiares – e por meio de uma socialização secundária (*habitus* secundário) – provenientes de experiências escolares ou laborais-. Em nível individual, as primeiras experiências são importante pois representam a forma como aprendemos as regras de um jogo. Em nível coletivo, o *habitus* é um sistema co-criado de *modus operandi* internalizado que exige dos agentes um conhecimento prévio de suas regras (*nomos*) ao entrar em um campo, caso almejem legitimidade dentro no campo.

Conforme já citado acima, Bourdieu (2001, p. 185) reitera que o *habitus* se manifesta no corpo. Segundo ele, “o corpo está no mundo Social, mas o mundo social esta no corpo (sob

forma de *hexis* e de *eidos*)”. O autor acredita ainda que é na interação com o campo que essas manifestações ficam mais evidentes pois cada campo tem um *habitus* específico que:

não e outra coisa senão um modo de pensamento específico (um *eidos*) princípio de uma construção específica da realidade, fundado numa crença pré-reflexiva no valor indiscutível dos instrumentos de construção e dos objetos assim construídos (um *ethos*) (BOURDIEU, 2001, p.121).

Nesse sentido, os postulantes ao jogo devem assumir um *habitus* compatível com o campo em questão adotando o seu modo de pensar específico (*eidos*) – fundado em uma crença pré-reflexiva –, respeitando suas disposições morais e princípios práticos (*ethos*), e assumindo posturas compatíveis com as do campo (*hexis*). Costa; Murphy (2015) acreditam que com o *habitus*, Bourdieu tentou acessar comportamentos internalizados, percepções e crenças que os indivíduos carregam consigo e que, em parte, são traduzidos nas práticas que transferem para e dos espaços sociais nos quais interagem. Para os autores, nossas escolhas:

“são moldadas por estruturas subjacentes ao meio que nos circunda, este meio produz condutas de ação que são incorporados pelo indivíduo. Estas condutas de ação são o que o autor chama de disposições que são interiorizadas de forma inconsciente e exteriorizadas conforme são demandadas em determinadas situações”. (COSTA; MURPHY, 2015, p. 4)

Dessa maneira, Wacquant (2019, p. 120) cita três dimensões do *habitus*: “cognitiva (percepção), conativa (habilidades) e afetiva (desejo, ou a ‘dimensão lasciva da formação de *habitus*’). Portanto, o *habitus* é esse sistema socialmente constituído de estruturas cognitivas e motivadoras” que molda e coordena os padrões de prática do campo. Uma verdadeira “gramática gerativa” que molda a ação irrefletida de uma forma incorporada, enquanto ainda deixa espaço para estratégias e práticas individuais (DODD et al., 2019, p. 7). Para Prieur (2017, p. 9), a posição do agente no espaço social influencia a sua percepção do mundo social. Isso ocorre porque o *habitus* de um agente tenderá a influenciá-lo em tudo, desde as suas “aspirações sociais até julgamentos morais”. Desse modo, as escolhas de determinado agente podem ser enxergadas como um “compromisso entre o que é procurado e o que é percebido como possível e desejável buscar ou como apropriado para si mesmo procurar. Esta configuração de aspirações e julgamentos é como as condições estruturais funcionam através das mentes dos agentes sociais”.

O *habitus* também é um “princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas” (BOURDIEU, 1996, p.

21). Portanto, o autor reconhece que os *habitus* são distintos e distinguidos porque “põem em prática princípios de diferenciação diferentes ou utilizam diferenciadamente os princípios de diferenciação comuns” (BOURDIEU, 1996, p. 22).

Considerando que os conceitos de Bourdieu foram aplicados a uma ampla gama de disciplinas, influenciando uma variedade de áreas de conhecimento, Costa; Murphy (2015) resolveram estudar aquele que, na visão dos professores, se tornou mais proeminente nos últimos anos – o *habitus*. Eles dedicaram um livro que ilustra a diversidade de contextos dentro dos quais o conceito de *habitus* é aplicado, notadamente nas áreas de educação, mobilidade econômica e social, imigração, criminalidade juvenil, e práticas digitais.

A parte dois do livro, intitulada “*habitus*, transições e trajetórias”, é possível encontrar três capítulos. No primeiro Stahl (2015) explorou como os atuais discursos neoliberais dominantes, que priorizam uma visão de aspiração competitiva, econômica e baseada no status, moldam as subjetividades de meninos, jovens aprendizes brancos, da classe trabalhadora do sul de Londres no que concerne as suas próprias identidades de aprendiz, aspirações e senso de valor. Neste caso, Costa *et al* (2015, p. 9) destacam que o autor reflete criticamente: “como o *habitus* tem a capacidade de melhorar a compreensão de como os meninos fazem ‘trabalho de identidade’ ao se construírem como sujeitos de valor dentro dos discursos de *déficit*”.

Em seguida, Bodovski (2015) examinou como as práticas parentais precoces e as expectativas educacionais (medidas durante os anos do jardim de infância e da primeira série) afetam o *habitus* emergente e o desempenho acadêmico dos alunos quando chegam à adolescência (medidos no 9º ano). Suas descobertas problematizam as maneiras pelas quais o *habitus* é moldado; eles abrem a questão de até que ponto o *habitus* é afetado pelas configurações estruturais que as crianças são criadas dentro ou por ações específicas dos pais tomadas dentro desses ambientes. Ao resumir as principais descobertas de sua pesquisa sobre os efeitos das crenças e práticas parentais em vários resultados educacionais autora contribui sensivelmente para a investigação no campo educacional. Para Costa; Murphy :

O capítulo de Bodovski dá uma contribuição importante à literatura teórica sociológica e educacional, em particular, propondo novas maneiras de operacionalizar um conceito teórico complexo de *habitus* usando as expectativas educacionais dos alunos, *locus* de controle interno e autoconceitos gerais e específicos da área. (COSTA; MURPHY 2015, p. 10)

Já Burke (2015), concentrando-se em um pequeno coorte de graduados da classe trabalhadora que se tornaram socialmente móveis, demonstra como sua mobilidade social foi

gerada através do *habitus*, ilustrando como uma experiência fora do ambiente pode reestruturar o *habitus* de classe.

France (2015) investigou como o *habitus* dos jovens, de bairros altamente desfavorecidos no Reino Unido, pode prepará-los para uma vida de criminalidade. O autor concluiu ser possível entender como o *habitus* é formado e informa a prática social dos jovens. Ele descreve a maneira como o conceito de *habitus* conecta os dados empíricos e a teoria, fornecendo insights analíticos sobre como a história, os valores e o conhecimento local moldam os jovens.

A parte três do livro se chama “*habitus transformado: os efeitos da mobilidade*”. Em seu primeiro capítulo, Nowicka (2015) investiga como o *habitus* do migrante polonês na Alemanha e no Reino Unido se transforma e como os migrantes transferem habilidades interculturais recém-adquiridas através de suas redes sociais para seus locais de origem.

Em seguida, Cairns (2015) faz uma reflexão sobre as motivações de jovens emigrantes portugueses para a Irlanda durante o período de 2010-2012. Após analisar relatos de vários jovens, com educação superior, sobre a decisão de sair ou permanecer em seu local atual de residência, concluiu que a predisposição da mobilidade está relacionada ao *habitus*. Seu estudo contribui para ampliar a visão reducionista e simplista de que fatores econômicos são as únicas motivações desses jovens. O autor destaca a importância do capital social e econômico nesse processo de mudança.

Já Li (2015) estuda as trajetórias educacionais dos estudantes rurais chineses. Através do estudo de suas trajetórias educacionais, o autor revela que apesar deles responderem bem ao *habitus* escolar, a mudança para o campo universitário urbano é traumática. Isso porque essa transição evidencia seus sentidos de inferioridade e auto-exclusão.

A última parte do livro se ateve a estudar o *habitus* online, ou seja, como o mundo digital pode ser entendido através de uma lente sócio-teórica. No penúltimo capítulo Costa (2015) utilizou o conceito de *habitus* como construto teórico e método de pesquisa para capturar e compreender o significado das práticas digitais dos pesquisadores acadêmicos engajados em práticas de bolsas digitais em seu *habitus* acadêmico.

No último capítulo desta seção, Davies (2015) explora o engajamento *on-line* dos jovens por meio do conceito de *habitus*. De acordo com Davies, a pesquisa existente sobre jovens *on-line* tende a sugerir que os jovens, especialmente jovens de baixa classe socioeconômica, são, na melhor das hipóteses, apenas semi-alfabetizados digitalmente e reproduzem informações incorretas na web. Para Davies, operacionalizar o *habitus* ao mesmo

tempo em que sensibiliza o uso da Web para seus contextos mais amplos, pode ajudar a corrigir o equilíbrio. Este caso específico remete à crítica feita por Wacquant em relação à:

multiplicação cômica do *habitus* urbano em estudos recentes: ‘*habitus* metropolitano’, ‘*habitus* suburbano’, ‘*habitus* de gentrificação’, ‘*habitus* pontocom’, para não mencionar o absurdo ‘*mini-habitus*’ (talvez pavimentando o caminho para o *nano-habitus*) (WACQUANT, 2018, p.10)

Para ele, o surgimento isolado dessas espécies de *habitus* denotam o desconhecimento do conceito de *habitus*, pois estudar este fenômeno requer sua associação a espécies de capital e a um campo.

Neste tópico foi possível observar que o *habitus*, como disposições incorporadas que moldam as práticas, foi uma tentativa bourdieusiana de explicar a lógica destas práticas intencionais – apesar de nem sempre serem conscientes –, segundo (VEENSTRA, 2018). O olhar para o *habitus*, como um fenômeno social relacional, é indissociável da necessidade de compreensão das estruturas sociais (campos) que o produzem e o mudam. Ora, se o *habitus* é uma subjetividade socializada – incorporada tanto individual como coletivamente pelos agentes –, então sua apreensão só será completa através das inter-relações estabelecidas nos espaços sociais aos quais pertencem (COSTA *et al*, 2015), ou seja, no campo – já percorrido.

Veremos, no próximo tópico que os capitais como “recursos materiais e simbólicos para a ação intencional dentro dos campos que também posicionam as pessoas neles” (VEENSTRA, 2018, p. 50).

### 2.1.3 Os capitais

O termo capital é presença constante nas conceituações de campo. Isso ocorre porque esse tipo de recurso é amplamente empregado em processos de conquista das posições mais vantajosas no campo (Erel; Ryan, 2018). Para Bourdieu:

O capital é o trabalho acumulado (na sua forma materializada ou na sua forma incorporada) que, quando apropriado privativamente, ou seja, exclusivamente, por agentes ou grupos de agentes, permite que eles se apropriem da energia social na forma de trabalho vivo ou reificado. (BOURDIEU, 1986, p. 241)

A perspectiva supracitada amplia a visão econômica de capital. Segundo Bourdieu (1986), essa foi uma estratégia para explicar a estrutura e o funcionamento do mundo social. Segundo ele, se por um lado a teoria econômica lançou sobre o mundo social um olhar de economia das práticas, por outro, reduziu-o às trocas mercantis – orientadas objetivamente e

subjetivamente para a maximização do lucro (visão econômica) – desconsiderando outras trocas não-econômicas. Para o autor, a economia – por não prever a totalidade das trocas econômicas – não pode sequer ser considerada uma ciência do campo da produção econômica. A economia das trocas mercantis é apenas um caso particular de troca, dentre outras várias formas.

Nesse sentido, é um fato que o termo capital foi emprestado da economia. Porém, ele foi profundamente repensado de uma economia das práticas para uma economia geral das práticas (LEBARON, 2017). O autor, cita como exemplo o estudo da transmissão patrimonial – cuja noção foi ampliada de uma visão econômica de capital (objetivada) para uma perspectiva de capital cultural (subjetivada). O estudo da herança patrimonial também focou na perspectiva biológica – no patrimônio genético. Para o autor, a herança dos estados físico e fisiológicos podem ser revertidos em recursos sociais. A ideia de capital corporal “não é apenas um dado (...), na medida em que ele é suscetível de conhecer variações culturais e sociais (LEBARON, 2017, p. 101). Para (XU, 2019, p.2), quando Bourdieu previu que o capital poderia assumir as formas objetiva ou corporificada – com potencial de gerar lucros e de se reproduzir – desafiou “a miopia de ver o capital apenas como ativos monetários”.

Então, o termo capital passou a ser entendido como um recurso que pode ser acumulado e revertido para a dominação de um determinado campo, ou seja, é uma “energia social que existe e produz seus efeitos apenas no campo em que ela se produz e se reproduz” (BOURDIEU, 2011, p. 107). Como recurso, este capital compõe um patrimônio, em sentido *lato* e, como tal, pode ser estocado para ser utilizado na constância do tempo, ou futuramente – em certos casos, “ele tem a característica de poder (...) *podendo* ser investido e acumulado de modo mais ou menos ilimitado” (LEBARON, 2017, p. 101).

Erel; Ryan (2018, p.2) reconhecem com a ideia de capital como um recurso conversíveis em posições vantajosas nos campos sociais e, para eles, esta conversibilidade é o que distingue o capital de um recurso pois “mobilizar recursos para constituir capitais (...) não é simplesmente baseado em esforços individuais, mas um processo sistêmico, que envolve a mobilização de tais recursos e tomada de posição em campos. Porém, é sobretudo a posse de capitais valorizados que distinguem os agentes do campos. Nesse sentido, “os capitais têm dupla funcionalidade na teoria: os capitais são recursos para se engajar em ações estratégicas que são fundamentalmente destinadas a garantir a aquisição e retenção de capitais” (VEENSTRA; ABEL, 2019, p. 1). Para (ATKINSON, 2018, p. 4), a posse de uma certa quantidade do capital predominante do campo torna certas experiências “prováveis ou improváveis, rotineiras ou raras, e certas ações e estratégias objetivamente possíveis ou

impossíveis”. Veenstra; Abel (2019) afirmam também que Bourdieu se ateve, com a teoria de capitais, em estudar as relações de poder entre agentes que se revela, sobretudo, por meio de disputas por distinção quando estes agentes “recorrem a uma variedade de recursos econômicos, culturais e sociais - capitais - para manter e melhorar suas posições na ordem social”. Assim, a posse de capitais comanda as (im)possibilidades objetivas de cada agente no campo assim como suas (im)potências (BOURDIEU, 2011).

Sendo assim, (BOURDIEU, 1996a, p. 19) ensina que os agentes são dispostos, na primeira dimensão, de acordo com o volume de global de capitais que possuem e na segunda dimensão, de acordo com o peso relativo de seus capitais no campo. Então, é possível observar o caráter relacional do capital, ou seja, ele produz efeitos apenas no campo onde ele se produz e se reproduz:

Isso significa, concretamente, que a posição social e o poder específico atribuídos aos agentes em um campo particular dependem, antes de mais nada, do capital específico que eles podem mobilizar, seja qual for sua riqueza em outra espécie de capital - que pode exercer, todavia, um efeito de contaminação. (BOURDIEU, 2011, p. 107).

A compreensão do que é o capital na prática fica mais clara quando são apresentadas suas espécies – algumas em estado objetivado e outras em estado incorporado –, todas são instituídas. Lebaron (2017) explica que os capitais quando assumem um estado objetivado são passíveis de avaliação e conversão monetária imediata – a exemplo de títulos mobiliários. Já os capitais em estado incorporado operam no *habitus* (corpo e cérebro) dos agentes (WONG, 2018). Sua ação social e psicossocial, institucionalizada, afeta diretamente o comportamento dos agentes porque a eles são outorgados ou reconhecidos certos direitos. Por exemplo: o campo do direito distingue o advogado do bacharel em Direito – para que aquele agente possa advogar, ou seja, entrar no campo é necessário que seja aprovado no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Após sua aprovação, este agente, na posição de advogado, incorporará o *habitus* deste campo cujo ritual<sup>17</sup> inicial é fazer um juramento e obedecer uma série de prerrogativas que moldarão a sua atuação – como vestir-se de forma “apropriada”.

Segundo Bourdieu (1986), o capital pode assumir três formas, a depender do campo em que funcione: (a) capital econômico, que pode ser institucionalizado na forma de direitos de propriedade – conversível imediatamente em dinheiro; (b) capital cultural, pode ser

---

<sup>17</sup> Tomando este exemplo do rito de ingresso no campo da advocacia, Bourdieu (1986, p. 247) cita que as relações sociais: “Podem também ser socialmente demonstradas e garantidas (...) por um conjunto de atos instituintes concebido simultaneamente para formar e informar quem se submete a eles; nesse caso, eles são mais ou menos realmente encenados e mantidos e reforçados, em trocas”.



institucionalizado na forma de qualificações educacionais – conversível, em certas condições econômicas, em capital econômico e; (c) capital social, opera na forma de conexões mas pode ser institucionalizado, por exemplo, na forma de título de nobreza – conversível, em certas condições, em capital econômico.

Seguindo a definição original, apresentada por Bourdieu (1986), parece haver consenso quanto à definição de capital econômico. Por exemplo, Bowden (2019, p.2) associa o capital econômico aos “fluxos de riqueza, lucros e finanças”. (Morris, 2017; Basaran, Olsson, 2017; Levy, Reiche, 2017; Wong, 2018) descrevem esse capital como ativos financeiros à disposição do agente. Para Veenstra (2018) esse capital inclui dinheiro e recursos, tais como propriedades que podem ser facilmente convertidas em dinheiro.

Já o capital social é aquele por meio do qual um agente tem acesso a recursos culturais que podem ser empregados em seu processo de diferenciação no campo (MORRIS, 2017). Levy; Reiche (2017) afirmam que os recursos reais e potenciais podem ser mobilizados através da participação em redes sociais (pertencimento a um grupo). Para Sadowski (2019, p.4), essa forma de capital resulta na “inclusão em grupos privilegiados – através de ritos de passagem (*por exemplo, exame da OAB*) ou através de ritos de herança (por exemplo, linha nobre)”. Dodd et al., (2019, p. 7) enxergam o capital social como “recursos latentes” das relações em rede com outros. Para Basaran; Olsson (2017, p. 11) este capital é constituído por redes de relacionamento “baseados no reconhecimento mútuo e na ‘união’ das capitais de todos os seus membros, por exemplo, filiação a sociedades privadas ou um nome de família que indica genealogia social”. Bourdieu (1986, p. 21) afirma que esta espécie só existe no estado prático, mantido por trocas materiais ou simbólicas. Há também a possibilidade desse capital ser ostentado na forma de um nome comum “o nome de uma família, uma classe, ou uma tribo ou de uma escola, etc”. O autor esclarece, ainda, que o volume do capital social é diretamente proporcional à qualidade e a quantidade das redes de relacionamento que o compõem. Essas redes, informa ele, são fruto do:

investimento em estratégias, individuais ou coletivas, conscientes ou inconscientes, visando estabelecer ou reproduzir relações sociais que são diretamente utilizáveis a curto ou longo prazo, ou seja, na transformação de relações contingentes, como as de vizinhança, (...) ou mesmo parentesco, em relacionamentos que são ao mesmo tempo necessários e eletivos, implicando obrigações subjetivas sentidas (sentimentos de gratidão, respeito, amizade, etc.) ou garantido institucionalmente (direitos). Isso é feito através da alquimia de consagração, a constituição simbólica produzida pela instituição social (*de parentesco ou afinidade*) e infinitamente reproduzida na e através da troca (de presentes, palavras, mulheres, etc.) que incentiva, que pressupõe e produz conhecimento mútuo e reconhecimento. (BOURDIEU, 1986, p. 22).

As trocas dentro da redes são seguidas por sinais de reconhecimento mútuo entre os agentes cambiantes e entre todos os que compõem o grupo, fortalecendo-o. Segundo Bourdieu (1986, p. 22), nas sociedades modernas as famílias perderam o “monopólio de estabelecimento de intercâmbios” que possam levar a relações duradouras (sancionadas pelo matrimônio). Paralelo a isso, há instituições que promovem trocas legítimas de acordo com a ocasião (por meio de eventos, reunião de egressos, caçadas, cruzeiros, etc) com o lugar (escolas, clubes, etc) ou com práticas (esportivas e recreativas) pois concentram, de maneira fortuita, um número de agentes homogêneos.

Para Serre; Wagner (2015), a cultura não poderia ser enxergada como capital sem a formação de um campo eminentemente intelectual relativamente independente do campo econômico. Nesse sentido, o capital cultural foi historicamente erigido em oposição a um modo econômico de dominação – um sinal distintivo da classe dominante que conta com o “conhecimento cultural, gostos, preferências, atitudes e comportamentos” (LEVY; REICHE, 2017, p.5). A concepção de capital cultural foi amplamente usada, por Bourdieu, para explicar as desigualdades de acesso e sucesso na educação superior (BOURDIEU, 1986). Usando suas explicações de como a educação reproduz a desigualdade, limitando a mobilidade intergeracional, Bourdieu rompeu com o senso comum que via o sucesso ou fracasso como um efeito de aptidões e capital humano Harvey; Mallman (2019).

Morris (2017) afirma que o capital cultural pode ser observado através das qualificações educacionais (títulos) e padrões de comportamento e consumo – são atitudes que promovem a mobilidade social dentro do campo. Dos vários exemplos de capital cultural Levy; Reiche (2017, p. 15) citam o conhecimento e perícia, credenciais formais, bem como “*habitus* de longa data - um sistema de disposições comportamentais e atitudinais adquiridas através do processo de socialização”. Para Dodd et al. (2019, p. 7) são exemplos de capital cultural o “conhecimento, habilidades, educação e disposições específicas de campo”. Para Sadowski (2019) o capital cultural – enquanto representação de classe – tende a ser investido pela família e transmitido a partir da socialização primária. Para o autor, tal recurso vai além do desenvolvimento humano – investimento monetário em educação e habilidades – porque contribui para o sucesso do agente através do *status*. (HARVEY; MALLMAN, 2019, p. 3) firmaram o entendimento de que esse capital refere-se a um conjunto legitimado de conhecimentos e disposições sociais oriundos de uma “educação parental, redes sociais e familiares e outras conexões com privilégios”.

Nesse sentido, Bourdieu (1986) identifica três tipos de capital cultural: incorporado (por exemplo, traços de caráter), objetivado (por exemplo, coleção de arte) e

institucionalizado (grau universitário). Veenstra (2018) atribui aos gostos e inclinações culturais intelectuais, as disposições duradouras da mente e do corpo características de capital cultural incorporado. Como capital cultural objetivado, ele cita a posse de bens culturais valorizados. Já as credenciais educacionais, certificados de competência cultural, seriam exemplos de capital cultural institucionalizado.

Em estado objetivado, o capital é apropriado materialmente o que Bourdieu (1986) pressupõe a presença de capital econômico e, simbolicamente, capital cultural. Quanto à incorporação do capital cultural, Bourdieu (1986, p. 18-19) afirma que grande parte de suas propriedades podem ser extraídas do fato de seu estado fundamental estar ligado ao corpo. O processo de acumulação desta espécie de capital se dá por um processo de inculcação e assimilação que demanda tempo e empenho pessoal do investidor. Portanto, ao contrário do capital econômico, que é apropriado instantaneamente, o capital cultural incorporado não pode ser comprado ou trocado. Entretanto, ele é adquirido inconscientemente de maneira disfarçada e predisposto a “funcionar como um capital simbólico, isto é, não é reconhecido como capital mas é reconhecido como competência legítima (...) é, sem dúvida a melhor forma de ocultação de transmissão hereditária do capital”.

Já o capital cultural institucionalizado, na forma de qualificações acadêmicas, é uma tentativa de neutralizar algumas das propriedades do fato de que, sendo incorporado, tem os mesmos limites biológicos que seu portador. Assim, Bourdieu (1986) explica que essa objetivação diferencia o portador do autoditado, por exemplo. A qualificação acadêmica certifica legalmente o agente quanto à sua competência cultural conferindo a este uma aparente autonomia. Levy; Reiche (2017, p.5) concluem que a apropriação da legitimação e do conhecimento cultural é vista como chave na construção e reprodução da dominação. Esta forma de dominação acentua ou mitiga as distâncias culturais, “monopolizando privilégios, excluindo e investindo novos ocupantes para cargos de alto status”.

Para Basaran; Olsson (2017, p. 11), a posse das formas de capitais – separadas ou conjuntamente – conferem poderes específicos, mas também poder simbólico, a quem os detém, ou seja, a efetividade desses capitais não se manifesta apenas em seu uso imediato, mas também através do significado socialmente reconhecido de sua mera posse. Nesse sentido, “o poder simbólico é uma forma transubstanciada de capital social, mas também econômico, cultural e teoricamente qualquer outro capital”.

Portanto, todas as três espécies de capital, quando ostentadas ou simplesmente possuídas, são formas de exercício de poder. Porém, o capital simbólico, igualmente legítimo, é tão evidente (*misrecognized*) que prescinde ser ostentado porque se manifesta no íntimo de

cada agente do campo. Segundo (VEENSTRA, 2018, p. 51), quem o possui goza de um prestígio que o alça a patamares superiores no campo – “são manifestações amplamente valorizadas de poder (...) como credenciais educacionais ou renda monetária, são recursos de um tipo mais prosaico”. Em termos mais simples, cada uma dessas formas de capital também pode ser convertida em capital simbólico, que descreve o prestígio social de uma pessoa dentro de um grupo, ou como as outras formas de capital se tornam legitimadas por outros (MORRIS, 2017).

Para Dodd et al., (2019), o capital simbólico, comumente entendido como prestígio e honra, é o reconhecimento da obtenção bem-sucedida e apropriada de outros tipos de capital. Assim, (LEVY; REICHE, 2017, p. 15) afirmam que “a noção de capital simbólico capta os efeitos simbólicos do capital quando ele é percebido e reconhecido como legítimo. Para Prieur (2017, p. 10),

para os cientistas sociais, o capital simbólico é o reconhecimento pelos pares através de publicações, citações e assim por diante – sinais de reconhecimento que parecem sem sentido e sem valor para as pessoas fora de nosso campo, mas, para os iniciados, a avaliação pelos colegas de dentro do campo é muito mais do que a avaliação feita por pessoas de fora.

Complementando a visão acima, Veenstra (2018, p. 50) define:

o capital simbólico é qualquer forma de capital que esteja enraizada em relações de poder e dominação, mas amplamente percebida como legítima e meritória. Para Bourdieu, esses tipos amplamente concebidos de capital estão todos em jogo no campo do poder e, em sua forma transformada, em muitos ou na maioria dos seus subcampos. (VEENSTRA, 2018, p. 50)

Portanto, o capital simbólico advém do reconhecimento institucional e, sobretudo, entre os pares, de que determinado agente fez sacrifícios e investimentos na conquista do capital em questão e que o alçou a patamares diferenciados no campo. Nesse ambiente de consagrações e distinções, Bourdieu (1984, p. 268) faz uma analogia, por exemplo, dos títulos escolares como títulos de nobreza:

Considerar o título escolar como o título de nobreza da nossa sociedade não é uma analogia selvagem; tem um papel capital no processo de inculcação das boas maneiras nas relações de classe. Além da lei tendencial no sentido da unificação das lutas, há uma passagem das formas de violência dura a formas de violência suave, simbólica.

Conforme discorrido no tópico sobre *habitus*, a violência simbólica denota a subordinação de indivíduos e grupos representados por hierarquias de poder diferenciais. Para (XU, 2019, p.3), esse fenômeno é mais um processo orgânico pelo qual os indivíduos internalizam as percepções e os atos através de sua experiência de socialização e vêm progressivamente para desenvolver maneiras de pensar e se comportar (*habitus*). Bourdieu (1996a) defende que o Estado possui o monopólio da violência física e simbólica. Sem o poder estatal de instituição dos mecanismos e estruturas de dominação, não haveria violência simbólica, ou seja, as práticas de dominação deixariam de ser enxergadas como naturais. O autor conclui que: “a eficácia de uma ação de violência simbólica é proporcional ao desconhecimento das condições e dos instrumentos de seu exercício” (BOURDIEU, 1984, p. 71).

Todas as posições dependem de sua situação atual e potencial na estrutura do campo. Ou seja, quem comanda a estrutura da distribuição das espécies de capital (ou de poder) obtém os lucros específicos postos em jogo no campo (BOURDIEU, 1996b). (DODD et al., 2019, p. 7) cita que os agentes atuais estrategicamente de modo a acumular capital social, econômico, cultural e simbólico para melhorar suas posições relativas nos campos, dentro dos limites aceitos do *modus operandi* do campo (*habitus*). Nesse sentido, os grupos sociais estão constantemente se esforçando para dominar o campo por meio, dentre outras formas, do acúmulo e, sempre que possível, monopólio do capital que, segundo Wacquant (1987, p. 69), são “ativos, recursos, atributos ou, mais genericamente, poderes” empregados pelos agentes para reforçar sua posição na sociedade. Certificando com esta ideia, Serre & Wagner (2015, p. 436), concluem:

Ao contrário do que os usos mais comuns da noção de capital podem nos levar a pensar, o capital não é uma simples quantidade de bens simbólicos ou materiais: é principalmente uma relação de dominação, uma energia social que só existe e tem consequências dentro de um campo específico. Oposições horizontais entre as frações de classe trazem lutas pelo poder sobre vários princípios de legitimação.

Após finalizar as considerações básicas sobre a teoria bourdieusiana – campo, *habitus* e capital – aprofundarei o estudo abordando os conceitos de família, organizações familiares e *conatus* pois estão diretamente relacionados à esta tese. Será possível observar a interrelação entre os seis conceitos, ou seja, eles serão largamente aplicados à compreensão da dinâmica da organização familiar e à lógica que permeia o *conatus*. Mas antes, cabe apresentar alguns contrapontos à teoria de Bourdieu, defendidos por autores pós-bourdieuianos.

## 2.2 As abordagens Pós-Bourdieuianas

Este tópico apresenta alguns contrapontos relacionados aos conceitos de campo, capital e *habitus* que emergiram à medida que a teoria bourdieusiana começou a ser aplicada a diferentes contextos. Segundo Véran & Vandenberghe (2016), tais perspectivas – defendidas, sobretudo, por Margaret Archer, Luc Boltanski e Bernard Lahire – buscam lançar um olhar mais apurado para o sistema de disposições defendido por Bourdieu:

Archer e Lahire trabalham ambos em um nível “microsócio-biográfico” e consideram a vida de um único indivíduo como unidade de análise. Diferentemente de Boltanski, que propõe uma sociologia da ação, Archer e Lahire fazem deliberadamente uma sociologia do ator (VÉRAN; VANDENBERGHE, 2016, p. 12).

Portanto, as abordagens pós-bourdieuianas, materializadas nos três autores supracitados, apresentam dois paradigmas de estudo do campo social: uma sociologia do ator e outra da ação. No primeiro paradigma – a sociologia do ator – Archer e Lahire partirão das disposições individuais para compreender o espaço social. Por exemplo, para a autora, o estudo do indivíduo pode revelar

“como as decisões tomadas por cada uma das pessoas afetam a reprodução ou a transformação da sociedade como um todo. A aposta é que somente sondando as conversações interiores que as pessoas têm consigo mesmas torna-se possível mostrar como projetos pessoais são formados na mediação entre cultura, estrutura e agência” (VÉRAN & VANDENBERGHE, 2016, p. 13).

Ou seja, analogamente ao que Bourdieu preceitua, mas num olhar mais focado no agente, Archer destaca o poder que as decisões individuais possuem na reprodução ou transformação social, repensando o binômio agência – estrutura.

Ainda em um nível micro social, Lahire “livra-se da lente homogeneizante do *habitus*”<sup>18</sup> para analisar o indivíduo como um “ator plural”<sup>19</sup>, ou seja, um ser complexo e com um arsenal de disposições incorporadas que o conduzem a pensar e agir de uma determinada forma. O autor busca compreender, em cada caso, as motivações de cada investigado. Para Sá (2010), se por um lado Bourdieu e Lahire convergem para o entendimento de que a sociedade está incorporada no agente, de outro divergem quando o primeiro enxerga um *habitus* invariante dentro de uma classe social enquanto que o segundo aponta variações dentro de uma mesma classe:

---

<sup>18</sup> (VÉRAN & VANDENBERGHE, 2016, p. 13)

<sup>19</sup> Termo adotado pelo autor em “The Plural Actor”, de 1998.

Assim, seria melhor falar em disposições e não em sistema de disposições (*habitus*) e em princípios geradores (e não em um único princípio gerador para uma classe) e deste modo perceber as variações inter e intra-individuais e as contradições que seriam inerentes aos indivíduos (SÁ, 2010, p. 7).

O autor acima conclui que algumas disposições, por mais marcantes, não são generalizáveis – seja entre os agentes de uma mesma classe, seja para uma fração de classe –. Já Véran & Vandenberghe (2016, p. 15) afirmam que:

A obra de Lahire pode ser lida, nesse sentido, como um esforço obsessivo e sistemático para tornar visíveis e analiticamente apreensíveis os pontos cegos da teoria bourdieusiana (...) Mudando a escala de análise, ele (*Lahire*) tem sistematicamente desagregado o *habitus* numa pluralidade de disposições, nem todas convergentes.

Portanto, as contribuições de Lahire para o estudo do *habitus* convergem para o entendimento de vários *habitus* intra classe – entendimento este divergente de Bourdieu, que defende a existência de um único *habitus* dentro de uma classe social.

Por fim, Boltanski, ao contrário dos dois primeiros, muda o foco do indivíduo – de sua biografia e disposições – para as situações e processos sociais que o conduzem à ação – chamados de sociologia da ação –. Ao fazer isso ele

dispensa o *habitus* e o campo: se seus atores são analiticamente despidos de sua espessura histórica e aliviados de suas bagagens disposicionais, eles são equipados, em compensação, com competências críticas que lhes permitem formular uma denúncia em situações tensas em que há um imperativo de justificação e sem que se recorra à violência física (VÉRAN & VANDENBERGHE, 2016, p. 14).

Do trecho acima é possível observar que para Boltanski o agente tem plenas condições de pensar criticamente sobre as situações de violência simbólica, desde que este agente seja liberto das amarras históricas e disposicionais.

Os contrapontos, sucintamente apresentados, tiveram como objetivo mostrar ao leitor que a teoria bourdieusiana está em expansão. Atualmente, Margaret Archer, Luc Boltanski e Bernard Lahire são os três expoentes que encabeçam os enfoques pós-bourdieusianos. Conhecer, ainda que brevemente, suas ideias amplia as possibilidades de estudo do campo. A presente tese se fundamentou na teoria clássica de Bourdieu, *ipsis litteris*, conforme apresentado neste referencial teórico.

## 2.2 A família

O objetivo deste tópico é abordar os principais conceitos relacionados à família, sobretudo sob a perspectiva bourdieusiana. A intenção é transmitir a ideia de que o estudo da instituição familiar – enquanto modo de socialização primária – é fundamental porque seu *habitus* reflete tanto nos agentes (em seus *habitus*) quanto nos negócios familiares. Nos próximos parágrafos, será possível observar, na verdade, que há algo maior que age sobre as famílias – o espaço social. Portanto, este campo influencia a família e esta, por conseguinte, inculca seus agentes, que conduzem a organização de acordo com o *habitus* primário familiar.

Na concepção de Família, segundo Oliveira et al. (2014), há pesquisas que a estudam sob duas linhas: a linha naturalista e a linha historicista. A linha naturalista estuda a família como um agrupamento da natureza conectado por um fator biológico, hereditário e eterno, ou seja, sem qualquer vínculo social. A linha historicista estuda casamento e família como “realidades históricas inseridas na dinâmica econômica, social e cultural” desde o seu “estado primordial até o patriarcado” (DAVEL; COLBARI, 2000, p. 46). As duas perspectivas são importantes sob o ponto de vista sociológico porque no que se refere à herança genética esta é uma das formas de acumulação de capital social e econômico. Com consanguinidade, por exemplo, é possível herdar tanto os bens em estado objetivado (materiais) quando as posições no espaço social. Sob a perspectiva historicista, é possível observar a evolução do conceito de família nuclear para outras formas de agregação que lutam dentro do campo pela mesma legitimidade da primeira.

Para Bourdieu (1996, p. 124) predomina o entendimento de que uma instituição para ser conceituada como família necessita de um conjunto de palavras como – “casa, lar, unidade doméstica” – em sua descrição. Isto se dá para que a ideia de núcleo seja evidente, ou seja, há necessidade de que um conjunto de indivíduos unidos por meio de “aliança, casamento, filiação, ou, excepcionalmente, por adoção (parentesco)” vivam sob um mesmo teto para que sejam considerados uma família. Porém, o autor cita as críticas de alguns etnometodólogos que chamam este conceito de família nuclear como uma ficção, uma vez que não apreende a realidade como um todo – porque desconsidera casais amasiados, famílias monoparentais e casados que não compartilham do mesmo lar – e que, sobretudo, demonstra uma experiência minoritária.

Ferreira (2017) corrobora com este entendimento ao reconhecer que, atualmente, não há mais de se falar em família, no singular, mas famílias, no plural pois a cultura e a história moldam diferentes formas de família. Foi acreditando que a cultura tem forte influência na composição e na mudança da família, que Lima (2016) concluiu que tal instituição pode ser



legitimamente composta por casais heterossexuais, homossexuais e por filhos adotivos. Já Pereira Neto; Ramos; Silveira (2016), dentre as diversas configurações familiares, citam, além da família nuclear, os tios, avós, padrinhos e amigos, que conservam, igualmente, relações de influência, de reciprocidade, intensas e duradouras.

Jaskiewicz; Dyer (2017) reiteram a necessidade de uma abordagem mais heterogênea do estudo sobre famílias. Para eles, as teorias das ciências da família permitem estudá-las uma vez que as apreendem sob quatro dimensões comuns: como estão estruturadas, quais suas funções, como interagem, e quais seus eventos.

Os estudos, em relação às diferentes configurações familiares, foram empreendidos apenas recente – a partir de 1990 –. Segundo May; Dawson (2018), até chegar a atual concepção de família (no plural), a sociologia estudou esta instituição sob foco funcionalista<sup>20</sup> que considerava a família como uma entidade fixa, cujas variações ocorriam à medida que se analisam diferentes classes, por exemplo. Segundo os autores, a partir do final da década de 1980 houve um incremento na produção de artigos que continuaram a ter a família como tema central mas começaram a analisá-la sob o prisma do desemprego, do patriarcado, das reflexões sobre laços íntimos e dinâmicas de gênero nas relações familiares. As pesquisas feministas empreenderam estudos que criticavam o estudo da família e as abordagens sociológicas tradicionais. A década de 1990 representou um ponto de expansão do estudo sociológico da família pois começou-se a compreendê-la no plural, ou seja, os estudos ampliaram o âmbito da sociologia familiar cujo foco não mais se restringia somente ao estudo da forma familiar – embora tenham continuados os debates em torno da diversidade –. “Surgiram investigações acerca da conscientização das experiências de crianças e jovens, bem como o impacto do gênero e de outras desigualdades na vida familiar” (MAY; DAWSON, 2018, p. 4)

Os anos 2000 foram marcados por um crescente interesse da sociologia familiar nas experiências de pessoas cujas famílias não se enquadravam no modelo de família nuclear biparental normativa. Naquele momento, as mudanças nos “costumes sociais e na legislação sobre gênero, sexualidade, relacionamentos e ‘família’” tornaram possíveis e visíveis as vidas familiares não-normativas (MAY; DAWSON, 2018, p. 5). Os estudos sociológicos sobre a família se tornaram mais complexos – não se preocupavam mais com sua forma e função – mas desenvolveram um olhar mais apurado sobre questões de poder e desigualdade. Os

---

<sup>20</sup>Para o estudo do *conatus*, destaco o trabalho de Bell (1968) e Finch; Mason (1993) os quais, segundo May; Dawson (2018), estudaram a pressão exercida pelos homens sobre os homens para a mobilidade social da classe média. Bell (1968) descreveu os sentimentos de obrigação e expectativa entre os parentes, como eles poderiam querer evitar esse senso de obrigação e as formas indiretas que esses sentimentos eram comunicados.

autores concluem que, atualmente, já se fala sobre uma “sociologia da vida pessoal que defenda uma ampliação ainda maior do escopo de estudo para incluir ‘conectividade’ e relacionalidade mais amplamente”. Os estudos apontam na direção de relações familiares mais amplas como irmandades, e para relações não-familiares de amizades – como entre seres humanos e animais –. “Enquanto os autores dos artigos da década de 1960 muitas vezes se interessavam apenas por famílias, os pesquisadores contemporâneos buscam contribuir para a teorização da vida familiar e das relações” (MAY; DAWSON, 2018, p. 7).

É nesse sentido que o poderoso discurso sobre família, como um sentimento fraternal, é empregado para estudar relações de agregação de indivíduos. Por exemplo, baseado em estudos que apontam um clima negativo e hostil nos campus de universidades norte-americanas em relação a estudantes latinos e de cor, Luedke (2018) estudou a construção de comunidades dentro das universidades que representam as origens culturais desses estudantes (que incluem espaços acadêmicos e sociais nos quais estudantes de origens sub-representadas têm suas experiências validadas). Nessas comunidades, os acadêmicos conciliam valores culturais de sua comunidade e instituição, incrementando seus sentimentos de pertencimento, aprimorando seu desempenho acadêmico e aumentando sua probabilidade de persistência na faculdade. A autora cita, ainda, pesquisas que revelam que os estudantes frequentemente descrevem seus relacionamentos com colegas de maneira familiar – o que revela a presença do chamado parentesco fictício (ou parentes) na literatura. Segundo Luedke (2018, p. 4), “os relacionamentos de parentesco fictício incluem relacionamentos com indivíduos que não são parentes por nascimento, mas que desenvolvem relacionamentos recíprocos com benefícios sociais, econômicos e políticos”. Ela cita que tais relacionamentos contribuem para o envolvimento dos alunos e o desenvolvimento de liderança na faculdade para homens negros e latinos.

Observar-se que o termo família tem sido empregado para designar tanto os sentimentos de agregação de indivíduos que compartilham a mesma carga genética quanto às relações de parentesco fictício. Isto conduz Bourdieu (1996, p. 126) ao entendimento de que família é uma palavra, uma “ficção bem fundamentada”, uma “palavra de ordem”, “um princípio coletivo de construção da realidade coletiva”. Para o autor, a família é uma realidade social e, ao mesmo tempo, uma ficção social, sem contradição – pois, como construção social, é amplamente reconhecida e universalmente aceita, com conceitos classificatórios descritos e prescritos.

Algumas pesquisas têm se voltado a descrever os sentimentos de parceria e solidariedade nessas novas configurações familiares sobretudo no início e no final dos ciclos

vitais dos entes familiares. Pereira Neto; Ramos; Silveira (2016, p. 961) empreenderam um estudo, na área de saúde da criança, onde concluíram que os profissionais de saúde entrevistados “reconhecem a presença de diferentes arranjos familiares e sofrem quando identificam demandas que vão além do trabalho prescrito, como exercer as funções materna e paterna”. Ou seja, ainda que novos arranjos familiares surjam, o estudo citado destaca a importância das funções paterna e materna. Sua pesquisa apontou para cinco funções da família: de apoio, de cuidados essenciais, educativa, afetiva e de orientação. O apoio familiar diz respeito ao suporte encontrado nela pelo membro que a ela recorra. Os cuidados essenciais podem ser entendidos como o atendimento às “necessidades básicas como alimentação, higiene, moradia, proteção e estimulação” (PEREIRA NETO; RAMOS; SILVEIRA, 2016, p. 968). Prover educação significa garantir uma educação formal e vivência escolar, assim como, transmitir valores e princípios. O carinho e amor, derivados da função de afeto, são fundamentais para a criação de laços afetivos. Por último, ao orientar, a família cria no indivíduo uma identidade que influenciará a sua relação com o mundo. Portanto, elas destacam o papel central da família no desenvolvimento humano.

Já Ferreira (2017), ao estudar a relação entre família e envelhecimento numa perspectiva histórica, destaca a importância das relações familiares e sociais na velhice e conclui que problemas de saúde em indivíduos com mais idade poderiam ser evitados com relações mais ativas que eliminem ou mitiguem os sentimentos de abandono e solidão.

A definição do que é família esconde em si uma grande violência simbólica sobre aqueles que não se enquadram em tal definição. Por isso, a transição nas pesquisas sociológicas de uma sociologia da família para uma sociologia das famílias é, sobretudo, uma vitória daqueles agrupamentos que fogem do estereótipo de família nuclear – que tem se tornado, segundo Bourdieu, uma experiência minoritária:

a família que somos levados a considerar como *natural*, porque se apresenta com a aparência de ter sido sempre assim, é uma invenção recente (...) e, quem sabe, votada à desaparecimento mais ou menos rápida (como levam a crer o aumento da taxa de coabitação fora do casamento e as novas formas de familiares inventados a cada dia). (BOURDIEU, 1996, p. 125)

Partindo do pressuposto de que família é apenas uma palavra, Bourdieu (1996, p. 125) apresenta a visão de alguns etnometodólogos os quais veem no discurso sobre família um tipo de ideologia política. Para eles, este discurso estaria envolto por uma série de crenças compartilhadas, dentre as quais a que compreende a família como “uma realidade que transcende seus membros” (um antropomorfismo), “dotada de uma vida e espíritos coletivos”

e de uma visão comum de mundo. Há também a visão de que a família existe em um universo social à parte, onde seus membros lutariam para a perpetuação de suas fronteiras motivados pelo dever de proteção (*conatus*) de seu interior imaculado (*sanctum*), secreto, íntimo. Se ao conceito de família estiver presente a ideia de antropomorfismo – entendido como o alinhamento de ideias de seus membros –, então desalinhamento de pelo menos um desses membros, geraria desarmonia em tal instituição. Pode-se imaginar, por conseguinte, a pressão pela qual seus membros passam para se manterem alinhados. A perpetuação das fronteiras da família e proteção de seu núcleo são ações intimamente relacionadas ao conceito de *conatus* e que será melhor discutido à frente.

Para Bourdieu (1996), as fronteiras sociais e físicas não se confundem. Enquanto que as primeiras se manifestam em estado subjetivado, as segundas são materializadas em um lar, um refúgio, uma unidade doméstica. Neste local, a lógica econômica não o adentra porque é um local de confiança e de doação, ou:

para falar como Aristóteles, da *philia*, palavra que traduzimos frequentemente por amizade e que designa de fato a recusa do espírito calculista; o lugar onde se suspende o interesse no sentido estrito do termo, isto é, a procura de equivalência nas trocas. O discurso comum frequentemente (e, sem dúvida, universalmente), inspira-se na família de modelos ideais das relações humanas (em conceitos como os de fraternidade, por exemplo), e as relações familiares em sua definição oficial tendem a funcionar como princípios de construção e de avaliação de toda a relação social (BOURDIEU, 1996, p. 126).

Em outro momento, o francês afirma que a família é unida por bens, mas separada pela propriedade destes. A lógica econômica causaria, então, desarmonia promovendo disputas pelo patrimônio e pelo controle deste. As disputas ameaçariam a destruição de três fundamentos da perpetuação da família: unidade, coesão e integração. Portanto, visando perpetuar o patrimônio, as famílias adotariam condutas que resguardassem esses fundamentos, que tendem a ficar ameaçados em decorrência da disputa entre os herdeiros.

Na Amazônia, é comum famílias constituídas por muitos herdeiros. Logo, será que o acúmulo de bens patrimoniais seria motivo de desagregação familiar? Esse processo de conflito tenderia a ser diretamente proporcional à quantidade de herdeiros? Essas suposições motivam investigações que revelem quais estratégias seriam, então, adotadas para manter a solidez da família como unidade.

Outro ponto levantado por Bourdieu conduz o leitor ao entendimento de que se for verdade que família seja apenas uma palavra, que seja então uma palavra de ordem, um princípio coletivo de onde derive uma realidade social – uma ficção social de existência e

reconhecimento coletivos. Tal princípio representa um *nomos*, que subsiste em nós porque em nós foi inculcado, e que é, portanto, um dos elementos que constituem o nosso *habitus*. Ele afirma, ainda, que as palavras criam coisas e estas, por sua vez, criam consenso – que é a *doxa* aceita por todos.

Garrido (2018), ao citar os ensinamento do francês, afirma que é na família que ocorre a descrição do mundo. Em seu processo de socialização primária, são apresentadas as estruturas objetivas (condições sociais de possibilidade) e as estruturas subjetivas (significados internalizados) incorporadas na ilusão de um entendimento imediato, sem a possibilidade de questionar a realidade ou as condições sociais e seus significados: “nesse campo, o *habitus* possui propriedades que garantem sua própria existência e defesa contra a mudança social, e é alcançado através da geração de conhecimento do senso comum, uma *doxa* foi dada como certa e escapa ao escrutínio crítico” (GARRIDO, 2018, p. 28).

Black; Scott; Shucksmith (2018), partindo da premissa de que as possibilidades dos jovens são moldadas não somente por capitais diferenciais, mas, sobretudo, por seu *habitus* – provenientes da interação e adaptação social ao longo do curso da vida, estudaram os papéis da família e do lugar em termos de identidade e pertencimento. Os autores citam estudos que descrevem a influência de famílias rurais dos Estados Unidos, Reino Unido e Austrália sobre a decisão de jovens em permanecerem nesse meio contrariando, portanto, o fenômeno do êxodo rural, observado nas últimas décadas.

Nessa perspectiva, a família é transcendental e se apoia na objetividade das estruturas sociais e na subjetividade das estruturas mentais. Assim, objetividade das estruturas sociais (fundamentos) agem como estruturantes da subjetividade das estruturas mentais – estruturadas. As estruturas estruturadas são responsáveis pela reprodução das estruturas estruturantes. O casamento é um exemplo de estrutura estruturada que garante a perpetuação da família. Para o autor: “nada parece mais natural do que a família: essa construção social arbitrária parece situar-se no pólo do natural e do universal” (BOURDIEU, 1996, p. 128).

Segundo o autor, a família é a mais “natural” das categorias sociais – fornecendo o modelo (*habitus*) para todos os corpos sociais. Ela encuca, de maneira duradoura, em cada um de seus membros, sentimentos adequados que garantem a integração e a existência dela como instituição: “os ritos de instituição (palavra que vem de *stare*, manter-se, ser estável visam constituir a família como uma entidade unida, integrada, unitária, logo, estável, constante, indiferente as flutuações dos sentimentos individuais” (BOURDIEU, 1996, p. 129).

Garrido (2018, p. 28) reforça com essa ideia ao afirmar que tanto a inculcação quanto à incorporação são condições de existência da família que age de forma pedagógica para a

internalização das regularidades inscritas em suas condições de existência. Segundo a autora, “a ação pedagógica visa reproduzir a arbitrariedade cultural das classes dominantes, entendida como um sistema de relações de força e significados entre grupos ou classes, portanto, é violência objetivamente simbólica”.

Após os “atos inaugurais de criação” – Bourdieu (1996, p. 129) cita o casamento e o registro civil (momento em que o nome de família é imposto ao agentes) – ocorrem os atos de manutenção do sentimento familiar. Segundo o autor, essas ações visam criar afeições e sentimentos de reciprocidade entre os entes familiares – a exemplo do “amor conjugal, amor paterno e materno, amor filial, amor fraterno etc” –. Tais ações estão além da simples nomeação pois, para Bourdieu, eles criam disposições sociais a serem observadas por cada indivíduo – a depender de sua posição na família: “a afirmação ‘é tua irmã’, por exemplo, encerra a imposição do amor fraterno como libido social dessexualizada – tabu do incesto”.

Para Bourdieu (1996, p. 129), a família deixaria de ser uma ficção (apenas uma palavra) e começaria a ser um agrupamento real quando, então, os laços afetivos seriam colocados em prática. Para isso, seriam empreendidos vários trabalhos simbólicos e práticos com vista a “transformar a obrigação de amar em disposição amorosa e a dotar cada um dos membros da família de um ‘espírito de família’ gerador de devotamentos, de generosidade, de solidariedades”.

Esse sentimento familiar é vital para a coesão e perpetuação da família. Para isso, é necessário um compartilhamento de visões e divisões que consolidem essa instituição como um corpo. Bourdieu (1996, p. 130) afirma que a família funciona como “um campo com suas relações de força física, econômica e sobretudo simbólica”, com disputas pela conservação subversão dessas relações.

Apesar da primazia pela coesão familiar, Sanchez; Barón (2016) afirmam que existem casos de violência intrafamiliar. Analisando dados de 2009 a 2015 da cidade de Bogotá, os autores concluem que as relações de violência continuam sendo expressas através da transmissão, aprendizado e reprodução através do trabalho de inculcação e socialização, mas de forma diferente porque o campo familiar sofreu inúmeras mudanças, sobretudo em relação às posições dos agentes (pais, mães e filhos). Isso ocorre porque

de acordo com Bourdieu, a reprodução cultural e social não é governada geneticamente como a reprodução do pelicano que põe ovos dos quais nascem sempre pelicanos iguais; pode-se dizer que quanto mais sistemáticos os esforços do pai em tornar o filho homogêneo a ele muito maior são as chances de uma rebelião do filho contra o pai (SANCHEZ; BARÓN, 2016, p. 260)

Os autores concluem que há uma possibilidade de mudança imanente em todos os seres humanos que varia de acordo com os contextos em que suas vidas acontecem. Isto pode ser observado nas novas formas de família contemporânea, novas formas de se relacionar e novas formas de expressar suas motivações, apesar de continuarem expostas aos traços das relações patriarcais. As relações de violência no campo doméstico subsistem no campo social e cultural apesar de serem outras porque suas motivações, sua lógica e seus sentidos mudaram de acordo com cada momento histórico e situacional.

A família também é o local de reprodução social porque nela ocorre a transmissão de privilégios econômicos, culturais e simbólicos. Ela assume um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução biológica e na reprodução social – da estrutura, do espaço e das relações sociais. Nela, ocorre a acumulação dos diversos tipos de capitais e sua transmissão<sup>21</sup> para os herdeiros. Para Bourdieu (1996, p. 131): “ela resguarda sua unidade pela transmissão e para a transmissão, para poder transmitir e porque ela pode transmitir”. Nesse sentido, Garrido (2018) afirma que as forças (afetivas) de fusão visam enfraquecer e neutralizar as forças de desintegração, porque, como sujeito coletivo, a família é destinada para e pela acumulação e transmissão de capital.

Por exemplo, o capital linguístico – que é uma forma de capital cultural, segundo Nishioka; Durrani (2018) – é adquirido no seio familiar (em socialização primária) e depois desenvolvido nas escolas (em socialização secundária) através da legitimação de práticas linguísticas por adultos na família e na escola. Ao estudar comunidades camponesas, rurais e imigrantes – chamados de estudantes não tradicionais –, Nairz-Wirth, Feldmann, Spiegl, (2017); Cragolino (2019); e Zioli, Ichikawa (2019) destacam a importância do capital cultural para o sucesso escolar porque descrevem as dificuldades desse público marginalizado em se adaptar a um *curriculum* escolar que acentua as desigualdades entre os providos dos desprovidos. Para Flores (2016), nas sociedades urbanas predomina um modo de reprodução que tem na instituição escolar sua principal referência, ao contrário do que ocorre nas sociedades rurais tradicionais, onde a família é o instrumento de reprodução social mais importante, se não o único. Hlinka, ao citar, Bourdieu, afirma que as escolas valorizam e refletem o *habitus* da classe média:

---

<sup>21</sup> Indo de encontro ao esposado por Bourdieu, Conway *et al.* (2017) descreveram o caso do exercício do poder simbólico por fazendeiros irlandeses que resistem à transferência de do negócio familiar para as novas gerações.

Os alunos das classes média e alta, cuja educação social se alinha com a do *habitus* da classe média de professores e administradores, têm a vantagem de se encaixar naturalmente na escola. Alunos de classes socioeconômicas mais baixas, no entanto, tendem a enfrentar sentimentos de inadequação social quando tentam se encaixar na escola pública. (HLINKA, 2017, p. 146)

Nesse ambiente de exclusão, os alunos tendem a se afastar e, ao fazê-lo, assumem uma posição social subjugada, à margem. Apesar desta tendência, a autora revela o caso estudado na faculdade comunitária rural na região dos Montes Apalaches em Kentucky onde a pressão familiar<sup>22</sup> para a conclusão dos estudos é maior e faz com que os alunos em questão concluam seus estudos. Para Blanco (2017), as desigualdades educacionais resultam da distribuição desigual de capital, *habitus* e práticas, e um sistema educacional que reconhece os capitais e o desempenho das classes dominantes como se fossem habilidade, talento ou inteligência, enquanto desconsiderando o capital e *habitus* das classes dominadas. Por isso que a escola transmuta o privilégio herdado do mérito individual e legitima as relações de dominação. Nairz-Wirth, Feldmann, Spiegl, (2017) citam ainda que a preferência e a adequação de um estudante a uma disciplina específica estão intrinsecamente relacionadas a toda sua história de vida incorporada.

Para Kriger; Dukuen (2017) a escola tem sido, historicamente, um local onde ocorre tanto o treinamento do cidadão, quanto ao seu encontro com a política. Nela são transmitidos legados sociais na forma de conhecimentos, valores, identidades e também heranças e linhagens – o que tem contribuído para a reprodução da ordem social. Nesse sentido, os autores consideram as escolas com selo de alta classe (privadas, caras e cuidadosamente escolhidas pelos pais) como instituições “aliadas” dessas famílias, que contribuem para uma subjetivação política. Foi sob este prisma que os autores investigaram como a dimensão familiar – como construção social subjetiva, consegue intervir definitivamente no vínculo entre os jovens e a política – especificamente na formação de "disposições políticas". Ao entrevistar os jovens de uma escola de classe alta da cidade de Buenos Aires, os pesquisadores concluíram que as disposições em questão são assinadas pela classe social, embora não de maneira homogênea – porque nem todos os entrevistados se mostraram adeptos da política –, mas com variações singulares de acordo com trajetórias e histórias da família.

---

<sup>22</sup> Para Galarza (2016), as famílias fazem, por longos períodos de tempo, um investimento futuro que envolve o envio de crianças para a escola para aquisição de um capital cultural mantido pela família de origem e transmitido às crianças. Ele é reconhecido e legitimado em toda a educação familiar, no caso de famílias posicionadas nos degraus mais altos da estrutura social.



Outro exemplo, pode ser a transmissão das redes de parentesco. Segundo Flores; Rappo (2016, p. 704) estas redes de parentesco são relações institucionalizadas e estáveis que constituem a primeira instância da formação de capital social dos grupos domésticos: “note-se que esse tipo de rede excede o escopo espacial da unidade residencial, ou seja, refere-se a uma rede de contatos e relacionamentos muito mais extensos e sutis do que aquela que é limitada ao círculo da casa”. Para eles, a rede de parentesco vai além das relações que é formada pelos entes que coabitam um mesmo espaço. Ela contemplaria os parentes que vivem em lares diferentes, mas estão intimamente ligados por interações ou obrigações recíprocas.

O que se torna possível às relações sociais de parentesco, além da herança genética, é, principalmente, a transmissão de um sobrenome comum aos membros de uma família. Para Bourdieu (1996, p. 131) a transmissão do nome de família é um elemento importante do capital simbólico. Para o autor a transmissão do nome do pai, por exemplo, traz consigo “uma *auctoritas*<sup>23</sup> da qual não é o *auctor* e em conformidade com uma regra que não criou”.

O nome de família, ou nome coletivo, é especificado por um prenome – “um ponto fixo em um mundo em movimento”; uma necessidade de atribuir ao indivíduo uma identidade. Para Bourdieu (1996, p. 77), a identidade social, uma forma singular de dominação “constante e duradoura”, garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos nos quais ele intervém como agente – atestando a identidade de seu portador nas mais diversas manifestações da vida em sociedade (certidões de nascimento, casamento, certificados, atestado de óbito, etc). Ao nome também são imputados um conjunto de fatos biológicos e sociais, chamados por Bourdieu de estado civil, ou seja, “conjunto de propriedades (nacionalidade, sexo, idade etc.) vinculadas a uma pessoa e as quais a lei civil associa efeitos jurídicos que instituem, sob a aparência de constatá-los, os atos do estado civil” (BOURDIEU, 1996, p. 79).

O autor esclarece que os atos civis, dotados de designações rígidas, marcam o acesso à existência social e que são, normalmente, públicos e solenes, executados e controlados pelo Estado. Por exemplo, a relação de parentesco carece de uma certidão de nascimento que ateste tal vínculo. A partir daí, vários direitos, como o de herança, são imputados àquele nome cujo vínculo esteja atestado no documento civil.

---

<sup>23</sup> O Direito Romano define *auctoritas* como a legitimidade socialmente reconhecida, oriunda de um notório saber, e que se outorga a uma série de cidadãos ou instituições notáveis. Para ostentá-la, o sujeito ou instituição gozar de capacidade moral para emitir uma opinião qualificada sobre uma decisão (HÖFFE, 2017). Para este autor, a *auctoritas* designa a reputação política e a influência associada que pessoas individuais, independentemente de um funcionário oficial ou posição no poder (*ie imperium* ou *potestas*) no tecido social romano.

Nesse sentido, Lindsay; Dempsey (2017) acreditam que os nomes são importantes símbolos cotidianos de localização social e significam a história da família, gênero, classe, etnia e religião. Numa sociedade individualizada, um nome é que funciona como uma 'marca distintiva' e é usado para localizar pessoas no espaço social. As pesquisadoras afirmam que, nas tradições de nomes anglo-saxões, o sobrenome localiza a pessoa em uma rede de parentesco, enquanto o primeiro nome oferece a oportunidade para a individualidade. Portanto, os nomes criam pertencimento e conexão – “eles situam a criança em uma rede cultural e histórica de parentes. Simultaneamente, os nomes também criam e reforçam a distinção social em termos de localização da classe, localização cultural e origem étnica” (LINDSAY; DEMPSEY, 2017, p. 6).

Em outro momento, ao discorrer sobre o uso social do parentesco, (BOURDIEU, 2009) destaca o poder simbólico que um nome próprio pode ostentar. O autor relata que Cabília, ele age como um verdadeiro capital simbólico garantindo a seu detentor privilégios:

“Dar a um recém-nascido o nome de um ancestral importante não é somente realizar um ato de piedade filial, mas predestinar de alguma forma o filho assim designado a “ressuscitar” o ancestral epônimo, isto é, suceder-lhe em suas tarefas e em seus poderes” (BOURDIEU, 2009, p. 281)

Observável não somente na Cabília, herdar um nome é, sobretudo, herdar um legado e a continuação do espírito social de quem o possuía. Este fenômeno social é observável facilmente em famílias de políticos – como a família Neves, em Minas Gerais; Sarney, no Maranhão; Barbalho, no Pará; Calheiros, em Alagoas; e etc – mas também há exemplos de heranças malditas como a de Sebastián Marroquín (nascido com o nome de Juan Pablo Escobar Henao). Neste último caso, para sua própria segurança, o filho de Pablo Escobar se viu obrigado a mudar de nome por questões de segurança, vivendo clandestinamente.

Outro ponto que merece destaque é o monopólio da violência simbólica exercido pelo Estado nos mais diversos atos civis de constituição familiar, regulando desde a escolha do nome de um indivíduo<sup>24</sup> (com o nascimento) até os procedimentos para a emissão de uma certidão de óbito. Logo, (BOURDIEU, 1996, p. 135) conclui “a identidade familiar como um dos princípios de percepção mais poderosos do mundo social e uma das unidades sociais mais reais”.

---

<sup>24</sup> Cito o caso de Portugal que coloca à disposição dos pais um livro com uma lista de nomes permitidos para a criança, ou seja, naquele país não é permitida a criação de nomes novos oriundos da fusão de dois nomes, por exemplo.

Ao sintetizar os ensinamentos de Bourdieu sobre a família, Singly (2017) aponta que esta tem como função a reprodução das relações sociais que ocorre pela transmissão de uma herança cultural. A partir daí, a família emprega uma série de estratégias ordenadas e orientadas para reproduzir-se enquanto grupo, mantendo ou melhorando sua posição dentro da estrutura social. Segundo o autor, existem estratégias negativas – voltadas para a proteção patrimonial, como ações de fecundidade – e estratégias positivas:

como estratégias sucessórias, as estratégias educativas e, nomeadamente, as escolares, as estratégias profiláticas destinadas a proteger o capital ‘saúde’, as estratégias propriamente econômicas, as estratégias de investimento social para acumular capital social, as estratégias matrimoniais e, por fim, as estratégias ideológicas para tornar legítima a posse do capital. (SINGLY, 2017, p. 196).

Portanto, conforme já citado, a família enquanto local de reprodução social, onde são acumulados e transmitidos as diversas espécies de capitais, assume um papel determinante na manutenção da ordem social e na reprodução biológica e social. Seus membros se esforçam para a perpetuação de suas fronteiras motivados pelo dever de proteção (*conatus*) de seu interior imaculado (*sanctum*), secreto, íntimo. Nesse sentido, cabe compreender esse sentimento de perpetuação (o *conatus*) sem o qual a família, como agrupamento, estaria comprometida. No próximo tópico, o *conatus* será abordado.

Antes de avançar para o estudo do *conatus* cabe caracterizar, brevemente, numa perspectiva sociológica amazônica, a família em nossa sociedade. Nosso agrupamento social, apesar de influenciado pela sociedade capitalista ocidental, difere de um campo social juridicamente objetivado – aos moldes weberianos – porque em muitas localidades a lei é apenas um pedaço de papel sendo suplantada por uma *nomos* própria:

Não se pode, de maneira alguma, negar que, na Amazônia hinterlandina, haja uma organização social, complexos jurídicos, instituições sociais, resultantes da estrutura infra-humana e super-humana. Todas as técnicas de vida amazônica têm suas ideias, suas superstições, seus ritos, seus processos de ação, etc. O uso da floresta, da fauna, do trabalho, dos modos de vida, da conduta tem suas regras especiais. (ARAÚJO, 2003, p. 157).

Por isso, em muitas comunidades há um instinto de organização – que foge de um plano diretor, por exemplo – que conjuga ser humano e natureza. Então, o ambiente social é isso: a união de família, terra e ações de subsistência. Araújo (2003) destaca a família e a propriedade como os dois fundamentos da organização social em toda a Amazônia pois dele decorrem outros como a constelação do lar que agrega – além da família nuclear (pai, mãe e filhos) – tios, sobrinhos, avós, afilhados e compadres. Para o autor, as noções jurídicas, o

respeito, a caridade, a piedade, o amor e a educação derivam dessa constelação sanguínea e espiritual.

O sentido de parentesco é muito grande: afilhados de batismo, de crisma, de casamento, de fogueira, além da parentela que é sempre enorme, embora vivendo até distante. É o clã parental, cujos laços são bastante fortes, duradouros, havendo sinceridade, interesse pelos interesses dos chefes desses grupos que formam, também, os grupos políticos tradicionais de certas regiões, e em cujos grupos também se sente que o chefe se torna algo paternal. (ARAÚJO, 2003, p. 169)

Segundo Araújo (2003), a família é constituída da maneira mais simples possível. O casamento é realizado, às vezes, quando os nubentes já têm filhos adultos, ou seja, a constituição familiar não segue a ordem casar e procriar<sup>25</sup> – é observável muitas relações baseadas no concubinato. O casamento civil é caro – juízes e escrivães exigem muitas custas e emolumentos. Já o casamento religioso, é mais barato sendo responsável pela maior parte dos enlaces matrimoniais. Para o autor, a forma espontânea com que a família é constituída é a mesma com que a terra é apropriada e trabalhada – há um senso de coletividade entre os nossos cabocos seja para a prática de uma atividade econômica, seja manifestações de solidariedade –. Portanto, a sociedade é fundamentada na família e na propriedade.

A família é o grupo social mais profundo por excelência. Na vasta planície amazônica, este agrupamento se constitui como o reduto fundamental da resistência humana, ante todos os problemas e dificuldades reais e aparentes. A natalidade é grande e a mortalidade já foi maior. Seus muitos filhos contribuem para o trabalho doméstico e para a atividade econômica – como em estaleiros.

A família (...) sempre foi o primeiro núcleo de produção e de formação do homem. A farinha, os bejus, o moquém, a alimentação, a tecelagem dos paneiros, dos tupés, dos japás, dos abanos, a preparação do material de pesca (...), tudo isso era feito em casa, como ainda sucede. O primeiro estaleiro de para a feitura de canoas e montarias, batelões pequenos, foi no telheiro em frente à casa da família ou no terreiro mais próximo ao rio (ARAÚJO, 2003, p. 172).

A autoridade do pai é branda e silenciosa, sem coação – para Araújo (2003, p. 170), a vida simples e sem grandes ambições causam esse comportamento. Para o autor, as mulheres têm função social fundamental pois cooperam no trabalho e participam ativamente nos problemas e processos sociais: “essa família é essencialmente rural, com alguns traços

---

<sup>25</sup> “A promiscuidade em família, nos grupos que se formam, também realiza esse processo social de assimilação constante dos que erraram e dos que erram. Tudo se aproveita. Nada se perde socialmente falando, na Amazônia” (ARAÚJO, 2003, p. 165).

patriarcais, pois encontramos ali a unidade de produção, trabalho, de transporte, de vida social”. Ao contrário do tabu relatado por Bourdieu (1996) em relação às relações exogamia, Araújo (2003) afirma que aqui o casamento entre primos não é incomum.

Enfim, o parentesco é bastante relevante nos grupos sociais da Amazônia. É por meio dele que o caboco se afirma perante a vizinhança e a comunidade. A consanguinidade, seja ela direta ou colateral, aliada ao compadrio, alcançam grandes distâncias geográficas e sociais criando verdadeiros clãs rurais criando uma forte vinculação e aproximação duradoura das famílias nas cidades, vilas e povoados. Os grandes chefes políticos e os chefes locais são ou foram, em regra, homens que tiveram grandes poderes pelos laços de sangue, parentesco ou compadrio. Com a família, as gerações vão se preparando para o mundo. Mesmo com a ação de forças externas desagregadoras, é possível observar no homem amazônico que o instinto familiar é muito forte.

Apesar dos relatos acima caracterizarem uma sociedade rural – *a priori*, distinta do agrupamento encontrado nos estaleiros de Manaus – encontro muitas semelhanças nas duas famílias estudadas, sobretudo, porque elas têm sua origem no meio rural e, portanto, conservam as características descrita. Após essas breves considerações acerca da família amazônica, avançarei para o estudo do *conatus*.

## 2.4 O conatus

As famílias são corpos (*corporate bodies*) animados por uma espécie de *conatus*, no sentido de Espinosa, isto é, uma tendência a perpetuar seu ser social, com todos os seus poderes e privilégios que é a base das estratégias de reprodução, estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias de herança, estratégias econômicas e, por fim, estratégias educativas (BOURDIEU, 1996, p. 35).

A gênese da presente tese repousa sobre o trecho supracitado. Nele, Bourdieu afirma que o *conatus* é uma tendência de perpetuação da família como ser social. A partir desse sentimento de perpetuação, são empreendidas as mais diversas estratégias de fortalecimento e manutenção dos poderes e privilégios da família. Chauí o define como:

Termo latino que significa esforço de, ou esforço para; na filosofia do século XVII, é usado a partir da nova física que, ao apresentar o princípio de inércia (um corpo permanece em movimento ou em repouso se nenhum outro corpo atuar sobre ele modificando seu estado), torna possível a ideia de que todos os seres do universo possuem a tendência natural e espontânea à autoconservação e se esforçam para permanecer na existência. (CHAUÍ, 1995, p. 106)

Logo, é possível observar que esse conceito em nada se aproxima de uma sociologia do comportamento. Motivo pelo qual Bourdieu deixa claro que o *conatus* a que ele se refere

assume o sentido dado por Espinosa. Daí surge uma questão: o que seria o *conatus* e sob quais perspectivas ele poderia ser compreendido?

A ideia de *conatus* surgiu com Aristóteles sendo, posteriormente, estudada por Espinosa, Rene Descartes e Thomas Hobbes. O que une esses filósofos ao redor do *conatus* é o conceito genérico relacionado a uma ação ou esforço empreendido por um corpo para sair do seu estado de inércia e perseverar em seu ser. São visões diferentes e que poderiam ser resumidas:

Para Descartes, o conceito de *conatus* ainda se separa do conceito de movimento propriamente dito. Tal separação desaparece em Hobbes, para quem o *conatus* será apresentado como um movimento ínfimo, com consequências não só para a Física, mas também para a Ética e a Política. Com Espinosa, por sua vez, o conceito ganhará contornos nitidamente ontológicos, tornando-se a chave para entender a essência das coisas singulares (OLIVA, 2018, p. 61).

Desenvolvendo as ideias acima, começo com Descartes que identificou o *conatus* como uma inclinação necessária para a manutenção da vida. O raciocínio cartesiano, baseado em uma física geométrica – que dizia que, segundo Belkind (2019, p. 16), o *conatus* consistiria “na força do corpo que o *obligava* a se mover em movimento retilíneo uniforme. Embora a força do *conatus* seja uma força inerente, ela não surge da natureza do corpo” – se inicia com a universalização do corpo, ou seja, considera que vários corpos estão contidos em um universo uniforme, dentro do qual estes corpos se diferenciam pela diversidade de movimentos de suas partes.

Logo, para este filósofo, o estudo da natureza do movimento é fundamental para compreender os fenômenos que decorrem do movimento e do repouso. Ele lança mão da cinemática, como ramo, para o estudo do movimento – ao invés da dinâmica – pois acredita que o móvel é responsável pela ação da força a ele aplicada, uma vez que este móvel pode se deixar transportar ou resistir, ou seja, tanto no movimento quanto no repouso, há ação de forças – que corroboram ou não com o movimento. Outra premissa que fundamenta a teoria cartesiana – além da universalização do corpo – é a da ação divina criadora e conservadora, ou seja, os movimentos criados por Deus caminharão sempre para um estado de conservação. Dessa forma, a força que une dois corpos trabalhará para que não sejam separados e, caso sejam, se esforçará para que não se unam. Da mesma forma, todas as forças serão empregadas para manter um corpo em repouso fazendo-o resistir ao movimento e vice-versa. Nesse sentido, Descartes traduz o *conatus* como esse esforço de conservação do estado (OLIVA, 2018).

Outro filósofo, Thomas Hobbes, partindo de uma perspectiva naturalista e mecanicista estudou a natureza humana, concentrando-se no princípio metafísico que os indivíduos compartilham com todos os seres vivos: o *conatus* - entendido por ele como o esforço pelo qual o indivíduo busca preservar sua própria vida e aumentar gradualmente seu poder (XIFRA, 2017). Para Hobbes a única forma de explicar os fenômenos é por meio dos movimentos pois sua teoria parte da premissa que todo o corpo, para ser real, precisa se movimentar. Sua ciência era composta de três elementos: ponto (cada corpo era um ponto); comprimento (a trajetória percorrida por um corpo); e uma linha (o caminho trilhado por este corpo). A partir daí, surgem três campos de estudo: os efeitos do movimento de um corpo sobre outro e de do próprio corpo sobre si; movimentos da mente cujas causas dependam da sensação e da imaginação – a Filosofia Moral; e o movimento interno de vários homens – Filosofia Política. Quando este último aspecto, Xifra (2017, p. 2) diz que “a teoria do direito natural liberta os seres humanos dessa rede inflexível de leis objetivas, legitimando o direito à auto-afirmação competitiva e abrindo caminho para uma antropologia da vontade de poder.”

Segundo Duggan; Lindley; Mcnicol (2017, p. 15), Espinosa criticou o mito fundamental da sociedade de Hobbes, no qual indivíduos atomizados e interessados em si se sujeitariam a um soberano para evitar a autodestruição por meio da autotutela. Em vez disso, segundo os autores, “ele se envolve com a realidade imanente da vida coletiva relacional e interdependente” onde não há nada mais desejável e útil do que preservação do ser e que, a partir daí, os homens se esforcem para que juntos se preservem buscando vantagens comuns a todos.

De forma similar, Hobbes define o *conatus* como um movimento instantâneo, incalculável no tempo e no espaço, causado quando este movimento atinge os órgãos dos sentidos, perpetua-se no corpo humano e provoca uma reação equivalente – de reação ou inércia –, ou seja, o *conatus* é um movimento centrífugo que se torna vital a todos os animais (OLIVA, 2018).

### **2.3.1 O *conatus* para Bourdieu**

Conforme já citado, Pierre Bourdieu empregou o termo *conatus* sempre que se referiu a uma “tendência inconsciente dos agentes, ao longo de sua trajetória de vida, para a manter sua posição no espaço social” (NOGUEIRA, 2017, p. 125). Bourdieu, ao estudar o *conatus*, sob a ótica espinosana, atentou para o esforço de perpetuação do projeto familiar e seus mecanismos de defesa contra causas exteriores, fazendo deste, o núcleo de suas considerações. Nesse sentido, dedico o próximo tópico ao *conatus*, sob a ótica bourdieusiana.

O autor explorou o tema, em três momentos, nas obras: “*O Homo Academicus*”, de 1984; “*A miséria do Mundo*”, em 1993”; e em “*Razões Práticas*”, de 1994. Por isso, neste tópico será feita uma breve revisão bibliográfica do *conatus* em busca de elementos que subsidiem o processo de investigação e finalizará apresentando a atenção dispensada pela academia para o estudo do *conatus* bourdieusiano.

Na primeira obra – *O Homo Academicus* – Bourdieu (2013, p. 78) revela que o campo acadêmico é estruturado seguindo dois princípios de hierarquização opostos: uma hierarquia específica do campo – cuja autoridade está assentada na Ciência e na notoriedade intelectual; e outra hierarquia social – baseada no “capital herdado e no capital econômico e político”. Neste campo há uma espécie de disfunção quando observamos que a autoridade acadêmica, assentada na ciência e no conhecimento, é confrontada com outra autoridade baseada nos capitais econômico e político. Na obra o autor explica como tais capitais são empregados e, sobretudo, denuncia como o campo está estruturado de modo que os mesmos sejam transmitidos como uma herança, denotando, dessa forma, que a academia é um negócio gerido por poucos e para poucos. Neste sentido predomina não somente a competência científica, mas, sobretudo, a social como refere Bourdieu : “há dois polos de uma mesma estrutura institucional que se opõem: um polo de saber, definido essencialmente pela liberdade acadêmica, e um polo de poder, que se conclama de responsabilidade social” (BOURDIEU, 2013, p. 17).

O autor afirma ainda que, no campo universitário, os agentes se esforçam para mantê-lo, privilegiando o ingresso de pessoas com pontos de vista, trajetórias e *habitus* consonantes com os valores comungados no campo. Dessa forma, a meritocracia acaba, por vezes, sendo uma ficção que segrega socialmente os providos de capital social e cultural compatíveis com o *habitus* do campo dos desprovidos. Na obra, o autor ressalta que tais capitais são herdados: “As chances de ter acesso às diferentes formas de poder – aqui confundidas – variam tanto quanto os diferentes indícios do capital cultural e social herdado: como a origem social; ou como capital escolar” (BOURDIEU, 2013, p. 17, p. 110)

Nessa estratégia de conservação do campo, limitando o ingresso de agentes com capitais cultural e social afins, o nepotismo é um recurso amplamente empregado, não somente para garantir que a posição social continue a pertencer a Família, como também para a manutenção do próprio campo, uma vez que garante, igualmente, a submissão do ingressante (ou herdeiro) ao arbitrário cultural que fundamenta o grupo, sem o qual, não haveria disputas:



Levar em conta expressa e explicitamente as origens familiares é apenas a forma declarada das estratégias de cooptação que se encontram nos indícios da adesão aos valores do grupo e ao valor do grupo, nos imponderáveis da prática, e até mesmo das maneiras e da manutenção para determinar aqueles que são dignos de entrar no grupo, de fazer parte do grupo, de fazer o grupo (BOURDIEU, 2013, p. 87).

Logo, o nepotismo é uma estratégia de seleção que objetiva a conservação dos valores do grupo, uma vez que a origem familiar do ingressante, juntamente com seus capitais social e cultural, são um indício de que o mesmo aderirá aos valores propostos e, sobretudo, lutará para mantê-los estabelecendo, dessa forma, uma relação visceral com o grupo. Ou seja, estamos diante de uma verdadeira herança social responsável pela reprodução de uma ordem social intimamente manifestada sob a forma de disposições duráveis (sob a forma de agir e de pensar). Nesse ambiente onde o poder pertence àqueles que agem de acordo com o *habitus* do campo, os herdeiros competem de forma desigual com aqueles desprovidos de capital cultural e social consonante ao campo .

Para o autor, o herdeiro(a) está, desde sempre, sendo moldado(a), por meio das práticas cotidianas, a assumir a posição social ocupada pelo pai. Nesse sentido, é como se a “herança herdasse o herdeiro, o passado fosse reificado e incorporado e que o futuro se atrelasse ao passado” (BOURDIEU, 2013, p. 19). Em vista disto, em “*Homo Academicus*” os capitais cultural e social foram identificados como elementos de distinção do campo acadêmico, fundamentais para a perpetuação de uma família em determinada posição social, sendo tal prolongamento operado por meio de um processo de herança onde o herdeiro, formado de acordo com o *habitus* do campo, incorpora todos os privilégios dispensados aos eleitos.

Já em “A miséria do Mundo”, de 1993, Bourdieu focou nas “Contradições da Herança” quando revelou os principais dramas inerentes ao processo de transmissão da herança abordando o tema *conatus* de forma direta e contundente. No estudo, o autor identifica os conflitos que permeiam o processo de transmissão da herança paterna – herança essa entendida como sendo a perseverança no ser, na imitação das ações do pai, e na perpetuação de sua posição social – uma vez que, para isso, o filho(a) precisa distinguir-se do pai, superando-o, e até mesmo, negando-o. O autor destacou o importante papel das instituições de ensino como responsáveis por muitos fracassos e decepções, pois cabe a elas atestar a aptidão ou inaptidão do sucessor à herança prometida, ou seja, elas assumem um papel que outrora era desempenhado unicamente pelas famílias. Bourdieu (2008) relata ainda que tal julgamento é decisivo para a construção da identidade do indivíduo (in)viabilizando-o

como descendente e, conseqüentemente, posicionando-o como protagonista ou marginal nesse projeto de sucessão familiar – o *conatus*.

Até que se chegue a um veredicto sobre a (in)viabilidade do filho(a), o pai, desde cedo, transmite “inconscientemente na sua maneira de ser e por sua maneira de ser, e também, explicitamente, por ações educativas orientadas para a perpetuação da linhagem”, o *conatus*. Logo, herdar significa perpetuar o *conatus* e aceitar pacificamente ser instrumento dele. O professor afirma que quando viabilizado, ou seja, quando a herança é bem sucedida, ocorre um “assassinato do pai com injunção do pai” (BOURDIEU, 2008, p. 588). Assim, prevalece o entendimento (*eidós*) de que tanto a transmissão da herança quanto a sucessão do pai são processos “naturais”, sendo executados de forma inquestionável e cujo objetivo é a manutenção, e até mesmo, a superação do legado paterno. Quando a *doxa* – aceitação das leis do campo (*nomos*) – se manifesta no filho(a), ou seja, quando o filho aceita tomar para si o desejo do pai, ocorre a produção do que Bourdieu (2008, p. 588) chama de “herdeiro sem história”, isto é, o(a) herdeiro(a) continua trajetória do pai sendo um apêndice do protagonismo iniciado por este pai.

Na seqüência, o que se observa é que a criatura – o filho – encarna um alter ego que ratifica a qualidade e identidade paterna. Após assumir a posição do pai, Bourdieu (2008) prevê algumas possibilidades em que este pai consegue se realizar por meio do filho como uma espécie de realização por “procuração”. São aqueles casos em que o filho(a) dá continuidade à trajetória do pai, interrompida contra sua vontade; ou outros em que o pai, por limitações próprias, não logra êxito em sua missão. E, por último, há, também, aqueles casos dotados de contradições e sofrimentos em que o pai delega ao(a) filho(a) uma missão impossível.

Apesar da aceitação, por parte do filho(a), ser condição necessária para a transmissão da herança, não é suficiente para garantir o sucesso. O autor chama de “fracassado” aquele que não conseguiu atingir o objetivo socialmente que lhe fora incumbido e, por isto, comprometeu a trajetória e o futuro previamente desenhado para ele. Ao se reconhecer como fracassado, o pretense herdeiro(a) se revolta contra duas instituições: a escola (quando reprova) e a família. É preciso repisar a importância da instituição escolar na transmissão do capital cultural que poderá credenciá-lo como sucessor. A família, sem poder se opor ao veredito acadêmico, aceita-o. Pela dramaticidade do caso, recorro às pedagógicas palavras do mestre:

Tendo matado as expectativas e esperanças do pai, não têm outra escolha senão se abandonar ao desespero de si, assumindo a imagem totalmente negativa que lhe enviam os vereditos das duas instituições aliadas, ou matar simbolicamente, na sua própria origem, o “projeto” parental ao assumir, em tudo, o avesso do estilo de vida familiar. (BOURDIEU, 2008, p. 589)

Aqueles herdeiros que subvertem o *conatus* – negando o pai, não aceitando serem herdados, recusando o processo de herança e assumindo o protagonismo de suas vidas – fazem com que seus pais enxerguem toda a herança construída se esvaír consigo e veem toda a sua existência anulada. Para Bourdieu (2008, p. 590), de todas as contradições relacionadas à herança, o “dilaceramento que nasce da experiência do êxito como fracasso, ou melhor, como transgressão” é a maior. O autor explica que, contraditoriamente, quanto maior o êxito do(a) herdeiro(a) atendendo ao *conatus* e assumindo a herança paterna, chegando inclusive à superá-lo, maior será o seu fracasso, mais estará matando seu pai e mais distante estará dele, pois, inconscientemente, superá-lo – o pai – representa uma espécie de transgressão. De forma diametralmente oposta, quanto maior o seu fracasso, maior será seu êxito e mais próximo o(a) herdeiro(a) estará de seu pai. Bourdieu sugere que a posição paterna aparece no campo como um limite que não deve ser ultrapassado. Ao herdeiro(a) não cabe “diferir, se distinguir, renegar, romper”.

Outro caso se refere ao pai que – desprovido de capital econômico, social ou simbólico – assume uma posição ambivalente em relação ao sucesso do filho. Nesses casos, o pai deseja que o filho seja diferente dele ao mesmo tempo em que almeja que seu herdeiro(a) seja igual a ele. Bourdieu (2008, p. 590) sintetiza perfeitamente essa ambivalência: “tenha sucesso, mude, torne-se burguês e continue simples, não orgulhoso, próximo ao povo (a mim)”.

Accardo (2008) narrou a dramática trajetória do jornalista político Sébastien K.. Filho de um manobrista ferroviário espanhol e de uma faxineira, Sébastien relatou todo o drama sofrido quando ele, da classe média baixa de uma cidade francesa do interior, teve depositado em si as esperanças de sua família de uma vida melhor. Esse é o típico exemplo de uma família que faz grandes sacrifícios e transfere para os filhos suas esperanças de uma verdadeira realização através de um super investimento educacional. O autor descreve que Sébastien se viu assim fadado, por veredicto dos pais, a realizar a ascensão social de toda a família através do sucesso escolar. Ele, então, passou a ser submetido a um sobre-esforço escolar o que lhe garantiu um lugar no liceu no centro da cidade: um estabelecimento de reputação elitista ao qual a setorização do ensino impunha receber alunos de alguns bairros

suburbanos e que preparava para os grandes colégios e faculdades, estudantes em sua maioria provenientes do meio burguês” (ACCARDO, 2008, p. 596)

Lá, segundo o autor, Sébastien vive a experiência do “ostracismo total”. Longe de sua família; convivendo com colegas com quem não estava habituado; e professores que eram um misto de “monstros e semideuses”, ele se sente deslocado pela sua condição social – continuamente lembrada pelos olhares e rejeição por parte dos colegas – e acaba sendo expulso do liceu, por não ter se adaptado. Esse fato pesa em sua vida como uma sentença que acaba com as ambições de seu pai. Até se tornar um jornalista, Sébastien trilhou um tortuoso caminho que lhe deixou sequelas (ACCARDO, 2008).

Assim sendo, é possível observar o dilema do pai, que trabalha para o sucesso do filho(a), mesmo sabendo que tal êxito poderá culminar com a perda do convívio junto a seu(sua) filho(a). Nas palavras de Bourdieu (2008, p. 590): “o sucesso, nesse caso, é na verdade assassinato do pai: é culpado por trair se tem êxito, é culpado por decepcionar se fracassa”. O caso em questão produz um *habitus* dilacerado pois trata de uma pluralidade de identidades sociais, de diferentes campos e diferentes formas de agir e de pensar. Dessa forma, Bourdieu (2008, p. 592) sugere um estudo da origem social (sociogênese) das disposições que constituem os *habitus*, sobretudo, de “como a ordem social capta, canaliza, reforça ou contraria processos psíquicos segundo haja homologia, redundância e reforço entre as duas lógicas ou, ao contrário, contradição, tensão”. É possível observar que o autor se refere a *habitus* no plural pois reconhece o agente imerso em diferentes campos, atuando conforme o *habitus* de cada um destes campos. Nesse sentido, o autor complementa:

O modo de ser (o *habitus*) mantém com o campo uma relação de solicitação mútua e a ilusão (*illusio*) é determinada desde o interior a partir das pulsões que impelem a investir-se no objeto; mas também desde o exterior, a partir de um universo particular de objetos socialmente oferecidos ao investimento. O espaço das possíveis características de cada campo – religioso, político ou científico, etc. – funciona, em virtude do princípio de divisão (*nomos*) específica que o caracteriza, como um conjunto estruturado de licitações e solicitações, e também proibições; age ao modo de uma língua, como sistema de possibilidades e de impossibilidades de expressão que proíbe ou encoraja processos psíquicos diferentes entre eles e diferentes em todo caso daqueles do mundo ordinário; através do sistema de satisfações regradas que propõe, impõe um regime particular ao desejo, assim transformado em ilusão específica (BOURDIEU, 2008, p. 592)

Dito isto, é possível observar que o campo estruturado se manifesta sobre o corpo coagindo o agente a atuar de forma distinta em cada um dos campos – seja no campo acadêmico, seja no seio familiar – em busca de uma recompensa (*illusio*). Dependendo de sua origem social (família), e da quantidade (in)suficiente de capital, principalmente o capital

cultural e social, ao agente são infligidas condições – verdadeiras violências simbólicas – que ampliarão sua noção da realidade – agora para campos estruturados segundo *nomos* –, moldarão sua forma de agir e comprometerão sua resiliência.

Por fim, em *Razões Práticas*, Bourdieu identifica a instituição escolar e a família como mecanismos de reprodução social capazes de produzir capital, especificamente o capital cultural, sendo, dessa forma, responsáveis pela perpetuação da estrutura social – esses dois mecanismos não atuam de forma dissociada. Conforme já citado, Bourdieu o define o *conatus* como um sentimento de perpetuação da família em sua posição social com todos os seus poderes e privilégios:

As famílias são corpos (*corporate bodies*) animados por uma espécie de *conatus*, no sentido de Espinosa, isto é, uma tendência a perpetuar seu ser social, com todos os seus poderes e privilégios que é a base das estratégias de reprodução, estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias de herança, estratégias econômicas e, por fim, estratégias educativas (BOURDIEU, 1996, p. 35).

Nesse sentido, podemos entender o *conatus* como um sentimento de perpetuação que perpassa a família e que, a partir dele, várias estratégias serão empreendidas nesse sentido – estratégias de reprodução, estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias de herança, estratégias econômicas e estratégias educativas. O sentimento que começa na família (socialização primária), é nela reproduzido, mas tem nas instituições escolares (socialização secundária) uma importante aliada que reforça as disposições do campo segregando “os detentores de capital cultural herdado daqueles que não o possuem. Sendo as diferenças de aptidão inseparáveis das diferenças sociais conforme o capital herdado”, ou seja, tais instituições tendem a manter as diferenças sociais preexistentes, instituindo “fronteiras sociais análogas àquelas que separavam a grande nobreza da pequena nobreza, e esta dos simples plebeus” (BOURDIEU, 1996, p. 37).

A classificação escolar institui uma diferença social onde os eleitos – um conjunto de pessoas privilegiadas destinadas a dominar – são consagrados como uma espécie de nobreza por meio de títulos que supostamente deveriam apenas atestar competências técnicas, mas que exorbitam sua função e garantem a esses eleitos competências sociais para comandar a vida em sociedade (dirigentes de indústrias, ministros, dirigentes políticos e outros). Por isso, Bourdieu (1996) critica a instituição escolar:

instituição escolar, que em outros tempos acreditamos que poderia introduzir uma forma de meritocracia ao privilegiar aptidões individuais por oposição aos privilégios hereditários, tende a instaurar, através da relação encoberta entre aptidão escolar e herança cultural, uma verdadeira nobreza de Estado, cuja autoridade e legitimidade são garantidas pelo título escolar (BOURDIEU, 1996, p. 39).

Diante de um campo estruturado para acentuar as diferenças sociais, cabe aos menos favorecidos – entenda-os como aqueles dotados de menos capital cultural e social – se adaptarem às leis que o regulam tentando responder adequadamente às disposições do campo. Para tanto, lançam mão de um senso prático – o *habitus* – com a esperança de se destacarem nesse ambiente de disputas. Bourdieu (1996) ressalva que é na instituição escolar que o capital cultural pode ser adquirido e que esta instituição representa o primeiro crivo para o sucesso social, mas que os capitais social e cultural, quando herdados, dificultam, ainda mais, a subversão da lógica do campo.

Apesar do *conatus* bourdieusiano ter sido apresentado numa perspectiva de perpetuação da família como ser social, Ojansivu; J. Medlin (2017) mudou o foco para o *conatus* como um sentimento de perpetuação de empresas inseridas em uma rede de negócios, com duas décadas de existência, por meio da compreensão da interação da estrutura social e da agência humana nessa rede. Seu estudo revelou como as lógicas contextuais<sup>26</sup> emergem e decaem em diferentes partes da rede e o papel delas na mobilização de recursos, atividades e relações comerciais. Os autores identificaram duas lógicas contextuais, primeiro o *Telos* – que se preocupa em criar uma finalidade – integrou os processos de clientes e fornecedores; e o *Conatus* – que consiste em construir e reter uma entidade – integrou as gerências das diferentes empresas em torno de uma lógica de cooperação para a perpetuação. Nesse sentido, os autores mostraram como as lógicas contextuais são importantes instrumentos de mobilização de recursos; atividades; e relacionamentos de negócios em redes. Quanto à lógica contextual do *conatus*, os autores concluíram:

O *conatus*, como uma lógica contextual, incorpora uma forte inércia e uma resistência à mudança, mas também mais especificamente. Ele permite que os gerentes argumentem pela continuidade do caminho presente para o futuro. Na lógica do *conatus*, a lealdade a um relacionamento comercial é o princípio de *rigueur*, e resultados mais gerais e amplos e até adaptações são menos relevantes (OJANSIVU; J. MEDLIN, 2017, p. 10).

---

<sup>26</sup> Ojansivu; J. Medlin (2017, p. 1) definem lógica contextual como sendo “entendimentos compartilhados e mutáveis dos meios e fins, que estão disponíveis para os indivíduos elaborarem, ao longo do caminho para alcançar um futuro específico”. Em termos bourdieusianos, seria o *habitus*, ou mais especificamente, a *doxa*.

Outro trabalho a ser destacado, de cunho antropológico, foi o de Schwimmer (2003) que aliou a perspectiva espinosana do termo *conatus* ao conceito bourdieusiano de *habitus* para destacar este último como a base para um pré-raciocínio que garanta a coexistência das “minorias nacionais” pois o autor postula que somente “pessoas que compartilham o mesmo *habitus* poderiam ser um sistema efetivo de coexistência negociada”. Para ele, a cumplicidade é condição fundamental em um ambiente de compartilhamento de poder pois sem a mesma “esses membros não se perceberiam como cidadãos” (SCHWIMMER, 2003, p. 160).

Já Noble (2004), ao estudar o ato de acumular objetos pelas pessoas, concluiu que tal ato extrapola a noção estrita que do verbo e adentra o campo psicossocial, pois acumulamos igualmente o ser, ou seja, os objetos os quais acumulamos, dotados de símbolos, falam sobre nós e tendem a compor a nossa imagem social. Nesse sentido, o autor explica que a posse desses “bens valiosos” potencializa a chance de reconhecimento e obtenção de segurança ontológica. Diante desta premissa, os seres humanos buscam incessantemente a posse de tais bens para atender ao *habitus* do campo, incorporando a *hexis* demandada, e garantindo sua existência social (como um sentimento de autopreservação – o *conatus*).

É preciso citar igualmente Hage (1996) que estudou as ansiedades provocadas pela disputa entre Cristãos Maronitas e os Árabes Muçulmanos em um Líbano em guerra civil (1976-1991). Em seu artigo, o autor descreveu o sentimento de alteridade presente e a crise de ansiedade enfrentada pelos Nacionalistas com a presença do “outro”. O autor conclui que uma crise ainda maior eclodiria com a ausência deste “outro” porque anularia a base política dos Nacionalista, ou seja, a existência destes, a partir da eliminação de seus adversários, não mais se justificaria. Sem um adversário, esses Nacionalistas precisariam governar para si mesmos, o que causaria o seu próprio fim. Destarte, observa-se o estudo de um campo complexo, em meio a uma disputa bélica, onde a eliminação de um adversário compromete a sua própria existência nesse campo de disputas e relações tautológicas pelo poder, disse ele:

A presença desse outro ameaçador é um dos elementos-chave que fornecem a estrutura da imaginação comum com um mínimo de estabilidade. Nesse sentido, a “instabilidade” não é produzida pela ameaça de um outro desestabilizador, mas, paradoxalmente, é produzida pela ameaça do desaparecimento do outro desestabilizador (HAGE, 1996, p. 122).

Nesse estudo, o autor posicionou o *conatus* dentro do *habitus*, ou seja, entre agir conforme este *habitus* – que causaria a aniquilação no longo prazo –, e subvertê-lo – garantindo a própria existência (*conatus*) –, este último foi fortemente adotado como uma estratégia de sobrevivência.

Uma abordagem similar à adotada nesta tese foi conduzida por Oliveira *et al.*, (2014) que identificaram um processo de transmissão de valores e experiências aos sucessores de duas pequenas empresas familiares em Uberlândia para que estes herdeiros pudessem perpetuar o negócio da Família. Alguns aderiram à proposta e outros não – ocorrendo conflitos de relacionamento. Os autores sugeriram que pesquisas futuras abordem tal processo de sucessão sob a ótica de gênero, fazendo um estudo comparativo entre empresas assumidas por homens e mulheres.

Trott (2017) ao estudar o problema da alienação de formas contemporâneas de trabalho emocional e afetivo recorre a teoria da distinção de Bourdieu, dentre outras, como solução para evocar no indivíduo um *conatus* (ou seja, um sentimento de perpetuação) que supere este problema.

Já Medeiros (2017, p. 98) buscou identificar os conceitos da teoria bourdieusiana no acesso ao conhecimento científico por entender que “as decisões no campo científico sempre envolvem a dualidade política e científica e que as escolhas feitas pelos agentes estão baseadas em interesses simbólicos”. Entendeu o *conatus* como um conceito relacionado à afeição que mantém a associação dos agentes no campo.

Do discorrido neste tópico, pude observar que, ao comparar as considerações feitas por Bourdieu (em suas três obras) com a teoria espinosana – que começa com a definição de substância, passa pelo *conatus* e termina com o estudo dos afetos –, que o *conatus* bourdieusiano, talvez pelo foco dado à Família, fornece um aparato raso para pesquisa. O autor descreve as estratégias de reprodução social da família e as contradições do processo sucessório (com os dramas inerentes) de modo que ao pesquisador bourdieusiano resta apenas seguir essa linha de pesquisa.

Os artigos citados nesse tópico se ativeram a abordar o *conatus* sob a perspectiva de perpetuação – da família, da empresa, de um grupo étnico e outros – sem fazer nenhuma conexão, assim como Bourdieu, com os conceitos espinosanos de ideia e imagem; paixão e desejo; e afetos. O *conatus* espinosano é apenas uma parte de uma teoria com início, meio e fim e que, portanto, carece em sua abordagem dos elementos que o constituem sob pena da investigação parecer superficial aos olhos de quem conhece os ensinamentos de Espinosa.

Como Bourdieu (2008) adotou a visão de Espinosa sobre o *conatus* e o aplicou ao estudo do *habitus* – relacionando-o à perpetuação de um projeto familiar –, então no próximo tópico discorrerei de forma mais aprofundada sobre essa visão.



### 2.4.2 O conatus para Espinosa

Segundo uma trajetória que começa com a separação entre filosofia, religião e teologia, passando pela distinção entre imaginação e intelecto, Espinosa funda uma linha de pensamento, baseada no racionalismo absoluto<sup>27</sup>, que culmina com sua obra prima: a *Ética*.

Segundo Chauí (1995, p. 34), o primeiro momento da obra espinosana ocorre quando o autor trava um embate contra a superstição e a servidão. Segundo a autora, nesse momento, Espinosa afirma e demonstra a capacidade do intelecto de apreender a totalidade do real criticando “todas as formas de irracionalismo e superstição, seja na religião, na política, seja na filosofia”. A incerteza sobre o futuro (se coisas boas ou ruins acontecerão) fazem com que imaginemos o real de forma confusa e inadequada, daí advém o irracionalismo. Espinosa combateu esta forma de irracionalismo interpretando histórico-criticamente a Bíblia (afastando o poder supersticioso da religião e da teologia) e propondo uma forma de pensar que suplantasse a imaginação. Segundo Chauí (1995), imaginar é o conhecimento adquirido por meio do que as imagens externas causam em nós – sendo uma subjetividade, fruto da experiência sensorial. No mesmo sentido, Deleuze (2002, p. 83) complementa: “as imagens são as próprias afecções corporais (*affectio*), as marcas de um corpo exterior sobre o nosso”. Ao contrário da imagem, a ideia é um ato, fruto do nosso intelecto, que, sem interferências externas, consegue captar a essência do objeto por meio de relações de causas e nexos com outras ideias. Chauí (1995, p. 38) sintetiza: “a imagem depende da ação externa das coisas sobre o nosso corpo. A ideia depende exclusivamente da ação interna de nosso próprio intelecto”, ou seja, “as nossas ideias são, pois, ideias de imagens ou de afecções que representam um estado de coisas, e pelas quais afirmamos a presença do corpo exterior, enquanto nosso corpo permanece assim marcado” (DELEUZE, 2002, p. 83).

Nesse segundo momento, em “Tratado da correção do intelecto”, Espinosa discorre sobre a distinção das três formas de conhecimento: a imaginação, a razão e a intuição intelectual. Conforme citado, a imaginação se processa a partir de experiências sensoriais e de nossa memória gerando ideias inadequadas – é o exterior sendo processado em nós. Para Espinosa, a razão é baseada em leis ou relações do todo com a parte e vice-versa, ou seja, é uma noção comum e estruturada. Já a intuição intelectual, Chauí (1995) apreende a essência das coisas – o que Espinosa chama de ideias adequadas –, por meio do conhecimento de suas “causas e efeitos necessários”, suas “relações internas necessárias” com outras causas e

---

<sup>27</sup> Segundo Chauí (1995, p. 35) o racionalismo absoluto significa: “libertar-se das causas da ignorância para com isso libertar-se das causas do medo e da esperança e, ao fazê-lo, libertar-se de seus efeitos religiosos e políticos. O racionalismo absoluto é a confiança na capacidade libertadora da razão.

efeitos e com a natureza inteira. Para Chauí (1995, p. 39) essa forma de conhecimento nos conduz à certeza intelectual “que nos faz saber que sabemos”.

No conhecimento gerado por meio da imaginação, chamadas de ideias inadequadas, somos passivos. As imagens geradas em nós são resultados das ações das coisas externas sobre nós mesmos – nossa ação se limita a apreender as imagens que nos parece semelhantes e a refutar aquelas que desconhecemos –. Essa ação analógica produz um conhecimento parcial porque carece de reflexão sobre as causas verdadeiras que a produziram. Já as ideias intelectuais – entendidas como ideias adequadas –, são mais refinadas. Somos ativos para reconhecer, por nós mesmos, as causas e efeitos das ideias, sua essência, natureza e conexões internas. Deleuze apresenta uma visão geral dessas formas de conhecimento:

Inadequado e adequado qualificam, pois, primeiramente uma ideia, mas em segundo lugar qualificam uma causa (III, def. 1). Visto que a ideia adequada se explica por nossa potência de compreender, nós não temos uma ideia adequada sem sermos nós mesmos causa adequada dos sentimentos que daí resultam, e, desde logo, são ativos (III, def. 2). Ao contrário, enquanto temos ideias inadequadas, somos causa inadequada dos nossos sentimentos, que são paixões (III, 1 e 3) (DELEUZE, 2002, p. 85).

Segundo Chauí, Espinosa, apesar de convergir com o dualismo substancial (corpo e a alma)<sup>28</sup>, rompe com a perspectiva hierárquica que situava a alma em uma instância superior ao corpo e rompe, também, com o dualismo cartesiano<sup>29</sup> – que determina que algo só existe como coisa (um corpo mecânico) ou como consciência (alma) – onde, apesar dessas duas formas de existência serem incomunicáveis, a última age sobre a primeira por meio da vontade. Para Koetsier; Bergmans (2005) Descartes não conseguiu resolver o problema da relação entre corpo e mente. O estrito paralelismo de Espinosa é uma solução para o problema da relação entre corpo e mente, deixada sem solução por Descartes. Segundo os autores, a solução de Espinosa foi inspirada na invenção da geometria analítica cartesiana porque é perceptível a manipulação de fórmulas associadas ao pensamento. Portanto, para eles, é concebível que Espinosa tenha sido inspirado pela geometria analítica.

---

<sup>28</sup> Por exemplo: para Platão, a alma conduziria o corpo; e para Aristóteles, o corpo seria um instrumento da alma sendo por ela dirigido (CHAUÍ, 1995).

<sup>29</sup> Descartes afirmou, segundo Para Gibbs Jr (2007, p. 150), que: “o cérebro (e o resto do corpo) era puramente mecanicista em seu princípio de operação e não precisava de provas de sua existência, enquanto a alma independente e não material exigia: *cogito ergo sum* (penso, logo existo). Ele sustentava que a realidade era uma dicotomia da matéria (substância estendida ou espacial) e espírito (substância pensante). Embora as duas substâncias fossem independentes e tivessem características diferentes, elas podiam interagir umas com as outras. Esse dualismo mente-corpo ficou conhecido como dualismo cartesiano”.

A perspectiva espinosana conjuga corpo, alma e razão – a qual já foi discorrida mais acima – de modo que, para o autor, o homem é parte imanente da Natureza. Para uma melhor compreensão da relação indissociável do homem como ser inerente à Natureza, é necessário que os conceitos de Natureza, substância, corpo e alma sejam apresentados.

No livro “Ética”, a razão espinosana se inicia com o conceito de substância. Para Espinosa (2017, p. 9), substância é tudo aquilo “que existe em si mesmo e que por si mesmo é concebido”. Chauí (1995, p. 46) explica que sem a substância, nada existe nem pode ser concebido – o que faz a substância ser a origem de tudo é ser causa de si e própria “(causa de sua essência, de sua existência e da intelegibilidade de ambas)” e, ao ser causa de si mesma, acaba também sendo “a causa e a essência de todos os seres do universo”. Em outras palavras, “a substância absoluta é potência absoluta de autoprodução e de produção de todas as coisas”.

Sendo a substância a potência absoluta de autoprodução, Espinosa (2017, p. 183) aponta para a impossibilidade de autodestruição, ou seja, algo só pode ser destruído por uma causa externa. Braga (2016, p. 412) destaca esta proposição<sup>30</sup> “porque estabelece que a própria essência do homem não pode ser destruída por causas internas. Há uma impossibilidade de negação interna, no sentido de autodestruição”. Adotando a ideia da impossibilidade de autodestruição, a autora buscou compreender os motivos alegados para a internação de 45 crianças em uma instituição psiquiátrica. Dentre as razões, a mais frequente foi “alteração da volição com referência ao par agressividade/periculosidade” com “risco para si e para outros”. Com base na teoria espinosana, a autora concluiu “que nessa chave de leitura não é possível afirmar que pela volição, ou por desejo, um sujeito coloca a si mesmo em risco” (BRAGA, 2016, p. 422).

Portanto, para Espinosa, a substância é o todo – de onde tudo advém sendo, portanto, única e infinita –. O autor explica que uma substância finita seria:

aquela coisa que pode ser limitada por outra da mesma natureza. Por exemplo, diz-se que um corpo é finito porque sempre concebemos um outro maior. Da mesma maneira, um pensamento é limitado por outro pensamento. Mas um corpo não é limitado por um pensamento, nem um pensamento por um corpo. (ESPINOSA, 2017, p. 9)

Então, a *contrario sensu*, a substância, por ser infinita, não pode ser limitada por outra de mesma natureza porque é única e, sem outra substância concorrente, ela é a causa de si e de tudo. Além de infinita ela seria, segundo Chauí (1995, p. 47), eterna porque sua essência (ser), potência (agir) e existência seriam idênticas – a substância, portanto, passa a

---

<sup>30</sup> Proposição 4 da terceira parte do livro “Ética”

ser chamada de Deus. Daí surge a noção de que de Deus, sendo ilimitado e causa de si mesmo, “faz existir todas as coisas singulares que O exprimem porque são efeitos de Sua potência infinita”. Deus não é causa transitiva de tudo, ou seja, Ele não se separa das coisas após tê-las produzido porque Ele está expresso na existência de todas as coisas, daí, segundo Chauí (1995), advém o termo *Deus sive Natura* – Deus ou Natureza:

*Natureza* é a expressão imanente de uma atividade infinitamente infinita cujo nome é Substância. A Substância, una e única, é uma unidade infinitamente complexa constituída por infinitos atributos infinitos, isto é, por infinitas qualidades infinitas, diferenciadas, unificadas pela potência infinita de autoprodução e de produção de todas as coisas. (CHAUÍ, 1995, p. 53).

Espinosa (2017, p. 9) descreve atributo como “aquilo que, de uma substância, o intelecto percebe como constituindo a sua essência”. A diferença de atributos é o que, segundo a proposição 4, distingue duas coisas, ou seja, não há na Natureza duas ou mais substâncias de mesma natureza ou atributo (proposição 5). Portanto, Espinosa reitera que a Substância é constituída por infinitos atributos infinitos.

Chauí (1995, p. 54) identifica duas formas de atributos: extensão (que dá origem aos corpos) e pensamento (que dá origem às almas). Segundo a autora, a ação dos atributos infinitos cria diferentes realidades e campos que “exprimem sempre o mesmo Ser”, ou seja, são “internas ao próprio Ser ou Substância”. Por isso que não há de se separar o homem em duas outras substâncias porque alma e corpo são efeitos simultâneos da atividade desses dois atributos – de igual potência onde não há de se cogitar uma relação hierárquica porque são isonômicos.

Críticas ao pensamento cartesiano do *cogito ergo sum* foram tecidas por Millett, (2011) ao estudar pacientes com demência. Segundo o autor, estes pacientes, apesar de suas limitações, não poderiam ter sua existência anulada uma vez que:

continuam a experimentar o mundo e a criar significado, mesmo na presença de grave degradação cognitiva. É claro que as pessoas com demência têm uma resposta afetiva a certos estímulos: elas riem, choram, expressam frustração e decepção, se divertem com os outros e assim por diante. Respostas afetivas ou emocionais - sinais de felicidade, tristeza, frustração, raiva e afins - são indicadores de uma vida interior cuja extensão pode não ser determinável usando apenas critérios cognitivos (MILLETT, 2011, p. 510).

Para o autor, os conceitos de eu e de personalidade ainda é muito contestado, apesar de uma longa história de indagações sobre eles. A natureza da individualidade, desde Descartes e Locke, tem sido procurada em três dimensões principais: o corporal ou material, o

relacional e o reflexivo, ou alguma combinação delas. A aceitação dessas dimensões ou categorias, somos confrontados com uma escolha entre muitas possibilidades sobre o que um eu poderia ser. O autor argumenta que a diminuição da capacidade cognitiva não deve alterar a posição moral de um indivíduo.

Portanto, Koetsier; Bergmans (2005, p. 30) concluem que Espinosa apresentou uma solução radical: mente e corpo são dois atributos diferentes de uma substância única, Deus. Além disso, como “Espinosa era um determinista, ele sustentou que há um estrito paralelismo entre corpo e mente. Extensão e pensamento são apenas duas maneiras diferentes de experimentar a mesma coisa” (pelo corpo e pela alma, respectivamente). Se o desenvolvimento é completamente determinado no nível da matéria, o mesmo ocorre no nível do pensamento.

Apesar da alma pensar (pensamentos adequados) e o corpo imaginar (pensamentos inadequados), nada obsta que, segundo Chauí (1995), a alma produza ideias inadequadas. Isso porque pensar é afirmar ou negar uma ideia. Por isso, é possível que a alma, julgando uma imagem como ideia, negue ou afirme-a. Essa tese encontra eco na proposição 13: “O objeto da ideia que constitui a mente humana é o corpo, ou seja, um modo definido da extensão, existente em ato, e nenhuma outra coisa” (ESPINOSA, 2017, p. 99). Chauí (1995, p. 60) conclui: “somos a unidade de um complexo corporal (os milhares de corpos que constituem nosso corpo) e de um complexo psíquico (as inumeráveis ideias que constituem nossa mente ou nossa alma)”. Portanto, a alma, pela ligação visceral com o corpo, o pensa, o imagina, o reflete. A imaginação pela alma pode parecer contraditória, porque essa é uma atribuição do corpo, mas é possível a alma imaginar. A proposição 23 confere a alma essa capacidade: “a mente não conhece a si mesma senão enquanto percebe as ideias das afecções do corpo” (ESPINOSA, 2017, p. 122). Chauí (1995, p. 61) explica que “a alma pensa seu corpo e a si mesma segundo a ação causal externa exercida sobre nosso corpo pelos outros corpos e sobre eles pelo nosso”.

Considerando a influência intercorpórea supracitada, poderíamos concluir, então, que o *conatus* citado por Bourdieu (1996) seria exatamente o resultado desse processo de inculcação ou de construção de imagens sobre corpo do herdeiro? Ou o *conatus* não agiria no campo da imaginação, apenas no campo das ideias? Segundo Chauí:

Afetando outros corpos e sendo por eles afetado de inúmeras maneiras, o corpo cria imagens de si a partir do modo como é afetado pelos demais corpos. Imaginar exprime a primeira forma da inter-corporeidade, aquela na qual a imagem do corpo e de sua vida é formada pela imagem que os demais corpos oferecem do nosso. (CHAUÍ, 1995, p. 61).

Tomando as considerações da autora, é possível inferir que o *conatus* bourdieusiano seria formulado como uma imaginação – uma ideia imaginativa. Parece confuso, considerando que a ideia se processa na alma e a imagem, no corpo – apesar de estar de acordo com a proposição 23, acima. Chauí, uma vez mais, corrobora para o entendimento do que seria uma ideia imaginativa:

A ideia imaginativa é o esforço da alma para associar, diferenciar, generalizar e relacionar abstrações ou fragmentos, criando conexões entre imagens para com elas orientar-se no mundo (...) A ideia imaginativa torna-se fraqueza da alma quando tomada por uma ideia reflexiva, pois a causa desta última é a própria força pensante da alma, enquanto a causa da primeira é a consciência imediata que a alma tem de seu corpo. A ideia imaginativa é ‘uma conclusão com ausência de premissas’, ou seja, um conhecimento desprovido de sua causa ou de sua razão. (CHAUÍ, 1995, p. 62)

É buscando resolver uma aparente confusão entre o poder imaginativo de seu corpo e seu próprio poder pensante à iniciativa do conhecimento que Espinosa desenvolve o conceito de *conatus*.

Proposição 6. Cada coisa esforça-se, tanto quanto está em si, por perseverar em seu ser. Demonstração. Com efeito, as coisas singulares são modos pelos quais os atributos de Deus exprimem-se de uma maneira definida e determinada (...), isto é (...), são coisas que exprimem de uma maneira definida e determinada a potência de Deus, por meio da qual ele existe e age. E nenhuma coisa tem em si algo por meio do qual possa ser destruída, ou seja, que retire a sua existência (...); pelo contrário, ela se opõe a tudo que possa retirar a sua existência (...). E esforça-se, assim, tanto quanto pode e está em si, por perseverar em seu ser (ESPINOSA, 2017, p. 185)

O autor enxerga o *conatus* como uma força para pensar equivalente à força de seu corpo para imaginar uma vez que, de acordo com a proposição 1 da terceira parte do livro “Ética”, “nem o corpo pode determinar a mente a pensar, nem a mente determinar o corpo ao movimento ou ao repouso, ou a qualquer outro estado (se é que isso existe)” (ESPINOSA, 2017, p. 176). Braga (2016, p. 409) observa que para Espinosa, não há preponderância nem do corpo sobre a mente, e nem da mente sobre o corpo; “aqui, a referência se faz à sua tese do paralelismo, com uma recusa de ligação de uma causalidade real entre os atributos e de controle de um sobre o outro”.

Nesse sentido, o *conatus* seria uma força fundada no interesse vital que os indivíduos possuem em permanecer na existência conservando o seu estado fazendo o corpo mover-se (afetar e ser afetado por outros corpos) e a alma pensar. Segundo as proposições 7 e 8, o *conatus* seria a essência atual de cada coisa e o esforço de perseverança do ser em si mesmo não envolveria “nenhum tempo finito, mas um tempo indefinido” (ESPINOSA, 2017, p. 185).

Para Duggan; Lindley; Mcnicol (2017), o autor entende a motivação humana através da ideia do *conatus*. Adotando o entendimento de Damasio (2003), Ziemke afirma:

A noção de Espinosa implica que o organismo vivo é construído para manter a coerência de suas estruturas e funções contra inúmeras probabilidades de risco de vida. O *conatus* consome tanto o ímpeto de autopreservação diante de perigos e oportunidades quanto as inúmeras ações de autopreservação que mantêm as partes do corpo unidas. Apesar das transformações que o corpo deve sofrer à medida que se desenvolve, renova seu constituinte e envelhece, o *conatus* continua a formar o mesmo indivíduo e a respeitar o mesmo projeto estrutural. (ZIEMKE, 2016, p. 11)

A questão do tempo de que dispõe o *conatus* foi estudada por Minkovicus (2018) que retoma a explicação de Espinosa (2017)<sup>31</sup> e conclui que o esforço atual de autoperseveração, em si e por si não pode ter um tempo definido senão limitaria a potência da coisa durante a sua existência, levando-a à destruição:

O *conatus* (...) esta marca de uma potência atual, ativa de ser e agir, um esforço para perseverar em seu ser; ilimitado, indeterminado, enfim, indefinido, não porque eterno, mas porque não possui, e nem poderia possuir, em si algo que lhe tire a existência. Esta só poderá ser tirada por uma causa externa – e é por isso que, nem eterna, nem envolvendo em si seu limite, seu fim, a coisa é tampouco imortal (MINKOVICIUS, 2018, p. 261).

No caso dos processos de sucessão familiar, onde Bourdieu (1996) acredita existir um *conatus* que conduza a perpetuação da família com todos seus privilégios, a existência de uma indefinição temporal é mais compreensível porque o ser social família tende a atravessar por gerações.

Desenvolvendo o conceito de *conatus*, Chauí explica a proposição 9 que cita duas espécies distintas de *conatus*:

No corpo, o *conatus* se chama apetite; na alma, desejo (...) Assim, dizer que somos apetite corporal e desejo psíquico é dizer que as afecções do corpo são afetos da alma. Em outras palavras, as afecções do corpo são imagens que, na alma, se realizam como ideias afetivas ou sentimentos. Assim, a relação originária da alma com o corpo e de ambos com o mundo é a relação afetiva. (CHAUÍ, 1995, p. 64)

Segundo Ravven, o desejo é o que, ao ser transformado, nos liberta da “escravidão das memórias”. O autor afirma que, para Espinosa, a mente que pode exercer um poder que transforma nossos desejos, pois, conforme citado acima, a mente também é essencialmente desejo:

---

<sup>31</sup> Na demonstração da proposição 8 da terceira parte do livro “Ética”.

Porque desejamos nossa própria preservação e promoção, nossos pensamentos, e não apenas em nosso corpo, temos uma arena na qual podemos intervir. Transformar a maneira como formamos ideias e crenças sobre o mundo e sobre nós mesmos é nosso caminho para nos libertarmos da tirania do desejo - e também é um caminho para a virtude. (RAVVEN, 2016, p. 2)

Hoste (2018) se dedicou a estudar a terceira parte do livro “Ética” onde Espinosa discorre sobre a origem e natureza dos afetos – especificamente a relação deles com objetos semelhantes, ou seja, aqueles capazes de interferir em nossa vida de maneira radical. Ele parte da proposição 21 para desenvolver sua pesquisa:

Proposição 21. Quem imagina que aquilo que ama é afetado de alegria ou de tristeza será igualmente afetado de alegria ou de tristeza; e um ou outro desses afetos será maior ou menor no amante à medida que, respectivamente, for maior ou menor na coisa amada (ESPINOSA, 2017, p. 202).

O estudo se concentrou nas relações interpessoais em que os objetos de afeto foram outros sujeitos afetivos que, correspondendo ou não às expectativas depositadas neles, podem gerar relações afetivas conflitantes e complexas. O autor resume:

O fato novo aqui é que o objeto que amamos também será capaz de ser afetado pela alegria ou pela tristeza, pelo amor e pelo ódio, de forma que ele não deve ser visto simplesmente como um objeto qualquer que nos afetaria apenas por sua conservação ou destruição: ao imaginarmos que esse objeto prova afetos, esses afetos também serão capazes de nos afetar. (HOSTE, 2018, p. 259).

A partir daí o autor discorre sobre os diversos sentimentos experimentados pelos sujeitos-objeto do afeto – que podem ocorrer em uma relação linear (entre um sujeito A e um sujeito B) ou em um triângulo afetivo (entre um sujeito A e um sujeito C em decorrência da ação deste em relação a sujeito B). As espécies de relações de afeto (amor e ódio) foram sintetizadas na Tabela 01, abaixo:

Tabela 01: Espécies de afetos Lineares e em Triângulos Afetivos

<b>Relações Lineares</b>				
<b>Sujeito A</b>	<b>Sujeito B</b>	<b>Resultado Sujeito A</b>	<b>Sentimento</b>	<b>Proposição (P), Escólio (E) ou Definição (D)</b>
Ama B	Alegre	Alegria	Misericórdia	D24
Ama B	Triste	Tristeza	Comiseração	P22
Odeia B	Alegre	Tristeza	Inveja	D23
Odeia B	Triste	Alegria	Inveja	D23
<b>Triângulos Afetivos</b>				
<b>Sujeito C</b>	<b>Sujeito B</b>	<b>Resultado Sujeito A</b>	<b>Sentimento</b>	<b>Proposição (P), Escólio (E) ou Definição (D)</b>
Alegra B	Amado por A	Amará C	Reconhecimento	E22
Entristece B	Amado por A	Odiará C	Indignação	E22
Alegra B	Odiado por A	Odiará C	Inveja	E24
Entristece B	Odiado por A	Amará C	Inveja	E24



Para Deleuze, em um estado de tristeza, tenderemos a empregar todo o nosso *conatus* para repelir ou destruir o que a esteja causando. Na alegria, diz o autor, a nossa potência estará em expansão:

Podemos dizer que a alegria aumenta a nossa potência de agir, e a tristeza a diminui. E o *conatus* é o esforço para experimentar alegria, ampliar a potencia de agir, imaginar e encontrar o que é causa de alegria, o que mantém e favorece essa causa; mas também é o esforço para exorcizar a tristeza, imaginar e encontrar o que destrói a causa de tristeza (DELEUZE, 2002, p. 106)

Hoste (2018) defende a tese de que a alegria sentida pelo amante, em decorrência da alegria do amado, se chama misericórdia – apesar de Espinosa (2017, p. 203) não tê-la denominado na proposição 21: “não sei, por outro lado, como denominar a alegria originada da felicidade alheia” –. Hoste (2018, p. 260) cita a definição 24 de Espinosa: “A misericórdia é o amor à medida que o homem é afetado de tal maneira que se enche de gáudio com o bem de um outro e, contrariamente, se entristece com o mal de um outro” (ESPINOSA, 2017, p. 266). Na explicação da definição 18, Espinosa (2017, p. 264) esclarece que a diferença entre a misericórdia e a comiseração é que esta “diz respeito a um afeto singular e a misericórdia a esse afeto tornado habitual”. Hoste (2018) ressalva, ainda, que o sentimento de comiseração pode ocorrer não somente em relação a quem amamos mas, também, por alguém que por quem não provamos nenhum afeto – isso ocorre pelo simples fato de enxergar no próximo um semelhante.

Espinosa (2017, p. 205) esclarece, no escólio da proposição 23, que a alegria do odiador – ao ver o odiado triste – “dificilmente pode ser sólida e se dar sem nenhum conflito de ânimo. Pois (...), à medida que imaginamos que uma coisa que nos é semelhante é afetada de tristeza, devemos igualmente nos entristecer.” Essa explicação é condizente com o esposado no sentimento de comiseração – que relata que a capacidade das pessoas de enxergarem no próximo um semelhante –. Hoste (2018, p. 261) lembra que Espinosa chama esse sentimento ambíguo de flutuação de ânimo: “a possibilidade que se tem de provar, ao mesmo tempo e por um mesmo objeto, dois afetos contrários”.

Diante dos afetos descritos na Tabela 01, Hoste (2018) conclui, ao comentar as proposições 25 e 26 da parte III do livro “Ética”, que o sentimento de amor e de ódio envolvem a pessoa amada e a pessoa odiada como um todo, ou seja, quando se ama se ama por completo – o mesmo raciocínio é estendido ao sentimento de ódio. Assim, o ser humano ama alguém (relação linear) e tudo aquilo advém deste amor (relação triangular). Quando ele odeia (relação linear), também o faz em relação aos desdobramentos desse ódio (relação

triangular). Hoste (2018) ressalta que desses sentimentos decorre um aumento ou diminuição da potência de agir – agindo diretamente sobre o *conatus*. Dessa forma, quando o amante partilha da tristeza do amado entende-se que este amado compõe o *conatus* do amante em decorrência da perda de potência no *conatus* de quem ama – o mesmo raciocínio para o sentimento de ódio. Para Duggan; Lindley; Menicol (2017, p. 15), a alegria é fundamental em para os processos de empoderamento coletivo e emancipação: “a experiência da alegria não é hedônica, mas o efeito associado ao nosso aumento no poder de pensar e agir”.

Des Portes (2018) narra um caso dramático ocorrido com a família de um paciente de 12 anos chamado Stephane acometido por “polyhandicap” sem causa identificada. Essa doença exigiu cuidados intensivos para mantê-lo vivo uma vez que vários procedimentos dolorosos foram empregados como gastrostomia, intubações, traqueotomia – sem sucesso. Des Portes acreditava que a morte de Stephane representaria um alívio para ele e para seus pais, mas foi aí que ele percebeu, “no olhar triste e frio de seu pai” que sua morte representara um “drama insuportável” e não um alívio. A partir daí, o pesquisador entendeu

a força da conexão, o poder do apego, que Stéphane foi capaz de gerar ao seu redor. Uma força vital que obriga, convoca, antes queridos a cuidar e a entrar em contato. É essa inteligência sensível ", que surge do apego ao mais íntimo", da qual a Dra. Elizabeth Zucman fala, em referência ao "*Conatus* de Spinoza, que a definiu há quatro séculos como o esforço, consciente ou não, do ser humano para reunir e preservar seu próprio ser. É essa inteligência conativa que lhe permite entender precocemente e com precisão as experiências de seus parentes em relação a ele; essa inteligência sensível se desenvolve e se torna mais refinada com a idade, apoiada por interações com o ambiente e por habilidades de memória, geralmente bem desenvolvidas. (DES PORTES, 2018, p. 252).

A experiência conativa narrada é um exemplo de comisseração e afeta o *conatus* dos pais, diminuindo sua potência, assim como afetou o do filho. A morte do filho parece ter sepultado uma parte do pai. Nos casos de herança familiar, como o pai enxerga a morte social do herdeiro que aceita ser herdado pela herança?

Essas são também situações controversas e descritas por (BOURDIEU, 2008a) como a do pai que fica feliz com o insucesso do filho que rejeitou a herança do pai – trilhando o seu próprio caminho – ou da felicidade paterna em relação ao filho que, ao ter mais oportunidades que o pai, logrou sucesso em outra atividade. Esses casos serão melhor descritos no próximo tópico mas já trazem uma reflexão sobre como os afetos influenciam o *conatus* aumentando ou diminuindo a sua potência.

Outro ponto que ajuda a compreender a origem da trama dos afetos interpessoais são os conceitos de soberba, consideração e desconsideração – descritos no escólio da proposição

26 da parte III do livro “Ética” – porque para Espinosa (2017), o homem tende a sobrestimar a si mesmo e a coisa amada e, contrariamente, a subestimar a coisa odiada.

Essa imaginação, quando diz respeito ao homem que faz de si mesmo uma estimativa acima da justa, chama-se soberba, e trata-se de uma espécie de delírio, pois o homem sonha de olhos abertos que tem sob seu poder todas aquelas coisas que estão ao seu alcance apenas na imaginação, considerando-as, assim, como reais, e deixando-se arrebatado por elas, não sendo capaz, enquanto isso, de imaginar aquelas coisas que excluem a existência das primeiras e que limitam sua própria potência de agir. Assim, a soberba é uma alegria que surge porque um homem faz de si mesmo uma estimativa acima da justa. Além disso, chama-se consideração a alegria que surge porque um homem faz, de um outro, uma estimativa acima da justa. Chama-se, enfim, desconsideração a alegria que surge porque um homem faz, de um outro, uma estimativa abaixo da justa” (ESPINOSA, 2017, p. 207).

Portanto, o pai age com soberba quando imagina que tem o controle das escolhas de seu filho; age com consideração quando sobrestima o filho, depositando nele grande expectativa em relação ao seu futuro; e age com desconsideração quando subestima alguém por quem nutre um sentimento negativo.

Segundo Chauí (1995), o *conatus* bourdieusiano não distingue corpo e alma porque para o *conatus* espinosano corpo e alma são um só – envoltos pelo *conatus*. Então, as estratégias de inculcação executadas no seio familiar são apreendidas pelo corpo (como imagens) e pela mente (como ideias afetivas ou sentimentos) por meio de um mecanismo chamado servidão – a ser apresentado mais adiante.

Tanto as afecções quanto os afetos obedecem à lei natural que rege o *conatus*, ou seja, ambos nos farão assumir uma posição passiva (paixão) – enquanto causas eficientes parciais do que se passa em nós –; ou ativa (ação) – enquanto causas eficientes total do que se passa em nós –. Segundo Oliva :

Somos passivos na medida em que não somos uma perfeita natureza, pois não causamos integralmente o que decorre de nós. Por isso o *conatus*, como potência divina em nós, deverá expressar sua afirmatividade também por via negativa, afastando o que nos é contrário, ou melhor, o que só nos é contrário porque não podemos compreendê-lo racionalmente. (OLIVA, 2018, p. 72)

No pensamento passivo, segundo Ravven (2016), nossa compreensão causal do eu e do mundo são apanhados passivamente pela mente das maneiras como o contexto local associa as coisas entre si e a nós mesmos com e dentro de nosso tempo e lugar imediatos. Nesse sentido, para o autor:

a passividade da mente, sua fraqueza, é sua determinação pela sua inserção em suas circunstâncias externas imediatas, seu contexto estreito, que se escreve irremediavelmente em nossa mente e enche cada um de nós com as associações externas de tempo e lugar. E continuamos a agir a partir dessa compreensão meramente superficial e passiva (e acrescentamos hoje, 'inconsciente') de quem somos. E, portanto, essa é a fonte de nossa servidão. (RAVVEN, 2016, p. 3).

Também podemos ser causa adequada e inadequada de nossos afetos. No primeiro caso, somos a causa de nossos afetos; no segundo, a causa de nossos afetos são externas a nós. “Ser causa inadequada é ser passivo e passional. Ser causa adequada é ser ativo e livre” (CHAUÍ, 1995, p. 64). Já Hoste resume:

causa adequada é uma causa que gera um efeito que pode ser compreendido claramente a partir dela, enquanto numa causa inadequada ou parcial isso não é possível. Nesse sentido, quando se produz, em nós ou fora de nós, algo do qual somos causa adequada, isso significa que estamos sendo ativos, que estamos agindo – dito de outro modo, quando a partir da nossa natureza algo se dá e pode ser reconhecido somente através dela, quer dizer, então, que somos ativos. Por outro lado, quando somos causa inadequada ou parcial, isso significa que se produz em nós algo que não pode ser compreendido claramente a partir de nossa natureza e, nesse caso, acontece que somos passivos, que sofremos, padecemos. (HOSTE, 2018, p. 248)

Essas definições são importantes para a compreensão do *conatus* citado por Bourdieu porque afastam a noção de que as causas finais externas nos movem – seja pela paixão (quando somos passivos) seja pela ação (quando somos ativos). Somos apenas causas eficientes, ou seja, tudo que fazemos não busca atender a uma volição mas apenas aos nossos apetites (corpo) e desejos (alma), isto é, o nosso *conatus*.

Somos definidos pela intensidade da força que imprimimos em nossa existência. No caso do corpo, na força com que afetamos outros corpos; no caso da alma, na força com que pesamos. A qualidade de nossos apetites (corpo) e desejos (alma) nos conduzirão a uma intensidade maior ou menor. Nesse sentido, o relacionamento com forças externas potencializarão os nossos apetites assim como os nossos desejos também serão alterados conforme a conquista ou não do desejado<sup>32</sup>. No caso da vida imaginária, as afecções corporais e os afetos são paixões imprimem em nós uma postura passiva, enquanto causas inadequadas:

Por isso, na paixão, diz Espinosa, somos causa inadequada de nossos apetites e de nossos desejos, isto é, somos apenas parcialmente causa do que sentimos, fazemos e desejamos, pois a causa mais forte e poderosa é a imagem das coisas, dos outros e de nós mesmos, portanto a exterioridade é mais forte e mais poderosa do que a interioridade causal corporal e psíquica (CHAUÍ, 1995, p. 65)

---

<sup>32</sup> Segundo (CHAUÍ, 1995), o desejo realizado aumenta a nossa força para existir e pensar. Da mesma forma, o desejo frustrado diminui a nossa força para existir e pensar.

Nessa perspectiva, Hoste (2018, p. 255) afirma que a “alegria nada mais é do que uma paixão que possui o poder de aumentar nossa perfeição, enquanto a tristeza é exatamente o seu contrário, isto é, uma paixão que diminui nosso poder de perfeição”. Por isso, há uma tendência do ser humano de se aproximar do que o alegra e se distanciar do que o entristece.

Chauí (1995) afirma ainda que a razão (a ação que se processa na mente) jamais vence uma paixão (a passividade que se processa no corpo) porque somente uma paixão vence outra, se for mais forte e contrária a ela, uma vez que são causas externas e inadequadas. Este conceito é importante para a compreensão da dinâmica que se processa dentro da Família. Se o corpo afeta a mente inadequadamente e um corpo, quando mais forte e contrário a outro, consegue igualmente afetá-lo, então as estratégias de inculcação que ocorrem na família são por meio de imagens – que se processam no corpo (adequadamente – paixão) e na mente (de forma inadequada – ação). Dessa influência surge o conceito de servidão.

Para Espinosa, servidão seria a impotência humana para regular e refrear os afetos – onde estes são imagens que, na alma, se realizam como ideias afetivas ou sentimentais –. Segundo ele “o homem submetido aos afetos não está sob seu próprio comando, mas sob o do acaso, a cujo poder está a tal ponto sujeitado que é, muitas vezes, forçado, ainda que perceba o que é melhor para si, a fazer, entretanto, o pior” (ESPINOSA, 2017, p. 283)

Nesse sentido, compreender o que é servidão é fundamental para compreender o *conatus* descrito por Bourdieu. Para Chauí (1995), na servidão, a paixão aumenta imaginariamente (corpo – existência) a intensidade do *conatus* e a diminui realmente (alma – essência). Com o aumento da força para existir, advinda de paixões, e a conseqüente diminuição do real, ocorre o que chama de Servidão Humana, ou seja, o homem passa a existir, desejar e pensar a partir das imagens externas que operam como causas de nossos apetites e desejos. Dito de outra forma, ele começa a servir a causas externas à alma submetendo-se a elas imaginando submetê-las. Bourdieu (2008) dá o exemplo do herdeiro que é herdado. Nesse sentido, Chauí corrobora:

“a servidão é deixar-se habitar pela exterioridade, deixar-se governar por ela e, mais que isso, Espinosa a define literalmente como alienação (o indivíduo passivo-passional é servo de causas exteriores, está sob o poder de um outro ou, em linguagem espinosana, é *alterius juris*, está *alienus juris*). Alienados, não só reconhecemos o poderio externo que nos domina, mas o desejamos e nos identificamos com ele. A marca da servidão é levar o apetite-de-desejo à forma limite: a carência insaciável que busca interminavelmente à satisfação fora de si, num outro que só existe imaginariamente”. (CHAUÍ, 1995, p. 67)

Para Ravven (2016), a mente é inerentemente corruptível, pois prefere ideias agradáveis sobre si à verdade. Então, quando o *conatus* busca pensamentos agradáveis sobre si mesmo, juntamente com a passividade cognitiva – uma espécie de dependência externa de suas crenças – o resultado é a conformidade do homem, ou seja, ele acaba se submetendo aos poderes obtidos com as crenças prazerosas sobre o eu. Segundo o autor, somos todos passíveis a esta falta de visão que nos torna emocionalmente vulneráveis ao nosso ambiente e, portanto, também emocionalmente voláteis.

O poderoso conceito de servidão pode ser amplamente aplicado ao estudo do *conatus* em famílias que busquem se perpetuar enquanto unidade. Compartilhando valores e premissas familiares, o herdado seria, então, essa força externa que habita o herdeiro dominando-o. O que se pode observar é este último sendo colocado contradição consigo mesmo – fazendo-o perder a referência de seu *conatus*, confundir o que é interno e o que é externo, levando-o ao suicídio individual.

Nesta tese, a proposta foi estudar o *conatus* empregando todo o aparato ensinado por Bourdieu – campo, *habitus*, capital e *conatus*–, porém, como o *conatus*, está intimamente ligado à perpetuação da família e o estudo de caso a ser apresentado nessa tese trata de dois negócios familiares, essas formas de organização serão abordadas a seguir.

## 2.5 Negócios familiares

Segundo Davel; Colbari (2000) a Família sempre esteve relacionada à produção. Segundo os autores, ela, como agência da sociedade, reproduz a ideologia industrial – pautada na disciplina de seus membros e reforçando valores industriais travestidos de valores familiares –, e coíbe ações espontâneas que divirjam da lógica industrial – cujo senso de competição, individualismo, recompensa e acumulação de bens materiais predominam –. Para Lescura et al. (2010), a influência da Família na cultura empresarial é uma consequência do seu poder disciplinar sobre os operários. Os autores tomam como exemplo as relações de trabalho nas empresas japonesas caracterizadas, notadamente, pelo paternalismo e pelo familiarismo. Os autores citam ainda que a Família, juntamente com a religião, foram igualmente importantes para a consolidação de uma ideologia racional-industrial. Para Heck et al., os negócios familiares frequentemente surgem ou crescem movidos pela “necessidade de econômica de ganhar a vida e sustentar uma família”. Eles citam:

Ao mesmo tempo em que a empresa fornece renda à família, a família pode servir como um suprimento crítico de mão-de-obra remunerada e não remunerada<sup>33</sup>, além de contribuir com recursos adicionais, como dinheiro, espaço, equipamento e outros fatores de produção nos negócios. (HECK et al., 2006, p. 80)

As primeiras organizações empresariais eram familiares, ou seja, ao se inserirem em uma lógica de subsistência, todos cooperavam para o sustento da Família. Por isso, *a priori*, as empresas familiares acabam sendo uma extensão física da casa da família e esta (família) acaba sendo estendida até a empresa – psicologicamente falando –. Dessa proximidade, entre Família e Empresa, Heck *et al.* afirma:

as famílias e a casa da família costumam servir como incubadoras transparentes para a germinação de ideias e empreendimentos comerciais, dentro e fora da casa, bem como da loja ou da fábrica. O local de nascimento de empreendimentos empresariais costuma estar em casa. (HECK et al., 2006, p. 81)

Portanto, não é incomum encontrar no Amazonas Organizações Familiares que começam a operar no quintal de casa. Por exemplo, os estaleiros – localizados à margem dos rios – acabam sendo uma extensão da casa da família, ocupando a área entre a casa e o rio ou ocupando o andar inferior da casa – quando esta estiver localizada em um barranco.

---

<sup>33</sup> No sentido de denunciar as práticas de trabalho não-remunerado infantil e de mulheres, Sarti; Bellavitis; Martini (2018a) trazem um conjunto de artigos que revelam o *modus operandi* no interior de algumas Organizações Familiares de base paternalista.

Com a industrialização, houve uma alteração do papel desta, de unidade produtiva para uma espécie de refúgio emocional, e de unidade produtiva para unidade consumidora - neste caso surgindo o papel do provedor, ou seja, aquele responsável por garantir não apenas a subsistência familiar como também o seu poder de consumo (DAVEL; COLBARI, 2000).

Segundo Sarti; Bellavitis; Martini (2018), o trabalho sempre esteve atrelado direta ou indiretamente à família - ele foi o fundamento econômico de muitos Estados quando a economia doméstica representava a base da atividade de subsistência de muitos povoados -. Na Idade Média, sob a forma de servidão, o trabalho doméstico foi uma das bases de subsistência de muitos reinos que, posteriormente, se tornariam Estados. Mas foi com o advento da burguesia que essa atividade se destacou, incorporando outros membros ao processo produtivo e, com algumas modificações, se mantém até os dias atuais. Le Breton-Miller; Miller (2017) acreditam que os negócios familiares serão os principais impulsionadores do crescimento econômico nas próximas décadas, principalmente nos países em desenvolvimento. Os autores citam uma pesquisa do *McKinsey Global Institute* (2014) que apontam para um grande crescimento econômico e de negócios vindo do desenvolvimento de negócios familiares asiáticos e latino-americanos na década passada. Para os autores, essas famílias geralmente possuem várias empresas que operam em vários setores e até em vários mercados nacionais. Eles concluem que a organização familiar pode ser vista como uma unidade econômica com recursos e motivações que criam valor para uma família entre gerações e empresas.

Hjorth; Alexandra (2016) afirmam que os negócios familiares (NF)<sup>34</sup> são a forma de organização mais comum no mundo - cerca de 90% de todos os negócios, segundo (ALDRICH; CLIFF, 2003) - tanto em economias avançadas quanto nas emergentes. Embora muitas empresas familiares sejam pequenas - os autores citam os dados apresentados por La Porta; Lopez-de-Silanes; Shleifer (1999) que apontam que 99,5% de todas as empresas da União Europeia (UE) são pequenas e médias empresas (PME) -, há também algumas de porte médio e grande. Hjorth; Alexandra (2016) apontam também para a presença dessas organizações em bolsas de Mercado de Capitais - 2/5 nas bolsas europeias<sup>35</sup> e 1/3 do S&P 500 nos Estados Unidos<sup>36</sup> são organizações administradas por famílias. Mas o que seriam essas organização familiares?

---

<sup>34</sup> Foi empregado no artigo o termo *Business Family*.

<sup>35</sup> Dados extraídos por Hjorth; Alexandra (2016) de Faccio; Lang (2002).

<sup>36</sup> Dados extraídos por Hjorth; Alexandra (2016) de Anderson; Reeb (2003).



Para Combs *et al.* (2019) as empresas familiares são definidas por relações recíprocas entre dois sistemas: família e empresa – e parece ser esse o único consenso entre os pesquisadores. Ademais, Oliveira *et al.* (2014) identificam outra convergência – a que define empresa Familiar como aquela cujo controle majoritário pertence a determinada família, quando os principais cargos de diretoria pertencem à Família e quando uma segunda geração sucede a primeira nos cargos de direção. Estes critérios são similares aos descritos por Heck *et al.* (2006) que informa que as Pesquisas Nacionais de Empresas Familiares nos Estados Unidos identificaram empresas familiares como aquelas como um gerente da família e pelo menos dois membros trabalhando no negócio, residindo ou não na mesma casa, sendo ou não remunerados; organizadas como sociedades unipessoais; empresas de um único proprietário, independentemente de sua organização legal.

Ao acumular dois sistemas complexos – empresa e família –, as Organizações Familiares requerem a adoção de modelos de análise que adotem diferentes perspectivas como: (a) propriedade/controlado da empresa; (b) controle; e (c) sustentabilidade (DAVEL; COLBARI, 2000). Para os autores, uma empresa será considerada familiar quando sua identidade estiver associada a uma família há pelo menos duas gerações, e quando essa conexão "influenciar a política da empresa, interesses e objetivos da família" (DAVEL; COLBARI, 2000, p. 50). Na perspectiva controle, os autores o entendem como o poder concentrado, detido pelo proprietário/fundador que, gradativamente, o descentraliza para terceiros – o que não impede a avocação unilateral da autonomia outrora delegada. A sustentabilidade do negócio – definida como a "confluência do sucesso familiar, do sucesso do negócio e das respostas apropriadas às rupturas" Davel; Colbari (2000, p. 51) – leva em conta como os conflitos da empresa e da família são geridos.

Um dos aspectos que tornam complexo o estudo sobre a organização familiar está no fato de que muitas possibilidades surgem de um sistema híbrido fruto da união de duas organizações igualmente complexas dotadas, muitas vezes, de valores e culturas distintas, mas que coexistem (LESCURA *et al.*, 2010). O estudo da organização familiar é singular, pois cada família é única e seus valores determinarão uma *doxa*. Nesse sentido, o estudo de tais organizações resultarão em diferentes perspectivas que poderão ou não coincidir com outros estudos. Em vista disso, arrisco afirmar que, considerando as ideias esposadas sobre a complexidade e singularidade das organizações familiares, o seu estudo será de difícil exaustão principalmente se forem comparadas culturas distintas, ou até mesmo culturas similares, sob diferentes prismas de espaço e tempo. Esta dificuldade de exaustão é reconhecida por Bourdieu (2008) quando expressa sua convicção de que o empreendimento

científico somente consegue capturar a lógica mais profunda do mundo social se submergir na particularidade de uma realidade empírica, situada historicamente, apresentando uma possibilidade de configuração dentre outras possibilidades que o universo pode apresentar. Sendo assim, ratifico que este estudo se propôs a apresentar uma possibilidade dentre outras.

Combs *et al.* (2019), em prévio levantamento bibliográfico, citam que há, cada vez mais, uma grande diversidade de empresas familiares e reconhecem a carência de pesquisas que abordem mais o tema organizações familiares porque para eles – as famílias que possuem e influenciam as empresas familiares. Nesse sentido, Palhares; Carrieri distinguem as Organizações das Empresas Familiares:

Considera-se que as organizações familiares englobam uma gama de atividades que não estão, necessariamente, vinculadas ou instituídas sob a disposição formal de uma empresa. Tais organizações englobam atividades baseadas na força produtiva da família, não estando, obrigatoriamente, dispostas sob uma hierarquia, uma estrutura, uma formalidade de relações, ou mesmo a legalização do negócio. A organização familiar pode ser constituída de atores que agem através de uma rede de relacionamentos informais e pessoais envolvendo, sobretudo, elementos afetivos ligados à família, podendo trabalhar sem vínculos trabalhistas legais. (PALHARES; CARRIERI, 2018, p. 59)

Os autores afirmam ainda que o sentimento de reciprocidade é uma característica presente nestas Organizações sendo caracterizadas por uma primazia da experiência familiar, ou seja, a Família vem antes da Organização. Para Beck; Prügl (2018) a dinâmica que permeia as Empresas Familiares, é composta por uma rede de relacionamentos baseados na confiança, pessoalidade e proximidade. Os autores ressaltam que a confiança em Empresas Familiares – que chega a operar como uma marca registrada – é mais sólida e estável porque a lealdade não está formalizada em contratos, e sim de forma implícita, onde os membros deduzem as regras por meio de sinais sutis. Sanchez-Ruiz *et al.* (2019) chamam os laços familiares de Capital Social Familiar (CSF) – uma forma única de capital social presente entre nas famílias – com vantagens e desvantagens. Segundo os autores, como vantagens o CSF tem “efeitos positivos na coesão familiar e no capital humano”, na “preparação para empreendimentos” e no “estabelecimento de metas corporativas”. Como desvantagens ele “são potencialmente constritivos e apontam para dificultar a adaptação estratégica”, “criam um risco de oportunismo” e “permitem pensar em grupos e arranjos de poder disfuncionais” (SANCHEZ-RUIZ *et al.*, 2019, p. 1). Já Herrero (2018), ao estudar o capital social em 400 empresas de manufatura na Espanha, concluiu que a confiança, comprometimento e cooperação nessas organizações é um ativo único e pode proporcionar às empresas vantagens competitivas.

Então, a Organização Familiar acaba por ser moldada pela cultura, estrutura, e formas de pensar e agir no trabalho da Família (DAVEL; COLBARI, 2000). Logo, é interessante notar que a estrutura Familiar tende a reproduzir, na Empresa, as suas relações de poder. Há discussões sobre a ambivalência do discurso da Organização Familiar, que oscila das práticas sócio-emotivas até aquelas de controle social. Nos discursos familiares, há legitimação de significados e relações de poder que privilegiam "pais em detrimento de filhos, homens em detrimento de mulheres, famílias brancas de classe média em detrimento de estruturas alternativas de família" (DAVEL; COLBARI, 2000, p. 57). Por exemplo, isso fica mais evidente quando um funcionário se posiciona subjetivamente em relação a outro – assumindo o papel de pai, mãe ou filho – estabelecendo, dessa forma, um vínculo de dominação ou subordinação. Tal vínculo pode representar um capital, de modo incorporado, garantindo, a quem o possui, poder na Organização Familiar. Por isso que um funcionário, ao assumir um papel familiar, pode estar adquirindo um capital incorporado – imaterial – se desse papel puder auferir alguma vantagem. Nos Estados da Amazônia, conforme constatado por Araújo (2003), são comuns as relações de compadrio de modo que esses agentes assumem um papel de destaque na Família como seus paladinos e, conseqüentemente, do negócio. Tais agentes, por acompanharem o negócio familiar há décadas e conhecê-lo profundamente, agem sobre o sucessor, principalmente se este for órfão paterno, exercendo grande influência em suas decisões. Utilizando este exemplo, mas sob a ótica do sucessor, este sendo filho, pode assumir uma posição subordinada em relação ao compadre de seu pai. Essa posição subordinada do sucessor não representa nenhum demérito, ao contrário, é o que Bourdieu (1987) chama de estratégia de condescendência. Nela, há a negação simbólica da distância social pelo o agente que ocupa uma posição superior. Dessa forma, surgem comentários do tipo: “ele é uma pessoa simples, para um Presidente”, “ele é uma pessoa acessível, para um Diretor”. A simpatia gerada pela estratégia de condescendência não deixa de ser uma forma de cooptação que subverte a visão de muitos sobre a impossibilidade de fundar uma coalizão de forças que contemple agentes localizados em pontos distintos do espaço social.

Por englobarem as empresas familiares, Combs *et al.*, (2019) apelam para que os estudos foquem nas Organizações Familiares para que um conhecimento mais aprofundado delas possibilite a evolução dos estudos sobre empresas familiares de modo a desenvolver o campo de estudo das ciências familiares, ainda mais complexo e multidisciplinar –. Holt et al. (2018, p. 24) também expressam a necessidade de se compreender melhor as organizações familiares: “pesquisadores de várias disciplinas, como economia, sociologia e psicologia,

reconheceram a importância de explorar relações recíprocas entre estruturas familiares, relacionamentos e eventos sobre os principais resultados individuais e organizacionais”.

Davel; Colbari (2000) já asseveravam, o que se manteve verdadeiro até os dias de hoje, que grande parte dos estudos sobre o tema em Empresas Familiares adota os modelos evolucionista e desenvolvimentista, cujo foco está em compreender como ocorrem as mudanças, os estágios pelos quais ela passa e seu ciclo de vida. Os pesquisadores afirmam, ainda, que no estudo das empresas familiares, predominam os focos pragmático, estrutural e funcionalista relacionados mais a questões materiais como “sucessão, ciclos de vida, profissionalização, estratégia, etc”. Porém, os mesmos autores identificam uma tendência a estudar aspectos simbólicos e culturais dessas organizações.

Para Payne (2018, p. 167), o que ocorre é que grande parte dos estudos relacionados ao estudo das organizações familiares têm buscado responder a antigas questões relacionadas “às razões da existência, variação e perpetuação das organizações”. Buscando respondê-las, muitas teorias foram desenvolvidas – grande maioria com foco nas empresas familiares. Dessa forma, segundo o autor, como “não existe a ‘teoria’ das organizações, não há ‘a’ teoria das empresas familiares”. O que se vê são muitas teorias e perspectivas “relevantes e úteis” para explorar tais questões. O autor conclui que “o número e a variedade dessas teorias e perspectivas estão aumentando à medida que aprofundamos as idiossincrasias das empresas familiares”. Desse modo, parece haver uma convergência quanto à necessidade de se desenvolver o construto Organizações Familiares onde Empresas Famílias estariam aí inseridas. Payne (2018, p. 169) identificou, também, que quando os negócios familiares são estudados, geralmente são explorados seus antecedentes, processos e consequências associadas ao envolvimento das famílias aos empreendimentos. As abordagens convergem para o nexo de duas entidades “interdependentes, multifacetadas e variáveis” (família e a organização familiar) – uma simbiose. Para o autor, “se alguém começa a separar os vários constructos e relacionamentos que compreendem a interseção entre família e negócios (...), a complexidade do campo é ainda mais clara”. Dessa forma, é possível que as Organizações Familiares sejam estudadas sob as mais diversas perspectivas. Buscando apresentar um panorama das pesquisas sobre organizações familiares e defendendo a convergência para estudos multidisciplinares para uma chamada ciência da família, Combs *et al.*, (2019) fizeram uma revisão das produções científicas cujos objetos de investigação contemplam negócios e empresas familiares – adaptadas na Tabela 02, na próxima página –.

Tabela 02: Revisão das produções científicas sobre negócios e empresas familiares.

<b>O que foi pesquisado</b>	<b>Autores</b>
Começou com as primeiras teorias sobre famílias e negócios.	• Dyer (1986)
Explicaram como as famílias moldam suas decisões e quais os resultados para os negócios.	• James, Jennings, Breitkruez, (2012).
Listaram a teoria da agência, a visão baseada em recursos, a teoria da administração, a riqueza socioemocional e teoria institucional como as cinco principais perspectivas teóricas utilizadas em pesquisa de empresas familiares de 2006 a 2013.	• Odom, Chang, Chrisman, Sharma e Steier (2019).
Pesquisas que apontam as diferenças entre as empresas familiares e empresas não-familiares.	• Chrisman, Chua, Litz, (2004); • Gómez-Mejía, Haynes, Núñez-Nickel, Jacobson, Moyano-Fuentes (2007); • Gómez-Mejía, Patel, Zellweger (2018).
As influências exercidas pela família nos negócios.	• Astrachan, Klein, Smyrnios (2002).
As vantagens estratégicas do envolvimento da família.	• Habbershon, Williams (1999).
Cessão familiar	• Handler (1994); • Miller, Steier, Le Breton-Miller (2003)
Como as famílias e instituições interagem globalmente.	• Morck, Yeung (2003).
Ao reconhecer a grande diversidade de empresas familiares, começam os apelos para estudos que foquem nas Organizações Familiares.	• Aldrich, Cliff (2003).
Pesquisas específicas sobre o Negócio Familiar em si – como liderança.	• Eddleston, Kidwell (2012).
Teoria da Agência e de Jogos para a compreensão dos Negócios Familiares <sup>37</sup>	• Lubatkin, Durand, Ling (2007); • Michael-Tsabari, Weiss (2015).
Empreendimento de pesquisas interdisciplinares chamadas de Ciência da Família que descrevem como a inter-relação entre os vários elementos familiares (relacionamentos, papéis dos seus membros e transição familiar) e seus resultados influenciam no resultado das famílias.	• James et al. (2012); • Jaskiewicz, Combs, Shanine, Kacmar (2017); • Jaskiewicz, Dyer (2017).
Pesquisas descritivas sobre Organizações Familiares, sem fundamento teórico, teorias de negócios que não capturam a diversidade de famílias ou que tentam criar uma teoria pré-existente.	• Grubbström, Stenbacka, Joosse (2014); • Jiang, Jiang, Kim, Zhang (2015); • Jayantilal, Jorge, Palacios (2016); • Lubatkin et al. (2007).

Adaptado de (COMBS et al., 2019)

<sup>37</sup> Combs et al., (2019) citam críticas tecidas a aplicação da Teoria de Agência e de Jogos à compreensão das Organizações Familiares porque abordaram de forma superficial o objeto de estudo trazendo suposições genéricas e sobre os negócios familiares.

Quanto aos estudos sobre Negócios e Organização(ões) Familiar(es) empreendidos no Brasil, após uma busca no Spell.org.br foram encontrados 29 artigos – dispostos na tabela 03, abaixo – subdivididos por assuntos (gestão, impactos dos fenômenos de agregação/desagregação sobre a organização; sucessão familiar e pesquisas teóricas).

Tabela 03: Revisão das produções científicas sobre negócios e empresas familiares no Brasil.

<b>O que foi pesquisado</b>	<b>Autores</b>
Gestão (gestão estratégica, cotidiano, práticas, organização, desempenho organizacional)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Correia; Carrieri (2019);</li> <li>• Natt; Aguiar; Carrieri (2019);</li> <li>• Carrieri et al., (2018);</li> <li>• Palhares; Carrieri (2018);</li> <li>• Silva Cardoso; Rodrigues Leite da Silva (2017)</li> <li>• Carrieri <i>et al.</i> (2016)</li> <li>• Aguiar; Carrieri (2016)</li> <li>• Pena et al., (2016)</li> <li>• Faria; Wanderley (2013);</li> <li>• Pereira; Oliveira; Carrieri (2012);</li> <li>• Carrieri et al. (2012);</li> <li>• Tomei; Jaguaribe Ferrari (2010);</li> <li>• Tavares et al. (2009);</li> <li>• Fonseca (2009);</li> <li>• Duarte Pimentel; Carrieri; Rodrigues Leite da Silva (2009);</li> <li>• Trindade da Silva; Lopes Baptista (2009)</li> <li>• Davel; Tremblay (2004);</li> <li>• Barbosa Macêdo (2002);</li> <li>• Davel; Souza Silva; Fischer (2000);</li> <li>• Lightfoot; Fournier (2000);</li> <li>• C. Abreu Góis; Salponik Dahab (1998).</li> </ul>
Os impactos dos fenômenos de agregação/desagregação sobre a organização.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lourenço; Ferreira; Oliveira (2014).</li> </ul>
Sucessão Familiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Santos et al. (2017);</li> <li>• Silva (2014);</li> <li>• Tarabal Lopes; Carrieri; Silva Saraiva (2013)</li> <li>• Fischer (2000)</li> <li>• Oliveira; Albuquerque Cruz; Pereira (2013);</li> <li>• Tarabal Lopes; Carrieri (2010).</li> </ul>
Pesquisas Teóricas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Davel; Colbari (2000).</li> </ul>

Tais investigações vão ao encontro dos anseios de Combs et al., (2019, p. 2) – que sugere uma abordagem multidisciplinar em pesquisas sobre Organizações Familiares. Para os autores, tais estudos precisam contemplar os relacionamentos familiares “(coesão, comunicação, conflito)”; as funções dos membros da família “pais, filhos, irmãos”; os

fenômenos de agregação e desagregação “casamento, divórcio, nascimento de um filho, mortes, aposentadoria”; e os relacionamentos com a sociedade – esta entendida como um campo estruturado – e suas consequências para a família “desempenho acadêmico, relacionamentos afetivos com outras famílias”. Tais informações são coletadas em estudos empíricos, sobretudo naqueles que estudam a trajetória da família pois, conforme já citado, organizações e famílias são instituições indissociáveis.

Tendo em vista que as pesquisas citadas na Tabela 02 – em rol não exaustivo – terem ocorrido em uma diversidade de ambientes, focos, e abordagens, seria enriquecedor para a academia um estudo em uma Organização Familiar – que contempla a Empresa Familiar – localizada na Amazônia pois estudos empíricos dessa natureza tendem a contribuir com outros, sobretudo, no que se refere à possibilidade de comparação dos resultados.

Da análise da tabela 03 é possível observar que o tema mais estudado está relacionado à gestão dos negócios – são pesquisas empíricas que abordam as gestões, as estratégias e a práticas dos mais diversos negócios<sup>38</sup> ordinários tomando como pano de fundo suas trajetórias –. A análise desses artigos revelam novas formas de gestão que, conforme constatado por Correia; Carrieri (2019), diferem da Administração tradicional (caracterizada por uma racionalidade objetiva) pela íntima relação entre família e organização (resultando em uma racionalidade mais afetiva). Nesse sentido, Carrieri et al., dão voz à gestão ordinária que nas palavras dos autores:

não é apresentada como um ‘modelo’ alternativo de gestão, tampouco como um método formal de pesquisa, mas como uma crítica aos modelos e postulados gerenciais dominantes, que buscam simplificar a realidade complexa do ambiente sócio-organizacional. (Carrieri et al., 2018, p. 1)

Lançando mão de entrevistas semiestruturadas com funcionários, gestores, empresários e moradores da região do Barro Preto, em Belo Horizonte, Pena *et al.* (2016) fazem uma análise história – acessando a memória daqueles que fizeram e fazem parte do cotidiano desse importante polo da moda na capital mineira. De forma similar, Carrieri *et al.* (2016, p. 10) também analisaram “(re)construção identitária da Galeria do Ouvidor, que foi um dos primeiros centros comerciais de Belo Horizonte”. Esses são apenas dois exemplos que mostram a importância da pesquisa histórica como instrumento de descrição da trajetória das Organizações Familiares por meio da compreensão do cotidiano. Barros; Carrieri (2015, p.

---

<sup>38</sup> Cito, como exemplo, o estudo empreendido por Aguiar; Carrieri (2016) e Natt; Aguiar; Carrieri (2019) sobre o campo circense – um exemplo de Organização Familiar.

152) defendem que tanto “a história *quanto* o cotidiano podem possibilitar o aparecimento de outros olhares sobre os saberes e práticas na Administração”.

Outro tema que recebeu especial atenção da academia foi o impacto dos fenômenos de agregação/desagregação sobre a organização. Tais fenômenos fazem aumentar (por meio de rituais como o casamento ou nascimento, por exemplo) ou diminuir a família (divórcios ou mortes, por exemplo). Lourenço; Ferreira; Oliveira (2014) apresentaram um estudo de caso onde estudaram a repercussão da morte do fundador sobre a cultura organizacional em duas organizações familiares que tinham vivenciado a morte de seus fundadores nos dois últimos anos. Os resultados demonstraram que a morte dos fundadores influenciou a cultura dessas organizações pois estas foram acometidas pelo mito do fundador.

O tema da agregação/desagregação introduz um ponto nevrálgico cuja atenção tem sido especialmente dispensada pela academia – o processo sucessório. Oliveira et al., (2014) pontuam que a grande preocupação do processo sucessório se dá, dentre outras causas, pela sua relação com a sobrevivência e a continuidade do negócio. Lescura et al. (2010) afirmam que o processo de sucessão é um momento crítico de transmissão gerencial, patrimonial e ideológica, alterando, inclusive, as relações de poder. Davel; Colbari (2000) destacam a importância do tema, porquanto esse processo de transição ser importante e difícil por envolver várias pessoas, tanto do seio familiar – fundador e sucessor – quanto de fora deste, familiares e empregados. A sucessão pode ser pontual ou imediata – como nos casos de desagregação familiar – mas, segundo Santos *et al.* (2017, 161), o que prepondera é o lento e contínuo processo de transferência inter geracional que objetiva introduzir o herdeiro nos valores e na cultura da organização familiar assim como realizar uma transição para a passagem “dos papéis e do poder do precursor para seu sucessor”. Assim, Cabrera-Suárez; García-Almeida; Saá-Pérez (2018) consideram esse processo uma fase importante para o desenvolvimento do herdeiro e, conseqüentemente, para o sucesso do negócio porque tende a manter sua vantagem competitiva.

Já Oliveira *et al.* (2014) destacam que a sucessão em negócios familiares compreende não somente a herança financeira, mas, sobretudo, a emocional, e que o *conatus* representa um projeto de vida que o herdeiro deve aceitar, pois o conceito de empresa é também associado ao de família. Dessa forma, Lescura *et al.* (2010) afirmam que a perpetuação do *conatus* não significa somente a continuidade da organização familiar, mas a perpetuação dos valores familiares. Há interesse das Famílias na perpetuação dos negócios, pois enxergam na Empresa uma forma de “garantir o conforto e prosperidade das próximas gerações” (COSTA et al., 2015, p. 62). Lescura *et al.* (2010) ressaltam ainda que um herdeiro,



quando aceita o projeto familiar, toma não somente o controle da empresa, mas, sobretudo, um lugar de destaque na Família, por ser o agente construtor tanto da Organização quanto da Família.

Nesse processo de sucessão há uma forte presença da família, como organização social, responsável pela transmissão do *habitus* e dos capitais ao sucessor para que ele execute o projeto de perpetuação familiar – denominado *conatus* por Bourdieu (2008). Cabrera-Suárez; García-Almeida; Saá-Pérez (2018) dividiram o processo de sucessão em três momentos: (a) tornar o negócio familiar para o herdeiro; (b) transmitir noções de integração e recombinação do conhecimento; (c) incentivo a ações intra empreendedoras. Para as autoras, a sucessão começa com o desenvolvimento do termo familiaridade, ou seja, o negócio precisa fazer sentido para quem o herda – *habitus*, em termos bourdieusianos. Essa familiaridade, entendida como uma capacidade dinâmica pelas autoras, permite ao herdeiro “adquirir, integrar e recombinar recursos e capacidades comuns valiosas, raras, inimitáveis e não substituíveis para renovar a organização para melhor se adaptar às mudanças ambientais”, ou seja, quando a lógica do negócio é apreendida, gerí-la se torna mais simples para o herdeiro. Em seguida, é necessário que haja uma integração dele com o conhecimento requerido para o exercício da atividade. Tal conhecimento está baseado na construção de uma sapiência fundada numa rede de conhecimento, ou seja, que ele saiba onde acessar o conhecimento e não apenas dominá-lo. Por último, familiarizado com o negócio e conhecendo-o, o herdeiro deverá ser estimulado a intra empreender, de modo a solidificar todo o processo.

As sugestões acima citadas vão ao encontro de outras, como as quatro categorias citadas por Oliveira *et al.* (2014): (a) Projeto; (b) Preparação; (c) Pertencimento; e (d) Conflitos. O projeto confunde-se com o *conatus*, ou seja, um projeto de perpetuação familiar concebido pelo fundador para o herdeiro e cuja implementação se inicia desde cedo. A preparação é a formalização do projeto, visando despertar o interesse do herdeiro. O pertencimento visa compreender o sentimento de identificação, ou não, do herdeiro ao negócio. A categoria conflitos aborda a falta de vontade em perpetuar o *conatus*. Os autores afirmam ainda que o processo de sucessão pode ocorrer de forma consciente, quando formalizada ou intencional, ou inconscientemente, quando o fundador transmite seus valores ou seu jeito de ser. Nesse ínterim, Costa *et al.*, (2015) identificam vários papéis desempenhados pelo sucedido, entre eles, os papéis de supervisor, de professor, de protetor, de introdutor, de colaborador e de consultor. A função de supervisor ocorre com a instrução, delegação, controle e correção de tarefas. O papel de professor é executado quando o sucedido transmite conhecimentos e experiência, ensinando como determinada ação deve ser

executada, vislumbrando, inclusive, a possibilidade do erro. Quando o sucedido apresenta o sucessor aos stakeholders que compõem o negócio e o deixa livre para conquistar seu espaço, esse age como introdutor. Quando o sucessor consegue executar com sucesso as tarefas inerentes ao cargo, observa-se aí que o sucedido colaborou para tal êxito. Por fim, mesmo completo o processo de sucessão, o sucedido continuará a colaborar com o sucessor sempre que for consultado.

Há também quem teorize sobre a alma da família. Para (HUBLER, 2009, p. 254) “a alma é o que impulsiona tudo o que acontece nos negócios da família, bem como a essência indefinível do espírito e do ser de uma família”. Para o autor, a alma é resultado da discussão dos valores da família, ou seja, aquilo que a família deseja ver perpetuados na empresa sendo uma fonte de inspiração criativa, ética e moral. Em seu estudo, o autor instigou uma profunda discussão entre membros das famílias pesquisadas ao questioná-los sobre quais valores gostariam de ver perpetuados na empresa. Como resultado ele cita:

A discussão geralmente é esclarecedora para os membros da família, que começam a verbalizar e a se conectar emocionalmente em um consenso em torno de seus valores familiares comuns. Para mim, esses valores são utilizados na criação do que descrevo como uma visão familiar comum, que se torna a bússola moral da família, criando o clima ético para seus negócios e a base para a evolução do ponto de vista da família (HUBLER, 2009, p. 255).

Este é um exemplo de estratégia de coesão dos membros da família. A relação próxima entre herdeiro e fundador, aliada a competência e motivação se mostram fundamentais para o sucesso do processo sucessório. Costa *et al.* (2015) apontam outro fator que corrobora com tal sucesso: a convergência entre os objetivos pessoais do herdeiro com os objetivos da Organização. As atitudes do herdeiro, juntamente com a do sucessor, também contribuem para o sucesso do processo sucessório. Nesse diapasão, estar capacitado e em consonância com a cultura organizacional da empresa, assim como demonstrar habilidades, exercer a liderança e suscitar confiança da Família são características desejadas. Quanto ao relacionamento entre fundadores e sucessores, Lee; Zhao; Lu (2019) analisaram os efeitos da congruência de valores de fundadores e sucessores e a disposição do sucessor em assumir o negócio em 102 díades fundador-sucessor. O estudo mostra que quando um fundador e um sucessor convergem em relação ao peso que a prosperidade da família tem para cada um, a qualidade do relacionamento será aprimorada, o que leva a uma maior disposição do sucessor. De forma oposta, a divergência entre um fundador e um sucessor quanto ao valor atribuído à

prosperidade da família causa no sucessor certa indisposição comprometendo o relacionamento fundador-sucessor.

Nesse sentido, a sucessão pode ser compreendida como um processo de negociação e criação de significado para o herdeiro. Por isso que o processo sucessório encontra desafios que precisam ser equacionados como: desenvolver interesse, motivação e competências nos sucessores para que consigam assumir e gerenciar o negócio com sucesso. Para Costa *et al.* (2015, p. 64) a principal causa de insucesso do processo de sucessão é gerada pela “ausência de alinhamento entre passado e futuro da empresa” – as autoras destacam o planejamento, a aprendizagem e a construção de capital social familiar como fatores importantes que devem estar presentes durante o processo sucessório. Portanto, a ausência de planejamento e de preparação dos herdeiros para assumir os negócios da Família são as principais causas de insucesso desse processo, mas não são as únicas.

Santos *et al.* (2017) citam a grande dificuldade encontrada por herdeiras em assumir o negócio – os autores apontam para uma baixa taxa de sucessão feminina apesar das mulheres desempenharem cada vez mais um papel ativo nas empresas familiares. Alguns fatores contribuem para esse insucesso, como a dificuldade em equilibrar a vida profissional e pessoal; as filhas passam menos tempo na empresa, decorrente desta primeira dificuldade; desenvolvem menos habilidades gerenciais, decorrente da segunda dificuldade; e, quando conseguem assumir, precisam conquistar um espaço que legitime a sua autoridade, sobretudo, em equipes compostas por homens, em sua maioria. Em conformidade com a situação apresentada, cito o exemplo – que pode ser estendido para outras atividades que empreguem mão-de-obra intensiva – dos estaleiros cujas equipes de trabalho são compostas quase que exclusivamente por homens – inclusive engenheiros navais.

Apesar de muitos Negócios familiares representarem, conforme citado no início deste tópico, uma fonte de renda para a família, o fechamento de um negócio não deve ser visto, Heck *et al.*, (2006, p. 81), apenas como um fracasso comercial ou gerencial, mas, simplesmente, como o fim de um negócio: “o proprietário da empresa pode ter conseguido tudo o que queria na empresa ou pode apenas querer fazer algo diferente”. Portanto, o *conatus*, núcleo desta tese, não pode estar vinculado à existência da Organização e à Família porque ele – *conatus* –, ao existir no campo das ideias, não pode ser afetado pela imaginação (em linguagem espinosana). Nesse sentido, o *conatus* deve ser estudado em uma perspectiva mais ampla que contemple os membros da família e não apenas um sentimento comum a esses membros.

### 3. PARANÁS NAVEGADOS

Após apresentar os fundamentos teóricos que sustentam este trabalho, busquei traçar um caminho metodológico coerente com o estrutural-construtivismo proposto por Bourdieu – neste, são reveladas as relações entre agente e campo. Tal caminho situou epistemologicamente a pesquisa, apresentando-a e delineando-a, assim como discorrendo sobre as técnicas empregadas.

#### 3.1 As premissas epistemológicas

O objetivo deste tópico é situar a pesquisa dentro das possibilidades epistemológicas disponíveis explorando-as em termos conceituais e buscando identificar congruências que possibilitem, por último, escolher as ferramentas de pesquisa que melhor estudem o *conatus* em dois estaleiros localizados na orla do Rio Negro, em Manaus. Para que o objetivo seja alcançado, organizei este tópico em duas partes: na primeira situarei esta pesquisa epistemologicamente, por meio de uma revisão bibliográfica baseada em (BURRELL; MORGAN, 2005); e na segunda discorrerei sobre as ferramentas metodológicas que foram aplicadas ao estudo do *conatus* sob a perspectiva estrutural-construtivista.

Loyola (2002) afirma que Bourdieu supera a antinomia entre as visões objetivista e subjetivista, integrando-as ao adotar o estruturalismo (objetivista) e o construtivismo (subjetivista). Do Estruturalismo, Bourdieu intentaria revelar as estruturas sociais construídas e que distinguem um agente do outro. Do construtivismo, o autor destacaria o indivíduo e considera a sociedade como produto das decisões dos agentes dominantes (LOYOLA, 1999). Neste sentido, por uma autodefinição deste próprio autor, ele estaria desenvolvendo pesquisas estruturais-construtivistas (LOYOLA, 2002, p. 71).

#### 3.2 Uma pesquisa estrutural-construtivista

Após situar epistemologicamente a presente investigação como estrutural-construtivista, caberá, agora, apresentar o caminho metodológico seguido, respeitando as características dessa pesquisa qualitativa, que lançou mão dos métodos biográfico e entrevista em profundidade.

Conforme já desenvolvido no referencial, a presente pesquisa considera o *conatus* bourdieusiano como um projeto familiar composto por estratégias de perpetuação. Para isso, tal investigação foi operacionalizada – digo, o *conatus* foi estudado – por meio da descrição do *habitus* e seus componentes (*ethos*, *hexis* e *eidos*); pelo reconhecimento do capital predominante no campo; e pela distinção dos agentes e suas posições no campo. Nesta, o

estudo do *habitus* e seus componentes se destacaram pois, por meio destes, foram relatadas as formas de dominação simbólica e reveladas, igualmente, as angústias dos sucessores em assumir o negócio a eles destinado.

Inicialmente é importante explicitar o meu entendimento do que vem a ser metodologia. Nesse sentido, a entendo como o caminho a ser trilhado, assim como as técnicas e ferramentas que são empregadas em busca do estudo empírico do *conatus*. Não pretendo, com tal metodologia, domesticar a realidade pois reconheço a existência do chamado excedente de significação<sup>39</sup>, presente comumente em pesquisas qualitativas. Nesse ínterim, cito:

O pesquisador deve ter como pressuposto o caráter dinâmico e processual da pesquisa e sua relação com o tema proposto, pois toda pesquisa qualitativa visa uma perspectiva histórica; sabemos que a realidade social está em constante transformação, da mesma forma, a realidade em torno de um determinado tema de pesquisa não estática (GONÇALVES; LISBOA, 2007, p. 87).

À vista disso, reconheço, desde já, que o caminho a ser apresentado por mim não exaure o estudo sócio-cultural do objeto em questão, mas representa uma tentativa de extrair desse objeto as propriedades gerais ou invariantes, encobertas pela feição de singularidade ou, até mesmo, conforme sugerido por Bourdieu (1989, p. 20), “reconstruir cientificamente grandes objetos socialmente importantes, apreendendo-os de um ângulo imprevisto”- a exemplo do campo de construção naval.

Considerando que o objetivo desta pesquisa foi estudar o *conatus* em dois estaleiros da orla de Manaus, suas estratégias de perpetuação e seu processo sucessório, identifiquei como unidade de análise o *habitus* do campo empresas familiares. Os sucessores e os sucedidos compõem o núcleo do processo investigativo os quais gozarão de liberdade para expressar suas percepções sobre: o ofício, o papel que exercem na família e na empresa, seus anseios, suas trajetórias e outros. Para isso, os diálogos, as conversas, a escuta e as observações basearam a pesquisa. Busquei construir um clima de informalidade para reduzir a distância entre entrevistador e entrevistado.

Ratifico que, como a racionalidade está embasada, sobretudo, na percepção e na compreensão humana, esta pesquisa assume um caráter qualitativo (STAKE, 2011). Nesse sentido, a pesquisa qualitativa é “essencialmente descritiva, apoiada em entrevistas formais e informais, técnicas de observação de campo, análise histórica, etnografia” (VIEIRA, 2006, p. 17). Por não envolver a manipulação de variáveis, nem tratamento experimental, a pesquisa

---

<sup>39</sup> Oliveira (1995) utilizou esta expressão para denominar toda a realidade sócio-cultural que escapa ao método.

qualitativa também é chamada de naturalista. A denominação “qualitativo”, desse modo de investigar, ocorre, primeiramente, em oposição a forma quantitativa e, igualmente, por defender “uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas” (ANDRÉ, 1995, p. 17).

Conforme citado na introdução, o estudo empreendido objetivou estudar o *conatus* em dois estaleiros localizados à margem esquerda do Rio Negro, na cidade de Manaus. Assim, os sujeitos participantes desta pesquisa foram as pessoas que gerem, trabalham, organizam, os dois estaleiros citados pois entendo que atendem, *a priori*, ao critério de certa diversificação das experiências vividas nos estaleiros e nos processos de sucessão, garantindo a validade da investigação. Deste modo, foram “identificadas pessoas capazes de analisar, de um modo suficientemente amplo, a totalidade ou quase totalidade, dos temas, fatos, estratégias, juízos e itinerário do grupo social investigado” (MARRE, 1991, p. 112), isto é, do cotidiano dos estaleiros.

Para que fique clara a diversificação dos objetos, retomo a descrição sucinta dos casos:

O estaleiro Bravo, que atua predominantemente na área de manutenção de embarcações, é uma pequena empresa familiar de primeira geração, cujo fundador é o Sr. Afrânio (pai de 10 filhos concebidos em dois matrimônios), dentre os quais cinco o acompanham no negócio familiar (dois do primeiro casamento e três do segundo). Esse caso foi objeto de estudo em decorrência da formação profissional de seus herdeiros dissonante da atividade da família.

Já o Estaleiro Alfa é maior e mais tradicional, cuja trajetória se confunde com a história da indústria naval no Amazonas. Seu escopo é a construção de grandes embarcações, e está na segunda geração. O que salta aos olhos, neste caso, é a descontinuidade de um grande negócio. Seus atuais gestores não conseguiram formular e implantar um projeto de sucessão para que a terceira geração assumisse.

Portanto, conforme será explicitado no próximo tópico, esses dois casos revelam estratégias de sucessão diferentes, fruto de diferentes *conatus*. Apesar da amostra estar aqui definida, empreguei a estratégia de bola de neve (VERGARA, 2016), ou seja, a possibilidade de ampliar a amostra sempre que outros agentes se mostrarem relevantes para novas descobertas. Quanto a essa amostra, entendo que, em se tratando de pesquisas qualitativas, a quantidade de pessoas inquiridas é irrelevante. Nessas pesquisas, há uma primazia pelo conteúdo, ou seja, analisa-se se tais inquiridos conseguirem expressar a realidade. Nesse sentido, cito as considerações de Marre:

Na perspectiva da pesquisa empírica, na qual se pretende utilizar a história de vida como técnica de coleta de dados, é preciso notar logo que o material a ser recolhido está relacionado, sem dúvida, com os indivíduos que vão compor o campo a ser investigado, mas, igualmente, com a validade, a extensão e qualidade dos testemunhos qualitativos a serem coletados. Não basta um número de indivíduos, é preciso que este número expresse de maneira diversa, mas inter-relacionada, a trajetória socioeconômica do grupo social pesquisado, enquanto grupo diferente de um outro escolhido como exemplar. (MARRE,1991, p. 111)

### 3.3 O delineamento da pesquisa

Neste tópico, explicarei a lógica que permeará este estudo apresentando os métodos e instrumentos a serem aplicáveis. Nesse sentido, cito o entendimento por mim adotado sobre pesquisa:

A pesquisa é um processo de comunicação que se organiza progressivamente e que permite e estimula a expressão dos sujeitos por meio do lugar por eles ocupado em tal processo e também por vias mais significativas para ele(a), as quais vão sendo conhecidas no curso da própria pesquisa (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 42)

Por isso, entendo que a comunicação desempenha um importante papel no processo de investigação. Além dela, destaco a importância dos instrumentos empreendidos, pois eles permitem ao pesquisado se expressar. Compreendo o instrumento como um estímulo ou situação usada pelo pesquisador para que possibilite a expressão do pesquisado, facilitando sua comunicação aberta e comprometida (GONZÁLEZ REY, 2005).

Assim, utilizei a observação assistemática pois fui autorizado a visitar os estaleiros somente para fazer as entrevistas –. Segundo Laville & Dionne (1999) é por meio da observação que o pesquisador se situa, orienta seus deslocamentos, reconhece os sujeitos do campo e emite juízos sobre o objeto estudado. Na observação não é aconselhável tomar notas durante a observação sob risco de perturbar aqueles que estão sendo observados. Nesses casos, os autores acima indicam que sejam feitas pequenas anotações para, posteriormente, serem lembradas. O diário de campo, presentes nos métodos observacionais, também representa uma importante ferramenta que complementa o processo de coleta de informações. Roese et al. (2006) consideram diário de campo e notas de campo sinônimos, cujo conteúdo pode ser descritivo e reflexivo.

Para as autoras, as notas descritivas são mais extensas pois objetivam detalhar os fatos ocorridos no campo, mesmo que tais detalhes não descrevam totalmente a realidade. Em decorrência da dinâmica que permeia a sociedade, tais notas visam tão somente retratar determinado momento sob a perspectiva do investigador. Para tanto, sugerem que as descrições busquem: (a) retratar os sujeitos; (b) reconstruir os diálogos tecidos com os

sujeitos do campo; (c) descrever o espaço físico de onde se fala; (d) relatar particularidades; (e) descrever comportamentos do investigador que possam macular a coleta de informações; dentre outros. Já as notas de cunho reflexivo são as análises feitas pelo pesquisador sobre as descrições feitas anteriormente, notadamente sobre: (a) o método aplicado; (b) conflitos e dilemas; (c) seu ponto de vista, enquanto observador; (d) pontos que não tenham ficado claros (ROESE et al., 2006, p. 4). Nesse sentido, as reflexões a serem feitas por mim buscarão caracterizar o campo; compreender suas articulações e disposições; e identificar e analisar o *habitus*.

Para que tal objetivo seja alcançado, adotei o Diário de campo como um aliado na organização da pesquisa pois por meio dele consegui ter uma noção da evolução da pesquisa assim como controle sobre os pontos já abordados e a serem abordados. No presente estudo, adotarei o instrumento individual da entrevista, por meio das conversações, pois acredito que se adapta melhor ao núcleo do processo investigativo – os sucedidos e sucessores. Quanto à conversação González Rey afirma:

Representam o melhor exemplo de uma comunicação interativa que se desenvolve de forma gradual e que permite a inclusão constante de novas “zonas de intercâmbio” entre os participantes, as quais os envolvem cada vez mais, facilitando assim a expressão de sentidos subjetivos [...] Nas conversações devemos partir do mais geral para o mais íntimo, aproveitando os momentos em que a própria conversação vai entrando nessas experiências. A conversação é um sistema que nos informa as características e o estado dos que nele estão envolvidos, e esta informação é a que nos indica os limites dentro dos quais nos moveremos. (GONZÁLEZ REY, 2005, pp. 48-49)

Em decorrência das características supracitadas, ratifico a minha escolha pela conversação como instrumento de coleta de informações e que foi aplicada a dois métodos: ao método biográfico e à entrevista em profundidade. A entrevista em profundidade é aquela na qual o objeto de pesquisa está “constituído pela vida – experiências, ideias, valores e estrutura simbólica do entrevistado [...] tende a construir um quadro geral e dinâmico da configuração vivencial e cognitiva do sujeito [...]” (BANDEIRA DE MELLO; GODOI; SILVA, 2010, p. 305). Portanto, em decorrência de suas características, acredito que esta forma de entrevista conseguiu apreender o *habitus* do campo empresa familiar assim como a lógica que permeia o *conatus*.

Com a transcrição das entrevistas, a análise dos discursos possibilitou ir além do manifesto, uma vez que foi possível contextualizá-las dando mais sentido às informações transmitidas. Na prática da investigação, apreender o contexto é fundamental para que sejam



identificadas as contradições do sujeito. Nesse sentido, Bandeira de Mello; Godoi; Silva afirmam que:

O contexto, então, é a dimensão mais ampla do texto, suporte das interpretações, que envolve as subjetividades, as ações, os objetos e os efeitos discursivos. O contexto é criado pelo próprio texto para constituir o discurso. A importância atribuída ao contexto pelas análises do discurso de caráter pragmático amplia a possibilidade de interpretação do discurso (BANDEIRA DE MELLO; GODOI; SILVA, 2010, p. 388)

Os autores alegam, ainda, que por meio da análise do discurso é possível igualmente estudar as regularidades sociais por meio de analogias e interpretações locais. Outro ponto observado no processo de compreensão do *habitus* e da lógica do *conatus* diz respeito ao estudo da trajetória social do fundador que, ao meu ver, foi compreendida quando alguns elementos dessa trajetórias foram trazidos para o estudo. Esta busca ocorreu por meio de um corte seccional com perspectiva longitudinal pois percebo que, *a priori*, tais trajetórias se confundem com a das empresas familiares, de modo que, na minha concepção, é impensável estudar o *conatus* sem compreender igualmente a rota de sacrifício trilhada pela primeira geração de empreendedores e que acaba por justificar a adoção de tais estratégias de perpetuação. Nesse sentido, ao apreender alguns elementos da trajetória de vida dos fundadores, pretendi compreender a realidade sócio-histórica na qual estes estão inseridos, buscando demonstrar a metamorfose pela qual passam, assim como a transformação que os mesmos provocam nessa realidade.

Quanto a minha atitude em compreender a realidade sócio-histórica, acredito que a posição de um agente na “estrutura social não pode jamais ser definida apenas de um ponto de vista estritamente estático, isto é, como posição relativa [...] numa dada estrutura e num dado momento”, ou seja, é necessário que seja observado o seu ponto em uma trajetória social (BOURDIEU, 2015, p. 7). Portanto, entendo que deve-se apreender não somente o ponto de trajetória, ou seja, o momento atual, mas, sobretudo, elementos que compõem sua trajetória passada.

Então, capto tais elementos porque entendo a importância da gênese social na constituição do agente. Exemplifico: observei que grande parte dos donos de estaleiros não possuem formação acadêmica superior em engenharia, seja naval, seja civil. Porém, demonstraram uma relação visceral com uma cultura ribeirinha, ou seja, estudar apenas o ponto da trajetória de qualquer dos agentes representará um grande equívoco, considerando

que o presente começou a ser construído no passado e que o conjunto de experiências vividas moldou o *habitus* do campo empresa familiar.

Por consequência, o estudo biográfico do agente em foco se fez necessário para compreender a lógica deste agente em relação ao *conatus*, sua relação com a estrutura, e, no caso do projeto de sucessão, as (in)congruências entre sucessor e sucedido, uma vez que ambos podem ter trilhado trajetórias diferentes e, assim, apesar de se encontrarem no mesmo ponto da trajetória, podem ser dotados de lógicas diferentes. Considerando, no caso da relação sucessor-sucedido, uma gênese social diferente, mas com um ponto de trajetória idêntico, Bourdieu (2015) ressalta, ainda, que o futuro da trajetória pode igualmente ser distinto.

Após um breve delineamento da pesquisa, elegendo os métodos de entrevista em profundidade e biográfico como os aplicáveis ao estudo do processo de sucessão e do *conatus* nos três estaleiros, seguirei para as técnicas empregadas.

### **3.4 As técnicas empregadas**

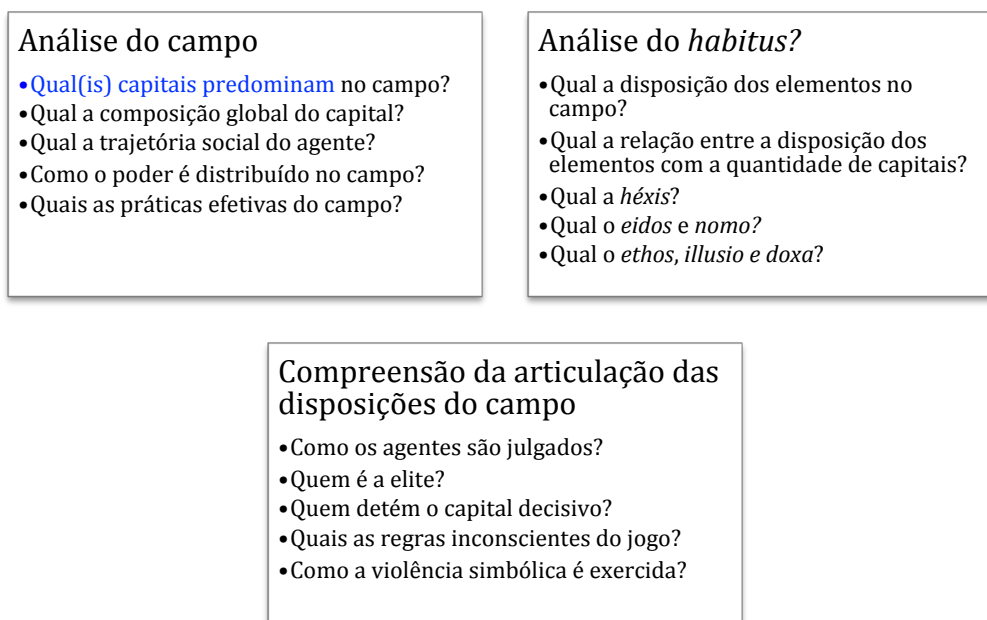
Quanto ao roteiro de pesquisa, Bourdieu sugere um caminho composto por três etapas: (i) teorização; (ii) investigação; e (iii) crítica. Segundo Thiry-Cherques (2008), a teorização consiste em conceber um modelo que contemple as relações objetivas que estruturam e representam as práticas. Nesta etapa há a previsão da dinâmica do campo, ou seja, identificamos, preliminarmente, os elementos que o compõem, seu *habitus* assim como as relações de força que o perpassa. Em seguida, o pesquisador deve analisar a posição de cada agente buscando uma teoria (hipótese) que explique tal posição entendendo tal posição como fruto de um sistema de relação próprio. É importante salientar que nem todo objeto social é evidente, ou seja, é necessário que o investigador se afaste do convencional se quiser enxergar o que é oculto. Além de identificar os elementos, compreender seu posicionamento no espaço social e sua relação, o pesquisador deverá identificar quais os capitais que predominam no campo, ou seja, qual capital confere a um determinado agente uma posição de destaque no campo. Para resumir essa primeira etapa, citarei Thiry-Cherques: A investigação trata de tornar visível o invisível, de fazer aparecer o campo sobre outra luz, de mostrar o estranho, o incomum, o escandaloso daquilo que vemos todos os dias como usual, como sendo a normalidade (THIRY-CHERQUES, 2008, p. 187).

A segunda etapa – a investigação – consiste em observar o campo, proceder com entrevistas ou analisar questionários para, então, corrigir a noção pré-concebida (hipótese) na fase de teorização. A ideia é criar um referencial para, posteriormente, moldá-lo a medida em que forem identificadas discrepâncias entre o teórico e o real. A hipótese tem como objetivo

prover uma explicação provisória que pode ser confirmada ou não na etapa da investigação. Ressalto que tal hipótese, validada ou não, representa “conceitos sistêmicos, relacionais, válidos em um contexto dado, o campo, não conceitos substanciais, válidos em qualquer contexto” (THIRY-CHERQUES, 2008, p. 188). Nesta etapa de investigação do campo, identifiquei um campo e dois subcampos. Para o estudo do campo de construção naval, foram identificados os agentes que agem sobre ele assim como suas competências legais. Nos dois subcampos – estaleiros – foram realizadas entrevistas com sucessores e sucedidos objetivando revelar as relações de poder entre eles, o capital predominante, suas expectativas e frustrações, o valores familiares em jogo, as formas de violência simbólica etc.

Bourdieu sugere um modelo estruturalista de construção das relações objetivas tanto na prática quanto na representação da mesma corrigindo-o para que melhor explique a realidade. Thiry-Cherques (2008) afirma que neste estágio, Bourdieu dedica especial atenção a investigar a gênese do *habitus* dos agentes buscando identificar o princípio de diferenciação do campo. Nesse sentido, apresento a figura 02 (adaptada) que apresenta algumas questões fundamentais que orientarão as reflexões sobre as informações coletadas do campo:

Figura 02: Questões fundamentais que orientarão as reflexões sobre as informações coletadas do campo



Fonte: Adaptada de (THIRY-CHERQUES, 2008)

A compreensão do *habitus* do campo é uma tentativa de revelar o sistema de disposições que moldam o nosso modo de perceber, sentir e agir inconscientemente. Para isso, Bourdieu recomenda, segundo Thiry-Cherques (2008), que a análise do *habitus* revele: (i) a disposição dos elementos no campo correlacionando-a com a quantidade de capital em poder

dos elementos e que acaba por distingui-los entre si; (ii) a *hexis*, ou seja, a absorção das disposições do campo pelo corpo de modo a criar um padrão de comportamento socialmente aceitável; (iii) o *eidos* que representa a realidade assimilada pelos elementos do campo, tendo sido essa assimilação moldada pelo *nomos* (lei informal do campo). Portanto o objetivo é compreender os esquemas lógicos que o elemento tece do objeto assim como sua relação simbólica com este; (iv) o *ethos*, ou seja, a prática do elemento no campo que é influenciada pela *illusio* – crença que fundamenta os valores do campo –, e pela *doxa* – ponto de vista dominante.

Para Thiry-Cherques (2008), a análise do campo busca, sobretudo, compreender como os indivíduos percebem os elementos que o estrutura pois tal percepção representa a causa das distinções. Para isso, Bourdieu, segundo autor supracitado, propõe: (i) que se identifique a quantidade de capital que o agente possui e que lhe garante conservar sua posição no campo; (ii) determinar a estrutura do capital, ou seja, a composição global do mesmo; (iii) investigar a trajetória social do agente; (iv) verificar como o poder é distribuído ou algo que represente a dominação do campo; (v) revelar as práticas efetivas, digo, práticas específicas de organizar e administrar para descobrir a que se orientam seja para evitar o mais provável, em outras palavras, reprimir fatos contrários aos interesses dos agentes; reprodução da estrutura do campo; conservação da estrutura do campo; transformação da estrutura do campo; e outros.

Outro passo que deve ser dado é quanto à compreensão da articulação das disposições do campo, ou seja, é fundamental que a pesquisa revele, por exemplo, como o agente(s) do campo usa(m) a *illusio* para justificar a *doxa*. Outra relação possível, e que ajudará na compreensão do campo, é a correlação dos capitais. Nesse sentido, esclareço: a dominação do campo pode ocorrer tanto da acumulação de um capital específico quanto da reunião de vários capitais, portanto, é importante que o investigador identifique isso para que também revele quais os princípios de diferenciação: (i) como os agentes são julgados?; (ii) quem é a elite?; (iii) quem detém o capital decisivo?; (iv) quais as regras inconscientes do jogo e como é exercida a violência simbólica? (THIRY-CHERQUES, 2008).

Após o estudo do *habitus* e do campo, ao investigador caberá discutir a problemática do objeto. Neste caso, discutirei o *conatus* em dois estaleiros localizados em Manaus. Thiry-Cherques (2008) afirma que o procedimento crítico de Bourdieu possui e deve considerar uma reflexão. Em decorrência do ponto de vista de quem a enuncia, a crítica reflexiva inquire que cada agente, seja dominante ou dominado, apresenta formas classificação diferentes. Portanto, a crítica epistemológica precisa fazer uma apreciação da reflexividade e, para ser efetiva,

depende de uma crítica social. Tal crítica é necessária uma vez que o princípio de construção dos mundos natural e social, pelo agente, é construído só podendo ser compreendido quando são compreendidas as condições sociais que o produziu. Nesse diapasão, cito as pedagógicas palavras do autor supracitado:

Nós estamos presos ao mundo que tomamos por objeto. A consciência disto, desta reflexividade, de que a crítica epistemológica não se dá sem uma crítica social, é que torna possível a depuração, processo em que a crítica epistemológica é uma autocrítica, em que a crítica social é, também, uma autocrítica pessoal daquele que pesquisa (THIRY-CHERQUES, 2008, p. 200).

Destaco que para o estudo do *conatus* devo fazer considerações particulares ao capital cultural incorporado, isto se deve porque tal capital, explorado quando falei dos tipos de capital, revela-se por meio de algumas qualificações intelectuais produzidas e transmitidas pela família e pelas instituições escolares e que influenciam os comportamentos e atitudes do sucessor. Portanto, a família e as instituições escolares são dois agentes diretamente responsáveis pelo sucesso da perpetuação do projeto familiar quando capacitam o sucessor a assumir os negócios da família. No objeto em foco, é necessário descrever o capital cultural transmitido assim como as habilidades e competências necessárias para o exercício do ofício.

Ratificando, adotei nesta investigação, a noção de capital cultural incorporado pois, como este trabalho se propõe a estudar o *conatus* e, portanto, a relação entre sucessor e sucedido, entendo que o foco do estudo se centrará na transmissão de um capital cultural imaterial e não em uma cultura material, como é o caso de bens culturais e títulos ou certificados.

#### **4. O CAMPO DA CONSTRUÇÃO NAVAL**

Neste momento da tese, busquei inserir o leitor no campo da construção naval. Então, após esse tópico já será possível compreender como o campo está estruturado e como seus agentes se relacionam, sobretudo as competências que lhes foram outorgadas e que lhes confere o monopólio da violência legítima.

Didaticamente, os agentes foram subdivididos em três grandes grupos: clientes, fornecedores e agentes que exercem o poder de polícia administrativa. Ressalto que estes últimos requerem atenção especial porque a eles cabe executar as leis do campo, apesar de não possuírem o monopólio da violência legítima.

##### **4.1 Conhecendo o campo da construção naval no Amazonas**

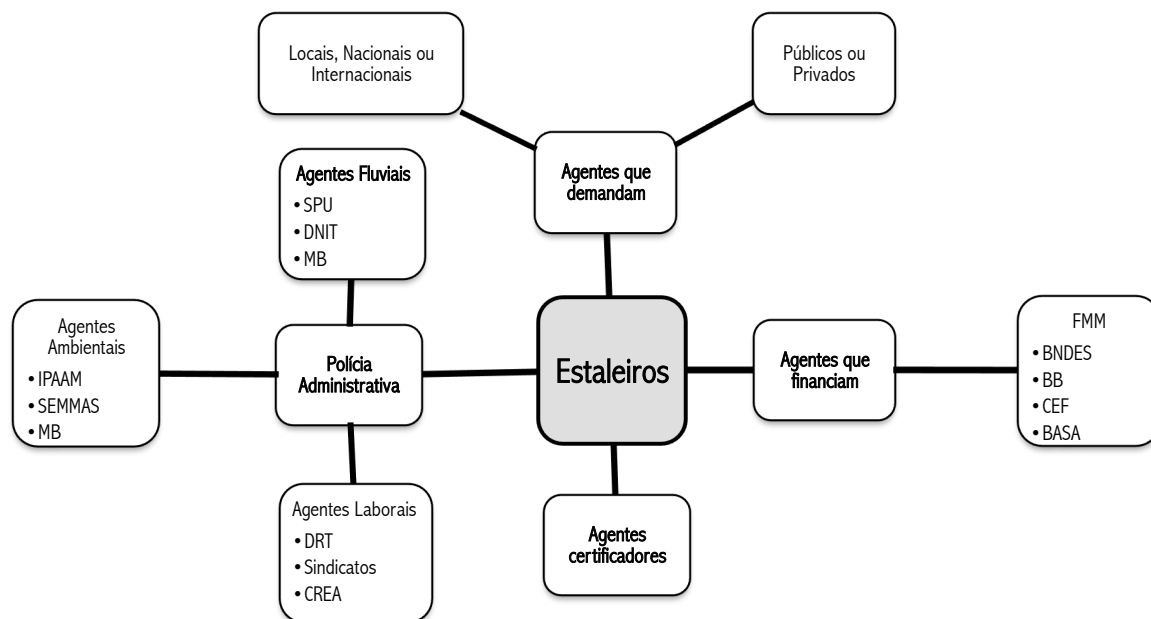
Os agentes a seguir estão dispostos no campo obedecendo ora às competências a eles outorgadas, no caso de agentes públicos, ora às finalidades de seus negócios, no caso da iniciativa privada. Para uma melhor compreensão, eles foram organizados em cinco áreas funcionais e que interagem com os estaleiros – estes últimos são o núcleo da figura 03 na próxima página), onde é possível ter uma ampla visão da rede de relacionamentos que permeia o campo da construção naval. Esta noção de rede está em consonância com o Arranjo Produtivo Local<sup>40</sup> (APL) formulado pela SEPLAN (2009) para o setor naval da cidade de Manaus.

Para SEPLAN (2009), a construção naval do Estado do Amazonas se subdivide em: (a) Fabricação Artesanal Doméstica – onde predomina a fabricação embarcações de madeira, por carpinteiros ribeirinhos, e que são empregadas no cotidiano de várias localidades de nossa região para o deslocamento de pequenas distâncias. A tecnologia de construção é transmitida ao longo de gerações e representam um verdadeiro patrimônio cultural do nosso povo; (b) Reparos e Construção de Pequenas Embarcações – este segmento, predominantemente informal, é considerado a maior indústria naval autônoma do mundo atendem a todos os tipos de embarcações da região; (c) Grandes Estaleiros – representam uma pequena parcela dos empreendimentos de construção naval. Seus processos são formais, atendem às Sociedades Classificadoras, o que garante sua presença nos mais diversos mercados (local, regional e internacional).

---

<sup>40</sup> Esta pesquisa não exaure as discussões sobre o conceito de APL. Por isso, foi adotada aquela que mais se assemelha à definição de campo de Bourdieu (reitero que os conceitos de APL e campo, quando aprofundados, são distintos e serão explorados ao final deste tópico): “um espaço socialmente construído, uma superfície ativa e aberta, que influencia e é influenciada pelas interações localizadas” (CROCCO et al., 2006, p. 213).

Figura 03: O campo dos estaleiros de Manaus.



Adaptado de (SEPLAN, 2009).

Os tópicos a seguir disporão sobre as áreas funcionais e os Órgãos que as compõem, apresentando suas competências e explicando como agem no campo. Ressalvo que é comum a alteração dos nomes e atribuições dos órgãos municipais e estaduais a cada troca do Poder Executivo. Observo, ainda, que as mudanças de alçada ficam restritas ao nome do Órgão, ou seja, a lei que o institui não altera sua competência, apenas seu nome. Daí a necessidade de distinguir as ações executadas de fato e de direito por eles – neste estudo, as de fato foram consideradas. Por último, retifico que neste tópico o termo Órgão (concernente ao Direito Público) cederá lugar para Agentes (empregado à sociologia Bourdieusiana), uma vez que este segundo é mais apropriado ao tema em questão.

#### 4.1.1 Quem demanda embarcações?

Os agentes que demandam embarcações – os clientes – podem ser locais, de outras UF's e até de outros de outros países (como a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos e a ONG Suíça Terre des Hommes<sup>41</sup>). Além destas últimas, compõem o portfólio de clientes já atendidos pelos estaleiros localizados em Manaus: Exército Brasileiro, Marinha do Brasil, Polícia Federal, Secretaria Estadual de Fazenda, SENAI, Hotel Flutuante Jungle Palace, Caixa Econômica Federal (CEF), Igreja Universal do Reino de Deus, dentre outros.

Na figura 04, na próxima página, podem ser observadas as embarcações de alguns dos clientes sobreditos – são todas adaptadas para atender às comunidades que têm no rio não somente um meio de transporte, mas de integração. Logo, várias possibilidades surgem: os barcos assumem a função de escolas, hospitais, igrejas, hotéis, agências bancárias, enfim, podem ser empregados, tanto pelo governo quanto por empresas, para a prestação de diversos serviços às localidades que têm na “beira<sup>42</sup>” o seu elo com o mundo exterior.

Figura 04 – Da esquerda para direita e cima para baixo: barco-escola Samaúma I do SENAI/AM, hotel flutuante Jungle Palace, barco-agência da CEF, barco-igreja da Igreja Universal do Reino de Deus, barcos-hospital Abaré e JJ Mesquita da ONG Terre des Hommes e da Igreja Presbiteriana, respectivamente.

---

<sup>41</sup> Os barcos hospital JJ Mesquita e Abaré transportam, respectivamente, missionários americanos da Igreja Presbiteriana e ativistas dos direitos da criança da ONG Suíça Terre des Hommes por comunidades ribeirinhas do interior do Amazonas para atendimento médico-odontológico (LINS, 2010).

<sup>42</sup> É comum chamarmos os portos ou pontos de atracação de beira (a beira do rio).





Fontes: <http://www.ficam.org.br/senai/wp-content/uploads/sites/3/2016/10/SENAI-EAD.jpg>;  
<https://www.expedia.com.br/Manaus-Hoteis-Amazon-Jungle-Palace.h3491557.Hotel-Reservas>;  
<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2010/12/caixa-lancara-agencia-barco-em-manaus-nesta-quarta-feira.html>;  
<https://www.acritica.com/channels/manaus/news/universal-inaugura-igreja-flutuante-em-comunidade-de-manaus>;  
<http://www.cidadedesantarem.com.br/2012/02/barco-abare-continua-no-tapajos.html> e  
<https://www.acritica.com/channels/manaus/news/barco-leva-saude-a-ribeirinhos-do-am-com-atendimento-medico-e-odontologico>.  
 Acessos em 08/05/2019.

Além de fabricar barcos empregados na provisão de vários serviços – como educação, saúde, etc – os estaleiros são importantes fornecedores de embarcações a serem empregadas em uma logística fluvial que demanda balsas e navios (petroleiros, graneleiros ou para transporte de cargas geral no convés); empurradores fluviais – os três observáveis na figura 05; além de portos flutuantes – utilizados em movimentação de cargas.

Figura 05: Balsa Petroleira (à esquerda) e Balsa de transporte de cargas em geral transportando areia (à direita)



Fonte: <http://www.gsnavig.com.br/> e <http://www.companhiadecanoagem.com.br/relatoamazonia.htm>  
Acessados em 08/05/2019.

Pelo seu peso no campo, em decorrência do impacto na indústria naval e na economia local, foi necessário iniciar um subtópico para discorrer sobre o poder dos clientes inseridos na atividade de movimentação de cargas e transporte de grãos e derivados de petróleo.

#### **4.1.1.1 A movimentação e o transporte de grãos e derivados de petróleo**

Conforme a tabela 04 (mais adiante), em termos de atividade portuária, foram movimentadas nos portos amazonenses 11.994.042 toneladas, em 2017, o segundo maior volume do Brasil, atrás apenas do Estado do Pará – que produz cobre e minério de ferro.

Das 11.994.042 toneladas movimentadas nos portos do Amazonas em 2017, 84,4%, ou seja, 10.122.231 toneladas são *commodities* como combustíveis minerais, grãos, cereais e produtos químicos – conforme é possível constatar na tabela 04. Os combustíveis minerais têm origem na Província Petrolífera de Urucu – na cidade de Coari (figura 06) – e os grãos e cereais provêm do Estado do Mato Grosso com destino ao Porto Graneleiro da Hermosa, na cidade de Itacoatiara (figura 07).

Figura 06: Foto aérea do Porto de Urucu (esq.) e rota do gasoduto Urucu-Manaus (dir.)

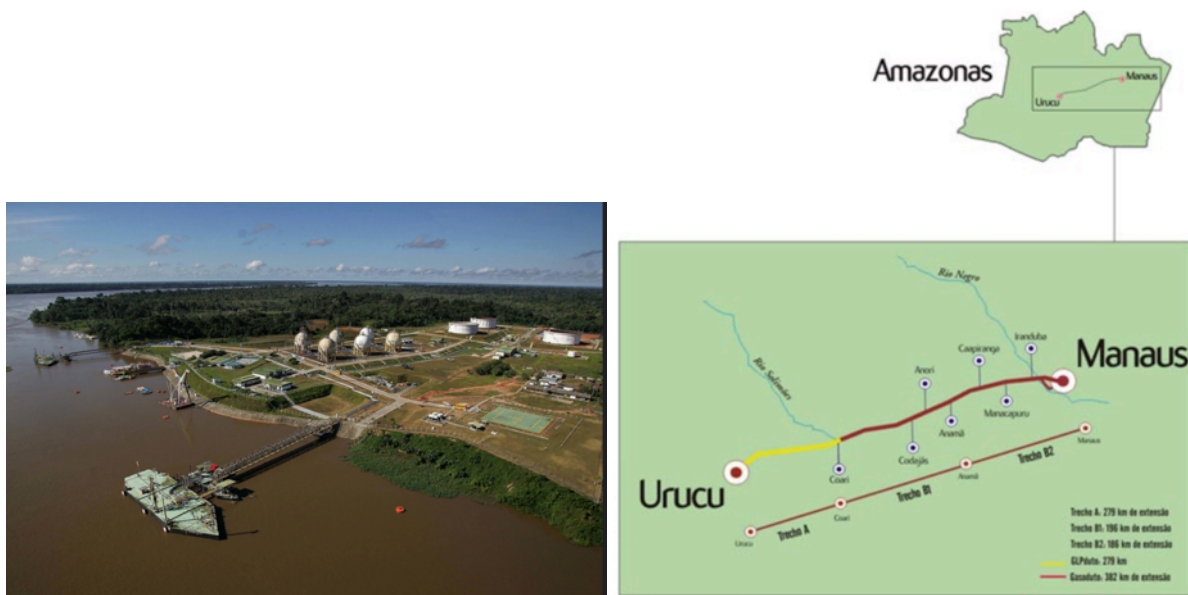


Foto do porto: Ricardo Stuckert (junho de 2006)

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/pacgov/5926450886>

<https://www.revistafatorbrasil.com.br/imprimir.php?not=98893>

Acessados em 08/05/2019.

Figura 07: Porto da Hermosa e rota de escoamento dos grãos



Fonte: <http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/Jo%C3%A3o-Roberto-Zamboni-%E2%80%93-Diretor-da-HERMASA.pdf>

As 1.871.811 toneladas restantes – 15,6% do total – são cargas diversas como: semirreboques e contêineres (Figura 08 – mais abaixo), adubos e fertilizantes, açúcar, ração, bebidas, laticínios e outros – responsáveis pelo abastecimento das indústrias localizadas no Pólo Industrial de Manaus (PIM), e, sobretudo, pela troca de produtos entre os municípios amazonenses. Estas últimas possuem grande relevância socioeconômica pois suprem as necessidades das comunidades locais por produtos, além de seu comércio gerar riquezas à população local.

Tabela 04: Tipos de cargas movimentadas nos portos do Estado do Amazonas em 2017.

<b>Cargas Movimentadas</b>	<b>Total em toneladas</b>	<b>%</b>
Combustíveis Minerais, Óleos Minerais e Produtos da sua Destilação; Matérias Betuminosas; Ceras Minerais	4.625.162	38,56
Sementes e Frutos Oleaginosos; Grãos, Sementes e Frutos Diversos; Plantas Industriais ou Medicinais; Palhas e Forragens	2.460.506	20,51
Cereais	1.622.379	13,53
Produtos Químicos Orgânicos	1.414.184	11,79
Semirreboque Baú	916.096	7,64
Veículos Automóveis, Tratores, Ciclos e Outros Veículos Terrestres, Suas Partes e Acessórios	675.686	5,63
Contêineres	144.966	1,21
Açúcares e Produtos de Confeitaria	62.534	0,52
Cargas Diversas	19.318	0,16
Resíduos e Desperdícios das Indústrias Alimentares; Alimentos Preparados para Animais	13.928	0,12
Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagres	9.930	0,08
Minerios, Escórias e Cinzas	6.463	0,05
Obras de Ferro Fundido, Ferro ou Aço	6.038	0,05
Reatores Nucleares, Caldeiras, Máquinas, Aparelhos e Instrumentos Mecânicos e suas Partes	5.685	0,05
Sal; Enxofre; Terras e Pedras; Gesso, Cal e Cimento	4.637	0,04
Produtos Químicos Inorgânicos; Compostos Inorgânicos ou Orgânicos de Metais Preciosos, de Elementos Radioativos, de Metais das Terras Raras ou de Isótopos.	2.711	0,02
Leite e Laticínios; Ovos de Aves; Mel Natural; Produtos Comestíveis de Origem Animal, Não Especificados nem Compreendidos Noutros Capítulos	2.092	0,02
Produtos Diversos das Indústrias Químicas	1.067	0,01
Embarcações e Estruturas Flutuantes	282	0,00
Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos, e suas Partes; Aparelhos de Gravação ou de Reprodução de Som, Aparelhos de Gravação ou de Reprodução de Imagens e de Som em Televisão, e suas Partes e Acessórios	170	0,00
Obras Diversas de Metais Comuns	102	0,00
Plásticos e suas Obras	37	0,00
Adubos (Fertilizantes)	26	0,00
Papel e Cartão; Obras de Pasta de Celulose, de Papel ou Cartão	13	0,00
Calçados, Polainas e Artefatos Semelhantes; suas Partes	12	0,00
Preparações Alimentícias Diversas	12	0,00
Madeira, Carvão Vegetal e Obras de Madeira	4	0,00
Borracha e suas Obras	0	0,00
Fibras Sintéticas ou Artificiais, Descontínuas	0	0,00
Fibras Têxteis Vegetais; Fios de Papel e Tecidos de Fios de Papel	0	0,00
<b>Total</b>	<b>11.994.042</b>	<b>100</b>

Fonte: Anuário Aquaviário 2017 (ANTAQ)

No que concerne à movimentação de cargas, os portos flutuantes acabam por representar o principal produto demandado pelos estaleiros pois são adaptados para receber embarcações que carregam e descarregam produtos, sobretudo, grãos e petróleo e seus derivados, conforme já discorrido.

Figura 08: Porto flutuante Super Terminais (à esq.) e balsa de transporte geral com semi reboques (à dir.).



Fonte: <http://www.eram.com.br/obras/obra0/> e <http://www.tbl.com.br/hidroviario-rotas.jsp#ad-image-1>  
Acessados em 08/05/2019.

Já para o transporte de cargas, os navios e, principalmente, as balsas são largamente empregadas. O transporte de grãos e de petróleo e seus derivados respondem por aproximadamente 99% das cargas transportadas<sup>43</sup> (vide tabela 05, mais abaixo) sendo, por isso, demandadas embarcações adaptadas ao transporte desses bens. Para se ter uma noção, em 2017 foram transportadas, por vias fluviais, 23.041.243 toneladas no Amazonas, desde a cabotagem em vias interiores até a navegação interior – conforme a tabela 05.

No Anuário Aquaviário de 2017 identifiquei no estado do Amazonas quatro modalidades de navegação: (a) a Navegação de Longo Curso em Vias Interiores; (b) a Cabotagem em Vias Interiores; (c) a Navegação Interior; e (d) a Navegação Interior Internacional. Segundo Brasil (1997), o Transporte de Longo Curso é aquele realizado entre portos brasileiros e estrangeiros, mesmo que parte do trajeto se dê em águas abrigadas. A Cabotagem é realizada entre portos ou pontos do território brasileiro, utilizando a via marítima ou esta e as vias navegáveis interiores, ou seja, percorre tanto a costa brasileira quanto vias interiores em uma mesma viagem desde que estejam se localizem dentro da Federação. A Navegação Interior ocorre exclusivamente em águas abrigadas dentro ou fora do território brasileiro. Nesta tese, dividi a Navegação Interior em: (a) Internacional – em águas abrigadas entre países – como é o caso do transporte de cargas entre o Estado do Amazonas e o Peru; entre o Estado do Mato Grosso do Sul e a Argentina; ou entre o Estado do Estado do Paraná e o Paraguai; e a (b) Navegação Interior que ocorre inteiramente em território nacional.

---

<sup>43</sup> Valor que excede os 84% das cargas movimentadas nos portos.

Tabela 05: As modalidades de transporte empregadas no transporte de cargas fluviais no Amazonas em 2017

Modalidade de Transporte	Origem	Destino	Origem e Destino	Total
	Amazonas			
Cabotagem em vias interiores	1.656.265	3.819.670	0	<b>5.475.935</b>
Longo curso em vias interiores	4.315.950	3.250.301	0	<b>7.566.251</b>
Navegação interior	2.362.424	5.341.432	2.294.504	<b>9.998.360</b>
Navegação interior internacional	697	0	0	<b>697</b>
<b>Total</b>	<b>8.335.336</b>	<b>12.411.403</b>	<b>2.294.504</b>	<b>23.041.243</b>

Fonte: Anuário ANTAQ 2017

Depreende-se da tabela 05 que a quantidade de carga transacionada em 2017 – exportada e importada, seja para outros Estados da Federação, seja para o exterior – foram de 8.335.336 e 12.411.403 toneladas, respectivamente. Continuando, é de se destacar as 2.294.504 toneladas transportadas apenas dentro do Estado do Amazonas via Navegação Interior pois esse volume definirá o perfil do cliente dos estaleiros e suas necessidades – a tabela 06 apresenta uma certa noção de que tipo de carga circulou apenas dentro do Estado e amplia seu destaque.

Tabela 06: Perfil das cargas fluviais transportadas em Navegação Interior no Amazonas em 2017.

Carga Transportada	Total em Toneladas	%
Combustíveis Minerais, Óleos Minerais e Produtos da sua Destilação; Matérias Betuminosas; Ceras Minerais	2.282.761	99,4882
Cereais	4.303	0,1876
Açúcares e Produtos de Confeitaria	3.908	0,1703
Sementes e Frutos Oleaginosos; Grãos, Sementes e Frutos Diversos; Plantas Industriais ou Medicinais; Palhas e Forragens	1.859	0,0810
Resíduos e Desperdícios das Indústrias Alimentares; Alimentos Preparados Para Animais	1.187	0,0518
Produtos Químicos Inorgânicos; Compostos Inorgânicos ou Orgânicos de Metais Preciosos, de Elementos Radioativos, de Metais das Terras Raras ou de Isótopos	408	0,0178
Produtos Diversos das Indústrias Químicas	30	0,0013
Leite e Laticínios; Ovos de Aves; Mel Natural; Produtos Comestíveis de Origem Animal, Não Especificados Nem Compreendidos Noutros Capítulos	26	0,0011
Veículos Automóveis, Tratores e Outros Veículos Terrestres, Suas Partes e Acessórios	13	0,0006
Obras Diversas de Metais Comuns	8	0,0004
<b>Total</b>	<b>2.294.504</b>	<b>100</b>

Fonte: Anuário ANTAQ 2017

A tabela 06, a exemplo que a tabela 04 é que apresentou dados sobre a movimentação de cargas, reforçam o protagonismo dos ramos de exploração de grãos e de petróleo e seus derivados quando é possível concluir que 99% da carga transportada, ou seja, 2.282.761 toneladas se referem ao transporte desses bens – grãos do Mato Grosso para o porto

graneleiro da Hermasa, óleo do tipo leve de Urucu até a Refinaria Isaac Sabbá<sup>44</sup> em Manaus, e Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) –. O restante 11.743 toneladas (0,5% do total) pode parecer um número matematicamente desprezível mas que, socialmente, é de grande relevância pois seu trânsito fomenta a atividade comercial local além de permitir que as comunidades no interior do Estado tenham acesso à comida, remédio e outros produtos necessários à subsistência<sup>45</sup>. Considerando estas demandas – transporte de grãos, GLP, óleo e cargas em geral –, balsas petroleiras e de cargas em geral (figura 06, mais acima) assim como graneleiras e gaseiras (Figura 10, abaixo), são as mais demandadas.

Figura 09: Balsa Amazongás XVIII (à esq.) e balsa graneleira (à dir.)



Fonte: <http://brigadadeincendioam.blogspot.com/2014/07/curso-de-nr-35-e-nr-33-estaleiro-erin.html>  
<http://www.eram.com.br/obras/>  
 Acessado em 09/05/2019

Considerando o transporte intenso de grãos e derivados de petróleo (vide tabela 06), os maiores clientes dos estaleiros são os transportadores de tais *commodities*. Porém, um outro agente, ainda mais influente, pode (in)viabilizar as operações tanto nos portos e nas embarcações quanto nos estaleiros: o agente financiador. No próximo tópico, esse subcampo será explorado.

<sup>44</sup> Com esse óleo será produzida gasolina, nafta petroquímica e óleo diesel.

<sup>45</sup> Por exemplo, Schor et al. (2015, p. 1) estudaram transformações nos padrões alimentares na rede urbana do Alto Solimões. Os autores constataram que a dieta tradicional – “baseada em produtos coletados, pescados, caçados, plantados, ou adquiridos localmente” – está dando lugar a uma dieta de supermercado – cujos produtos são provenientes da agroindústria. Considerando que a produção amazonense não consegue atender à demanda local por alimentos, os pesquisadores demonstraram preocupação com o processo de abastecimento das cidades uma vez que o transporte de carga, repiso, se dá por vias fluviais, em uma complexa rede de abastecimento, fortemente vulnerável ao sistema hidrológico.

#### 4.1.2 Quem financia?

As embarcações, por se tratarem de grandes capitais, assumem valores proporcionais às riquezas que transportam e movimentam. Por isso, costumam ser financiadas e, nesse sentido, o estímulo do governo, por meio de políticas de investimentos e acesso a linhas de crédito, é fundamental. Hoje, o Programa de Modernização e Expansão da Frota de Navios Petroleiros da Transpetro (PROMEF) e o Fundo da Marinha Mercante (FMM) são exemplos de agentes investidores e financiadores, respectivamente, que aquecem o negócio da construção naval no Amazonas. A intervenção estatal neste segmento não é fenômeno atual, mas algo que remonta a década de 1950 e que, desde lá, vem sofrendo reveses.

A ação do governo viveu dois momentos de prosperidade com Plano de Metas (1956-1960) e depois com os financiamentos promovidos pela extinta Superintendência Nacional da Marinha Mercante (1960-1985) para renovação da frota mercante nacional. A conta, de aproximadamente 30 anos de investimentos, chegou na década de 1990 – marcada por crise fiscal e endividamento externo. Essa década foi marcada por “privatizações, desnacionalizações, fechamento de autarquias e cortes orçamentários nos investimentos” (GOULARTI FILHO, 2013, p. 10).

A partir dos anos 2000 até 2013 houve um reaquecimento da indústria naval brasileira, graças à retomada dos investimentos promovidos por:

políticas industrial – como a do Brasil Maior; empresariais – como o Programa de Modernização e Expansão da Frota de Navios Petroleiros da Transpetro (PROMEF), da Transpetro/Petrobras; de financiamento – como o Fundo de Marinha Mercante; e de capacitação de mão de obra – como o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) (CAMPOS NETO; POMPERMAYER, 2014, p. 7).

No trecho aludido, os autores creditaram à Petrobras a iniciativa do processo de retomada de investimentos na indústria naval não só com o programa de modernização e expansão da frota da Transpetro mas como investimentos em infraestrutura de dutos e terminais, de docagem de navios e outros investimentos – SEPLAN (2009) identificou a encomenda de 36 balsas de 2004 a 2007 para estaleiro da região norte. É possível observar na tabela 07 que tais investimentos se mantiveram estáveis.



Tabela 07: Investimentos do PROMEF nos últimos cinco anos.

<b>Investimentos PROMEF (R\$ milhões)</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Construção de Navios	1.182	1.032	884	1.286	990
Infraestrutura de dutos e terminais	138	219	138	190	474
Docagem de navios	86	120	134	200	89
Outros Investimentos	48	27	80	3	53
<b>Total</b>	<b>1.1454</b>	<b>1.399</b>	<b>1.236</b>	<b>1.730</b>	<b>1.606</b>

Fonte: [http://www.transpetro.com.br/pt\\_br/acesso-ainformacao/institucional/relatorios.html](http://www.transpetro.com.br/pt_br/acesso-ainformacao/institucional/relatorios.html)  
Acesso em 9/5/2019

Os estaleiros amazonenses estão na rota dos investimentos da Transpetro, pois, conforme já discorrido, no estado está localizada a província petrolífera de Urucu – com capacidade de produção de 10 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural por dia sendo escoados por meio de 661 km de dutos até Manaus. Apesar dessa subsidiária da Petrobras ter assumido o protagonismo dos investimentos navais não só na região, mas como no Brasil como um todo, outras empresas de exploração de petróleo e seus derivados também operam na região como o Grupo Atem, Equador Petróleo, Fogás e Amazongás, sendo corresponsáveis pela retomada dos investimentos em embarcações.

Os projetos de expansão ou renovação das frotas mercantes são subsidiados pelo governo, por meio de seus agentes financiadores. O principal fundo provedor de recursos é o Fundo da Marinha Mercante (FMM) o que corresponde ao “Artigo 22 da Lei 10.893, de 13/07/2004: O FMM é um fundo de natureza contábil, destinado a prover recursos para o desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras” (BRASIL, 2004a).

Portanto, segundo o artigo supracitado, cabe ao FMM financiar projetos de construção e reparo de embarcações, assim como investimentos na construção e ampliação da capacidade produtiva dos estaleiros com juros que variam de 2,5% à 6% ao ano. Segundo busca realizada, *ipsis litteris*, no sítio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)<sup>46</sup>, o FMM é administrado pelo Ministério dos Transportes, por intermédio do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM), e tem como principal fonte de recursos o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).

O AFRMM é um tributo que foi instituído pelo Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987. Sua natureza jurídica é a de contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE), e seu objetivo é atender aos encargos da intervenção da União no apoio ao setor naval brasileiro. Este tributo tem suas normas estabelecidas pela Lei nº 10.893, de 13

<sup>46</sup> Pesquisa realizada no dia 09 de outubro de 2019 em

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/fundos-governamentais/fmm>

de julho de 2004, que determina sua incidência e destinação. As últimas empresas amazonenses que tiveram projetos financiados pelo FMM, em 2012, foram:

Tabela 08: Empresas amazonenses financiadas pelo FMM.

<b>Empresa</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Montante</b>
Cidade Transportes	06151511/0001-90	R\$ 4.251.995
Cia de Navegação da Amazônia	04562559/0001-66	R\$ 3232.168
Waldemiro P Lustoza e Cia LTDA	04562773/0001-12	R\$ 2.870.633
Oziel Mustafá dos Santos	23031289/0001-01	R\$ 2.666.411
Sociedade Fogás Ltda	04562559/0001-66	R\$ 2.258.520
Naverio Navegação do Rio Amazonas	84477215/0001-98	R\$ 1.922.495
Navegação Cunha	04616801/0001-37	R\$ 1.887.645
Juruá Combustíveis e Navegação	0214186/0001-70	R\$ 1.600.246
Amazongás Distribuidora de Gás Liquefeito	04957650/0001-80	R\$ 993.948
Navemazonia Navegação	02003338/0001-22	R\$ 887.758
Equatorial Transportes da Amazônia	0482386/0001-86	R\$ 729.601
Francis José Chehuan & Cia	04819181/0001-33	R\$ 338.026
FP Navegação	01954462/0001-00	R\$ 287.559
Atlantis da Amazonia Com Ltda	84502244/0001-62	R\$ 229.596
Navegação Rio Negro	06199077/0001-19	R\$ 190.303
Navegação Nóbrega	34486076/0001-90	R\$ 172.723
E D Lopes & Cia Ltda	23022148/0001-22	R\$ 135.400
Socorro Carvalho Cia	04330304/0001-78	R\$ 101.263
J A Leite Navegação	04355608/0001-90	R\$ 87.066
M F Raposo Navegação	22765887/0001-41	R\$ 76.771
C A Martins Navegação	22991103/0001-01	R\$ 70.161
Trevo da Amazônia Navegação e Transportes Ltda	04559472/0001-30	R\$ 20.567
<b>Total</b>		<b>R\$ 25.010.855</b>

Adaptado de Secretaria de Fomento para Ações de Transportes (2013)

Pela razão social, é possível observar que algumas empresas de transporte de petróleo e seus derivados tiveram projetos de renovação ou ampliação de suas frotas financiados pelo FMM – como: Fogás, Equatorial Petróleo, Juruá Combustíveis e Amazongás – confirmando o aquecimento desse segmento na época. Conforme já citado, cabe ao Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM) a missão precípua de administrar o FMM, acompanhar e avaliar a sua aplicação Brasil (2004), além de um rol de competências, dentre as quais cito:

Art. 2º O CDFMM tem as seguintes competências:  
 IV - deliberar sobre a aplicação dos recursos do FMM;  
 VII - deliberar sobre os projetos financiados com recursos do FMM e acompanhar a implementação;  
 XV - acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos, bem como o desempenho dos programas aprovados;

De forma sucinta, o CDFMM faz a administração econômico-financeira desse fundo, desempenhando papel decisório em relação aos projetos financiados e acompanhando, inclusive, sua implementação. O artigo 2º, §2º do decreto 5.269/2004 prevê que este Conselho trabalhe em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com os Bancos Oficiais Federais habilitados, como agentes financeiros<sup>47</sup> (AF's) (BRASIL, 2004b). O artigo 24 do decreto 5.543/2005 outorga a estes AF's competências específicas de avaliar a viabilidade dos projetos, cito algumas:

Art. 24. Caberá aos agentes financeiros do FMM o exercício das seguintes competências:  
 II - analisar os estudos de viabilidade técnico-econômica destinados à obtenção de apoio do FMM, com ênfase para os seguintes aspectos:  
 a) viabilidade do projeto (análise do comércio pretendido, custos operacionais e rentabilidade da operação);  
 b) viabilidade do financiamento (capacidade de pagamento e garantias); e  
 c) orçamento do projeto;  
 VI - acompanhar e supervisionar os projetos beneficiados com recursos do FMM financiados pelo agente financeiro;

Da análise conjunta dos artigos 2º e 24, é possível depreender que para ter acesso ao financiamento do FMM, o projeto a ser financiado precisa provar sua viabilidade aos AF's e convencer o CDFMM que é estrategicamente relevante no cenário de investimentos na Construção Naval. Quanto esse processo de aprovação do financiamento, SEPLAN (2009, p. 23) o considera exagerado e com “excesso de exigências do FMM e do agente financeiro” e cita a falta de apoio técnico para um segmento predominantemente informal. Outro ponto que contribui para tornar o FMM inacessível para os pequenos e médios estaleiros é a baixa escolaridade de seus colaboradores, constatado em alguns estudos empreendidos por (LINS, 2010), (VEIGA; COELHO, 2015) e (SEBRAE/AM, 2010).

Apesar de requerer uma série de exigências, a tarefa de ter um projeto financiado pelo FMM não impossível, uma vez que, conforme exposto na tabela 08, algumas empresas sediadas no Amazonas conseguiram financiar seus projetos. Após um breve cruzamento do tipo: quem são os donos dessas empresas *versus* quem ocupa um assento no CDFMM, foi

---

<sup>47</sup> Além do BNDES, atuam como AF's o Banco da Amazônia S/A (BASA), o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF).

possível inferir que o capital social influencia os processos de aprovação de financiamento e não somente o atendimento dos requisitos legais. Para que essa conclusão seja plausível, é necessária a análise do artigo 4º, inciso XII do decreto 5.269 de 10 de novembro de 2004 (que dispõe que um membro do Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial no Estado do Amazonas – (SINDARMA ocupará um assento no CDFMM) combinada com o artigo 2º, inciso I da Portaria 288 de 24 de setembro de 2015 do Ministro dos Transportes (que nomeia o membro representante do SINDARMA). Foi possível observar que o(a) conselheiro(a) nomeado(a) é proprietário(a) do de um estaleiro que teve projetos financiados pelo FMM, além de ter composto, com outros empresários com projetos igualmente aprovados, a última Diretoria do SINDARMA. A posse de Capital Social – assento na Diretoria do SINDARMA e no CDFMM – podem distinguir os agentes do campo de construção naval, uma vez que o campo de Financiamento dos empreendimentos é desigual e está estruturado para atender, coincidentemente àqueles que possuem os capitais acima citados. Essa dinâmica de financiamento – onde os recursos são repassados diretamente ao estaleiro – tem levado as grandes empresas de navegação a um movimento de horizontalização dos negócios, ou seja, estão assumindo a construção de suas próprias embarcações aumentando, dessa forma, seu capital econômico.

Após a identificação dos clientes e financiamento dos projetos, é hora de compreender como funciona o subcampo daqueles que exercem a função de polícia administrativa no campo da construção naval.

#### **4.1.3 Quem exerce o poder de polícia administrativa?**

Cabe aos agentes que controlam a atividade de um estaleiro a prerrogativa de exercer seu poder de polícia, cuja ação no campo está estruturada de modo a restringir direitos individuais e condicionar o exercício da atividade particular em benefício do interesse público<sup>48</sup> demonstrando, dessa forma, a supremacia do Estado. O poder de polícia está disposto no artigo 78 do Código Tributário Nacional:

---

<sup>48</sup> “Esse interesse público diz respeito aos mais variados setores da sociedade, tais como segurança, moral, saúde, meio ambiente, defesa do consumidor, patrimônio cultural, propriedade. Daí a divisão da polícia administrativa em vários ramos: polícia de segurança, das florestas, das águas, de trânsito, sanitária etc” (PIETRO, 2018, p. 194).

Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Parágrafo único. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder (BRASIL, 1966).

É preciso destacar que o regular exercício do poder de polícia só ocorre por órgão competente e nos limites da lei aplicável. Por isso, o estudo dos agentes do campo de construção naval ocorrerá sobretudo por meio da análise de suas leis instituidoras – as quais lhe conferem poder e competências. O artigo 78 também cita exemplos de polícia administrativa de acordo com o bem público tutelado como “segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos”. Em vista disso, os agentes do campo de construção naval adotarão a mesma denominação. Recorri ao estudo promovido por SEPLAN (2009) para identificá-los.

#### **4.1.3.1 Os agentes ambientais (AA)**

O poder de polícia administrativa é exercido pelos AA nas três esferas de governo – federal, estadual e municipal –, principalmente, pelas prerrogativas de licenciamento e fiscalização dos empreendimentos delegadas a estes agentes. Quanto à definição de licenciamento, cito:

Art. 2º Para os fins desta Lei Complementar, consideram-se:

I - licenciamento ambiental: o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental; (AMAZONAS, 2013)

Da leitura do inciso acima é possível concluir que o licenciamento ambiental é uma anuência concedida ao estaleiro, pelo AA competente, desde que o empreendimento atenda as medidas que mitiguem os impactos de sua atividade sobre o meio ambiente. O licenciamento ambiental é um documento importante para a empresa pois garante tanto a sua operação

quanto possíveis financiamentos que ela possa pleitear a algum agente financiador<sup>49</sup>. Existem três espécies de licença ambiental:

Artigo 19 do decreto 99.274 de 06 de junho de 1990:

I - Licença Prévia (LP), na fase preliminar do planejamento de atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo;

II - Licença de Instalação (LI), autorizando o início da implantação, de acordo com as especificações constantes do Projeto Executivo aprovado; e

III - Licença de Operação (LO), autorizando, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto nas Licenças Prévia e de Instalação (BRASIL, 1990).

As competências de licenciamento foram compartilhadas – entre União, Estados, Distrito Federal e Município – na Lei Complementar 140 de 08 de dezembro de 2011, cuja lógica foi atribuir à União explicitamente oito competências (artigo 7º, inciso XIV) e o resto caberia ao Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas (CEMAAM) definir o que caberia aos municípios do Amazonas e o resto caberia ao AA do Estado do Amazonas – o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM). Sendo assim:

Art. 7º São ações administrativas da União:

XIV - promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades:

- a) localizados ou desenvolvidos conjuntamente no Brasil e em país limítrofe;
- b) localizados ou desenvolvidos no mar territorial, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva;
- c) localizados ou desenvolvidos em terras indígenas;
- d) localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pela União, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);
- e) localizados ou desenvolvidos em 2 (dois) ou mais Estados;
- f) de caráter militar, excetuando-se do licenciamento ambiental, nos termos de ato do Poder Executivo, aqueles previstos no preparo e emprego das Forças Armadas, conforme disposto na Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999;
- g) destinados a pesquisar, lavrar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen); ou
- h) que atendam tipologia estabelecida por ato do Poder Executivo, a partir de proposição da Comissão Tripartite Nacional, assegurada a participação de um membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), e considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade ou empreendimento; (AMAZONAS, 2013)

---

<sup>49</sup> O licenciamento ambiental é condição para a obtenção de financiamento público conforme previsto no artigo 12 da lei 6.938/1981 (BRASIL, 1997c).

Observe que não cabe à União o licenciamento ambiental dos estaleiros localizados na orla de Manaus. Essa competência caberia, então, somente ao Estado do Amazonas ou ao Município de Manaus. O artigo 9º, inciso XIV, alínea “a” da mesma lei complementar 140 de 08 de dezembro de 2011 instrui:

Art. 9º São ações administrativas dos Municípios:

XIV - observadas as atribuições dos demais entes federativos previstas nesta Lei Complementar, promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos:

a) que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade; (AMAZONAS, 2013)

O dispositivo acima esclarece que a competência de licenciamento do AA do município de Manaus será definida pelo CEMAAM. Dessa maneira, a tipologia definida pelo Conselho Estadual carece de análise para concluirmos se tal competência pertence ao AA municipal – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS) –, caso contrário, pertencerá ao IPAAM:

Art. 9º. São considerados empreendimentos ou atividades de impacto ambiental local passíveis de integrar o programa de gestão ambiental compartilhada, aqueles cuja tipologia esteja definida no ANEXO I desta Resolução.

§ 1º O licenciamento das atividades e empreendimento de impacto ambiental local é dividido em níveis correspondentes, em ordem crescente considerando: o porte, o potencial poluidor e a natureza dos empreendimentos e atividades.

§ 2º Caberá ao Município identificar as tipologias constantes no anexo I, para as quais possua capacidade técnica para promover o licenciamento ambiental. (AMAZONAS, 2013)

Encontrei no anexo I, da referida resolução, que as atividades de (a) reparo de embarcações e estruturas flutuantes; (b) guarda de embarcações; (c) fabricação de estruturas metálicas, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão; (d) fabricação de artefatos de trefilados de ferro e aço, e de metais não-ferrosos sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão; (e) estamparia, funilaria e latoaria sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão e/ou aplicação de verniz e/ou esmaltação; (f) demais atividades ligadas à produção de metalurgia, sem tratamento químico/galvanotécnico/pintura; (g) e demais atividades ligadas à indústria mecânica, sem tratamento químico/galvanotécnico/pintura competem à SEMMAS:

## 22 - COMÉRCIO E SERVIÇOS

2202 - Reparo de embarcações e estruturas flutuantes. Com número de veículo inferior a 20 (vinte). Potencial poluidor/degradador: Pequeno

2203 - Manutenção, reparos, guarda de embarcações (atracadouros e marinas) e estruturas flutuantes. Com número de veículo inferior a 20 (vinte). Potencial poluidor/degradador: Médio

## 03 - INDÚSTRIA METALÚRGICA

0330 - Fabricação de estruturas metálicas, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão. Com área de projeto inferior a 1 (um) hectare. Potencial poluidor/degradador: Médio

0332 - Fabricação de artefatos de trefilados de ferro e aço, e de metais não-ferrosos, exclusive móveis sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão. Com área de projeto inferior a 1 (um) hectare. Potencial poluidor/degradador: Médio

0334 - Estamparia, funilaria e latoaria sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura por aspersão e/ou aplicação de verniz e/ou esmaltação. Com área de projeto inferior a 1 (um) hectare. Potencial poluidor/degradador: Médio

0351 - Demais atividades ligadas à produção de metalurgia, sem tratamento químico/galvanotécnico/pintura. Com área de projeto inferior a 1 (um) hectare. Potencial poluidor/degradador: Médio

## 04 - INDÚSTRIA MECÂNICA

0407 - Demais atividades ligadas à indústria mecânica, sem tratamento químico/galvanotécnico/pintura. Com área de projeto inferior a 1 (um) hectare. Potencial poluidor/degradador: Médio

Sendo assim, os estaleiros de reparo e manutenção naval, quando não empregarem o método de pintura por aspersão às embarcações, submeterão seus projetos de licenciamento ambiental à SEMMAS – quando o empregarem, protocolarão proposta ao IPAAM. Situação idêntica ocorre para a prestação de serviço de guarda de embarcações – aplicável à Marina localizada no estaleiro Alfa.

Quanto à atividade de fiscalização, os incisos XIII dos artigos 7º, 8º, e 9º a lei complementar 140 de 8 de dezembro de 2011 dispõem que o mesmo órgão que licencia acumula a competência de fiscalizar:

Art. 7º São ações administrativas da União:

XIII - exercer o controle e fiscalizar as atividades e empreendimentos cuja atribuição para licenciar ou autorizar, ambientalmente, for cometida à União;

Art. 8º São ações administrativas dos Estados:

XIII - exercer o controle e fiscalizar as atividades e empreendimentos cuja atribuição para licenciar ou autorizar, ambientalmente, for cometida aos Estados;

Art. 9º São ações administrativas dos Municípios:

XIII - exercer o controle e fiscalizar as atividades e empreendimentos cuja atribuição para licenciar ou autorizar, ambientalmente, for cometida ao Município; (BRASIL, 2011)



Um outro agente que também corrobora para a proteção do Meio Ambiente é a Marinha do Brasil (MB) cuja atribuição está prevista nos artigos 39 e 3º da lei 9.537 de 11/12/1997 (lei de segurança da navegação):

Art. 3º: “Cabe à autoridade marítima promover a implementação e a execução desta Lei, com o propósito de assegurar a salvaguarda da vida humana e a segurança da navegação, no mar aberto e hidrovias interiores, e a prevenção da poluição ambiental por parte de embarcações, plataformas ou suas instalações de apoio”. (BRASIL, 1997b).

Art. 39: “A autoridade marítima é exercida pelo Ministério da Marinha”. (BRASIL, 1997b).

A missão de garantir a segurança da navegação perpassa pela defesa do Meio Ambiente. As ações legalmente previstas a cargo da MB são: estabelecer requisitos para a prevenção de poluição por parte das embarcações (Inciso VII do artigo 4º da lei 9.537 de 11/12/1997); promoção de inspeções navais (Inciso VII do artigo 2º da lei 9.537 de 11/12/1997); vistorias (Inciso XXI do artigo 2º da lei 9.537 de 11/12/1997); lavrar auto de infração e instaurar processo administrativo (§1º do artigo 70 da lei 9.605 de 12/02/1998). Diante desse rol de atribuições, a MB pode ser mais uma autoridade competente para agir sobre um estaleiro exigindo um documento chamada “Nada opor” que autoriza o funcionamento do estaleiro.

#### **4.1.3.2 Os agentes laborais**

Já o Agente Laboral (AL) que pode ser a Secretaria de Trabalho (ST), vinculada ao Ministério da Economia, por meio da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) ou Sindicato dos Metalúrgicos (Sindmetal-AM), que presta apoio aos trabalhadores da Indústria Naval do Estado do Amazonas, pode influenciar na atividade do estaleiro.

O trabalho é um dos direitos sociais previstos da CF/88 (artigo 6º) por representar, segundo a Lei Maior, uma das formas de melhoria da condição social do trabalhador. Para que isto ocorra, o constituinte listou 35 condições no artigo 7º, das quais destaco o inciso XXII que diz que para a melhoria das condições sociais do trabalhador, este faz jus à: “redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança”. O mesmo constituinte, no artigo 21, inciso XXIV, conferiu à União a competência para “organizar, manter e executar a inspeção do trabalho” (BRASIL, 1988).

Da análise conjunta do artigo 155 *caput* e inciso II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é possível concluir que no nosso país, a recém criada Secretaria de Trabalho assume a responsabilidade, como “órgão de âmbito nacional competente em matéria de

segurança e medicina do trabalho” para “coordenar, orientar, controlar e supervisionar a fiscalização e as demais atividades relacionadas com a segurança e a medicina do trabalho em todo o território nacional, inclusive a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho” (BRASIL, 2001). Já o papel de polícia administrativa, segundo o artigo 156 e seus incisos, é desempenhado pelas Delegacias Regionais do Trabalho (DRT's), cuja missão contempla:

- I - promover a fiscalização do cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho;
- II - adotar as medidas que se tornem exigíveis, em virtude das disposições deste Capítulo, determinando as obras e reparos que, em qualquer local de trabalho, se façam necessárias;
- III - impor as penalidades cabíveis por descumprimento das normas constantes deste Capítulo, nos termos do art. 201 (BRASIL, 2001).

Já às empresas, inclusive os estaleiros, cabe cumprir as determinações previstas na CLT, conforme disposto nos incisos do artigo 157 da CLT:

- I - cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho;
- II - instruir os empregados, através de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais;
- III - adotar as medidas que lhes sejam determinadas pelo órgão regional competente;
- IV - facilitar o exercício da fiscalização pela autoridade competente (BRASIL, 2001).

Da análise conjunta dos artigos 156 e 157, supracitados, é possível ter uma noção da relação entre a obrigação, por parte dos estaleiros, e de fiscalização por parte da DRT. Para ilustrar essa compatibilidade, Lins & Feitosa (2017) identificaram que a atividade desenvolvida nos estaleiros possui, de acordo com a tabela de Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), um grau de risco 3<sup>50</sup> para saúde e segurança do trabalhador, ou seja, o trabalho desenvolvido nesses ambientes expõe o trabalhador as situações de risco que ameaçam sua saúde e vida. Os autores afirmaram, ainda, que para mitigar estes riscos é necessária a observância de 18 das 36 NR's vigentes – a tabela 09 lista tais normas.

---

<sup>50</sup> Essa classificação varia de 1 a 4 sendo proporcional ao grau de risco à saúde e segurança do trabalhador. O risco 1 é mínimo. O risco 4 é máximo.

Tabela 10: Lista de NR's aplicáveis ao Setor Naval

NR's	Descrição
NR4	Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho
NR5	Comissão Interna de Prevenção a Acidentes
NR6	Equipamento de Proteção Individual
NR7	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
NR9	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
NR10	Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade
NR11	Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais
NR12	Máquinas e Equipamentos
NR15	Atividades e Operações Insalubres
NR16	Atividades e Operações Perigosas
NR17	Diretriz que regulamenta a ergonomia nos ambientes de trabalho.
NR21	Trabalho a céu aberto
NR23	Proteção contra incêndios
NR25	Resíduos industriais
NR26	Sinalização de segurança
NR33	Trabalho em espaço confinado
NR34	Condições e meio ambiente na construção naval
NR35	Trabalho em altura

Fonte: Adaptada de (LINS & FEITOSA, 2017)

A tabela 09 expõe a extensão da pauta entre os estaleiros e a DRT. Nesse ambiente, o sindicato dos trabalhadores da indústria naval (Sindmetal) surge para somar esforços em prol de condições de trabalho mais favoráveis à classe e cumprir sua missão constitucional previstas no artigo 8º, inciso III: “ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas” (BRASIL, 1988).

Outro órgão que influencia diretamente nas atividades de um estaleiro é o CREA. Sua atividade está prevista na Lei 6.496 de 7 de dezembro de 1977 e prevê que:

Art. 1º: “Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à ‘Anotação de Responsabilidade Técnica’ (ART).

Art. 2º: A ART define para os efeitos legais os responsáveis técnicos pelo empreendimento de engenharia, arquitetura e agronomia.

§2º: O Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura fixará os critérios e os valores das taxas da ART ‘ad referendum’ do Ministro do Trabalho.

Art. 3º: A falta da ART sujeitará o profissional ou a empresa à multa prevista na alínea "a" do Art. 73 da Lei nº 5.194, de 24 dezembro de 1966, e demais cominações legais.

A atuação do CREA no campo foi bem resumida nos parágrafos acima: cada projeto executado no estaleiro requer um engenheiro responsável por ela e será cobrada pelo Conselho uma taxa de ART sob pena de multa.

#### 4.1.3.3 Os agentes de operacionais

Este tópico tratará das ações da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) e da MB por entender que são agentes cujo raio de ações atinge o campo de construção e manutenção de embarcações de forma específica.

A SPU é um órgão subordinado ao Ministério da Economia – sob a pasta do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – responsável pela gestão do patrimônio da União. Pode ser definida<sup>51</sup> como:

É o órgão que autoriza a ocupação dos imóveis públicos federais, estabelecendo diretrizes para permissão de uso, promoção, doação ou cessão gratuita, quando houver interesse público. É responsável também pela gestão dos terrenos de marinha e o controle do uso dos bens de uso comum do povo, entre outras atribuições.

Então, a SPU é responsável pela gestão do patrimônio da União o que compreende a área de ocupada pelos estaleiros – que de acordo com o artigo 2º, alínea a, da lei 9.760 de 5 de setembro de 1946 – é considerada terreno da Marinha:

Art. 2º São terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar-médio de 1831:

a) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés;

Nesses casos, os estaleiros precisam de uma concessão e, ao contrário, dos imóveis ordinários de Manaus – que pagam IPTU –, estes estabelecimentos pagam um laudêmio à Marinha do Brasil (MB).

O DNIT é uma autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes criada e regida pela 10.233 de 06 de junho de 2001 e cujo objetivo está previsto no artigo 80:

Art. 80. Constitui objetivo do DNIT implementar, em sua esfera de atuação, a política formulada para a administração da infra-estrutura do Sistema Federal de Viação, compreendendo sua operação, manutenção, restauração ou reposição, adequação de capacidade, e ampliação mediante construção de novas vias e terminais, segundo os princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei (BRASIL, 2001).

---

<sup>51</sup> Tal definição foi retirada da página principal da SPU. Disponível em <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao/patrimonio-da-uniao>

No que tange à atividade de construção e reparo naval, ao DNIT caberá implementar a política do Sistema Federal de viação nos terminais portuários que se encontram dentro dos estabelecimentos. Essa atribuição fica mais clara após a leitura dos artigos 81 e 82 da lei acima:

Art. 81. A esfera de atuação do DNIT corresponde à infraestrutura do Sistema Federal de Viação, sob a jurisdição do Ministério da Infraestrutura, constituída de:

V – Instalações portuárias.

Art. 82. São atribuições do DNIT, em sua esfera de atuação:

I – estabelecer padrões, normas e especificações técnicas para os programas de segurança operacional, sinalização, manutenção ou conservação, restauração ou reposição de vias, terminais e instalações;

Por último, voltaremos a citar mais algumas ações que a MB, como autoridade marítima, pode empreender sobre os estaleiros. Conforme já analisado no artigo 3º da lei de segurança da navegação, a MB atua em três frentes: salvaguarda da vida humana, segurança da navegação e prevenção da poluição do meio ambiente – esta última já foi esclarecida no tópico anterior. Para salvaguardar a vida humana e garantir a segurança da navegação cabe à MB as mesmas prerrogativas de um agente ambiental (como criar normas, realizar inspeções e vistorias), porém, agora, algumas normas específicas deverão ser observadas pelos estaleiros – sobretudo a NORMAN<sup>52</sup>-11 que trata de obras às margens das águas jurisdicionais brasileiras. Esta norma busca “estabelecer procedimentos para padronizar a solicitação de Parecer para a realização de obras sob, sobre e às margens das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), no que concerne ao ordenamento do espaço aquaviário e à segurança da navegação” (MARINHA DO BRASIL, 2017, p. 3).

Com a concessão de posse, expedida pela SPU, o estaleiro tem regularizado seu local de operação. Em seguida, precisa atender às normas expedidas pelos agentes portuário (DNIT) e pela MB, para que seu processo seja seguro e gere o mínimo impacto ambiental possível. O próximo passo é estudar a relação com os agentes certificadores – chamados de Sociedades Certificadoras – cuja missão é atestar que todas as normas foram atendidas.

---

<sup>52</sup> NORMAN significa Normas da Autoridade Marítima.

#### 4.1.3.4 Os agentes certificadores

Atualmente, a MB reconhece 16 entidades especializadas (sendo 8 entidades certificadoras e 8 sociedades classificadoras) que podem atuar em nome Autoridade Marítima Brasileira (AMB) na regularização, controle e certificação de embarcações:

poderão realizar, em nome da Autoridade Marítima Brasileira, as auditorias, inspeções, vistorias e emissões de certificados e demais documentos previstos nas Convenções e Códigos Internacionais das quais o país é signatário e/ou na legislação nacional aplicável. (MARINHA DO BRASIL, 2017b, p. 5)

Logo, os estaleiros precisam desses agentes para atestar que: o projeto da embarcação encontra-se em conformidade com os requisitos estabelecidos nas normas aplicáveis (nos casos de licença de construção); que as alterações a serem realizadas em uma embarcação já regularizada encontram-se em conformidade com os requisitos estabelecidos nas normas aplicáveis (para licença de alteração); o projeto de adequação de embarcação já regularizada para operação em nova área de navegação e/ou tipo de serviço/atividade encontra-se em conformidade com os requisitos estabelecidos nas normas aplicáveis (caso necessite de uma licença de reclassificação); e outros (MARINHA DO BRASIL, 2017b).

Conforme citado no tópico anterior, a NORMAN-11 disporá sobre todos os requisitos exigidos à construção de embarcações. Cabe às entidades especializadas realizar auditorias, inspeções e vistorias para certificar que tais normas estão sendo atendidas.

#### 4.1.4 Uma breve caracterização dos agentes que compõem o campo da construção naval no Amazonas

De maneira geral, os agentes do Estado que compõem o campo da construção naval executam o que Weber chamou de monopólio da violência – noção ampliada por Bourdieu para violência simbólica. Essa violência pode ser exercida pelos agentes incubidos da função de polícia administrativa mas, sobretudo, por quem legisla e cria as normas (*nomos*) do campo. As duas formas de violência revelam diferentes modos de dominação e diferentes formas de poder – todas legítimas e legalmente amparadas.

Os agentes que legislam (criam as *nomos*) sobre o campo da construção naval detém o monopólio da violência simbólica (*illusio* do campo), enquanto arma por excelência. Eles, alinhados com as *nomos* criadas por eles mesmos, jogam o jogo. Eles, ao regularem a atividade, criam barreiras e embaraços que tornam o trabalho no campo algo mais penoso para os agentes alheios ao processo político.

A disputa pela *illusio* se inicia com a sindicalização do estaleiro. A adesão patronal, aliada a um grupo político, pode alçar seu proprietário, por exemplo, a uma cadeira no CDFMM e ter acesso aos financiamentos do FMM. Este caso concreto vai ao encontro das considerações de Nogueira (2017) sobre como pertencimento a uma instituição – como um sindicato – pode garantir uma posição diferenciada no Espaço Social. Ser membro do CDFMM e ter acesso aos financiamentos do FMM é apenas um dos objetivos pelo qual vale a pena lutar (*illusio*).

Outro meio para ascender no campo é investir em mandato parlamentar, ou seja, ostentar capital simbólico<sup>53</sup> através de uma legislatura. Esses são casos em que os Legisladores empresários, ao avançar sobre a *res publica*, dominam o campo editando leis a serem obedecidas, repiso, por eles mesmos – agora na posição de empresários legisladores –. O poder de criar as normas do campo – monopólio da violência legítima – os posicionam acima, inclusive, da polícia administrativa pois essa age nos limites da lei criada por eles – legisladores empresários. Então, o prestígio do campo pode atender, objetivamente, por Vossa Excelência (no caso dos deputados e senadores), de Vossa Senhoria (no caso dos vereadores) ou, subjetivamente, por doutor (no caso de grandes empresários que não ocupem cargos públicos mas possuam influência política). Suas denominações exemplificam, em linguagem bourdieusiana, a distribuição desigual do capital social, amplamente empregado nos conflitos pela dominação do campo. Conforme já citado, os cargos políticos, ocupados por uns, trazem consigo todas as prerrogativas institucionalizadas e poderes incorporados por seus detentores. Dessa forma, é comum que um deputado ligado à indústria naval tenha livre acesso às reuniões da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM) –.

Há também os agentes que atuam na manutenção de um projeto de poder político alinhado aos seus negócios – fazendo doações às campanhas eleitorais, por exemplo – acumulando, nesses investimentos, capital econômico. É observável, também, alianças entre famílias por meio de relações de casamento e de apadrinhamento. Quanto ao capital cultural, é possível observar a concessão de comendas, como “título de cidadão amazonense”, que funcionam como títulos simbólicos que, na prática, estreitam os laços entre público e privado.

Essas relações harmônicas com o Poder Público são observáveis nas três esferas (menos no Judiciário e mais no Legislativo e no Executivo). Elas podem alavancar as operações de tais empresas – como no caso do decreto 21.616/00 que isenta os portos do pagamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de

---

<sup>53</sup> Utilizei o termo capital simbólico porque agrega as outras três espécies de capital.

Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) do Estado do Amazonas –. A análise conjunta dos autores das propostas de lei e relatorias – tanto da Câmara Municipal de Manaus quanto da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas – com suas relações de propriedade, ou de *lobby*, com empresas ligadas ao setor naval dão uma ideia de como o capital social é um importante instrumento que influencia o campo da construção naval. Todos os incentivos e renúncias fiscais estão dispostas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de Manaus e do Amazonas, sendo possível observar como o campo avança sobre o Poder Público.

Abaixo dos grandes estaleiros dotados de capital social, estão aqueles que ocupam uma posição intermediária. Também são empreendimentos formais que, apesar de possuírem uma grande estrutura física e *know-how*, estão alheios ao processo político. Seu capital social os conecta a seus clientes e fornecedores horizontalmente por relações comerciais e afetivas (por meio de casamentos ou apadrinhamentos). Nota-se a presença de capitais culturais tanto incorporados – fruto de um *habitus* primário – quanto institucionalizado – oriundo de um *habitus* secundário –. Seus herdeiros, por meio de um *eidos* voltando para o negócio, tiveram a oportunidade de buscar uma formação acadêmica alinhada ao negócio – esse capital cultural institucionalizado não chega a diferenciar tais estaleiros no campo –. Desprovidos de capital social político, estes negócios são sensíveis às oscilações do Mercado e não acumulam tanto capital econômico.

Por último, na base do campo, estão os pequenos estaleiros informais de reparo e manutenção. Igualmente alheios ao processo político, mas com forte capital cultural incorporado, com base em uma cultura ribeirinha e hinterlandina, essas organizações familiares têm como matriz produtiva a família. Família e empresa se confundem pois é comum o estaleiro se localizar no fundo da casa da família, a autoridade do pai ser confundida com a do gestor, os relacionamentos serem baseados na confiança etc. Esses pequenos empreendimentos tendem a se destacar em períodos de crise, quando não há incentivos para a construção de novas embarcações e seus serviços de reparo e manutenção são demandados.

Além dos estaleiros, compõem o campo os agentes executivos. Eles exercem o poder de polícia administrativa, assumindo as funções executiva, precipuamente, e legislativa, subsidiariamente. A lei que os ampara outorga-lhes a competência de fazer valê-la e, quando esta permitir ou nada dispor, eles poderão legislar subsidiariamente e consoantemente a ela para dar-lhe cumprimento. Portanto, estes agentes possuem um poder institucionalizado, uma forma de capital social, e agem sempre em defesa dos interesses do Estado – essa é a *doxa* do campo. Então, quando licenciamentos são expedidos ou fiscalizações empreendidas – seja por

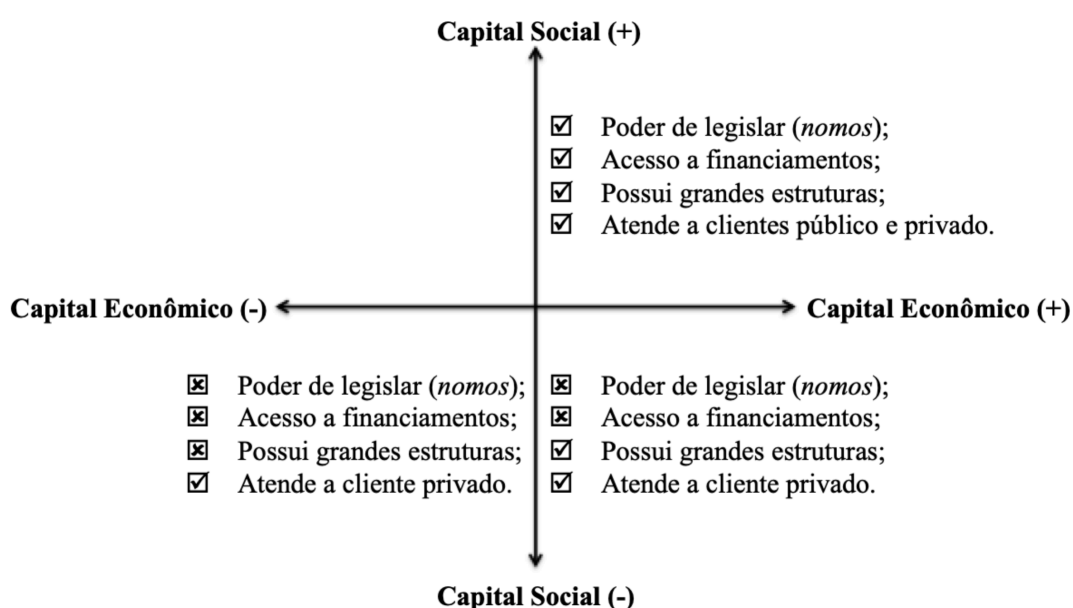


agentes ambientais, laborais ou operacionais –, estes agentes atuam em nome do Estado, em benefício da sociedade, observando os dispositivos legais.

Nota-se que tais atuações ocorrem de forma indiretamente proporcional à posse de capital simbólico, ou seja, os menos providos desse capital e mais alheios ao processo político são os que mais sofrem com a ingerência dos agentes que exercem o poder de polícia administrativa. Então, é comum observar pequenos estaleiros, como o Bravo, à margem do campo porque não conseguem, sequer, se formalizar – o que exige um grande esforço para o cumprimento das *nomos* do campo –. Informais, estes agentes lutam para operar e não possuem acesso aos créditos do FMM, por exemplo. Operando em situação similar, os estaleiros intermediários, apesar de formais, também ocupam uma posição marginal no campo aguardando passivamente a encomendas.

A figura 10 resume o campo da construção naval. Nela há dois eixos estruturantes representados pelos capitais social e econômico – ressalvo que o capital cultural não foi considerado porque sua posse não chega a ser um diferencial para o campo, conforme já discorrido<sup>54</sup>. O capital social confere ao seu detentor o poder de regular o campo (*nomos*), ter acesso a linhas de financiamento e incrementar seu portfólio de clientes atendendo a clientes ordinários e ao poder público – esse conjunto de possibilidades atuam na manutenção do capital econômico. Seu poder legislativo é executado por agentes públicos que exercem o poder de polícia administrativa mantendo os demais agentes em uma posição subalterna.

Figura 10: O campo dos estaleiros



<sup>54</sup> Observou-se que tal capital na forma institucionalizada e incorporada agregam para tais estabelecimentos apenas em termos operacionais e em termos de conhecimento da dinâmica de mercado e do saber-fazer.

Esses últimos, conforme já citado, se diferenciam do primeiro por não possuírem influência política e se diferenciam entre si pela dimensão de seus capitais econômicos. Enquanto que os estaleiros intermediários são formais e possuem grandes estruturas, os menores são informais e dispõem de uma estrutura menor.

Se, por um lado, o acúmulo dos capitais se dá de forma desigual (distinguindo os diferentes tipos de estaleiro no campo), por outro, estes estabelecimentos apresentam em comum a característica de aglutinarem duas instituições complexas – empresa e família – cujo controle e propriedade é exercido pelas famílias.

No próximo tópico, será apresentado o Estudo de Caso – que contempla um estaleiro intermediário e outro de pequeno porte, orientado para construção e reparos navais – onde serão abordados os aspectos relacionados ao *habitus* de cada um de seus membros. Após posicionar os estaleiros no espaço social, será possível, conforme preceitua Prieur (2017, p. 9), compreender o *habitus* dos agentes pois suas posições tendem a influenciá-los desde suas “aspirações sociais até julgamentos morais”.

## 5. O ESTUDO DO CONATUS NOS ESTALEIROS ALFA E BRAVO

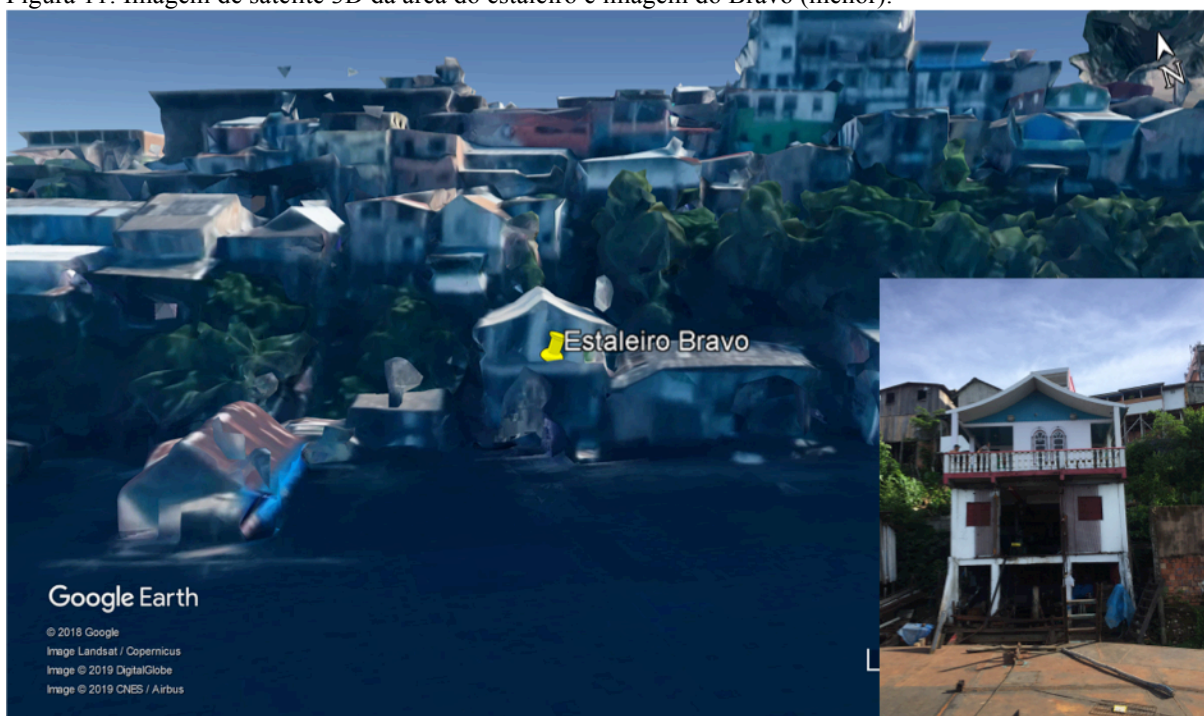
Um momento importante desta tese ocorrerá a partir das páginas que seguem, onde serão apresentados os estaleiros denominados<sup>55</sup> de Alfa e Bravo. Conforme será possível observar, a trajetória de alguns de seus membros é permeada de dramas e conflitos de modo que seus nomes foram preservados, dando lugar a nomes fictícios (escolhidos ao acaso).

O objetivo deste tópico será – após apresentar para o leitor um pouco da realidade amazonense e da relação da cidade com o rio; as teorias que permeiam o tema (no referencial teórico); e o campo da construção naval no Amazonas – identificar os elementos e categorias *in loco* buscando revelar, na prática, as estratégias de inculcação que permeiam o *conatus*.

### 5.1 O estudo do *conatus* no estaleiro Bravo

O estaleiro Bravo é uma pequena empresa familiar de construção e reparo naval, localizada na zona sul de Manaus, no bairro do Educandos, na orla do Rio Negro. Conforme pode ser observado na figura 11, o estaleiro está fixado num barranco, juntamente com outras habitações, que margeia o Rio Negro.

Figura 11: Imagem de satélite 3D da área do estaleiro e imagem do Bravo (menor).



<sup>55</sup> Tal denominação usou como referência o alfabeto fonético da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

No andar superior, há uma casa de apoio com uma cozinha e um escritório. Nos dois andares inferiores há uma oficina de ferramentaria e equipamentos de solda. Apesar de nunca terem residido no local, o prédio assume a característica de uma unidade doméstica responsável pela construção da realidade social da família – sendo o local onde crenças são compartilhadas e onde todos comungam a mesma visão de mundo (*doxa*) –. Lá também ocorre uma luta diária pela perpetuação das fronteiras da família. Em consonância com os depoimentos dos herdeiros, a família mantém a fé no trabalho, seja qual atividade for, sendo um princípio fundamental na visão de mundo do patriarca – o Sr. Breno.

O estaleiro está localizado em uma área de vulnerabilidade social onde há casas simples de madeira ou de alvenaria inacabadas, sem saneamento básico – cães e galinhas despejam seus dejetos nas vielas que dão acesso às casas –, os efluentes das habitações são despejados diretamente no Rio Negro ou nessas vielas de acesso – liberando um forte odor –, o abastecimento de água e energia elétrica é realizado de forma improvisada, enfim, um ambiente que denuncia a distribuição de renda desigual e ausência do poder público.

Para ter acesso ao Bravo é necessário passar por estas vielas, descer degraus estreitos, até chegar a parte mais baixa do barranco onde o pequeno estaleiro de três andares foi edificado, em contato com as águas do Rio Negro, poluídas pelos efluentes de dejetos lançados pelas pessoas que moram barranco acima.

Apesar da área edificada ser pequena, por estar localizada em um barranco, o estaleiro possui uma grande área sobre o rio, onde as embarcações são docadas<sup>56</sup>, ou seja, todos os serviços são executados sobre a água (Figura 12), exceto na vazante, quando trabalham com as embarcações encalhadas sobre a faixa de terra seca (Figura 14).

A Figura 12, capturada da varanda do estaleiro, no segundo andar, a área disponível para o trabalho na época da cheia. A embarcação logo à frente é a estrutura de hotel flutuante que estava em manutenção. Ao fundo da imagem, é possível observar a área de docagem das embarcações, na parte centro-direita da foto (entre os dois portos flutuantes).

---

<sup>56</sup> Com a docagem as embarcações são estacionadas sendo iniciado o processo de reparo – que pode ser no casco, no leme, no eixo ou em outra parte da embarcação.

Figura 12: Imagem da área de docagem do Estaleiro Bravo, ao fundo.

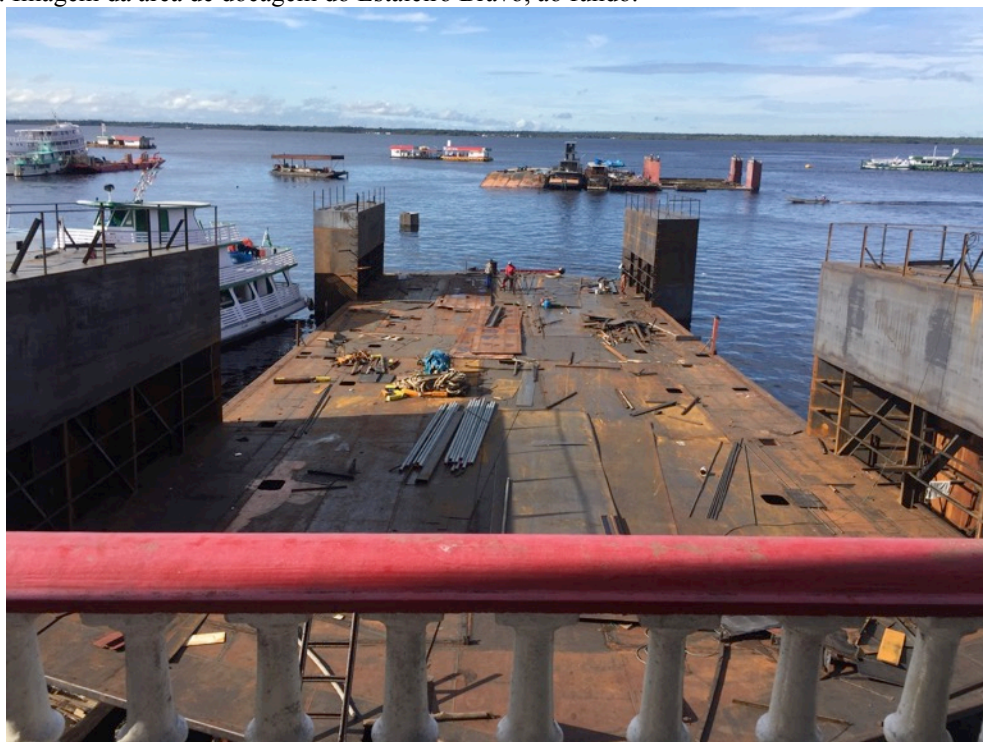
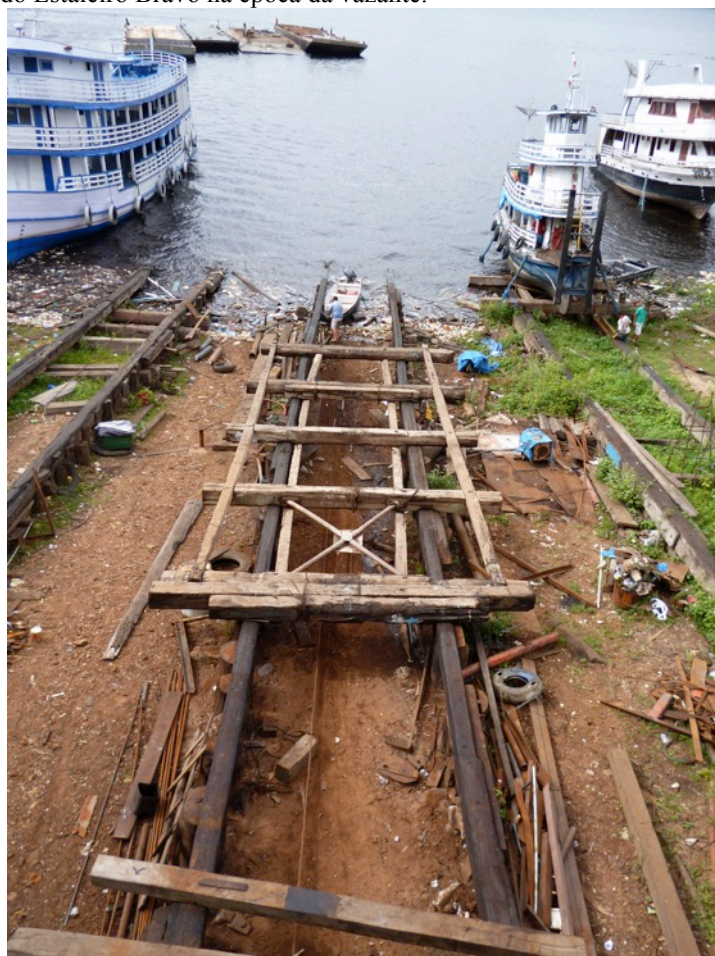


Figura 13: Área fabril do Estaleiro Bravo na época da vazante.



O estaleiro Bravo foi fundado pelo Sr. Breno Ribeiro<sup>57</sup>, pai de nove filhos, dentre os quais quatro o acompanham no negócio (dois do primeiro matrimônio, dois do segundo) além de um enteado. É possível observar que a configuração desta família é composta por membros orirundos de dois matrimônios mais um enteado (Bruno), ou seja, este é um exemplo que foge ao modelo de família nuclear conforme apontado por (FERREIRA, 2017), composto apenas por pais e filhos. Como será descrito mais adiante, percebe-se que a relação de Bruno com o Sr. Breno é envolta por grande afeto de modo que ambos se tratam como pai e filho.

O Sr. Breno é um amazonense de 69 anos de idade, nasceu em uma comunidade ribeirinha chamada Nossa Senhora Aparecida, localizada no lago do Catalão – figura 14, no município de Iranduba, na margem direita do Rio Negro, próxima ao Encontro das Águas – nas proximidades de Manaus. Nessa comunidade, as ruas são rios, os carros dão lugar aos barcos e os tijolos das casa são substituídos por tábuas de madeira. Hoje, é uma vila com 111 casas flutuantes, sendo 4 pontos comerciais, 3 igrejas, uma peixaria, uma associação, uma garagem para embarcações e uma unidade de pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA (SANTOS, 2013).

Figura 14: Imagem de satélite da Comunidade Nossa Senhora Aparecida, no lago do Catalão (AM).



Fonte: Google Earth

---

<sup>57</sup> Foram atribuídos nomes fictícios a todos os membros da Família Ribeiro com a finalidade de preservar suas identidades.

Por morar na casa de seus avós maternos<sup>58</sup>, o Sr. Breno, desde de jovem, testemunhou o envolvimento de seu pai com o pequeno negócio de criação de gado, galinha, agricultura e transporte fluvial de seu avô. Esse arranjo familiar, onde pais coabitam com filhos e netos, citado por Pereira Neto; Ramos; Silveira (2016), é mais amplo do que a família nuclear formada por pai, mãe e filhos. Por isso, é possível observar que o modo de pensar específico (*eidós*) do Sr. Breno sofreu influências de seus pais e avós. Quando tinha nove anos, começou a acompanhar seu pai pelas viagens que empreendia pelo Rio Solimões até o município de Coari para vender mercadorias. Esse foi o primeiro contato que ele teve com o negócio de comércio e navegação da família. O seu depoimento corrobora com o esposado:

(4) Quando eu via o meu pai fazendo os trabalhos dele – que era comprar, vender e entregar na porta dos clientes – eu também ia carregar mercadoria no ombro. Meu avô também ia e quando a gente ia para viagem, a gente levava tudo que era gênero alimentício e, no retorno, nós trazíamos as embarcações – duas embarcações: um motor e um batelão – nós trazíamos com as produções do interior. As vezes, o camarada não tinha dinheiro para comprar o que nós levávamos e a gente fazia troca, meus pais faziam troca. E chegávamos aqui com as duas embarcações cheias de produção do nosso interior (Sr. Breno).

Assim, conforme demonstrado na transcrição (4), acima, seu *habitus* começou a ser moldado dentro de uma lógica de navegação e comércio. Tomando como exemplo seu pai e seu avô, ele desenvolveu a habilidade de navegar e a comercializar gêneros alimentícios – assumindo uma postura (*héxis*) compatível com essas atividades. Então, sua visão de mundo (*doxa*) se resumia, primariamente, no trabalho: produção, navegação e comércio. Como família e negócios se confundem, a atividade econômica desenvolvida por eles acabara sendo encarada objetivamente pelo Sr. Breno como uma condição social sendo, imediatamente, incorporada por ele – isto fica evidente quando o entrevistado descreve sua trajetória escolar.

Quando jovem, sua trajetória escolar foi um tanto quanto conturbada, o Sr. Breno explica que (5) “dos cinco colégios onde estudei, fui expulso<sup>59</sup> dos cinco porque eu nunca aceitei desaforo”. Mesmo assim, conseguiu ingressar na Escola Técnica Federal do Amazonas onde saiu no primeiro ano do ensino médio técnico, em decorrência de seu temperamento. A falta de resignação do entrevistado em relação às autoridades de ensino por onde esteve demonstra que o mesmo passou por um processo de socialização primária e secundária conjuntas dentro do seio familiar – isto porque a sua família, responsável pela socialização

<sup>58</sup> Santos (2013) afirma ser comum na Comunidade do Catalão que os filhos se casem e continuem a morar com os pais – ocorrendo um prolongamento da casa flutuante para abrigar os recém-casados.

<sup>59</sup> Quando indagado sobre a opinião de seus pais em relação ao seu comportamento escolar, Sr. Breno brincou: “A minha mãe dizia: ‘não tem jeito não! Aonde estuda é expulso?! Tem que parar!’”. Eu não sei o que significava parar, se de ser expulso ou de estudar?!”.

primária, foi a mesma a moldá-lo dentro de princípios práticos (*ethos*) laborais, ou seja, socialização secundária – de modo que a sua estrutura subjetiva (significados internalizados), proveniente da interação e adaptação social ao longo do curso da vida, é totalmente voltada para o trabalho, ou seja, para ele não fazia sentido manter-se resignado em relação à escola. Então, sua forma de explosiva de agir abreviou sua trajetória escolar e o conduziu à sua primeira experiência como empregado:

(5) “Antes de eu ter estaleiro, eu trabalhava na empresa de navegação Doze de Maio que viajava de Manaus a Santarém, no Pará. Como era um pequeno navio, ele não tinha um local para estacionar o navio dele. Aí ele tinha umas balsas abandonadas e mandou eu ir pegar as balsas e atracar na antiga escadaria dos remédios<sup>60</sup>. E aí eu atraquei as balsas para o navio dele atracar. Ele me fez uma proposta: colocar comércio; todo navio que encostar, essa balsa cobra e isso aí vai ser o teu ordenado. Eu fiz o movimento de venda de bebida no atacado para os proprietários dos bares que tinham nas embarcações. Então eu vendia uma faixa 3500 caixas de cerveja Antártica por semana para os botequins. Vendia 3, 4 ou 5 caixas de cigarro para os botequins das embarcações. Tinha dia que saiam 17 motores, cada um me pagava 10 cruzeiros” (Sr. Breno).

Observe que após ter a sua trajetória escolar abreviada, coube ao Sr. Breno recorrer ao seu *habitus*, relacionado à navegação e ao comércio, em busca de uma alternativa de sobrevivência. Seu capital cultural o conduziu a uma atividade consonante a sua trajetória: o comércio fluvial. Nesse *ethos*, ele foi funcionário da empresa Doze de Maio, sendo responsável pelo comércio e pelo controle de embarcações que atracavam nas balsas da empresa, localizadas no centro de Manaus, na orla. Porém, a sua insubordinação, em relação à autoridade, fez com que esse trabalho, como empregado, prosperasse apenas por determinado tempo. Diante de seu tino para o comércio e de sua incapacidade de aceitar a autoridade<sup>61</sup>, ele resolveu empreender. Sua experiência como empregado o fez concluir: (6) “Se eu fosse trabalhar como funcionário de qualquer empresa de navegação, eu ia receber ordem, tem pessoas que não sabem nem mandar, são ignorantes, e ia ser responsável por qualquer dano que acontecesse em embarcação de terceiros” (Sr. Breno).

Uma vez mais, cabe a reflexão sobre como as origens do Sr. Breno moldaram sua trajetória. Como seria possível para ele ser empregado de uma empresa se ele nunca havia experienciado ter um superior? Sua experiência subalterna se justificava, até então, porque acima dele estavam seus pais e seus avós, ou seja, havia uma autoridade familiar, talvez muito mais relacionada ao respeito do que ao direito – como bem lembrado por (SANCHEZ;

<sup>60</sup> A escadaria dos remédios está inserida no complexo da Manaus Moderna.

<sup>61</sup> Observe que seu temperamento influenciou tanto sua trajetória escolar, fazendo-o desistir dos estudos, quanto sua trajetória profissional.



BARÓN, 2016). Pela segunda vez – a primeira foi como ex estudante e agora como desempregado – o Sr. Breno recorreu às suas disposições, voltadas para uma economia fluvial, para empreender e seguir em frente:

(7) Quando eu senti que eu não tinha uma condição de fazer, vamos dizer assim, uma faculdade, aí eu trabalhando também como funcionário de algumas empresas, ganhava muito pouco, eu resolvi comprar embarcação e viajei muitos anos por minha conta e também por conta como funcionário de alguma empresa (Sr. Breno).

A empresa começou a operar com três balsas e dois empurradores fazendo: num primeiro momento, a rota Manaus-Porto Velho e depois Manaus-Tabatinga (figura 15, na próxima página). Em ambas, houve assédio por parte de traficantes para o transporte de entorpecentes, o que desencorajou o Sr. Breno a continuar na navegação e migrar para construção e reparo naval.

Nessa nova fase, o Capital Social supracitado fora adquirido em seu primeiro matrimônio e se mostrou um importante recurso que possibilitou a atual empreitada pois a migração, do ramo de navegação para construção e reparos navais, foi influenciada pelo seu antigo sogro, que tinha um estaleiro de manutenção, e o ajudou a amadurecer o negócio:

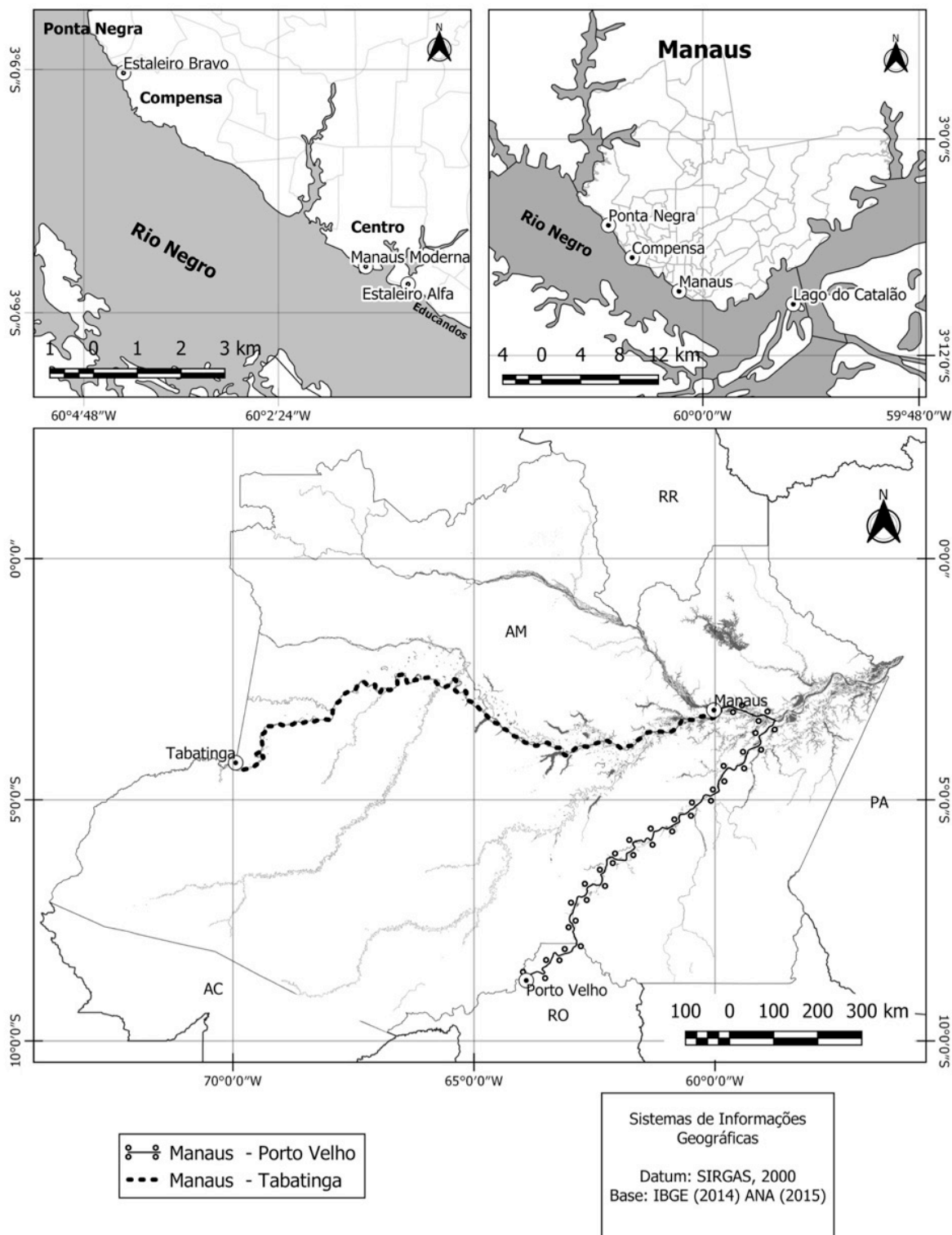
(8) Quando eu me casei, com a minha esposa, a mãe dela vivia com um cidadão que tinha um pequeno estaleiro aqui nessa área e teve uma época que eu tava sem trabalhar e o meu conhecimento na área de navegação era muito grande, eu vim trabalhar com o meu antigo sogro, eu chamava ele de sogro porque foi ele quem criou a minha primeira esposa. Aí eu trabalhei uma temporada e achei que ia dar certo. Foi quando eu troquei uma das minhas balsas nesse estaleiro aqui (Sr. Breno).

Da transcrição (8), é possível observar que o Estaleiro Bravo é resultado não somente de um conhecimento adquirido ao longo dos anos (capital cultural incorporado), mas, sobretudo, do capital social oriundo de uma estratégia matrimonial que funcionou para a manutenção do ser social de Sr. Breno – um *conatus* aos moldes de Bourdieu (1996) –; possibilitou, igualmente, a ele acumular capital econômico, ou seja, na constância do casamento e da relação com o padrasto de sua primeira esposa, ele adquiriu as instalações físicas do atual estaleiro Bravo; e acumulou, também, mais capital social na forma das redes de contato com aqueles amigos da área de navegação que vieram a se tornar seus clientes (o que corroborou para o novo negócio) – este último ponto é explicitado na transcrição abaixo:

(9) Eu quando eu vim trabalhar com o meu sogro, o movimento dele era péssimo. Ele tinha um estaleiro montado e vivia de fazer prego para fazer os antigos flutuantes ou fazia argola para as antigas serrarias rebocar (*sic*) jangadas do interior para Manaus.

Ele não tinha conhecimento com os donos de navegação para fazer manutenção nos barcos. Quando eu vim trabalhar com ele, aí o movimento modificou porque a maior parte dos armadores eram meus amigos. E agora são muito mais amigos ainda, então eu fiz o movimento do meu sogro. (Sr. Breno).

Figura 15: Localização do Estaleiro Bravo, Lago do Catalão e as rotas de navegação feitas pelo Sr. Breno.



Portanto, após uma breve análise do caminho trilhado pelo Sr. Breno, foi possível observar que o Estaleiro Bravo é resultado de um acúmulo de capitais (Cultural, Social e Econômico) originários das experiências de seu fundador por todas as atividades que desenvolveu, desde o negócio de navegação iniciado por seu avô; passando pelo comércio no porto da Manaus Moderna; tentando, em seguida, empreender no ramo de navegação; até seu atual negócio de reparo e manutenção de embarcações – auxiliado pelo padrasto de sua primeira esposa.

Destaco a importância do trabalho de navegação para a acumulação de capital cultural na forma de conhecimento operacional, pois possibilitou ao Sr. Breno conhecer a realidade de seus clientes. Em um de seus depoimentos ele disse ser fundamental trabalhar com qualidade pois não é fácil fazer a manutenção de uma embarcação quebrada no meio da Amazônia – em um lugar remoto –, pois isso pode gerar um trauma irreversível tanto para a tripulação quanto para os negócios: <sup>(10)</sup> “Não quero que nenhum barco que saia daqui dê problema. Depois vão ficar dizendo que passou pela mão do Breno”.

Conforme parcialmente explanado, o Sr. Breno teve dois matrimônios. O primeiro, que chegou a termo por meio de um processo litigioso, é um assunto delicado de ser abordado na família porque ainda é a origem de disputas patrimoniais. Porém, sabe-se que apenas dois dos sete filhos<sup>62</sup> desta união acompanham o Sr. Breno no estaleiro, Diego e Gael, ambos não possuem formação acadêmica. Na separação, apenas Gael ficou sob a guarda do Sr. Breno, alguns elementos de suas trajetórias serão apresentados mais a frente.

Atualmente, o Sr. Breno está casado com Dona Ruth. Conforme seu depoimento <sup>(11)</sup> e <sup>(12)</sup>, ela teve um papel ativo na formação de seus três filhos: Bruno, Hélio e Urias – dentro da “concepção tradicional do papel feminino”, citada por Bourdieu (2011, p. 177), a transmissão do capital cultural é uma delas. Apesar de ter concluído seus estudos tardiamente (por meio de supletivo), ela hoje é bacharel em Direito – esse fato vai ao encontro do levantamento feito por Thiry-Cherques; Pimenta (2004) que aponta para o nível escolar das mulheres superior ao dos homens – e serviu de inspiração para Urias, tendo influenciado Bruno a ser fisioterapeuta, e tendo apoiado Hélio a cursar odontologia. Na contramão do que preceitua Bourdieu (2002), ela, apesar de pertencer a pequena burguesia, não atingiu a forma de alienação simbólica, ou seja, ela agiu de forma ativa na formação de seus filhos mesmo que isso tenha contrariado, *a priori*, o projeto de sucessão idealizado pelo Sr. Breno e tenha comprometido o *conatus* da empresa familiar.

---

<sup>62</sup> No processo de separação, houve a partilha dos bens e dos filhos de modo que a relação do Sr. Breno com os demais filhos do primeiro casamento é restrito.

Dona Ruth, sempre sonhou em se formar em Direito e conseguiu, na época em que Urias era adolescente, convencendo-o sobre as possibilidades da área:

(11) O Urias é o filho com quem eu mais tenho afinidade. Quando eu comecei a estudar Direito eu dizia para ele que eu seria advogada, juíza, ou trabalhar para a Polícia Federal e ele seria o meu *chauffer* (risos). Então ele testemunhou a minha empolgação e, anos mais tarde, se interessou pela área porque o Direito é muito lindo, ele te dá várias opções maravilhosas: se você não quiser advogar, pode fazer concurso, por exemplo (Dona Ruth).

É possível encontrar semelhanças nos adjetivos empregados por Dona Ruth no trecho acima (11) com os utilizados por Urias na fala (18) – mais adiante – para definir as vantagens de ingressar na área de Direito, ou seja, ela realmente foi uma fonte de inspiração para Urias. Quando questionada sobre como surgiu a ideia de sugerir ao Bruno estudar fisioterapia, ela respondeu:

(12) Eu sempre gostei de assistir esporte pela TV e eu via que o perfil do Bruno porque ele tinha facilidade para muita coisa. Tipo, quando os amigos dele se machucavam, ele que cuidava das lesões. A irmã dele, Luzia, estava terminando fisioterapia e eu via que o Bruno tinha facilidade de para fazer isso, fazer aquilo. Aí eu disse Bruno, eu vou te inscrever para estudar fisioterapia, ele não disse nada e foi. No começo ele dizia: ‘a Senhora deveria ter me deixado escolher’, e eu dizia: ‘mas tú vais gostar’. Hoje, ele não gosta de outra coisa, só de fisioterapia (Dona Ruth).

Por fim, está claro que os elementos da trajetória de vida do Sr. Breno nos conduzem ao entendimento de que ele possui uma íntima relação com uma cultura ribeirinha e hinterlandina, ou seja, o fato de ter nascido e ter sido criado em uma comunidade ribeirinha, tirando da navegação o sustento de sua família, desenvolveu neste caboco um *habitus*, em sentido *lato* (*ethos*, *eidos* e *héxis*), indissociável do rio, de modo que, apesar dele não ter dado continuidade ao comércio de seus pais e avós, continuou empreendendo em uma atividade afim – o que leva a crer que se o negócio de reparo e manutenção acabar, ele buscará outra atividade associada ao que já faz.

### **5.1.1 Uma breve apresentação do negócio de manutenção e construção naval no estaleiro Bravo**

Quanto ao modo de operar, Bruno, um dos herdeiros do Sr. Breno, faz um resumo da atividade:

*(13)* Nosso foco, desde o início, foi manutenção naval, nós sempre trabalhamos com isso, como se fosse uma oficina mecânica. Tú chegas lá, o teu carro quebrou, tú vai levar o carro, vai trocar rolamento, vai trocar isso e aquilo. A mesma coisa é um motor<sup>63</sup> – uma chapa que tá podre, tá estragada, daí a gente troca a chapa –. Se tiver um eixo empenado, a gente mexe com o torno, tem que trocar a palheta, então, basicamente, sempre foi isso. De um tempo pra cá a gente começou a fazer construção: construímos balsas; empurradores; até barcos regionais para gente de fora – barcos que foram levados até para os Estados Unidos –. Mas o nosso forte ainda é a manutenção. Nós ainda não somos um estaleiro de grande porte que conseguiria sobreviver só de construção. A nossa linha ainda é a reparação (Bruno).

Depreende-se do trecho acima *(13)* que, atualmente, a principal atividade desenvolvida no estaleiro é a manutenção naval. Ambas as atividade, seja manutenção ou construção, utilizam largamente os serviços de solda<sup>64</sup> e ferramentaria, sendo estas a base de sua operação. Antes, para divulgar os serviços do estaleiro, Bruno lembra que eles distribuíam cartões na área da Manaus Moderna<sup>65</sup> para proprietários de embarcações e armadores. Com o passar do tempo, a propaganda conhecida popularmente como boca a boca passou a ser o principal meio pelo qual os clientes buscavam os serviços do estaleiro, segundo ele:

*(14)* O nosso trabalho normalmente começa com uma indicação. Quando dá problema, o pessoal sempre diz: ‘procura lá o Breno’. Daí, o cliente liga dizendo que precisa trocar o fundo de uma balsa e precisa que a gente vá até ele para dar uma olhada. Nós vamos lá, damos uma olhada, fazemos um orçamento e negociamos um valor (Bruno).

Bruno destaca ainda que, como os clientes normalmente pechincham, o orçamento acaba se tornando uma parte muito sensível do negócio porque requer do negociador uma habilidade de antever os custos inerentes ao serviço: do tipo de material a ser empregado e sua quantidade; tipo de profissionais<sup>66</sup> e quantos serão requeridos; e do tempo demandado, ou seja, é necessária uma visão apurada tanto dos custos inerentes ao serviço, quanto da margem de lucro do projeto. O entrevistado lembra que: *(15)* “por muito tempo, foi feito só pelo o meu pai. Ele, só de olhar, sabe a quantidade de material que será usada, quantas chapas e latas de

<sup>63</sup> No Amazonas o termo motor é, por vezes, empregado em sentido amplo referindo-se à embarcação como um todo e não apenas à máquina de propulsão. Nesta fala, o entrevistado se refere ao primeiro caso: embarcação.

<sup>64</sup> A atividade de solda na indústria naval já foi objeto dos estudos de Souza; Quelhas; Lima (1998) e Teixeira (2012) que denunciaram-na como causadora de prejuízos à saúde dos soldadores seja por lesões na coluna, seja por problemas respiratórios causados pela quantidade de gases tóxicos inalados.

<sup>65</sup> Conforme já apresentado, essa área do centro é um importante porto fluvial de chegada de embarcações que movimentam mercadorias e transportam pessoas.

<sup>66</sup> Todos os funcionários são temporários devendo ser contratados sempre que um novo serviço é demandado. Essa é uma prática comum dos negócios organizados por projetos.

solda, quantos dias serão necessários para fazer o serviço”. Atualmente, Gael, o filho mais velho do Sr. Breno, do primeiro casamento, sob a supervisão do pai, já consegue fazer alguns orçamentos. Neste exemplo de gestão ordinária, o conhecimento, na forma de capital cultural incorporado, é transmitido de pai para filho onde esse pai assume o papel de supervisor – que instrui, delega, controla e corrige as tarefas, conforme citado por (COSTA et al., 2015) –.

Em seguida, há a contratação do serviço, essa formalização ainda está em implantação, e, posteriormente, emissão de duplicatas, conforme o caso, visando reduzir o índice de inadimplência. Essa inovação, proposta por Urias, é resultado de sua formação acadêmica em Direito, ou seja, observa-se, aos poucos, que o negócio vai assumindo uma feição heterogênea, fruto de ações incrementais dos herdeiros – o que para Cabrera-Suárez; García-Almeida; Saá-Pérez (2018) torna o processo sucessório menos hostil pois o negócio passa a fazer sentido para o herdeiro.

Porém, o processo formal de vendas é mais frequente com clientes pessoa jurídica. No caso de cliente pessoa física, a informalidade<sup>67</sup> é mais comum, havendo casos de clientes que parcelam o pagamento – com aportes semanais e quinzenais – mas também há alguns casos de maus pagadores, segundo Bruno. É preciso lembrar que nesta parte do campo predominam os os pequenos negócios informais – com uma *doxa* baseada na confiança, na palavra, nas indicações –, onde ter o nome maculado significa não somente restrição ao crédito mas, sobretudo, o desprezo e a desconfiança por parte dos agentes, ou seja, o custo social é mais alto que o financeiro. Não obstante, é possível ouvir estórias de donos de embarcações que, repentinamente, trouxeram suas embarcações do Acre ou de Rondônia para trabalhar em Manaus – esses “forasteiros”, normalmente, são vistos com desconfiança, a não ser que venham apadrinhados.

Superada a fase de aprovação orçamentária pelo cliente e assinado o contrato de prestação de serviço, o próximo passo é buscar recursos para o início dos trabalhos. Segundo Bruno, predomina no campo a possibilidade do projeto ser financiado integralmente com recursos próprios ou com recursos do cliente, para isso algumas condições devem ser consideradas. Se o projeto for pequeno, ou se o cliente já for conhecido e com histórico de adimplência, os trabalhos já podem ser iniciados, pois a aquisição das chapas de aço será com recursos próprios – o estaleiro as adquirirá em lojas de ferragens pagando à vista ou no boleto em lojas onde já possua crédito pré-aprovado. No caso de serviço de docagem para vistoria, a

---

<sup>67</sup> Em conversa com o Sr. Breno, ele me informou que a assinatura de contratos de prestação de serviços é algo raro, pois não é bem visto pelos clientes. Nesse segmento informal, a palavra ainda conta e os riscos de inadimplência são altos. O empresário ainda vive o dilema de conceder crédito em troca de uma promessa.

embarcação é suspensa, o serviço é realizado e depois ela só é baixada quando o cliente paga. Há casos também de grande projetos ou de clientes desconhecidos, pede-se um sinal para que os materiais sejam adquiridos e a mão-de-obra seja contratada. Nestes casos, o cliente deverá fazer aportes semanais para a continuidade do serviço. É possível observar que as três possibilidades de financiamento dos projetos de construção e manutenção em nada se equiparam a um financiamento formal – como as linhas de crédito ofertadas pelo FMM – pois estamos falando aqui de práticas alternativas encontradas pelo prestador de serviços para se resguardar do risco de inadimplência e proteger o negócio.

Para a contratação de mão-de-obra, o modelo de empreita é largamente adotado, ou seja, o estaleiro contrata um empreiteiro que traz a sua equipe, cuja quantidade de pessoas a serem empregadas no processo varia de acordo com o serviço, com o tamanho da embarcação e com o prazo acordado (quanto mais urgente for o serviço, mais recursos serão empregados e mais caro ele será). Reitero que o negócio, apesar de seguir uma lógica pré-definida, é predominantemente informal – orçamento, prestação de serviço, subcontratação de trabalhadores, até a cobrança pelo serviço prestado.

Bruno informa ainda que os serviços são executados rapidamente (aqui, tempo é dinheiro), com exceção dos casos de manutenção embarcações maiores (como balsas) ou serviços de reparos complexos (como nos casos de quebra do eixo da embarcação) – a figura 16 mostra um exemplo de manutenção do eixo de um balsa – observe que o mecânico precisa estar dentro da água para fazer a manutenção e, no caso do Estaleiro Bravo, essa água contém rejeitos domésticos e industriais, ou seja, é um ambiente poluído. Estes casos demoram mais devido ao tempo de confecção de uma nova peça na ferramentaria para trocá-la por inteiro ou emendá-la. Os casos de manutenção do fundo de uma balsa, são igualmente demorados.

Figura 16: Manutenção do eixo da Balsa Harmonia que liga Alfenas (MG) a sua zona rural.



Foto: Bosco Azevedo

Fonte: <http://www.minasacontece.com.br/not.asp?act=noticias&act2=ver&id=2520>

Já a construção naval (mais rara), se inicia com o ponteamto, que é a armação da estrutura da embarcação. Em seguida, a equipe de ponteamto faz todo o isolamento da estrutura – soldando internamente e externamente as chapas de aço –. Após tomar forma, com a montagem da estrutura, ela é jateada<sup>68</sup> - conforme figura 17 – por um terceirizado. Logo depois, a estrutura é toda pintada<sup>69</sup>, antes do pré-acabamento. A seguir, as máquinas são assentadas e acopladas ao reversor. Paralelamente, a ferramentaria fabrica a hélice, o protetor da hélice, e o eixo. Depois, as peças produzidas na ferramentaria são instaladas juntamente com alguns equipamentos como o sonar e leme. Por último, ocorre a fase de acabamento, a cargo do proprietário, que consiste em instalar a mobília e realizar as instalações elétricas.

Em relação à divisão do trabalho, os filhos do Sr. Breno (Urias, Gael, Diego) contratam pessoal, adquirem material e supervisionam toda a parte operacional<sup>70</sup>. Já Bruno, que é fisioterapeuta, cuida dos trâmites burocráticos da empresa como emissão de Notas Fiscais, controle patrimonial, confecção de contratos de prestação de serviços e emissão de duplicadas, por exemplo.

Figura 17: Operário em processo de jateamento.

<sup>68</sup> O jateamento abrasivo é um processo que objetiva limpar, polir ou fortalecer superfícies de metal.

<sup>69</sup> Esse pintura é por aspersão. Logo, seus projetos devem ser licenciados pelo IPAAM.

<sup>70</sup> Apesar de seus filhos dominarem as atividades operacionais, o Sr. Breno prefere que eles supervisionem o trabalho dos terceirizados, sobretudo a atividade de solda, que causa riscos à saúde.





Fonte: (HANSINSK, 2013)

Após essa breve apresentação do trabalho desenvolvido no estaleiro Bravo, me atarei a estudar cada um dos herdeiros no próximo tópico.

#### **4.2.2 Alguns elementos da trajetória de vida dos herdeiros homens do estaleiro Bravo**

Após apresentar alguns elementos da trajetória de vida do Sr. Breno, foi simples compreender como a cultura ribeirinha e hinterlandina influenciou o seu *habitus* servindo como uma referência para os caminhos trilhados por ele. Neste tópico, as entrevistas buscarão igualmente apresentar tais elementos, agora sob a perspectiva dos herdeiros do estaleiro Bravo, em busca de evidências que revelem as estratégias adotadas pelo Sr. Breno para a perpetuação do *conatus* dessa organização familiar.

Começarei por Urias, um amazonense, de 30 anos, de pouca fala e que é bacharel em Direito. Cito as palavras de Sr. Breno sobre ele:

*(16)*O outro, que é filho do segundo matrimônio, tem 30 anos, estudava e não tinha como vir trabalhar, mas tinha vontade. Tanto era a prova que ele tinha vontade, que ele fez a faculdade de Direito, concluiu e preferiu vir trabalhar aqui no estaleiro do que fazer a prova da OAB para ser advogado (Sr. Breno).

A citação <sup>(16)</sup> acima traz uma contradição: como Urias, que havia dedicado anos de sua vida estudando Direito, repentinamente, desiste de exercer a profissão para trabalhar com o pai? A resposta pode estar no projeto de sucessão iniciado por Sr. Breno quando ele ainda tinha 12 anos. Nessa idade, Urias começou a frequentar o estaleiro quando não tinha aula, mas só começou a trabalhar, efetivamente, dos 17 para os 18 anos. Na época, ele trabalhava durante o dia e cursava mecânica e metrologia à noite, no SENAI. No início, Urias aprendeu o ofício observando o pai, trabalhando como aprendiz ao lado do torneiro mecânico ou

ajudando o carpinteiro<sup>71</sup> em alguma tarefa. Quanto ao ensino de um ofício, Bourdieu (1989, p. 22) percebe que ele ocorre “por modos de transmissão totais e práticos, firmados no contato direto e duradouro entre aquele que ensina e aquele que aprende”. Tal imersão possibilitou a este herdeiro avaliar se o serviço prestado pelo carpinteiro ou soldador atende ou não aos requisitos da tarefa. Urias aprendeu, ao longo de trabalho no estaleiro, que a liderança está alicerçada no saber fazer e no saber pedir – ou saber tratar as pessoas. Quando questionado se já havia pensado em outra atividade diversa da construção naval, ele respondeu:

(17) Sim, pensei. Inclusive sou formado em Direito, sou bacharel mas pela a minha posição hoje eu preferi não exercer a atividade de Direito porque como eu tô aqui, eu já tenho mais conhecimentos aqui do que na área do Direito. Então se eu fosse me interessar mais pela área do Direito, já não teria mais tanto tempo para trabalhar, para ficar aqui perto do meu pai né?! O meu pai já tem um certa idade. Então, eu preferi por ficar aqui no rio (Urias).

Logo, surge o primeiro fato que explica a suposta contradição: talvez o “conhecimento” na área de construção e reparo naval – o capital cultural incorporado –, mesmo o conduzindo a uma prática mais braçal, foi com que Urias mais se identificou e cujo *ethos* mais aderiu a ele – segundo Nairz-Wirth, Feldmann, Spiegl, (2017), um estudante tende a se identificar mais com aquela disciplina relacionada ao seu capital cultural incorporado, qual seja, a mecânica naval. Observe que quando ele afirma (17) “eu preferi não exercer a atividade de Direito porque como eu tô aqui, eu já tenho mais conhecimentos aqui do que na área do Direito”, Urias deixa a entender que o exercício de outra atividade, que não a da família, exigiria uma grande mudança e esforço em direção a um *ethos* diferente do seu, além de ferir frontalmente suas crenças e valores (*ethos*): (17) “Então se eu fosse me interessar mais pela área do Direito, já não teria mais tanto tempo para trabalhar, para ficar aqui perto do meu pai né?! O meu pai já tem um certa idade. Então, eu preferi por ficar aqui no rio”. Uma vez mais, recorro aos ensinamentos de Prieur (2017) que acredita que as escolhas de determinado agente são o resultado entre o que é almejado *versus* o que é possível. Por isso que a Urias, assim que percebeu a impossibilidade de continuar uma carreira no Direito, abraçou o trabalho com o pai. Outro ponto que merece destaque foi a preocupação de Urias ficar

---

<sup>71</sup> A arte da carpintaria naval está em extinção no Amazonas com a restrição do emprego de madeiras em embarcações de até 22 metros de comprimento. Quanto à substituição das embarcações de madeira por embarcações de aço, Salorte (2014, p. 9) alerta que: “Esse evento poderá condenar o saber-fazer da carpintaria naval (seu patrimônio imaterial) ao ostracismo. O fim de um modelo ou a morte de um mestre implica perda irreversível de uma tecnologia que foi desenvolvida ao longo dos séculos. Tradições e segredos de um saber construir e navegar, com origens que remontam à formação da identidade de um determinado povo, correm risco de desaparecer”. A mudança descrita já é observada no estaleiro Bravo, ou seja, lá o carpinteiro já foi substituído pelo soldador. A cidade Novo Airão ainda conserva a tradição da carpintaria naval, porém, outras cidades como Anori, Codajás, e Tefé a construção já emprega aço nos navios.

próximo ao pai por ele já se encontrar em idade avançada – este comportamento foi observado por (FERREIRA, 2017).

Mas, ainda assim, subsiste o questionamento: por que, então, ele escolheu estudar Direito? Segundo Urias:

*(18)*O interesse pelo Direito surgiu quando eu percebi, né, que o Direito abria várias portas para a pessoa ser delegado, até mesmo um advogado, juiz, promotor, alguma coisa assim. Aí eu me interessei porque eu vi que abria várias portas né?! Não era só aquele caminho do cara ser só advogado, podia fazer um concurso, de repente, para policial federal, alguma coisa, eu me interessei. Mas, depois com o tempo, quando a pessoa cai na real de como realmente é, não era aquilo que eu esperava. (Urias).

Nas palavras de Urias <sup>(18)</sup> a escolha pelo curso de Direito se deu pelas várias possibilidades de carreiras que se pode derivar dela – como advogado, juiz, promotor ou delegado – mas, quando ele “caiu na real”, desistiu. Precisamos entender esse desencanto com o direito pois é o que o motivou a voltar a trabalhar com o pai, ou seja, nesse momento ele foi acolhido pelo pai – ação típica das organizações familiares. De antemão, sabemos que o capital cultural empregado na área de reparo e manutenção é distinto daquele da área de Direito porque se trata de campos diferentes. Bourdieu afirma que o campo jurídico:

É o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, quer dizer, a boa distribuição (*nomos*) ou a boa ordem, na qual se defrontam agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de interpretar (de maneira mais ou menos livre ou autorizada) um *corpus* de textos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social. (BOURDIEU, 1989, 212).

Voltando ao caso concreto, é possível observar que apesar de ser formado em Direito, a atuação no campo jurídico impõe certa barreira aos postulantes a advogado como a aprovação no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Mesmo superando este crivo, o agente do campo jurídico ainda carece, segundo Bourdieu (1989), de competência social e técnica se quiser ser credenciado como alguém apto a dizer o direito. Tais crivos são evidentes para Urias – observados no fragmento <sup>(13)</sup> abaixo – que, apesar de ter formação jurídica, não cogita a possibilidade de exercer a função de advogado pois reconhece não possuir os capitais social (rede de contatos) nem cultural (conhecimento técnico e desenvoltura) exigidos pelo campo – o que não seria impossível de conquistar, mas representaria um recomeço para o entrevistado cujo *ethos* está associado ao subcampo do estaleiro, conforme já discorrido. Para ele, o mercado é muito concorrido requerendo do

postulante conhecimento acadêmico e uma grande rede de contatos. Ao ser questionado sobre o que um bom advogado precisa ter para se destacar na profissão, o mesmo respondeu:

(19) Um bom advogado precisa ter muito conhecimento tanto teórico, que são os livros, quanto na prática. Não adianta eu saber tudo o que tá no livro e não conhecer ninguém fora. Então o advogado tem que ser bom de papo, tem que ter uma conversa muito boa, tem que ter vários amigos, tem que ter muitos contatos porque se ele for só pela base teórica, ele não consegue nada (Urias).

Isto posto, é possível observar que os capitais exigidos no campo – capital social e cultural – se mostram como uma barreira para os novos agentes. Nesse sentido, Bourdieu denuncia, ainda, que o campo distingue os profissionais dos profanos como os que detêm as competências supracitadas dos que não as detêm, respectivamente:

A concorrência pelo monopólio do acesso aos meios jurídicos herdados do passado contribui para fundamentar a cisão social entre os profanos e os profissionais favorecendo um trabalho contínuo de racionalização próprio para aumentar cada vez mais o desvio entre os vereditos armados do direito e as intuições ingênuas da equidade e para fazer com que o sistema das normas jurídicas apareça aos que o impõem e mesmo, em maior ou menos medida, aos que a ele estão sujeitos, como *totalmente independente* das relações de força que ele sanciona e consagra. (BOURDIEU, 1989, 212)

À vista disso, Bourdieu, segundo Sckell (2016, p.157), acaba por enxergar o direito como um “instrumento de reprodução social que não teria muito a contribuir para a emancipação social”. Oriundo da pequena burguesia, filho do dono de um pequeno estaleiro, Urias não ascenderia somente estudando direito. Ele poderia até advogar, mas as pessoas de sua classe e nos limites do seu capital social. Assim, Urias permanece no campo naval, onde dispõe das competências técnicas e sociais, e de onde os capitais social e cultural fluem de sua família. Segundo o entrevistado: (20) “aqui eu já tenho um caminho andado. No Direito, eu ia ter que começar do zero”. Trabalhar no negócio da família é cômodo porque representa um refúgio dotado de uma racionalidade mais afetiva. É possível observar que para Urias, a família desempenhou as cinco funções descritas por Pereira Neto; Ramos; Silveira (2016): de apoio; de cuidados essenciais; educativa; afetiva; e de orientação. Nesse sentido, indaguei Urias sobre como era trabalhar com o pai e com os irmãos, ele respondeu:

(21) Pelo negócio ser familiar a gente têm aquela liberdade de mandar algumas coisa né?! E têm o privilégio também de ser filho do dono. Mas assim, trabalhar com o meu pai é as vezes um pouco estressante porque ele fica muito em cima do serviço por ele ser mais antigo e saber mais do que a gente. Tem que ser feito do modo dele. Mas tirando essa parte, tudo tranquilo, muito bom! (Urias)

Na passagem (21), acima, o entrevistado identificou como vantagem o fato de ser filho do dono e ter liberdade de mandar. Como desvantagem citou a cobrança, por parte do pai. Tal *modus operandi* me remeteu aos princípios da autoridade e da responsabilidade de Fayol (1917) onde a autoridade é o direito de comandar e exigir obediência mas que deve ser contrabalanceado com o dever de responsabilidade, ou seja, ao mesmo tempo que ao gestor é outorgada a autoridade a este deve ser imputada responsabilidade por seus atos. Quanto à possível confusão entre os papéis de pai/chefe e filho/subordinado, Urias esclareceu que eles não se confundem apesar do pai adotar a mesma postura em casa e no estaleiro, os assuntos do trabalho não são tratados em casa e quaisquer desavenças ocorridas no trabalho não adentram a porta de casa e vice-versa. Segundo ele, a mesma forma de tratamento ocorre em relação aos irmãos sendo que Gael, o mais velho, por trabalhar há mais tempo no estaleiro, concentra maior autoridade.

Ao referir-se ao futuro, este herdeiro informou que está satisfeito com suas escolhas e que buscará ampliar a capacidade do estaleiro para que aumente, conseqüentemente, seu faturamento. Ficou claro, também, que Urias abraça a responsabilidade de proteger seu pai e conduzir o estaleiro, já que ele é o único que trabalha regularmente no estaleiro – tentando suprir a ausência daqueles irmãos que, frequentemente, buscam outras atividades. O entrevistado afirmou também que não pretende interferir na escolha de seus dois filhos apesar deles sempre irem ao estaleiro e gostarem de lá.

Da mesma forma que seu pai, Urias assimilou um *habitus* ribeirinho, reforçado predominantemente nas socializações primárias<sup>72</sup> (família) e secundária (nos cursos técnicos que fez) – identifiquei essas ações como estratégias de herança e de educação empregadas pelo Sr. Breno – de modo que esse é o seu ambiente de conforto. Quando ele tentou subverter essa realidade, digo, migrar para o subcampo do Direito, sentiu que não teria capital, social nem cultural – uma vez que estava desprovido dos capitais deste subcampo – retornando, rapidamente, para o seu de origem. Esse é um caso onde o filho não somente aceitou ser herdado, como diria Bourdieu (2008), mas optou, sobretudo, por uma estratégia de sobrevivência, típica de *conatus*, não aquele de se fazer um instrumento dócil neste projeto de sucessão, mas de perseverar-se em seu próprio ser.

Situação similar ocorreu com Bruno, de 34 anos, que a exemplo de Urias, não possui formação acadêmica na área de Construção e Manutenção Naval, ele é Fisioterapeuta (tal

---

<sup>72</sup> Este caso está de acordo com as ideias de Lescura et al (2010) que destacaram a Família como um importante instrumento de construção da realidade do indivíduo, reproduzindo um ponto de vista dominante – a *doxa*.

contradição será explorada mais adiante). Quando indagado sobre quando iniciou no negócio da família, ele relembra que começou a trabalhar com 16 anos<sup>73</sup> na parte operacional:

(22)Meu pai sempre estimulou a gente a trabalhar. Ele dizia ‘vamos acordar cedo para a gente ir para a oficina’. Mesmo porque lá sempre foi muito perigoso, teve vários episódios de assalto<sup>74</sup>. Então eu ia para acompanhá-lo e não ficava parado sem fazer nada, daí eu comecei a me envolver (Bruno).

O trecho em que Bruno lembra do incentivo de seu pai para que eles trabalhassem é um exemplo do que Davel e Colbari (2000) chamaram de reprodução da ideologia industrial pela família, onde esta, pautada na disciplina de seus membros, reforça os valores industriais travestidos de valores familiares. Neste caso, o trabalho na empresa da família é uma crença compartilhada que surge da necessidade de concentrar esforços naquilo que é o sustento da família. Outro ponto a ser ressaltado foi sua motivação primária em ir trabalhar com o pai foi para protegê-lo – sentimento identificado por (Ferreira (2017) – pois o local onde o estaleiro está situado gera um sentimento de insegurança neles. Além das descrições já realizadas no início deste capítulo, informo que em 2012, a Zona Sul concentrou 23,1% dos casos de roubo em Manaus – ficando atrás apenas da Zona Leste, que registrou 25% destes –. Porém, proporcionalmente, o bairro do Educandos está longe de ser o local com maior incidência de roubos da Zona Sul pois foi responsável por apenas 3,3% do total de casos (SSP/AM, 2013). É possível observar que duas crenças fundamentaram os valores de Bruno e o levaram para o trabalho no estaleiro: manter a segurança de seu pai e a importância dada por este ao trabalho.

Sob o *ethos* do trabalho no estaleiro, Bruno decidiu cursar engenharia Naval, em decorrência da necessidade de um engenheiro naval responsável por todos os projetos do estaleiro<sup>75</sup>. Porém, esse desejo não foi possível porque tal curso não era ofertado em Manaus, na época. Mesmo assim, ele seguiu trabalhando. Primeiro trabalhou indiretamente ao processo: limpando o estaleiro e fazendo compras. Depois diretamente: ajudando seus irmãos a encalhar e desencalhar o motor; ponteando<sup>76</sup> com solda; buscando materiais nas balsas; movimentando embarcações e outras atividades. Ele ressalta que nunca se sentiu privilegiado

<sup>73</sup> Nesse época o estaleiro já tinha 8 anos em funcionamento.

<sup>74</sup> Num desses episódios o Sr. Breno e Urias reagiram a um assalto ao estaleiro e foram baleados. Bruno disse que ficou tão preocupado que pediu demissão da Fundação Universidade da Terceira Idade (FUNATI), onde trabalha atualmente, para voltar para o estaleiro”.

<sup>75</sup> Observa-se aqui que o campo de construção naval está estruturado de modo que todos os projetos sejam acompanhados por um engenheiro naval, apesar desta formação acadêmica ser recente em nosso Estado e o mestres carpinteiros navais sempre terem construído as embarcações locais adotando uma técnica altamente sofisticada e própria – tecnologia esta que representa um patrimônio imaterial do nosso povo.

<sup>76</sup> O ponteamento é a montagem do esqueleto da embarcação por meio da soldagem das chapas (LINS, 2010).

por ser filho<sup>77</sup> do dono, ao contrário, sempre foi colocado para fazer tudo porque seu pai incutiu neles o dever pelo trabalho<sup>78</sup>. Quanto a este último aspecto – o trabalho –, Bruno explica que o seu pai sempre incentivou o trabalho seja ele qual fosse, independentemente de ser no estaleiro ou fora dele. Nesse sentido, o fisioterapeuta iniciou a fase de transição para sua profissão no final da faculdade, quando começou a estagiar. Ele conciliou a suposta antinomia – entre sua profissão *versus* o trabalho no estaleiro – assumindo a parte burocrática do negócio: emissão de Notas Fiscais e controle do patrimônio contábil da empresa, atividades estas que já eram suas. Vale ressaltar que, em um estratégia de preservação patrimonial, o estaleiro está sob a propriedade de Bruno – com quem o Sr. Breno não possui nenhum vínculo civil, sendo apenas seu padrasto – para que este patrimônio não seja afetado em qualquer partilha com os herdeiros do primeiro casamento.

Quanto a sua trajetória universitária, ele explica, conforme trecho (17) (abaixo), que o trabalho como fisioterapeuta começou por acaso:

(23)A fisioterapia caiu de paraquedas. Eu estava terminando a escola e, como eu trabalhava no negócio da família, eu não tinha certeza se ia fazer faculdade. Naquela época, não tinha fisioterapia em Manaus, era uma área nova, só as faculdades particulares ofereciam o curso. A minha mãe, aproveitando a oportunidade de um mercado que estava começando, me inscreveu para disputar uma das dez vagas ofertadas. Eu disse que não iria fazer a prova porque eu não queria. Ela contra argumentou dizendo que já havia pago e pediu que eu fosse, pelo menos, fazer a prova que já estava paga (Bruno).

Um ponto que precisa ser destacado na fala acima é quanto à continuidade de seus estudos. Ao terminar o segundo grau, a realidade assimilada (*eidos*) por Bruno só enxergava o curso de engenharia naval como opção para continuar os estudos. Esse fato decorre, principalmente, da tentativa do inquirido em incrementar seu capital cultural incorporado por meio de uma formação acadêmica (capital cultural institucionalizado) que o permitisse atuar formalmente na área. Porém, essa vontade de cursar engenharia não foi possível porque, na época, Manaus não dispunha de um curso de engenharia naval. Então, descartada essa possibilidade, e influenciado<sup>79</sup> por sua mãe – Dona Ruth – ele tentou ingressar no curso de

<sup>77</sup> Na verdade, Bruno é enteado do Sr. Breno, mas tem com ele uma relação de filho e pai.

<sup>78</sup> Uma vez mais ressalto as contribuições de Lescura *et al.* (2010) que creditam à Família esse papel de protagonismo na construção da realidade do indivíduo, reproduzir a *doxa* do subcampo. Observa-se neste caso que a labuta é algo indissociável da realidade.

<sup>79</sup> Destaco, uma vez mais, o papel da mãe na formação acadêmica dos três filhos: Bruno, Hélio e Urias. Ela talvez tenha sido o principal ponto de divergência para um *habitus* exclusivamente ribeirinho e hinterlandino, ampliando a realidade dos filhos para outras possibilidades além do estaleiro.

fisioterapia, em uma faculdade particular. Porém, para Bruno, essa nova empreitada não foi fácil:

(24)Tive muita dificuldade no início da faculdade porque achava que era muita coisa – trabalhar, estudar e me sentia pressionado a fazer tudo certo porque a faculdade era paga. Pensei em desistir nos dois primeiros períodos – cheguei a trancar por seis meses – mas depois retomei e, no sexto período, comecei um estágio voluntário. Nesse época, trabalhava de manhã, estagiava à tarde e estudava à noite (Bruno).

A rotina de Bruno não é diferente de muitos universitários brasileiros, que precisam conciliar trabalho com estudos. Contudo, tal esforço, especialmente o estágio realizado a partir do 6<sup>o</sup> período da faculdade, foi fundamental no processo incorporação do *habitus* do campo da fisioterapia e aquisição do capitais social e cultural requeridos neste campo. Quando indagado sobre a opinião de seu pai sobre a escolha por outra área, Bruno respondeu:

(25)O meu pai nunca foi contra, ele sempre apoiou estudar. Ele sempre nos apoiou em tudo. Eu fiquei com pesar quando resolvi mudar de área, mas percebi que as coisas foram se encaixando de tal forma que o caminho até então trilhado na fisioterapia era sem volta. O estágio me formou como profissional<sup>80</sup>, me ajudou a escolher a minha área de atuação – a gerontologia – e fez com que muitas oportunidades surgissem. O fato da profissão de fisioterapeuta ter dado muito certo foi fundamental para a minha escolha de eleger a fisioterapia como atividade principal<sup>81</sup> (Bruno).

Do trecho (25) podemos extrair quatro reflexões: o apoio do pai aos estudos; o pesar causado pela mudança de área; a importância do estágio no processo de transição; e o êxito na nova área. Considerando a trajetória escolar do Sr. Breno, é de se surpreender o incentivo dado por ele aos seus filhos para estudar – porque de acordo com o seu *habitus*, seria natural pensar que seus esforços se concentrariam num *conatus* voltado para a perpetuação do estaleiro. Essa seria a situação em que o pai assume uma posição ambígua em relação à escolha do filho – desejando que o herdeiro seja diferente dele mas, ao mesmo tempo, anseia que seu filho seja igual a ele –. Repiso o trecho já citado: “tenha sucesso, mude, torne-se burguês e continue simples, não orgulhoso, próximo ao povo (a mim)” (BOURDIEU, 2008, p. 590).

Em decorrência de uma realidade ribeirinha e hinterlandina compartilhada dentro da família, essa mudança de rumos não ocorreu de forma harmônica. Ela veio cercada de conflitos internos desde o sentimento de abandono do pai – que passaria a ir para o estaleiro

---

<sup>80</sup> É possível observar que apesar do estágio representar o primeiro contato de Bruno no campo da fisioterapia já foi suficiente para ele vislumbrar as oportunidades profissionais de um campo recente, posicionar-se nele e aceitar suas disposições, sobretudo seu *habitus*.

<sup>81</sup> No caso em questão, é possível observar uma espécie de *conatus* mitigado, ou seja, o herdeiro conseguiu assumir o protagonismo de sua vida sem abandonar o negócio da família. Essa conciliação satisfaz pai e filho.



(um lugar perigoso) sem ele – até a pressão para que essa nova empreitada desse certo. Segundo ele, o sentimento de desconforto foi mitigado: pela dedicação de seus irmãos à empresa – (26) “eu sabia que podia ficar tranquilo porque os meus irmãos iriam tocar o negócio”; e pelas condições encontradas no campo de destino (da fisioterapia) – como citou Bruno: (27) “um mercado amplo e, ao mesmo tempo, restrito pois já há uma grande oferta de mão-de-obra”-. Então, ele acredita que sua experiência no estágio foi fundamental para alavancar sua carreira, assim como os trabalhos que têm desenvolvido em conjunto com o governo do Estado do Amazonas<sup>82</sup>, ou seja, ambos se tornaram um caminho sem volta.

Sobre o trabalho no estaleiro, o pesquisado afirma gostar da atividade desenvolvida lá por possibilitar um contato direto com a natureza e com a família. Ele ressalta, também, a satisfação de trabalhar para si mesmo, sem chefe. Por outro lado, enxerga que o ambiente onde o estaleiro está instalado é muito perigoso. Hoje, Bruno atua subsidiariamente nos negócios da família e tem planos de fazer um mestrado em Portugal (a *nomos* do campo distingue aqueles que acumulam capital cultural institucionalizado), na área de gerontologia, e prestar concurso para as forças armadas em busca de estabilidade financeira, ou seja, ele assimilou uma realidade (*eidos*) distinta daquela do estaleiro; absorveu a *hexis* deste novo campo (pela forma de falar e se portar); e possui os capitais demandados pelo campo (onde consegue se distinguir). O caso de Bruno é o contrário de Urias: ele conseguiu subverter o processo de sucessão porque, diferentemente do irmão, encontrou no ramo da saúde, por ser um dos primeiros a se formar em Manaus, um ambiente favorável para trilhar seu próprio caminho.

Já Hélio, o mais novo, tem 23 anos, decidiu sozinho por Odontologia – ele está no 5º período. Ao iniciar sua entrevista, percebi, já nas primeiras respostas, que seu comportamento – introvertido, desconfiado, reservado e com certa cisma – estava de acordo com as descrições feitas por Araújo (2003) sobre o forma de se comportar do nosso caboco, anteriormente citado nesta tese. Apesar do mesmo não ter sido criado no interior, observei que Hélio conserva esse jeito interiorano. A entrevista começou tentando apreender alguns elementos de sua trajetória de vida. Assim como Urias, Hélio afirmou que sempre frequentou o estaleiro e esse contato foi fundamental no desenvolvimento de uma relação próxima com esta atividade, disse ele: (28) “Já aprendi muita coisa olhando aqui. Tudo o que tú me perguntar, eu sei fazer aqui.”

Como sua escolha profissional destoa de sua atividade laboral atual, busquei compreendê-la melhor perguntando o motivo dele ter escolhido o curso de Odontologia, ele

---

<sup>82</sup> Bruno afirma que chegou a ser homenageado pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas por um projeto desenvolvido na área neurológica.

afirmou que se inspirou em Bruno, que é fisioterapeuta: <sup>(29)</sup> “A área da saúde eu tive contato quando o meu irmão começou a fazer faculdade de fisioterapia. Eu me interessei, de como é que ele dava o dia-a-dia dele”. Desse trecho, é possível observar que o irmão mais velho, Bruno, acabou mostrando ao mais novo ser possível seguir uma área distinta daquela desenvolvida pelo pai. Apesar de, numa primeira análise, parecer difícil conciliar duas áreas distintas – odontologia e manutenção naval – Hélio não pensa em optar entre uma e outra. Ele atuará como dentista – que será sua atividade principal – de onde levantará recursos financeiros para investir em melhorias no estaleiro do pai, ou seja, futuramente, ele mudará sua atuação de supervisor operacional para investidor no negócio da família. Pude perceber que de todos os irmãos entrevistados, Hélio e Diego, foram os que mais se mostraram alheios ao negócio – o que pode ter explicação no campo da medicina que segundo Montagner :

Assim, a medicina seria uma prática, uma “arte social” sustentada por uma ciência, a biologia. Ela utiliza um poder social legitimamente investido, uma legitimação mais ligada à tradição que a ciência em si. Essa legitimidade ligada às posições estratégicas e de força dentro do campo acadêmico estabelece uma oposição a outras faculdades e disciplinas. MONTAGNER, 2008, p. 1590)

Apesar da Fisioterapia e da Odontologia se situarem em campos distintos ao da Medicina e entre si, pode-se observar que, a exemplo desta, seus profissionais acumulam um certo capital social e cultural distinto de modo que se pode dizer que Bruno e Hélio são os que mais se distinguem dos demais irmãos – incorporando, inclusive o *habitus* de seus campos.

Quanto a relação à posição dos irmãos na hierarquia do estaleiro, Hélio afirma: <sup>(30)</sup> “O Gael é o braço direito (de seu pai), o braço esquerdo é o Urias. Eles estão aqui há mais tempo que eu. A idade que eu tenho é o tempo que o Gael trabalha aqui com o papai. O Urias também”.

No fragmento <sup>(30)</sup>, Hélio informa que Gael – o mais velho, e o que trabalha há mais tempo no negócio – domina o ofício e, conseqüentemente, seria o herdeiro imediato<sup>83</sup> das operações do estaleiro, ou seja, com o filho mais capital cultural acumulado.

Gael, de 41 anos de idade, é o mais velho do primeiro casamento do Sr. Breno e acompanha o pai desde quando o ele trabalhava na navegação Doze de Maio. Testemunhou a separação de seus pais tendo sido criado pela avó materna, cuja família tinha um estaleiro ao lado do Bravo – esse estaleiro é o mesmo onde o Sr. Breno trabalhou em parceria com o seu

---

<sup>83</sup> Urias se encontraria em uma posição intermediária e representaria um suplente de Gael nas operações. Conforme já citado, Bruno é o gestor do negócio – e o proprietário de direito do estaleiro – apesar de não comparecer diariamente na empresa.

sogro, após deixar o segmento de navegação, e que serviu de inspiração para fundar seu próprio estaleiro. Antes de começarem as análises do discurso de Gael, é digno de nota como a relação com seu pai moldou seu *habitus*. Durante algum tempo, ele morou no estaleiro – ambiente já descrito como inseguro e sem saneamento básico, por exemplo – e vivenciou, no dia-a-dia, uma rotina intensa de uma vida dedicada ao trabalho. Sua trajetória pode ser vista na pele sofrida de quem tem no sol o testemunho do trabalho. Retomo os ensinamentos de Prieur (2017) que destaca a importância de se analisar a posição do agente no espaço social porque ela dominará a sua percepção de mundo (seu *habitus*).

Portanto, da passagem <sup>(31)</sup> em diante, é possível observar que Gael desenvolveu uma relação mais profunda com o negócio familiar uma vez que seu capital cultural<sup>84</sup> começou a ser moldado desde criança quando morava com os avós e frequentava o estaleiro do marido de sua avó materna, ao contrário de seus irmãos – cuja referência é mais atual. Sua referência foi apenas o pai, pois ele não teve contato com a mãe. Gael, após três tentativas, foi o último a ser entrevistado e, conforme citado acima, é um homem que traz na pele as marcas de uma trajetória de muita luta e poucas palavras. Sendo assim, muitas informações prestadas por ele não foram gravadas pois o gravador causava nele certo desconforto. Observei que ele preferiu uma conversa mais informal.

Gael disse que sempre trabalhou com o pai: <sup>(32)</sup> “a gente trabalhar junto né desde quando eu me entendo por gente. Nós trabalhamos ali na Manaus Moderna<sup>85</sup> com comércio e atracação de barcos”. Quando perguntei sobre a sua trajetória escolar – tentei compreender se havia ou não alguma relação com a aquisição de seus capitais social e cultural –, percebi certo desconforto em sua resposta: <sup>(33)</sup> “Eu parei é na oitava série entendeu? Mas hoje também não me arrependo de não ter continuado, pois hoje nós vemos tanta gente formada que não tem emprego?!”. Neste momento percebi que a minha pergunta, por mais relevante que fosse para esta pesquisa, foi inoportuna, porque não previu o desconforto que a falta de estudo talvez causasse nele o que me remeteu aos ensinamentos de Bourdieu:

Ainda que a relação de pesquisa se distinga da maioria das trocas da existência comum, já que tem por fim o mero conhecimento, ela continua, apesar de tudo, uma

<sup>84</sup> Ao ser questionado como aprendeu a nadar, Gael respondeu, aos risos, que comia-se piaba viva no estaleiro pois acreditava-se que ao comê-la aprendia-se a nadar como um peixinho.

<sup>85</sup> Manaus Moderna, Escadaria dos Remédios e Beira se referem ao mesmo perímetro urbano que contempla a orla de Manaus na região do centro da cidade. É uma zona de comércio intenso com o mercado da Manaus Moderna, o Mercado Adolpho Lisboa e várias lojas que recebem e enviam mercadorias para o interior.

relação social que exerce efeitos (variáveis segundo os diferentes parâmetros que a podem afetar) sobre os resultados obtidos. Sem dúvida a interrogação científica exclui por definição a intenção de exercer qualquer forma de violência simbólica capaz de afetar as respostas; acontece, entretanto, que nesses assuntos não se pode confiar somente na boa vontade, porque todo tipo de distorções estão inscritas na própria estrutura da relação de pesquisa. (BOURDIEU, 2008a, p. 694)

Logo, observo que somente a boa-fé não é suficiente na condução da pesquisa. É necessário, sobretudo, que o pesquisador preveja se a estrutura da relação de pesquisa pode, de alguma forma, gerar distorções. Neste estudo de caso, observo que a minha presença, na condição de “professor-pesquisador letrado”, pode ter gerado nele uma grande violência simbólica, como uma relação hierárquica descrita por Bourdieu:

É o pesquisador que inicia o jogo e estabelece a regra do jogo, é ele quem, geralmente, atribui à entrevista, de maneira unilateral e sem negociação prévia, os objetivos e hábitos, às vezes mal determinados, ao menos para o pesquisado. Esta dissimetria é redobrada por uma dissimetria social todas as vezes que o pesquisador ocupa uma posição superior ao pesquisado na hierarquia das diferentes espécies de capital, especialmente do capital cultural. (BOURDIEU, 2008a, p. 695)

Nesse sentido, o autor prevê que a pesquisa sobre diferentes espécies de capital pode incorrer em situações que denotem subjugação do pesquisado, especialmente quando a investigação foca no capital cultural. Por isso, reconheço essa prévia limitação e busquei contorná-la permitindo que Gael se expressasse livremente, com intervenções pontuais, para que pudéssemos estabelecer um diálogo mais amistoso e “sem violência”. Foi quando o inquirido sentiu-se à vontade para expressar sua felicidade pelo êxito de sua filha no vestibular<sup>86</sup>, aproveitei a oportunidade e o questionei se haveria algum curso relacionado à sua área de atuação que o interessasse. O mesmo respondeu: <sup>(34)</sup> “não porque aqui agente trabalha mais na prática mesmo”. Apesar de demonstrar certa rejeição à formação acadêmica, quando questionado sobre o que ele deseja para o futuro em relação à família e à carreira, Gael respondeu: <sup>(35)</sup> “a gente deseja que os nossos filho sejam formados independentemente da profissão que eles queiram exercer e cada qual siga o seu rumo”. Nesse sentido, esse talvez seja o caso do que Bourdieu (2008b) chamou de “realização por procuração”, ou seja, ocorre quando a vitória da filha é também absorvida pelo pai. No caso em questão, apesar do inquirido não ter completado seus estudos enxergando-os como prescindíveis para o exercício de sua atividade, não significa, contudo, que não deseje que seus filhos não estudem. Outra

---

<sup>86</sup> Gael expressou, fora da gravação, grande alegria pelo fato de sua filha de 17 anos ter sido aprovada para o curso de Administração Pública da Universidade Estadual do Amazonas. Questionei se ele cogitava a possibilidade dela trabalhar no estaleiro. Ele respondeu que a deixa livre para seguir o caminho que desejar.

consideração que toca frontalmente o *conatus* é o desejo que “cada qual siga seu rumo”, ou seja, o negócio familiar não é a única opção para seus filhos – ele respeita suas escolhas, sejam elas quais forem.

Gael tem sua posição de destaque no estaleiro relacionada ao capital cultural incorporado ao longo de décadas, tempo para introjeção do *conatus*, de origem exclusivamente familiar, sem intervenção de nenhuma instituição escolar. Seu capital social foi herdado do pai, companheiro de negócios e da vida. Apesar do estaleiro estar fortemente presente na vida dele, estando claro o seu sentimento de perpetuação do negócio, ele não demonstrou intenção de lançar mão de estratégias de convencimento dos filhos. Reforço que, para ele, seus filhos são livres para seguir a trajetória que quiserem. Na última entrevista que realizei com o Sr. Breno, ele me informou que Gael que quase não estava mais indo trabalhar porque estava se dedicando à corretagem naval – ou seja, promovendo o encontro entre vendedores e compradores de embarcações, por exemplo –. Da conversa que tive com Gael, ao mesmo tempo que eu o percebia como o mais velho e experiente, também o via como cansado. Ele foi um dos últimos a serem entrevistados porque sempre estava no meio do rio trabalhando – consegui falar com ele após a terceira tentativa. Enxergo essa ausência de Gael como algo momentâneo e que, caso o trabalho de corretagem não vingue, ele voltará para o estaleiro porque é o local que acolherá a todos eles.

Por último, entrevistei Diego, junto com Gael, que não estava previsto compor este estudo de caso porque não trabalhava no estaleiro quando as entrevistas foram iniciadas – ele era assessor parlamentar na Câmara de Vereadores de Manaus. Pude perceber, a exemplo de Hélio, que Diego trabalha no estaleiro quando não exerce outra atividade – na época em que as entrevistas foram realizadas ele estava trabalhando como assessor parlamentar na Câmara Municipal de Manaus. O entrevistado é o segundo mais velho do primeiro casamento, com 38 anos, trabalhou com Sr. Breno dos 14 aos 18 anos e depois foi para outras empresas. Apesar de não ter focado integralmente no estaleiro, ele está completamente alinhado sobre a necessidade dos filhos assumirem as operações iniciadas pelo pai. Quando questionado se pensava em voltar a trabalhar no estaleiro, o mesmo respondeu: <sup>(36)</sup> “Pensar a gente pensa, porque é um negócio da família. Mesmo que eu não esteja diretamente aqui, uma vez ou outra vir para dar aquele suporte é algo necessário” (Diego).

É possível observar que Bruno, Diego e Hélio só se ausentam do negócio porque o elo mais importante na gestão, Gael e Urias, se dedicam integralmente. Todos os filhos o enxergam como o braço direito de Sr. Breno e o respeitam por ser o mais velho, por ter mais conhecimento do negócio e por acompanhar o pai há mais tempo: <sup>(37)</sup> “Assim como o meu pai

é uma referência no negócio, o meu irmão Gael também é referência porque ele já está caminhando há mais tempo, na verdade desde quando o meu pai iniciou aqui” (Diego).

Conforme citado pelo entrevistado na trecho (31), o respeito conquistado por Gael extrapola a diferença de idade. Quanto ao pai, Diego afirmou que o tem como um grande exemplo:

(38) Na atividade de manutenção eu me espelho propriamente no meu pai porque eu vi como começou, acompanhei a época da dificuldade, a transição toda que ele teve até chegar onde ele chegou hoje. Então até hoje eu me espelho na determinação e na força de vontade de lograr êxito na área marítima (Diego).

De seu depoimento é possível observar que a educação paterna foi baseada no exemplo e quando questionado sobre como era trabalhar com o pai, Diego respondeu: (39) “Trabalhar com o pai, como sendo o dono do negócio, não tem esse negócio de ser filho e ter tratamento diferenciado<sup>87</sup>. Aqui todo mundo é tratado igualmente. A exigência é maior porque nós temos que dar o exemplo para os outros funcionário” (Diego).

Outro aspecto levantado foi o capital cultural, a forma de trabalhar, cuja transmissão foi exclusivamente familiar, fruto da rotina diária:

(40) Não cheguei a fazer curso nenhum. Foi no dia-a-dia que eu peguei o aprendizado com um trabalho de solda, corte, vários serviços aqui que eu puxei para mim e procurei fazer igual ou melhor, para que viesse ter uma qualidade. Mesmo não trabalhando nessa área, as coisas que eu aprendi aqui, eu ainda tenho conhecimento (Diego).

Na mesma entrevista em que o Sr. Breno informou que Gael não estava mais indo trabalhar, ele informou também que Diego havia recomeçado porque havia sido desligado do trabalho na Câmara Municipal de Manaus.

A conclusão a que chego do *conatus* no estaleito Bravo é que todos os herdeiros, já buscaram ou estão em busca de atividades que lhes confirmem melhores condições de trabalho, garantias previdenciárias ou segurança quanto à continuidade do negócio – já que a propriedade do estaleiro está em nome de Bruno –. Porém, eles sempre voltam a trabalhar no estaleiro por este local representar para eles um refúgio, onde eles possuem um poder simbólico. Diante deste ambiente, o Sr. Breno parece se sensibilizar com a situação quando deixa seus filhos livres para seguirem outros rumos, deixando sempre as portas abertas.

---

<sup>87</sup> Quanto a esse ponto, Sr. Breno já havia afirmado que o trabalho de solda é destinado exclusivamente aos operários, cabendo a seus filhos a atividade supervisão, compra de materiais e orçamento.

A sucessão patrimonial, apesar de ter-se resolvido, por hora, possíveis litígios advindos do primeiro matrimônio do Sr. Breno, gerou insegurança nos filhos deste primeiro casamento (Gael e Diego) porque legalmente são apenas funcionários, e não herdeiros – já que, conforme citado, a propriedade está em nome de Bruno –. Para Bourdieu (1996), a família é unida por bens, mas separada pela propriedade destes – que destrói os três fundamentos de perpetuação da família: unidade, coesão e integração –. Então, se por um lado as estratégias educativas foram exitosas – transmitindo aos herdeiros um capital cultural incorporado, compatível com este subcampo –, de outro, o Sr. Breno falhou ao limitar a alguns herdeiros (Bruno, Hélio, e Urias) o direito de sucessão. Em relação a estes três herdeiros, é preciso destacar, uma vez mais, o papel fundamental de Dona Ruth na orientação deles quanto a outras possibilidades de trabalho fora do estaleiro. Essas três situações em conjunto comprometeram o *conatus* do estaleiro de modo que não restou ao Sr. Breno nenhuma alternativa a não ser o sentimento de comiseração por seus filhos. Diante dessa constatação, pergunta-se: esse Paraná, para onde os levará?

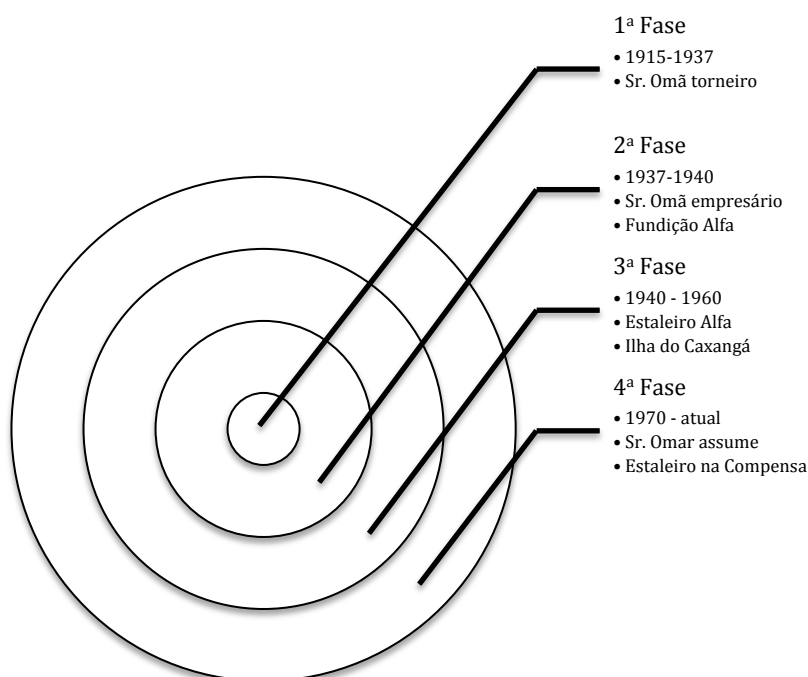
## 5.2 O estaleiro Alfa

O estudo do *conatus* do estaleiro Alfa seguirá uma lógica um pouco diferente da adotada no estudo do estaleiro Bravo, já que o Alfa completou 80 anos em 2017, isto é, torna-se necessário que uma parte de seu passado seja contada para que se compreenda o processo de sucessão que se iniciou na primeira geração – hoje o estaleiro está na segunda. Por isso, o próximo tópico discorrerá brevemente sobre a história de estaleiro Alfa retomando, em seguida, a mesma ordem empregada no estudo do estaleiro Bravo. Reitero que, buscando preservar a identidade dos investigados, atribui-lhes nomes fictícios.

### 5.2.1 A história do estaleiro Alfa

A história do estaleiro Alfa foi brevemente dividida em quatro momentos: desde a trajetória de seu fundador, o Sr. Omã Nasser, como torneiro mecânico (de 1915 até 1937); pela criação da Fundação Alfa (1937-1940); pelo início do Estaleiro Alfa na Ilha do Caxangá (1940-1960); até a mudança das instalações para o bairro da Compensa (1960- atual).

Figura 18: A fases do estaleiro Alfa.



A figura 18 ilustra esses quatro momentos transmitindo as ideias de evolução e expansão do negócio, desde as experiências do Sr. Omã como torneiro mecânico, acumulando



um saber-fazer que, 20 anos mais tarde, se transformaria no capital cultural que o credenciaria a montar seu próprio negócio – o estaleiro Alfa.

Conforme citado, a trajetória profissional do Sr. Omã começa em 1915, quando começou a trabalhar como torneiro mecânico, com apenas 12 anos de idade, na empresa que produzia os trilhos da ferrovia Madeira-Mamoré, em Porto Velho. Em 1920, ele continuou atuando como torneiro mecânico, agora na empresa Amazonas *Engineering Company* Ltda., proprietária dos Estaleiros Amazonas, em Manaus. Observe que, nesta época, suas habilidades de tornearia começaram a ser aplicadas ao ramo da construção naval – essa experiência renderia frutos mais tarde. Em julho de 1926, com mais de 10 anos de experiência na área, iniciou suas atividades na concessionária que administrava os bondes elétricos da cidade – a Manaus *Tramways and Light Company Limited*. Em meados da década de 30, o Sr. Omã inicia um processo de transição para o seu próprio negócio ao adquirir um torno mecânico e montar sua oficina de tornearia e fundição – chamada Fundação Alfa<sup>88</sup> –, situada no bairro da Cachoeirinha, em terreno arrendado, ao lado de sua casa<sup>89</sup>. A fase de transição termina em 1937, quando ele pede demissão da Manaus *Tramways and Light Company Limited* para se dedicar integralmente ao seu negócio. Do início do trabalho como torneiro até a fundação de sua empresa, se passaram 21 anos.

A segunda fase, já como empresário, se consolida na década de 40, quando o Sr. Omã, buscando aproximar-se de seus clientes, muda a Fundação Alfa do bairro da Cachoeirinha para o centro da cidade – na extinta ilha do Caxangá. A figura 19 é uma vista aérea da extinta ilha, na década de 70, mostrando ao centro o Estaleiro Alfa com duas carreiras. Na ocasião, a empresa começou a prestar serviços em navios tipo gaiola – figura 20.

Figura 19: A Ilha do Caxangá na década de 70.

---

<sup>88</sup> Observe como a experiência como torneiro mecânico, agora com quase 20 anos na área, contribuiu para que ele empreendesse e montasse seu próprio negócio.

<sup>89</sup> Esse exemplo vai ao encontro do que Heck *et al.* (2006) afirmaram de que as empresas familiares começam como que uma extensão da casa da família.



Foto: Corrêa Lima.

Acervo: Eduardo Braga.

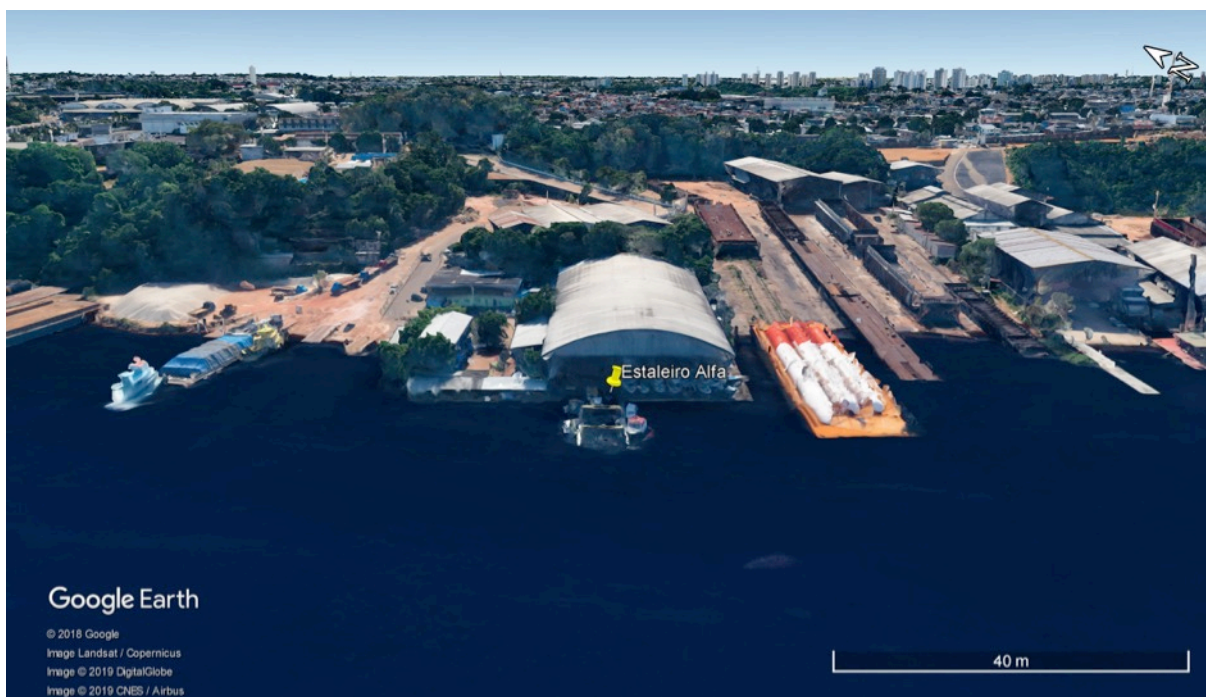
Fonte: Instituto Durango Duarte

Figura 20: Navio tipo Gaiola.



A mudança para a Ilha do Caxangá aqueceu os negócios. Em 1958, o Alfa conquistou um importante cliente – a Petrobras – fazendo reparos e construindo tanques para armazenar combustíveis. Na década de 60, com a aquisição do estaleiro Gama, com seis carreiras, começou a fabricação das primeiras embarcações de aço. Na década de 70, já sob a gestão do Sr. Omar Nasser, houve um grande incremento da capacidade produtiva do estaleiro com a construção das atuais instalações no bairro da Compensa – figura 21.

Figura 21: Estaleiro Alfa no bairro da Compensa



Destaco que o apogeu vivido pela estaleiro Alfa, a partir de 1958, conquistando importantes clientes, coincide com duas intervenções do governo federal: o Plano de Metas (1956-1960) e depois com os financiamentos promovidos pela extinta Superintendência Nacional da Marinha Mercante (1960-1985) para renovação da frota mercante nacional. No total, foram aproximadamente 30 anos de investimentos, chegou na década de 1990 – marcada por crise fiscal e endividamento externo. Essa década foi marcada por “privatizações, desnacionalizações, fechamento de autarquias e cortes orçamentários nos investimentos” (GOULARTI FILHO, 2013, p. 10).

Conforme já citado na descrição do campo da construção naval, situo o estaleiro Alfa em um nível abaixo dos grandes estaleiros não por incapacidade – pois como é possível observar na Figura 31, o mesmo dispõe de uma grande área fabril, com duas carreiras que permitem a construção de embarcações encalhadas – mas pela insuficiência de capital social que lhe garanta um destaque no campo, como é observável em outros estaleiros com estreitas conexões políticas. Saliento que nem sempre foi assim, a história do estaleiro demonstra que ele viveu o seu auge a partir do final da década de cinquenta atendendo a pedidos de grandes clientes ligados ao governo Federal. Segundo o Sr. Omar Nasser, naquela época eles eram os únicos que possuíam capacidade para atender aos pedidos e, por isso, prosperaram.

Após essa apresentação sucinta da história do estaleiro Alfa, apresentarei como funciona seu processo produtivo, muito similar ao do estaleiro Bravo.

### 5.2.2 O processo de construção no estaleiro Alfa

Atualmente, sob a gestão do primogênito do Sr. Omã – Omar Nasser de 86 anos, o estaleiro conta com uma área de aproximadamente 83.000m<sup>2</sup>, suas três carreiras garantem a produção de um portfólio de embarcações com e sem propulsão como empurradores e rebocadores; balsas petroleiras (com capacidade de até 3000 toneladas de petróleo); balsas para transporte de cargas no convés e balsas estanque; flutuantes e portos flutuantes. Abaixo a figura 22 mostra a entrega de uma barcaça com capacidade para transportar de 3 milhões de litros para a Companhia de Navegação da Amazônia (CNA).

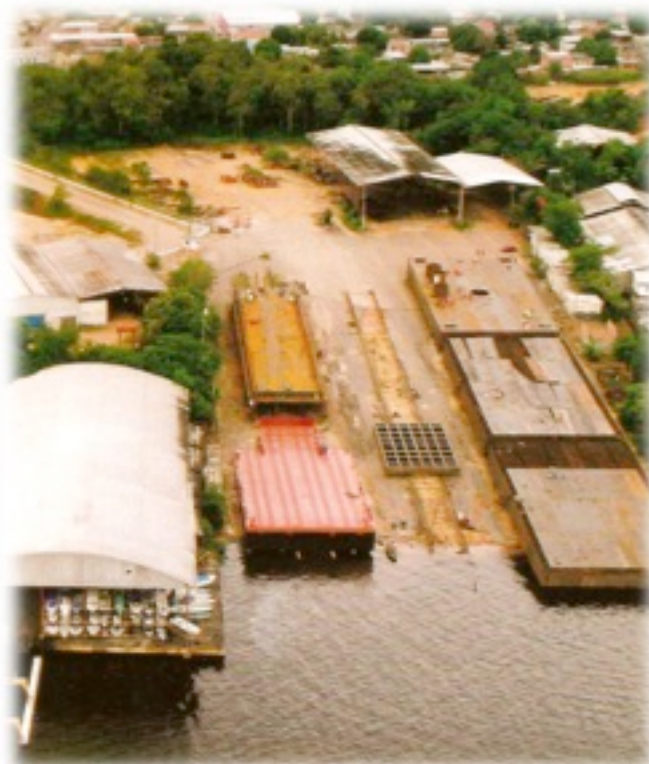
Figura 22: Entrega de uma barcaça para a CNA.



Fonte: Arquivo da Família

A figura 23, abaixo, é possível ver um complexo com um galpão onde as embarcações são produzidas – com três carreiras longitudinais para a edificação das embarcações: a carreira 1 tem 260m de comprimento e 6m de largura, a carreira 2 tem 177m de comprimento e 6,2m de largura e a carreira 3 tem 177m de comprimento e 7m de largura. Não há cais de atracação para o acabamento, as embarcações ficam encalhadas à margem do Rio Negro para a realização desta fase. Além do setor industrial, dos galpões e das carreiras, o estaleiro possui uma área administrativa, um estacionamento, vestiários, banheiros, gerência de produção e setor de estruturas e espaço amplo para armazenamento de aço naval (LINS, 2010).

Figura 23: As três carreiras do estaleiro Alfa



Fonte: Arquivo da família

Atualmente, sem encomendas, cerca de 10 empregados efetivos fazem a manutenção da estrutura supracitada. O Alfa tem capacidade de empregar mais 290 funcionários terceirizados, sob o regime de empreita – o que denota grande capital econômico e social dos gestores quando estão em atividade. Como a construção naval trabalha sob encomenda, tão longo um projeto de construção seja aprovado, a contratação dos temporários se inicia. Esta é uma característica típica dos negócios que empregam grandes recursos e trabalham sob encomenda. O fluxograma 01 esquematiza, de maneira concisa, o processo produtivo no Estaleiro Alfa – muito similar a outros estaleiros da região.

Fluxograma 01: O processo produtivo no estaleiro Alfa

Área	Atividade	Operação	Transporte	Inspeção	Estoque
Projetos	Confecciona o projeto.	●	⇨	□	▽
Cliente	Aprova ou corrige o projeto.	○	⇨	■	▽
Compras	Consulta o estoque de recursos materiais <sup>90</sup> : matéria-prima (MP) e insumos.	●	⇨	□	▽
Produção	Verifica a disponibilidade de mão-de-obra (MOD).	●	⇨	□	▽
Compras	Emite pedido para produção ou reposição do estoque.	●	⇨	□	▽
Fornecedor	Fornece MP ou informa prazo de entrega.	○	➡	□	▽
Qualidade	Inspecciona MP e encaminha para o almoxarifado.	○	⇨	■	▽
Estoque	Recebe MP e armazena.	○	⇨	□	▼
Produção	Requiere do Almoxarifado MP para atender a ordem de produção .	●	⇨	□	▽
Estoque	Movimenta a MP requerida.	○	➡	□	▽
Produção	Inicia o corte manual das chapas com maçarico ou máquina.	●	⇨	□	▽
Produção	As peças produzidas são separadas por seção da embarcação.	○	⇨	□	▼
Produção	Envia os cortes para a montagem.	○	➡	□	▽
Produção	Produção do Picadeiro <sup>91</sup> (Figura 24).	●	⇨	□	▽
Produção	Início da pré-montagem com processo de ponteamento da embarcação.	●	⇨	□	▽
Produção	Montagem da parte externa da embarcação <sup>92</sup> e de sua tubulação.	●	⇨	□	▽
Qualidade	Inspeção visual da soldagem <sup>93</sup> em 20% do casco aparente.	○	⇨	■	▽
Produção	Limpeza da embarcação e preparação para seu jateamento.	●	⇨	□	▽
Produção	Jateamento e pintura da estrutura enquanto quente para evitar oxidação da superfície.	●	⇨	□	▽
Produção	A embarcação é levada para a carreira para que se inicie o processo de acabamento.	○	➡	□	▽
Produção	O acabamento consiste em retirar todas as rebarbas, calafetar, esmerilhar e montar todos equipamentos e máquinas para a próxima fase – o lançamento.	●	⇨	□	▽
Produção	No lançamento ocorre o ajuste final do alinhamento da embarcação. Nessa oportunidade, vários testes <sup>94</sup> são aplicados antes dela ser entregue ao cliente.	○	⇨	■	▽
Produção	Entrega da embarcação para o cliente.	●	⇨	□	▽

Adaptado de (LINS, 2010).

<sup>90</sup> Segundo Lins (2010, p. 76), as matérias-primas empregadas na produção são: aço, solda, gás (GLP e Oxigênio), vinte lâmpadas incandescentes de 60W por dia, fios, cabos, máscaras de solda, maçarico e seus insumos, mangueira (oxi-acetileno). O estaleiro, mantém um estoque de segurança de aço, sobretudo no período de chuva, entre 40 e 50 toneladas, incluindo chapas e perfis.

<sup>91</sup> Picadeiro ou berço é o local onde a embarcação ficará posicionada na carreira (LINS, 2010).

<sup>92</sup> No caso de chapas de aço com espessura superior a 8mm, é necessária sua adaptação para melhor fixação da solda por meio de estrias (LINS, 2010).

<sup>93</sup> Os órgãos oficiais determinam a inspeção, por ultrassom, de toda a area submersa do casco (LINS, 2010).

<sup>94</sup> Segundo Lins (2010), os testes realizados no momento do lançamento são: (a) teste de estanqueidade – quando os tanques são avaliados examinados em busca de vazamentos seja de ar (teste pneumático) seja de líquido (teste hidrostático); (b) Testes de ultrassom nas soldas que visam aferir a resistência da solda empregada. A parte do casco que fica submersa é a parte mais crítica e deve ter 95% de sua área aprovada, ou seja, livre de trinca e cortes; (c) testes de equipamentos da embarcação: bússola, rádio UHF/VHF, decobatímetro, radar, e outros; (d) Nas embarcações com propulsão: testes nos motores, bomba de esgoto, bomba de lastro, bomba de incêndio, tubo telescópico, leme, eixo, hélice e bucha; (e) Teste de navegabilidade: é um teste final quando o motor, alinhamento, aquecimento, rádio, holofote e teste de giro são avaliados por 40 horas.

A análise conjunta das figuras 22, 23 e 24 nos dão uma dimensão do modo de produção do Estaleiro Alfa. Nelas é possível observar que as suas duas carreiras permitem que as embarcações sejam produzidas encalhadas o ano inteiro – diferentemente do Estaleiro Bravo –. Neste último, a capacidade obedece ao regime das águas, ou seja, na cheia, as embarcações são trabalhadas em docas; na vazante, podem ser trabalhadas na margem seca do rio. Isso denota um acúmulo maior de capital econômico do Estaleiro Alfa.

Figura 24: Picadeiro montado em um estaleiro às margens do Rio Negro



Fonte: (LINS, 2010)

O aço que compõe a base da matéria-prima, provém de grandes empresas como USIMINAS ou CSN, mas também de empresas metalúrgicas que trabalham em Manaus, totalizando 88 empresas catalogadas por Lins (2010), e que atendem a todos os clientes locais. Os demais itens – como solda, tubulações, tintas, ferragens, ferramentas, gás, hélices, materiais elétricos e hidráulicos – são itens de prateleira e são facilmente encontrados. Situação semelhante ocorre com a aquisição de motores, os equipamentos podem ser adquiridos diretamente dos fornecedores ou de seus representantes locais.

Apesar do processo produtivo demonstrar uma intensa atividade mecânica (soldas, cortes e moldes metálicos), seguida de testes de segurança e qualidade, a organização industrial também é fundamental para a adoção de práticas consonantes às exigências das sociedades classificadoras – cuja importância foi discorrida no tópico sobre o campo da construção naval.

Após a apresentação do processo produtivo, o *conatus* no Estaleiro Alfa será estudado tomando por base as entrevistas realizadas com seus herdeiros. De antemão, é preciso esclarecer que o negócio se expandiu – onde antes havia apenas um estaleiro há, atualmente, uma marina e um porto –. Assim, observa-se que aqueles herdeiros que não atuam na construção naval continuam a explorar, no mesmo complexo do estaleiro, outras atividades – como as de movimentação de cargas (no porto) ou de guarda de embarcações (na marina).

### 5.2.3 O *conatus* no estaleiro Alfa

A rua que dá acesso ao estaleiro Alfa é asfaltada, no início, mas ao nos aproximarmos da portaria, o barro vai tomando conta do caminho e, quando chove, grandes poças de água se formam dando a impressão de estarmos em uma zona rural, apesar de estarmos na zona urbana de Manaus ao lado de um de seus principais cartões postais – a Ponte Rio Negro. A região, por margear o rio, é o local de muitas empresas de navegação, portos e de estaleiros que promovem um intenso fluxo de veículos pesados, transportando cargas. A primeira impressão quando se chega ao estaleiro Alfa é de um grande porto onde carretas e caminhões entram e saem, há um prédio antigo logo à esquerda de quem entra (onde funciona a Administração do Estaleiro); à direita um menor (onde funciona o escritório de Kaleb – dono do porto); e uma curva descendente em direção ao Rio Negro. O estaleiro está no meio desta curva – do lado esquerdo; e, no final dela, uma Marina à esquerda e um porto à direita. Todo o complexo<sup>95</sup> pode ser visto na figura 31 já apresentada.

A família Nasser, até a segunda geração, conta aproximadamente com 40 herdeiros (28 diretos e 12 indiretos) – vide tabela 11. Segundo os relatos dos entrevistados nesta pesquisa, este número está subestimado pois não levou em consideração os bisnetos nem os trinets, além de que, na família, filhos de relacionamentos extraconjugais não são incomuns. Pesquisar a árvore genealógica da família Nasser, a partir do Sr. Omã, já seria, em si, uma tese. Mas me ative à família do Sr. Omar Nasser pois são os únicos herdeiros que trabalham no complexo do estaleiro, com exceção de Zahira – que é funcionária pública e reside em Campinas (SP).

Chamo atenção para um primeiro aspecto relacionado a esta família: os sobrenomes. A análise da tabela 11 que, apesar de resguardar o nome dos membros da família, evidencia como todos os membros da família, sobretudo as mulheres, mantiveram o sobrenome Nasser

---

<sup>95</sup> A propriedade das empresas foi assim dividida entre os filhos do Sr. Omar: os irmãos Sara e Hadi ficaram com a marina; Kaleb é proprietário do porto; e o estaleiro Alfa pertence aos demais herdeiros, mas está sob a administração do Sr. Omar e seu filho mais velho Osman.



em seus nomes. Bourdieu (1996) destaca a importância do sobrenome porque, juntamente com a herança genética, é o que torna possível as relações sociais de parentesco; traz consigo uma identidade social, uma *auctoritas*, que pode representar um importante capital simbólico. Lindsay; Dempsey (2017) acreditam que os nomes funcionam como uma marca distintiva, usados para localizar pessoas no espaço social. Nesse sentido, como a história do estaleiro se confunde com a história da navegação no Amazonas, o sentimento de pertencimento à Família Nasser fica evidente em seus membros ao preservarem este sobrenome em suas identidades sociais.

Tabela 11: As duas primeiras gerações da Família Nasser.

Primeira Família		Segunda Família	
Omã Nasser (pai).	Dina Nasser (mãe).	Omã Nasser (pai).	Zara Farah (mãe).
Omar Nasser (filho).	Sra. Naíma Nasser (nora).	Filho A Nasser	
Osman Nasser (neto).		Filho B Nasser	
Sara Nasser (neta).		Filha C Nasser	
Hadi Nasser (neto).		Filho D Nasser	
Zahira Nasser (neta).		Filho E Nasser	
Fuad Nasser (filho)	Nora 02 Nasser	Filho F Nasser	
Faïçal Nasser		Filho G Nasser	
Neta 2B Nasser		Filho H Nasser	
Neto 2C Nasser		Filho I Nasser	
Neto 2D Nasser		Filha J Nasser	
Neta 2E Nasser		Filha K Nasser	
Neto 2F Nasser			
Filha 03 Nasser	Genro 03		
Neto 3A Nasser			
Neto 3B Nasser			
Neto 3C Nasser			
Neto 3D Nasser			
Neto 3E Nasser			
Filha 04 Nasser	Genro 04		
Neta 4A Nasser			
Neta 4B Nasser			
Neta 4C Nasser			
Filha 05 Nasser	Genro 05		
Neto 5A Nasser			
Neta 5B Nasser			
Filha 06 Nasser	Genro 06		
Neta 6A Nasser			
Neto 6B Nasser			
Neta 6C Nasser			

O estudo do *conatus* no estaleiro Alfa foi realizado mediante entrevistas não-estruturadas, respeitando o anonimato dos entrevistados, no complexo do estaleiro com aqueles herdeiros que deram prosseguimento ao empreendimento iniciado pelo Sr. Omã Nasser, em 1937, seriam eles: seus filhos Omar e Fuad Nasser; além de seus netos Osman, Kaleb, Sara, Hadi e Faiçal Nasser (filho do Sr. Fuad). A tabela 21, acima, auxilia na identificação dos agentes<sup>96</sup> Inter geracionais.

Seria comum questionar o motivo pelo qual apenas 1/8 do total, subestimado, de herdeiros foram entrevistados. Priorizei o Sr. Omar porque além de ser o herdeiro que desenvolveu o estaleiro, foi quem herdou o negócio e quem o administra há 70 anos. Seu filho Osman o acompanha no negócio; Sara e Hadi possuem uma marina; e Kaleb montou um porto para movimentação de cargas – todos estes estabelecimentos estão localizados no complexo do estaleiro, sendo de propriedade dos citados.

Informo, de antemão, que o Sr. Fuad e seu filho – Faiçal – se mostraram resistentes à entrevista, percebi, nas entrelinhas, que há grande rancor causado por uma disputa por herança. O Sr. Fuad, apesar de aposentado, ainda frequenta o estaleiro – ele era o projetista do estaleiro. Seu filho Faiçal, também aposentado, foi o gerente comercial do estaleiro, por um tempo, e depois começou a trabalhar na concessionária de energia do Amazonas. Os demais herdeiros não possuem nenhuma relação com o negócio da família.

O que ocorre nesta família é que, a exemplo do Estaleiro Bravo, se por um lado, os bens unem os membros dessa família, de outro, sua propriedade é causa de desunião desses (BOURDIEU, 1996). Identifico que o capital econômico é a causa de desarmonia promovendo disputas pelo patrimônio e pelo controle do estaleiro – comprometendo os já citados fundamentos da perpetuação da família: unidade, coesão e integração.

A entrevista realizada com o Sr. Omar, um senhor de 85 anos, foi em seu escritório<sup>97</sup>, em uma terça-feira a tarde, quando ele me recebeu com um humor apurado, incomum para quem já apresenta uma saúde fragilizada tanto pela idade quanto pelas sequelas deixadas por um acidente automobilístico em setembro de 1991, que quase custou a sua vida. Sorridente, ele demonstrou grande simpatia em sua entrevista. A busca por elementos de sua trajetória de vida começou com ele dizendo como começou a trabalhar com seu pai:

---

<sup>96</sup> Ao compararmos o nome das filhas, que mantiveram seus nomes de solteiras – Nasser –, com das noras, que alteraram seus nomes de solteiras – agregando o sobrenome Nasser –, é possível observar uma estratégia familiar de perpetuação do “ser social”, com todos os seus poderes e privilégios que é a base das estratégias de reprodução, estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias de herança, estratégias econômicas e, por fim, estratégias educativas” (BOURDIEU, 1996, p. 35).

<sup>97</sup> Uma sala grande e aconchegante com uma televisão e um banheiro.

<sup>(1)</sup>Eu era maladrão, eu comecei a trabalhar com o meu pai com 15 anos, após reprovar no colégio. Ele me colocou para trabalhar com ele para eu pagar o meu colégio porque ele disse que não pagaria mais. Antes eu não trabalhava, não fazia nada, só estudava, então não era para eu reprovar. A partir daí, eu passei a trabalhar de dia e estudar a noite e me formei em técnico de contabilidade (Sr. Omar).

Logo, nas palavras do Sr. Omar <sup>(1)</sup>, o trabalho surgiu para ele como um castigo por ter reprovado no colégio. A partir daí, seu pai iniciou várias tentativas de ensinar-lhe o seu ofício, sem sucesso. Abaixo, é possível constatar que o fracasso das tentativas ocorreu porque o Sr. Omar não gostava da atividade de tornearia:

<sup>(2)</sup>O meu pai fazia tudo para que a gente aprendesse tornearia, principalmente eu, que era o mais velho. Ele achava que a gente só poderia seguir naquele ramo ali se aprendesse tornearia. Ele pelejou muito comigo, eu tentei, mas não consegui, eu ficava em pé olhando, mas eu não gostava e não levei à frente. Eu nunca tive aquele gosto para ser um operário. Isso foi uma das coisas que ele não ficou muito satisfeito comigo – ele queria que eu fizesse isso (Sr. Omar).

Observa-se que, neste caso, a escola não certificou diretamente para o *conatus*, uma vez que a habilidade requerida pelo estaleiro – a tornearia mecânica – não era ensinada na escola onde o Sr. Omar estudava. Considerando que, segundo Bourdieu (2013), as práticas cotidianas moldam o herdeiro, o cotidiano experienciado pelo Sr. Omar era, até então, estritamente escolar, ou seja, seu *habitus* estava sendo moldado pelas experiências vividas no colégio Dom Bosco de Manaus – onde ele se dedicava ao curso de técnico em contabilidade. Então, sua inabilidade para tornearia não deixou outra opção senão dedicar-se à contabilidade da empresa – não inviabilizando o seu trabalho no estaleiro.

Quando questionado de onde surgiu o desejo em estudar contabilidade, ele disse que a paixão pelo comércio foi a grande causa – paixão esta que subsiste até hoje. Afirmou, ainda, que o trabalho no escritório também o ajudou a enxergar que aquele curso serviria para o estaleiro.

<sup>(2)</sup>O que me ajudou a gostar da contabilidade também foi o comércio. A minha vontade era o comércio, eu já fazia isso desde de rapaz – comprar e vender – esse negócio de estaleiro foi um acidente na minha vida (risos) porque eu já tinha um comércio meu mesmo. Nas horas vagas, eu trabalhava no meu negócio (Sr. Omar).

<sup>(3)</sup>Com nove anos eu fazia picolé, deixava na geladeira de casa e vendia. Eu cheguei até ser costureiro (risos), a minha mãe trazia da padaria umas tinturas, eu tingia os tecidos, ela talhava, eu costurava umas tangas de banho e depois vendia para a turma que ia tomar banho nos igarapés lá próximos a minha casa (risos) (Sr. Omar).

Depreende-se das palavras do Sr. Omar que o trabalho no estaleiro surgiu em sua vida como um “acidente”, ou seja, não foi algo planejado, seu desejo era ser comerciante. Durante algum tempo, o Sr. Omar conseguiu conciliar o comércio com a contabilidade do estaleiro sendo dono de um mercado e auxiliando o contador do estaleiro.

<sup>(4)</sup>Eu me formei como técnico de contabilidade no colégio Dom Bosco. Eu exerci a profissão no próprio estaleiro porque tinha o contador da empresa e quando eu me formei o meu pai disse: ‘então tú já podes me ajudar e isso vai ser vir de prática para ti’. Aí eu comecei a trabalhar junto com o Contador. Eu sou do tempo que se fazia tudo de caneta, com letras góticas (risos). Tinha que fazer tudo desenhado e depois registrar os movimentos (Sr. Omar).

Porém, após uma forte crise <sup>(5)</sup> na indústria naval, o seu pai (o Sr. Omã) decidiu se mudar para o interior para gerenciar um canavial e comercializar alguns produtos derivados de cana-de-açúcar. Nesse momento, o Sr. Ali – seu compadre – assumiu a direção do estaleiro e o jovem Omar continuou trabalhando na Contabilidade sob supervisão deste.

<sup>(5)</sup>Após uma crise, igual a que estamos passando agora, o meu pai decidiu mudar para o sítio no interior que tinha um canavial onde montou uma pequena fábrica que produzia derivados de cana-de-açúcar. Longe da minha mãe, teve outra mulher com quem teve mais filhos do que com a minha mãe (risos) (Sr. Omar).

A título de curiosidade, o Sr. Omã teve com a segunda esposa 11 filhos, conforme disposto na tabela 21. Então, o seu pai literalmente abandonou <sup>(7)</sup> a família e o estaleiro delegando ao Sr. Ali <sup>(6)</sup> e a Omar (quando o Sr. Ali morreu) a missão de darem continuidade ao empreendimento e à família. Esses trechos revelam ainda três importantes temas a serem explorados: o compadrio; a crise no setor naval; e a violência intradoméstica.

<sup>(6)</sup>O meu pai tinha um compadre que tomava conta do estaleiro. Um certo dia ele morreu e quem teve que tomar conta fui eu. Na época, o meu pai morava no interior com outra família que ele teve. Teve inclusive mais filhos do que com a minha mãe (risos) Sr. Omar.

Conforme já explorado, o compadrio foi descrito por Pereira Neto; Ramos; Silveira (2016) como uma estratégia de agregação familiar. Já Araújo (2003), identificou estas relações em muitas sociedades no interior do Amazonas. O compadre é um amigo que faz parte da família e nele é depositada muita confiança – neste estudo de caso, foi confiado a ele a gestão do negócio da família <sup>(6)</sup>. Esta relação de compadrio foi, inclusive, citada por Osman como uma amizade que permaneceu mesmo após seu falecimento, digo, suas famílias continuaram próximas – o que confirma que tais relações poderiam ser consideradas como

uma espécie de Capital Social garantindo uma posição de destaque à família do *de cuius*, conforme previsto por (BOURDIEU, 1987).

<sup>(7)</sup>Na ocasião, o meu pai, que já estava mais do que chateado com negócio de estaleiro, morava num sítio onde tinha um canavial que produzia cachaça, mel... ele era um homem do interior, então ele gostava era disso. Lá ele teve outra família e eu acabei ficando por aqui e estou até hoje. Eu já estou com 85 anos, vou fazer 86 em agosto, comecei a trabalhar no estaleiro com 15, então tenho 70 anos aqui (risos) (Sr. Omar).

O setor de construção naval, por operar com um modelo de produção sob encomenda, convive com muitos momentos de crise<sup>(5)</sup>, ou seja, quando há encomenda, há trabalho e renda; quando não há, o empresário se depara com longos períodos de angústia tendo que manter uma grande estrutura produtiva ociosa. Porém, ressalto que essa indústria, também oferece outras possibilidades de serviços de modo a reduzir a ociosidade fabril como: transporte e movimentação de cargas, marina, e reparo e manutenção de embarcações. Conforme já citado, havendo um capital social desenvolvido, é possível ampliar o portfólio de clientes.

O caso em questão também é um exemplo de violência intrafamiliar que, para Sanchez; Barón (2016), são expressas quando o pai tenta moldar o filho à sua maneira, May; Dawson (2018) citam outros casos de pressão de homens exercidas sobre homens para mobilidade social. Pôde-se observar, segundo Bourdieu (2008), que o Sr. Omar, ao aceitar pacificamente a gestão do estaleiro, tornou-se instrumento do *conatus*. Ele é um herdeiro sem história porque é apenas um apêndice do protagonismo iniciado pelo Sr. Omã. O trecho <sup>(6)</sup> e <sup>(8)</sup> ratificam esta ideia: <sup>(8)</sup> “Até que um dia vieram me avisar, duas horas da manhã, que o gerente do estaleiro, que era compadre do meu pai, havia enfartado e que não iria trabalhar no dia seguinte e me deram a chave do estaleiro. E desde lá eu estou aqui – há 70 anos” (Sr. Omar).

Portanto, a morte de seu braço direito – o Sr. Ali obrigou o jovem Omar a assumir o negócio da família. Este triste fato <sup>(8)</sup>, obrigou o Sr. Omar a desistir definitivamente de seu sonho de ser comerciante. Ele teve que assumir o estaleiro e explicou que, antes de abraçar essa responsabilidade, conseguia conciliar o seu trabalho na empresa com um pequeno comércio que mantinha. Mas, após o falecimento do Sr. Ali, ele não mais conseguiu se dedicar ao seu pequeno comércio.

Seria natural que o Sr. Omã retornasse para reassumir o estaleiro após o falecimento de seu compadre, mas o que ocorreu foi, conforme já citado, que ele delegou essa responsabilidade para o seu primogênito (o Sr. Omar). Sob a justificativa de já ter fixado

residência no interior, o Sr. Omã transmite o *conatus* para o seu filho e este aceita “fazer-se instrumento dócil desse ‘projeto’ de reprodução” (BOURDIEU, 2008, p. 588). O que decorre é que o sonho do Sr. Omar de ser comerciante acabou, apesar dele, posteriormente, ainda ter tentado, sem sucesso:<sup>(9)</sup> “Eu sempre gostei de ganhar dinheiro, desde pequenininho, eu sempre gostei de comércio. Infelizmente, fui cortado, aquele meu pensamento, meu desejo, e tive que ficar aqui no estaleiro. Com o tempo, passei a gostar (risos)” (Sr. Omar). Ainda: <sup>(10)</sup> “Se eu não fosse dono de estaleiro, eu seria dono de supermercado. Esse era o meu sonho. Eu cheguei a comprar terreno na Ponta Negra, cheguei a mandar fazer projeto, mas foi uma época de crise e eu não tive dinheiro para iniciar o negócio” (Sr. Omar).

O riso que sucedeu a triste declaração do Sr. Omar, de ter tido o seu desejo “cortado”, é uma grande contradição de alguém que sacrificou seu sonho de ser comerciante, para assumir um negócio que trouxe alegrias, mas também muitas tristezas. Resignado, ele abraçou essa missão e desenvolveu o negócio da família. O grande fato que marcou a sua gestão foi ampliação do estaleiro com a mudança da Ilha do Caxangá para as atuais instalações no bairro da Compensa. Quando questionado, ele disse:

<sup>(11)</sup> Aí é uma outra história. Até o Caxangá a coisa foi administrada pelo meu pai. Quando passou pra cá, quando me ofereceram esse terreno, meu pai já não estava muito interessado porque ele já estava mais para o negócio no interior. Isso aqui era um matagal só, não existia nada e o terreno foi barato. Na época nós estávamos fechando um contrato com o governo, na época da SUNAMAM<sup>98</sup>, e o estaleiro do Caxangá não tinha estrutura para atender à encomenda, ele tinha uma estrutura de estaleiro de reparo. Daí surgiu a ideia de mudar para cá. Trabalhamos para a Marinha do Brasil, construímos quatro balsas para a Companhia de Navegação da Amazônia (CNA) e outros. Então comecei a trabalhar do zero daqui e tudo o que você vê aqui tem meu dedo, eu tenho muito amor por isso aqui. A minha família fica até enciumada porque eu venho pra cá, sábado, domingo, feriado e fico ali embaixo na marina tomando uma cerveja com os amigos que aparecem (Sr. Omar).

Se o Sr. Omar cita, saudosamente, a SUNAMAM, então ele se refere ao período de 1960 até 1985 quando, segundo Goularti Filho (2013), o governo federal fomentou a renovação da frota mercante brasileira. No Amazonas, esse foi um período de grande prosperidade para o estaleiro Alfa como relembra o Sr. Omar:

<sup>(12)</sup> Antigamente, na época da revolução, como era só eu quem construía, todo mundo corria para mim. O presidente da época financiava os projetos de embarcação e e fiquei bem, a minha situação financeiro foi lá para cima, o dinheiro da SUNAMAM caía em 48 horas após a entrega e fiscalização da embarcação. Na época eu não soube o que é crise de dinheiro (Sr. Omar).

---

<sup>98</sup> A Superintendência da Nacional da Marinha Mercante (SUNAMAM) foi uma autarquia do governo federal criada em 1969, no governo Costa e Silva em substituição à Comissão da Marinha Mercante.

Nesta época, o Alfa gozou de um monopólio de construção de grandes embarcações<sup>99</sup> porque ampliou sua capacidade de construção mudando da Ilha do Caxangá para as atuais instalações que despertavam uma espécie de ciúmes de seu pai. Segundo ele: (13) “Eu não sei se era ciúmes, mas o meu pai não gostava daqui. Ele morreu sem gostar de vir aqui, de jeito nenhum. Ele já estava com uma certa idade, e ficava por lá. Ela não achava que isso aqui era belo, como eu acho” (Sr. Omar).

Essa situação (13) de rejeição quanto do novo estaleiro, me remeteu ao que Bourdieu descreveu como os dramas e conflitos resultantes das contradições da sucessão:

De todos os dramas e conflitos, ao mesmo tempo interiores e exteriores, ligados tanto à ascensão como ao declínio, que resultam das contradições da sucessão, o mais inesperado é sem dúvida o dilaceramento que nasce da experiência do êxito como fracasso ou, melhor, como transgressão: quanto mais sucesso você tem (isto é, quanto mais você cumpre a vontade paterna de vê-lo bem sucedido), mais você fracassa, mais você mata o pai, mais você se separa dele; e inversamente, quanto mais você fracassa (fazendo assim a vontade inconsciente do pai que não pode querer totalmente sua própria negação, no sentido ativo), mais você tem êxito. Como se a posição do pai encarnasse um limite que não deve ser ultrapassado, o qual, interiorizado, tornou-se uma espécie de proibição de diferir, de se distinguir, de negar, de romper. (BOURDIEU, 2008, p. 590)

Nesse caso, o Sr. Omar superou a obra de seu pai, tendo desenvolvido neste, um sentimento contraditório de repulsa, segundo (BOURDIEU, 2008a). Seu filho, Osman (7), tem a mesma percepção do amor que seu pai sente pelo estaleiro: (7) “Ele ama isso mais do que a nossa Família. Eu já o contrário: eu amo mais a minha família do que isso aqui” (Osman).

Portanto, da análise conjunta dos trechos (11) citados pelo Sr. Omar e trecho (7) citado por Osman, fica evidente que o Sr. Omar encarnou um *alter ego* paterno abraçando a missão de assumir o estaleiro, desenvolvendo, por ele, um sentimento de o amor, ou seja, o que outrora fora uma frustração, transformou-se em uma relação profunda, quase vital.

A fase de prosperidade – 30 anos – terminou no início dos anos 90 quando o país atravessou uma grave crise fiscal e endividamento externo (GOULARTI FILHO, 2013). Nesse negócio, que oscila entre altos e baixos, perguntei ao Sr. Omar, como seus filhos começaram a trabalhar com ele, ele citou apenas Osman:

(14) Cada filho, por exemplo o Osman, formou-se em engenharia civil e elétrica. Ele não seguiu nenhuma das duas. Ele se socou aqui. Eu falava ‘rapaz, não fica aqui pelo amor de Deus. Vai cuidar da tua vida’. Ele sempre foi muito apegado a mim e, aos poucos, foi surgindo nele aquela vontade de participar do negócio. Eu dizia ‘rapaz, deverias ter escolhido outra coisa?!’ mas não, ficou aqui (Sr. Omar).

---

<sup>99</sup> Como balsas petroleiras, graneleiras e navios da Marinha do Brasil.

Em seguida, questionei se não era bom seu filho trabalhar no estaleiro para continuar o negócio. Ele não respondeu, mas deixou clara a sua insatisfação com a crise pela qual estão passando transparecendo que não gostaria que nenhum filho dependesse desse negócio, pois se trata de um algo arriscado:

(15)Infelizmente eu tinha muita vontade de levar o negócio à frente, apesar da idade, não só para mim, mas para os meus filhos terem de onde viver e terem uma coisa segura. Eu tinha o pensamento de que os meus filhos dessem prosseguimento no negócio, como eu vim com o meu pai, e continuei e que eu passei. Eu não vejo essa perspectiva de haver essa continuação, de meus filhos ficarem aqui e continuar, não vejo. Sinceramente, a não ser haja, como eu te falei, um interesse do governo em financiar os armadores. Mas os armadores, cheio de embarcação, como estão, não vão fazer embarcação, pelo menos a curto prazo. Eles vão esperar que aumente mais o movimento geral do comércio e da indústria para poder haver mais frete. (Sr. Omar).

Parece haver um certo desejo por parte do entrevistado que seus filhos continuem o negócio por este representar uma fonte de recursos da família, mas, ao contrário do que seu pai fez consigo, ele não forçaria um processo de sucessão para algo instável – preservando seus filhos. Esses sentimentos de pessimismo e de preservação dos filhos se refletem na última parte da entrevista quando ele falou sobre as perspectivas para o estaleiro:

(16)Eu sinceramente, estou triste, muito triste, fico pensando com o meu filho o que vamos fazer. Já pensei até em alugar os galpões para sobreviver até... eu pelo menos, já estou com 85, véspera de 86. O problema são eles que são mais novos. O que eu não queria fazer como o meu pai fez comigo, eu até hoje estou aqui, nunca fui empregado nem nada porque eu continuei a obra dele, tive os bons momentos e os maus momentos, mais maus momentos, mais maus momentos (risos) (Sr. Omar).

Se havia alguma dúvida em relação à violência intrafamiliar sofrida pelo Sr. Omar, o trecho (16) elimina tais interrogações quando o entrevistado deixa claro que não fará com os filhos o que seu pai fez com ele: “O que eu não queria fazer como o meu pai fez comigo, eu até hoje estou aqui (...) eu continuei a obra dele, tive os bons momentos e os maus momentos, mais maus momentos (risos)”. Sua postura denota comiseração para com os filhos que não herdarão o seu fardo (*conatus*) assim como ele herdou o de seu pai. O Sr. Omar parece estar consciente de que o negócio não se perpetuará não sendo, portanto, transmitido para a próxima geração. Para ele, o governo precisa intervir ofertando linhas de financiamento – como fez no passado – e fiscalizando a ação de pequenos estaleiros – chamados por ele de “pirangueiros” – pois estes pequenos estabelecimentos operam na clandestinidade não obedecendo à legislação aplicável à construção naval. Perguntei como ele enxerga o futuro de seu estaleiro e como o governo se faz presente no seu negócio, ele respondeu:



Negativa. Eu não vejo futuro. A não ser que haja uma revolução com relação ao governo, de ajudar o empresário a financiar os projetos. Porque antigamente, o empresário não financiava os projetos. O cliente ia lá para financiar e depois nos procurava para construir. Na época era só eu mesmo e pegava tudo quanto era obra. Ai os outros, vendo isso, começaram a abrir seus estaleiros a ponto de surgir os ‘piranguieiros’. Estes que acabaram com o negócio porque eles cobravam R\$3 por quilo de embarcação, enquanto que o mercado cobrava R\$5. Eles cobram muito mais barato pela construção porque estão afastados de Manaus longe da fiscalização que a gente sofre. Então eles constroem de qualquer jeito, não obdecem a nada, não são perseguidos pelo Ministério do Trabalho, nem pelo INSS, nem pelo IBAMA, ninguém (Sr. Omar).

Por fim, observa-se que na visão dele, o governo tem o poder de revitalizar o campo da construção naval, por meio de incentivos, linhas de financiamento e outros estímulos. Mas também age negativamente por meio da polícia administrativa, que controla a atividade.

Deste ponto em diante, os netos do Sr. Omã Nasser (filhos de Omar) – Osman, Kaleb, Sara, Hadi foram inquiridos em busca de elementos de suas trajetórias de vida – especificamente como suas relações familiar e escolar – que moldaram ou influenciaram suas escolhas de perpetuação do negócio da família. Sendo a segunda geração, é natural investigar, igualmente, se seu pai (Omar) adotou ou reproduziu alguma estratégia que moldasse seus *habitus* em favor do projeto de perpetuação familiar.

Osman, tem 61 anos, é engenheiro eletrônico, formado pelo Instituto de Tecnologia da Amazônia em 1977, e engenheiro civil, formado pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em 1978. Ele explica que se formou numa época de grande carência de engenheiros navais no Amazonas – no final da década de 70. Os poucos que atuavam no mercado local, vinham de outros Estados – o que encarecia o custo desta mão-de-obra especializada. O cenário de escassez de mão-de-obra especializada e a necessidade de capacitação para atuar no negócio da família o levaram a concorrer uma vaga para o curso de engenharia naval, pelo processo seletivo extramacro (PSE)<sup>100</sup> na modalidade portador de diploma, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Apesar dele ter frequentado bons colégios em Manaus e ter formado nas duas maiores universidades do Amazonas, na época, Osman não conseguiu ingressar no curso de engenharia naval da UFRJ. Apesar desse revés, sua carreira continuou no estaleiro, ou seja, esse caso destoa daqueles citados por Bourdieu (2008) quando os postulantes a herdeiros têm seus planos inviabilizados pela academia. Aliás, o processo de

---

<sup>100</sup> O processo seletivo extramacro (PSE) é uma forma de ocupação de vagas remanescentes dos cursos de graduação nas modalidades reopção (quando o aluno concorre a uma vaga em outro curso da mesma área de conhecimento); transferência facultativa (quando o aluno de outra Instituição de Ensino Superior, atendendo a todas as exigências presentes no edital, concorre a uma vaga); e portador de diploma (quando o candidato o portador de Diploma de Curso Superior poderá candidatar-se a outro curso da mesma área de estudos de sua graduação).

sucessão se iniciou quando tinha 15 anos. Ele começou a trabalhar, sem remuneração<sup>101</sup>, como auxiliar de almoxarifado, depois na caldeiraria e, por último, no departamento técnico (antigo setor de engenharia) projetando as embarcações com seu tio Fuad (que é técnico naval) – como estratégia de aproximação com o negócio. Esta tática de imersão foi exitosa e Osman passou a dominar as diversas áreas do estaleiro. Apesar do trabalho com o pai ter ocupado grande parte de sua trajetória, ele confessou certa paixão pela academia:

(1)Eu sempre quis, na verdade, eu não sei, o destino a gente não sabe, mas eu sempre gostei, até hoje, de pesquisar, ler muito e eu queria alguma coisa na área acadêmica. Mestrado, doutorado, eu não tive essa oportunidade, mas até hoje eu penso. Eu tenho uma filha que estuda engenharia química na UFAM e, quando eu vou deixá-la, me dá uma nostalgia danada?! E eu estava querendo passar em algum curso desses só para fazer. Não seria para exercer nenhuma profissão, seria mais para conhecer outra área (Osman).

Do trecho acima (1), a forte concentração do capital escolar precisa ser destacada, em outras palavras, é possível observar que o capital cultural de Osman é formado não somente pela vivência no estaleiro, mas, também, por uma trajetória escolar completa. O *habitus* escolar acumulado nesta trajetória pode ter feito emergir nele um desejo pelo campo acadêmico – *eros*<sup>102</sup> esse preterido pela missão imposta pelo *conatus* –. Isto fica evidente no trecho “o destino a gente não sabe”, ou seja, é possível que o inquirido não vislumbre seu protagonismo sobre seu próprio destino por enxergar uma realidade indissociável do estaleiro:

(2)Na vida tú tens um só caminho para trilhar, infelizmente, eu gostaria que fossem dois caminhos simultâneos: um seria mestrado, doutorado, estudar, que era o que eu gostava. Eu não tenho o que reclamar, nós vivemos bem, a família vive bem, eu tenho 4 filhas mulheres, das quais 3 estão formadas e a mais nova estuda engenharia química, então não tenho o que reclamar (Osman).

Apesar desse desejo pelos estudos e por não ter conseguido trilhar uma carreira acadêmica, Osman (2) não reclama pois reconhece que este caminho alternativo lhe possibilitou viver bem. Mas assente, também, que o negócio da família é instável e relembra uma fase difícil quando o estaleiro decretou concordata obrigando-o a largar seu trabalho:

---

<sup>101</sup> O trabalho não-remunerado é uma característica comum às empresas familiares. Sobretudo quando estão no início, seus membros se dedicam ao máximo para o sucesso dessas organizações, de onde todos retiram seu sustento (SARTI; BELLAVITIS; MARTINI, 2018a).

<sup>102</sup> Aqui o termo é empregado no sentido platônico, ou seja, uma íntima contemplação: “Eros desempenha em relação aos sentimentos e às emoções o mesmo papel de intermediário que as entidades matemáticas representam para a vida intelectual. Ele comanda a subida por via da atração que a beleza dos corpos exerce sobre os sentidos e remete, afinal, à contemplação do Belo supremo, o Belo em si” (PESSANHA, 1991, p. 29).

<sup>(3)</sup> No início da década de 1980, recebemos uma encomenda de três embarcações da Marinha do Brasil. Nessa época, chegamos a empregar mais de 1.000 pessoas porém, como era uma fase de hiperinflação, o negócio se tornou insustentável pela perda de valor da moeda, quase que diária. Então, só conseguimos entregar uma embarcação e o contrato com a Marinha foi rescindido. Tivemos que entrar em concordata<sup>103</sup> (Osman).

A crise citada no trecho <sup>(3)</sup> ocorreu em 1983 quando o estaleiro não conseguia pagar os investimentos feitos para atender esta encomenda. Em 1984 Osman se mudou para Fortaleza em busca de emprego, sem sucesso. Nesses dois anos fora, o Sr. Omar conseguiu vender parte do terreno do estaleiro e quitar as dívidas. Em 1986, já com as finanças saneadas, ele trouxe Osman de volta para trabalhar no estaleiro. Esse momento de crise e retomada da empresa, com a demissão e recontração de Osman reflete o papel paradoxal da família, como descrito por Davel & Colbari (2000), que de um lado é envolto por uma lógica de competição e acumulação bens, mas de outro serve de refúgio emocional e afetivo. Hoje o estaleiro está sem encomendas, em uma situação de insolvência, gerando um grande desânimo em Osman:

<sup>(4)</sup> Hoje, nós estamos em uma outra situação, por exemplo: hoje o estaleiro tá parado. Não tem obra, está todo mundo demitido, têm dívidas. Nós estamos tentando levantar. O cenário hoje é de muita dificuldade, o período pelo qual o Brasil passa. Hoje, na construção naval, me dá muita tristeza, termos abundância de mão-de-obra e não termos como absorver todos esses engenheiros que estão sendo formados aqui na UEA porque o mercado sempre foi carente desses profissionais (Osman).

Diante das crises do passado, testemunhadas por Osman, e da atual crise perguntei a ele se em algum momento havia pensado em chamar suas filhas para trabalhar no estaleiro. Ele peremptoriamente respondeu:

<sup>(5)</sup> Nunca! Porque eu quero que elas tenham uma vida melhor que a nossa. Como eu te disse, eu não me arrependo da nossa vida mas eu quero que elas tenham qualidade de vida. Aqui temos muitos problemas, dá muito trabalho, muita dor de cabeça. Ao contrário, eu as aconselho fazer concurso (Osman).

Quando Osman desaconselha as filhas a trabalharem no estaleiro, transmitindo certa repulsa a um tipo de trabalho instável e sem qualidade de vida, ele mesmo inviabiliza qualquer projeto de sucessão, estimulando suas filhas a seguirem outras áreas e a serem protagonistas de suas próprias vidas. Talvez sua estratégia seja a perpetuação do ser social

---

<sup>103</sup> A concordata foi revogada pela lei 11.101/2005 que passou a prever a modalidade recuperação judicial cujo objetivo é: “viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica” (BRASIL, 2005, Art. 47).

(*conatus*) na área em que ele mais admira: a academia. A predileção de Osman pelo estudo e conhecimento é tão grande que chega a fazer visitas a grandes universidades com suas filhas nas férias – o que denota uma estratégia de convencimento delas para a acumulação de capital cultural institucionalizado:

(6) Eu leio tudo. Tem um site chamado Inovação Tecnológica da UNICAMP que eu assino e recebo a newsletter deles. Eu fui levar as minhas filhas lá, aproveitando que a minha irmã mora em Campinas, só para mostrar para elas. Eu fui lá na Universidade da Paraíba, enfim, tudo quanto é universidade eu vou com elas para mostrar e para despertar nelas o interesse pelo estudo porque é uma área bonita, eu gosto! Engraçado que eu nunca levei as minhas filhas num estaleiro (risos)” (Osman).

Portanto, os trechos (2), (5) e (6) deixam claro o posicionamento de Osman contra a continuidade do negócio por suas filhas. Ela demonstra muito orgulho por elas não terem seguido o seu caminho, apesar dele afirmar que não se arrepende de suas escolhas mas é evidente que não quer que suas filhas sigam seu caminho. Desde a primeira entrevista, Osman transmitiu certa repulsa ao negócio, mas nada se compara a uma forte declaração dada sobre a relação extrema de seu pai com o negócio: (7) Ele ama isso aqui mais do que à nossa Família. Eu já o contrário: eu amo mais a minha família do que isso aqui (Osman).

Diante disto (7), busquei compreender o que fez Osman pensar que seu pai preferiria a família em favor do estaleiro. No segundo encontro que tivemos, ele exemplificou que seu pai tem outras rendas além daquelas provenientes do estaleiro – de aluguéis e aposentadorias – e que conseguiria viver tranquilamente delas. Mas ele emprega essas rendas no pagamento das dívidas do estaleiro deixando sua mãe – Dona Dina Nasser – desassistida, ou seja, observa-se uma confusão patrimonial onde não é mais possível distinguir o que pertence à pessoa física nem à pessoa jurídica. Essas situações ensejam intervenção dos filhos em favor da mãe – o que acaba por fomentar nos filhos um sentimento de rejeição em relação à atividade empresarial. Outro ponto que também justifica a aversão ao estaleiro são as relações familiares no ambiente de trabalho:

(8) A lógica da empresa familiar é muito difícil. Se mesclar profissionais externos com familiares, pode ser que dê certo. Mas só familiares é complicado porque, em primeiro lugar, o familiar tem que provar competência, de preferência fora da empresa, trabalhado fora e depois entrando na empresa. Ela não obedece os procedimentos da Administração. Se passa a mão na cabeça de um familiar, o profissional que estiver aqui competente também vai querer ser tratado igual. Isso acontece mais na Administração, na produção não tem isso e esse tipo de tratamento atrapalha (Osman).

O trecho <sup>(8)</sup> denota certo desgaste das relações familiares. Uma vez mais, fica comprovada que a lógica da empresa família, no que tange os familiares, assume um *ethos* mais tolerante com seus membros – podendo desagradar outros, ou seja, a família vem antes da organização – conforme citado por (BECK; PRÜGL, 2018). Em uma empresa com tantos herdeiros, onde todos são um pouco proprietários, as relações tendem a ser mais delicadas sendo, nesse sentido, evitadas por muitos – como é o caso de Osman que desaconselhou suas filhas a trabalharem no negócio da família por esses e outros motivos.

A segunda entrevistada foi Sara, que gentilmente concedeu uma entrevista inusitada – horas antes de embarcar para Campinas para cuidar de sua irmã Zahira, enferma –. Ela, a exemplo de Osman, também demonstrou grande desgaste em decorrência da relação empresa-família. Ela é a segunda mais velha dos filhos, com 60 anos, e afirma que nunca trabalhou no estaleiro mas relembra que chegou a brincar lá com seus irmãos de imitar seu pai trabalhando. Como moravam próximo à empresa, ela era responsável por levar o lanche da tarde para seu pai às 15:00, <sup>(9)</sup> “numa bandeja e não podia deixar o suco derramar da jarra, senão a minha mãe brigava (risos)” (Sara). Apesar dela nunca ter trabalhado lá, a retífica que hoje possui com o seu marido foi fundada para atender às demandas do Estaleiro Alfa:

<sup>(10)</sup>O estaleiro tinha máquinas de retífica e o meu pai não conseguia pessoas para operá-las. Então ele contratou o meu marido e o colocou como chefe de operações. Mas isso logo deu errado porque já vieram meus tios e primos querendo ficar se metendo no trabalho, então montamos a nossa própria retífica (Sara).

Depreende-se do fragmento acima <sup>(10)</sup> que a experiência de trabalho com os parentes desde cedo foi marcada por atritos e que Sara, para trabalhar junto à família, teve que montar seu próprio negócio, em busca de autonomia. Na retífica, ela cuidava de todos os processos administrativos, ao passo que seu marido, cuidava da operação por ser mecânico formado na antiga Escola Técnica Federal do Amazonas.

Sara tentava se manter distante dos negócios do estaleiro até que, em 2000, seu pai montou uma marina em nome dela, de Osman e dele próprio para empregarem Hadi (pródigo):

<sup>(11)</sup>A marina foi montada pelo meu pai porque esse meu irmão (*Hadi*) não dá certo com ninguém (risos). Meu pai montou para ele drograrias, venda de frangos, mas nada deu certo. Ele só passava nos estabelecimentos pedindo o dinheiro do faturamento (risos). Acabava que o meu pai tinha que assumir todo o prejuízo. Então, quando surgiu a marina, o meu pai precisava colocar a empresa no nome de alguém que não fosse o Hadi porque ele já havia tido 3 casamentos que as mulheres levaram tudo e o meu pai quis preservar esse negócio colocando no meu nome, dele e de Osman (Sara).

Mesmo após de constituída, Sara disse que não frequentava a marina até que duas funcionárias, contratadas por Hadi e que tocavam o negócio, saíram e ela teve que assumir:

(12)Quando Hadi me chamou para vir eu não quis porque era longe e eu já havia me programado para trabalhar só pela manhã e cuidar dos meus filhos a tarde, mas tive que vir. Quando cheguei aqui era uma desorganização total: eu não sabia quantas lanchas tinham, nem quem eram os donos. Não havia faturamento, tudo o que entrava o Hadi ficava com a metade e as duas secretárias dividiam a outra metade entre elas. Então, eu passei madrugadas organizando tudo. Foi quando eu percebi que sozinha eu não daria conta. Aí a minha filha vinha para me ajudar, ficávamos até 03:00 decifrando como faríamos uma programação em relação a quem estava inadimplente, por exemplo. Tinha títulos que eu nem sabia de quem era, não tinha informação nenhuma, não tinha nada. O pagamento dos funcionários era bem desorganizado, um dia pagava R\$100, outro dia pagava R\$200. Enfim, vim organizei e montamos um equipe, porque eu, sozinha, não iria aguentar (Sara).

Dos extratos (11) e (12) é possível constatar que o trabalho em família não foi algo leve e prazeroso para Sara. Na primeira experiência, ela e o marido sofreram com a ingerência de familiares em seus trabalhos na tornearia do estaleiro e, na segunda, recebeu a missão de administrar um negócio que gerasse renda para seu irmão pródigo. O semblante de Sara transmite um misto de cansaço – pela árdua missão de cuidar de Hadi –, mas, ao mesmo tempo, sorri ao descrever os causos do irmão. Observo que ela, por ser a irmã mais velha e por abraçar seu irmão, acaba por assumir uma função materna junto aos irmãos e que, no subcampo empresa familiar, acaba sendo um poderoso capital simbólico – congregando os capitais financeiro, cultural e social. Outro ponto que corrobora para esta constatação é a sua ida a Campinas para ajudar sua irmã Zahira a se recuperar de uma cirurgia, ou seja, Sara parece assumir um papel de sustentáculo entre os irmãos.

Após ouvir atentamente a difícil trajetória de Sara pelo negócio da família, fiz uma pergunta cuja resposta parecia óbvia: “Os seus filhos pensam em trabalhar nos negócios da família?”, “a senhora já pensou em fazer um plano de transição para eles?”, ela respondeu:

(13)Eu criei meus filhos para o amanhã. Eu nunca os desencorajei a estudar por causa de herança. Então todos se formaram em ramos distintos” (Sara).

(14)Eu deixei meus filhos livres para escolherem seus caminhos porque uma empresa familiar é complicada. Você não pode brigar porque é teu irmão, é muito desgastante. (Sara).

No final do trecho (14), Sara – ao rejeitar os confrontos entre irmãos, em decorrência dos laços familiares –, deixa antever que uma legitimação de significado, comumente expresso nos discursos familiares. Segundo Davel; Colbari (2000), eles agem como tabus, ou em vocabulário bourdieusiano, como um *ethos* do subcampo família. Já a análise conjunta dos

incisos (13) e (14), acima, demonstra que Sara, a exemplo de seu irmão Osman – mas por razões diferentes, influenciou seus filhos a seguirem trajetórias alternativas ao negócio familiar. Há certa contradição quando ela diz, no trecho (14), que respeitou a escolha dos filhos mas, em seguida, critica a empresa familiar, ou seja, seus filhos foram livres para escolher qualquer caminho que não fosse a marina ou o estaleiro. Insisti para que ela descrevesse um pouco mais sobre como é uma empresa familiar. Ela respondeu:

(15) Uma empresa familiar é muito difícil. Por exemplo, aqui eu tento levar as coisas a sério, mas o Hadi desfaz tudo. Eu crio regras mas ele acaba com as regras. Aí temos que levar para o meu pai intervir, como ele já idoso, eu não levo mais – poupo o meu pai desses problemas. O Hadi não tem comprometimento, não tem horário, vem quando quer, enfim, é muito difícil (Sara).

(16) “Uma empresa familiar é assim: se empresa está bem, então o pró-labore de todos está garantido. Se a empresa vai mal, ninguém quer sacrificar seu pró-labore para pagar as despesas da empresa. Por exemplo, o meu irmão é assim” (Sara).

As falas acima (15) e (16) demonstram o conflito de Sara, que assumiu uma função materna, em insistir na empresa da família, resignada. Para ela é evidente que a lógica familiar, mais complacente, gera desgaste tanto emocional quanto para o negócio. Por fim, Sara tem motivos suficientes para deixar a marina mas continua a insistir nela para ajudar o irmão. Herança é algo efetivamente desconsiderado por ela que pensa, inclusive, em vender até a sua própria retífica: (17) “Como todos são independentes (*seus filhos*) eu e meu marido já estamos pensando em vender a nossa empresa até porque não tem com quem fique” (Sara).

Portanto, Sara vive uma experiência negativa de manter-se no negócio da família. Sua experiência a levou a educar seus filhos em busca de outras alternativas subvertendo o *conatus* iniciado por seu avô o Sr. Omã. Se depender de Sara e seus filhos, não haverá continuidade nem do estaleiro Alfa nem da empresa que possui com o seu marido. Talvez ela, ao ter estimulado seus filhos a serem protagonistas de suas próprias vidas, tenha dado a eles o direito de seguir com seus próprios *conatus*.

Como Hadi foi bastante citado por Sara, continuarei agora com ele. Ele é um jovem senhor de 58 anos que concedeu esta entrevista no escritório da marina. Comecei perguntando se ele já havia trabalhado no estaleiro, ele respondeu:

(18) Eu comecei a trabalhar com 13 anos obrigado porque eu estudava num período e no outro eu ficava na rua. Antigamente, a rua era pacata, não tinha muito carro, não tinha muita marginalidade, não tinha droga na minha infância, então ele não gostava porque a minha mãe reclamava que eu tava rua, que eu fugia, então meu pai me colocou para trabalhar. Eu varria, ficava olhando o trabalho e aprendendo (Hadi).

No trecho (18) é possível constatar que o trabalho surgiu na vida de Hadi, aos 13 anos, como um castigo por ele ficar na rua, ou seja, o fenômeno social do trabalho foi introduzido em sua vida de forma autoritária, sem conversa – traumática. As estratégias de perpetuação do ser social (*conatus*) descritas que Bourdieu (2008) são sutis, dotadas de simbolismos, de criação de significados, de construção de uma realidade baseada em crenças e valores do campo, enfim, é um processo de convencimento cuja lógica atinge o inconsciente do herdeiro. O caso em questão revela que não houve sutileza nessa introdução ao trabalho –, ou seja, o Sr. Omar reproduz com seu filho o que seu pai, Omã, fez consigo. O que se segue são depoimentos que demonstram mágoa, reprodução da educação recebida, geração de mais traumas e tentativas de superá-los:

(19) Eu tentei dar o que eu recebi, mas fui mal interpretado. Tenho um filho de 13 anos que disse estar muito magoado comigo pela forma como o tratei e que pensou, inclusive, em suicídio. Hoje, eu estou me policiando para não educar os meus filhos como eu fui educado, na grosseria, na forma de falar e de, muitas vezes subestimar os sentimentos deles. Naquela época, a gente era criando assim, quem sentia dó era a mãe, o pai era o carrasco. Eu fui ver, recentemente, que isso fez mal tanto a mim quanto ao meu filho de 13 anos e que hoje é revoltado comigo (Hadi).

Se o pai é o agente responsável pela operacionalização do projeto de transmissão da herança adotando diversas estratégias de convencimento, conforme citado por Bourdieu (2008), então a forma adotada pelo Sr. Omã teve o efeito contrário: repeliu este herdeiro ao invés de atraí-lo. A severidade retratada por Hadi causou-lhe marcas profundas. A realidade assimilada do “pai carrasco” foi responsável pelos problemas de relacionamento tanto com ele (o Sr. Omar) quanto com seu filho.

(20) Eu fui obrigado a ficar no estaleiro sem gostar do trabalho e o meu pai fez eu gostar menos ainda quando dizia ‘eu não preciso de vocês, vocês que precisam de mim’ ou ‘o filho que tem que correr atrás do pai e não o pai correr atrás do filho’. Então, muitos desses ditados que eu passei para o meu filho eu me arrependo e hoje eu tento fazer diferente. Eu tô correndo atrás dele, tentando reconquistá-lo (Hadi).

Esta passagem (20) demonstra como a contundência das palavras proferidas pelo Sr. Omar, mais um caso de violência intrafamiliar, foram absorvidas por Hadi e retransmitidas para sua filho, equivocadamente. Além do relacionamento conturbado com o pai, a gestão familiar no estaleiro, foi outro motivo que contribuiu para a saída de Hadi:

(21) Essa minha decisão foi também porque no estaleiro, enquanto uns trabalhavam, outros só usufruíam, que era o caso dos meus primos e das outras famílias. O meu pai sempre botou a gente para trabalhar e eu dizia: ‘nao é justo nós trabalharmos e os outros só usufruírem?!’ (Hadi).



(22) “O papai sempre dizia: ‘o feio trabalha para o bonito gozar’. Eles eram os bonitos da família, então eu nunca achei certo isso. Sempre achei isso errado” (Hadi).

No último trecho acima (22), é possível observar mais uma crença compartilhada na Família e que foi causa de conflitos – “o feio trabalha para o bonito gozar” – ferindo frontalmente o *ethos* seguido por Hadi. Além dos problemas com os tios e primos – citados, inclusive, por Sara (10) – que não trabalhavam mas usufruíam dos lucros auferidos pela empresa, Hadi também denunciou para seu pai problemas de desfalques:

(23)E o meu pai sempre educou a gente para não roubar e viver com o que é nosso, mas eu pegava os outros roubando, meus primos e a família. Eu chegava para o papai com as provas do roubo e meu pai dizia: ‘rapaz não arruma confusão! Isso é da nossa família, deixa pra lá’. Daí eu dizia: ‘eu não estou lhe entendendo, o senhor nos ensinou uma coisa e agora manda deixar pra lá?!’. Então o papai foi roubado, traído porque ele não queria briga com a família (Hadi).

A gestão da empresa familiar subverte certa lógica empresarial quando a gestão é complacente e não pune atitudes que atentem contra o seu patrimônio desta sob a justificativa de que o transgressor é um membro da família. A este fato, somam-se outros já mencionados por Osman (08) e Sara (10), ou seja, cada herdeiro demonstrou suas frustrações pela falta de autoridade para resolver problemas de ordem familiar que ocorriam nos domínios da empresa.

Diante desses problemas de relacionamento – com seu pai, seus primos e tios – Hadi pediu ao Sr. Omar, que montasse uma marina para ele<sup>104</sup>:

(24)Aí eu fui lá com o papai e disse que não queria mais trabalhar no estaleiro, aí ele perguntou o que eu queria porque tudo o que ele havia montado para mim, tinha dado errado. Eu disse que queria uma marina, e reconheci todos os problemas e prejuízos que eu havia dado para ele, mas justifiquei dizendo que eu queria chamar sua atenção porque ele me dava tudo, menos amor. Ele respondeu ‘eu criei filho homem para ser homem e não fresco!’ na minha cara! Eu não posso ser assim com os meus filho! Então, hoje eu tento ser diferente. Eu tenho tentado mudar para reconquistar o meu filho e reaproximar as pessoas de mim porque eu era um cara ignorante, grosso, andava armado. Mas eu entendo que se eu sofri na mão do meu pai, ele deve ter sofrido mais ainda na mão do meu avô, mas eu terminarei esse sofrimento aqui e não passarei adiante (Hadi).

Esse último trecho resume bem a relação de Hadi com o negócio da família. Suas frustrações se resumem à relação pai-filho – onde este pai interrompeu a juventude de Hadi, obrigando-o a trabalhar; explorou sua mão-de-obra, ao contrário de seus primos e tios; e foi negligente com o patrimônio do estaleiro, quando tratou com complacência os desfalques

---

<sup>104</sup> Segundo Sara (10), seu pai já havia montado vários negócios para Hadi, todos sem sucesso.

patrimoniais. Esses fatos foram cruciais que um sentimento negativo aflorasse, de modo que Hadi se recusou a fazer parte desse projeto de sucessão – ameaçando, conseqüentemente, o *conatus*. Diante dos fatos descritos, ele preferiu seguir com algo seu, apesar de também descumprir, segundo Sara <sup>(12)(15)(16)</sup> a lógica empresarial reiteradamente.

De posse da marina, ele teria a chance de seguir com um projeto de sucessão para seus filhos, mas os problemas de relacionamento com o seu pai foram, igualmente, reproduzidos na relação com o seu filho, de modo que ao ser indagado sobre esta possibilidade – de seus filhos vir trabalhar na marina, ele respondeu: <sup>(25)</sup>” Eu já pensei em coloca-los para trabalhar aqui comigo mas eu não posso impor como foi imposto a mim lá no passado. Então, hoje eu só quero que eles estudem e se quiserem vir para a marina podem vir, o que eu não posso fazer é obriga-los” (Hadi).

Percebe-se, portanto, que esses fatos comprometeram substancialmente os *conatus* da segunda e da terceira geração, tanto que Hadi está reconquistando o afeto de seu filho para depois, talvez, introduzi-lo na empresa <sup>(25)</sup>.

O último entrevistado foi Kaleb, o filho mais jovem do Sr. Omar, de 40 anos, que conserva um jeito mais humilde e simpático. Ele foi entrevistado em seu escritório em um sábado a tarde. Perguntei quais lembranças tinha de sua infância, ele respondeu:

<sup>(26)</sup>A minha lembrança de infância remonta a festa que o pai fazia para a Nossa Senhora do Líbano, lá na ilha do caxangá ainda. Eu sou filho de outro relacionamento do meu pai. Então eu já vim frequentar a casa dele com 12 anos. Então essa é a primeira imagem – ele ia buscar a gente para festa e depois ia deixar. (Kaleb).

<sup>(27)</sup>Eu comecei a frequentar o estaleiro com 14 anos porque lá embaixo ele tinha um barzinho e, nos finais de semana, enchia de gente. Então eu comecei a trabalhar nesse barzinho servindo as bebidas. Foi aí que eu comecei a trabalhar e a me envolver mais com ele (Kaleb).

<sup>(28)</sup>Comecei a ter contato com os meus irmãos quando eu comecei a trabalhar no estaleiro com 18 anos. Só o Hadi que eu lembro que me pegava lá em casa para dar uma volta quando eu era criança. Mas desde os 14 eu trabalhava no bar com o meu pai. A vezes, vinha nas férias pegar uma grana com o pai na sexta-feira. Então o meu contato era muito brando, eu era muito acanhado não tinha muito contato. A partir dos 18 eu comecei a ter mais contato (Kaleb).

Nos trechos <sup>(26)</sup> e <sup>(27)</sup>, Kaleb informa que teve uma infância sem pai e que só começou a frequentar sua casa aos 12 anos. O convívio se intensificou aos 14, quando ele começou a trabalhar no barzinho do estaleiro, aos sábados. O convívio com os irmãos começou aos 18 anos, quando começou a trabalhar no estaleiro <sup>(28)</sup> – com exceção de Hadi de quem era mais

próximo. A ausência paterna não parece ter ocorrido somente com ele. Assim como citado por Osmar (7), Kaleb também corrobora com a ideia de que seu pai nutre um amor desmedido pelo estaleiro, preterindo, dessa forma, a família: (29) “O meu pai as vezes reclama porque o Osman larga o estaleiro para pegar a filha no colégio. Para o meu pai, o estaleiro é prioridade. Ele não quer saber da família” (Kaleb)

Quanto à sua trajetória escolar, Kaleb disse que, após o segundo grau, até tentou continuar os estudos tentando os cursos de Administração e Ciência da Computação, mas parava sempre no 3º período porque se dedicava mais ao trabalho:

(30)Depois de terminar o segundo grau, em 1999, eu comecei a fazer faculdade mas não terminei. Eu tinha vontade mesmo era de montar o meu negócio. Ainda cheguei a trabalhar dois anos no estaleiro com o meu pai. Fiz de tudo: motorista, office boy, conferente. (Kaleb).

Após entrevistar todos os irmãos e o pai, percebo que Kaleb foi influenciado por seu pai a “ganhar dinheiro” empreendendo. O Sr. Omar se orgulha de nunca ter sido empregado, apesar de demonstrar ressalvas quanto ao negócio de construção naval. Ele pode ter transmitido esse sentimento a Kaleb nos dois anos em que ele trabalhou consigo. Quanto à esta experiência, o caçula diz:

(31)Foi muito válida a experiência de trabalhar esses dois anos com o meu pai porque a gente aprende muita coisa. No dia-a-dia a gente vê várias situações que a gente vai aprendendo. Quando eu montei a empresa eu já tinha noção de muitas coisas. No estaleiro eu fiz banco, era motorista, conferente, várias coisas. Quando eu trabalhei com ele, eu não tinha uma atividade fixa para fazer (Kaleb).

Iniciar a educação um filho de 14 anos quando se tem 50, deve ter sido uma experiência única para o Sr. Omar, pois nessa idade ele teve a oportunidade de não cometer os mesmos erros que cometeu com os mais velhos. Como ele mantém uma relação visceral com o estaleiro, a transmissão do *conatus* para Kaleb deve ter ocorrido aos moldes bourdieusianos – de forma mais harmônica–, preservando-o e orientando-o a seguir, de forma prudente, um caminho menos tortuoso que trilhado por ele no estaleiro. Observo que os dois anos de experiência foram a primeira etapa desse processo de transmissão que culminou quando Kaleb vislumbrou explorar o porto do estaleiro:

(32)Eu sempre fui o que meteu a mão na massa. Eu nunca gostei de ficar sentado dentro do escritório. Eu vi a oportunidade de explorar o porto quando eu vi que o meu pai tinha um cliente que encomendava balsa dele e que utilizava o porto para descarregar seus caminhões também. Depois surgiu outro que começou a descarregar areia e seixo. Daí surgiu a ideia de cobrar por isso, depois comecei a

comprar caminhão e agregar o serviço de transporte além da movimentação porque, certa vez, um cliente chegou com uma balsa cheia de seixo e não tinha como descarregar nem como transportar o seixo (Kaleb).

De todos os filhos entrevistados, Kaleb – talvez por ser o mais jovem – demonstrou ser o mais entusiasmado para empreender, assumindo riscos. Não foi o que mais estudou mas, com certeza, foi o que mais arriscou. A trajetória de altos e baixos aliada aos problemas de se trabalhar em família, moldou a forma como seus irmãos enxergam o negócio familiar. Diante deste cenário, Kaleb foi original ao buscar algo independente e, ao mesmo tempo, ligado à família: um porto seu no terreno do estaleiro. Ele explica como começou:

<sup>(33)</sup>Eu vi a oportunidade de explorar a estrutura do estaleiro para fazer um porto e depois comecei a fornecer material para a construção civil (seixo e areia). A partir daí já agregaram outras coisas como desembarque de cereais de Porto Velho (milho e soja) além do transporte das cargas que chegam (kaleb).

<sup>(34)</sup>O meu negócio começou quando eu vendi meu carro para comprar um caminhão em 2002. Eu comecei a gostar de trabalhar com caminhão e eu mesmo dirigia, minha categoria é D. Eu opero máquina, pá mecânica, eu via, antigamente, os operadores do estaleiro e depois eu mesmo já estava operando. Eu acredito que seja o único filho que opera uma máquina porque eu descarregava seixo, já cheguei e descarregar balsa, passava a noite descarregando balsa (risos) (Kaleb).

<sup>(35)</sup>O primeiro investimento que eu fiz foi numa caçamba. Tempos depois que eu consegui comprar uma pá mecânica e quatro caminhões, financiei pelo FINAME<sup>105</sup>, em 2013, com juros de 0,25% ao ano. O meu pai só foi o meu avalista nos três primeiros caminhões porque, na época, eu ainda não tinha movimento, não tinha como comprovar nada. Mas a partir de 2010 eu já consegui financiar sozinho (Kaleb).

O conhecimento prático adquirido por Kaleb o ajudou a compreender o negócio de movimentação e transporte de cargas em seu porto, dando-lhe segurança para empreender. É de se destacar o agronegócio como um agente ativo no campo do transporte naval ( como clientes que movimentam soja e milho) – conforme discorrido no mapeamento do campo. Outro ponto de destaque foi a intervenção do agente financiador – o BNDES por meio do FINAME – que alavancou a capacidade de prestação de serviço de sua empresa. Seu pai prudentemente o apoiou na empreitada:

<sup>(36)</sup>A princípio ele ficou meio receoso de não dar certo. Mas depois ele apoiou, tanto que foi meu avalista. Ele sempre me aconselhava para ter cuidado que para quebrar é muito fácil, o risco é muito alto. Se você não souber controlar o dinheiro o negócio quebra (Kaleb).

---

<sup>105</sup> O FINAME é uma linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que financia a produção e aquisição de máquinas e equipamentos nacionais credenciados por este banco.

Além dos agentes citados acima. Kaleb identifica outros que influenciam o negócio – por vezes embarçando-o. Ao ser questionado sobre quais e como os agentes agem sobre o porto ele citou que a na Capitania dos Portos (MB) que exige o “Nada Opor” – que é uma licença de operação; a Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas (SEFAZ) impõe que ele informe, em um sistema próprio, quais mercadorias estão chegando de outros Estados; o Instituto de Pesos e Medidas (IPEAM-AM) aufer a emissão de CO<sub>2</sub> dos veículos; o DNIT emite autorização para uso da placa vermelha nos veículos – esta placa identifica os caminhões que podem ser fretados; o sindicato dos motoristas é acionado para auditar o processo de desligamento; a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) isenta de impostos federais os veículos de carga adquiridos aqui; e o órgãos que mais embarçam a atividade portuária: IBAMA e IPAAN. Segundo ele, é impossível atender às exigências ambientais porque elas não são claras e, a cada fiscalização, surge uma não conformidade. O problema foi “milagrosamente” resolvido quando Kaleb contratou uma empresa de consultoria, indicada pelo órgão.

Quanto à gestão do negócio, Kaleb acredita que houve excesso de prudência por parte de seu pai e seu irmão Osman. Se tudo dependesse exclusivamente dele, ações mais audaciosas teriam sido empreendidas:

*(37) Se eu pudesse voltar no tempo, eu arriscaria mais porque a pessoa sempre tem medo de não dar certo. Eu quando mais novo eu observava o Osman me aconselhando a ser mais cauteloso, o meu pai também dizia que isso era dor de cabeça. Então eu ficava com medo de fazer um investimento muito alto. Hoje eu já não tenho tanto medo, eu arrisco mais (Kaleb).*

*(38) “Eu acho que eles exageraram um pouco porque não é porque deu errado uma vez que dará outra vez. Uma coisa que eu penso é que eu só saberei se dará certo se eu tentar. Se você não tentar, nunca saberá” (Kaleb).*

A presença dos irmãos e do pai, a partir de sua adolescência, apesar de importante para sua sociabilização secundária, não foi suficiente para apagar algumas marcas deixadas em sua infância. A ausência paterna e a forma como seu pai pretere a família, desenvolveram em Kaleb uma visão própria de família: como aquilo que vem depois do trabalho.

*(39) Eu fui criado distante do meu pai, com a minha mãe. Então eu cresci com pai ausente. No colégio, quando tinha formatura, como ele tinha muitas mulheres em muitos filhos, nunca pôde estar presente e a paixão dele é isso aqui porque, até hoje, ele vem todos os dias aqui. Ele tá com 85 anos, fará 86 em agosto, mas todo dia ele tá aqui. Então eu cresci pensando ‘eu não quero isso para os meus filhos’ então eu*

evitei ao máximo. Quanto ao casamento, eu corria de envolvimento. Tanto que eu nunca fui casado e nunca morei junto. Vim morar junto de quatro anos para cá. A gente tá planejando sim casar, mas eu nunca achei que seria o momento. Eu sinto a necessidade de primeiro conquistar as minhas coisas. Depois penso em ser pai porque eu quero aproveitar mais o meu filho (Kaleb).

Kaleb cresceu com a ideia de que trabalho e família não conseguem coexistir e idealiza que somente constituirá a sua quando o negócio estiver mais maduro pois não quer que seu filho seja criado sem pai. Apesar desse pensamento, o sentimento de perpetuação do porto é algo latente nele:

*(40)* Se eu tivesse um filho, eu gostaria que ele viesse trabalhar comigo no porto. Aqui é a minha empresa, sou só eu eu não tenho um irmão trabalhando comigo ou dividindo opinião e ordens aqui. Então para mim seria tranquilo, para eles é mais complicado. Pensando nisso, eu idealizei uma empresa minha que eu trabalhasse sozinho. Claro, eu uso a estrutura do meu pai, mas a minha empresa é independente. É diferente de lá, se o meu irmão trouxer sua filha para trabalhar na contabilidade, o outro irmão pode não gostar ou então outro ele mesmo pode não gostar de como seu irmão está falando com sua filha, é complicado! (Kaleb)

O que se pode concluir é que Kaleb, percebendo as desvantagens de trabalhar com familiares e as oportunidades de explorar o porto do estaleiro, resolveu empreender seu próprio negócio. Os problemas que ocorrem no estaleiro, seja do ambiente em crise ou dos problemas familiares, parecem não atingir o porto nem o otimismo de Kaleb – que segue trabalhando.

Os depoimentos dos entrevistados nos conduzem ao entendimento de que o Sr. Omar é o responsável pela sobrevivência do Estaleiro, ou seja, não há intensão dos demais herdeiros em perpetuar o negócio – por a uma série de causas que serão aqui listadas. A empresa da família, apesar de ostentar um passado glorioso, é, também, a origem de muitos sofrimentos oriundos, sobretudo, de um mercado instável e conflitos de relacionamento intrafamiliar.

Observa-se que, assim como a maioria dos negócios familiares, o estaleiro Alfa surgiu envolto pela lógica de subsistência da família Nasser. Esta função foi cumprida por décadas até o presente momento, quando o negócio atravessa uma profunda crise causada pela ausência de clientes. Conforme já sugerido, esse cenário poderia ser mitigado se houvesse investimento massivo em capital social que recolocasse o estaleiro em um lugar de destaque no campo. Porém, o Sr. Omar é resistente quanto à ideia de se envolver politicamente – ele chegou a citar, fora da entrevista, uma situação desagradável que gerou muitos prejuízos para o seu estaleiro, mas grande lucro para outro.

O envolvimento político no campo é uma das formas de acumulação de capital social que podem ocorrer se estratégias de fecundidade; estratégias matrimoniais; estratégias de herança; estratégias econômicas; ou estratégias educativas forem empregadas (BOURDIEU, 2008a). Porém, os conflitos intrafamiliares não permitem que seus herdeiros tomem qualquer atitude nesse sentido. A gestão familiar, então qualificada como um ativo intangível por Beck; Prügl (2018), aqui se mostra como um fardo, sobretudo para Sara a quem restou a função de tornar viável um negócio para seu irmão Hadi. Este, por sua vez, denuncia abusos que macularam, inclusive, o seu relacionamento com seu filho. Kaleb, com o seu porto, se mostra mais alheio ao estaleiro, mas solidário à situação de seu pai. Osman compartilha do mesmo sentimento de esgotamento em relação ao negócio da família.

A gestão patrimonial é um tema muito sensível e que tenderá a acirrar os ânimos quando houver a partilha dos bens porque a quantidade de herdeiros é indefinida. Alguns conflitos já citados nas entrevistas com os herdeiros conhecidos (tios e primos) que tiveram a oportunidade de trabalhar. Compreende-se, portanto, a falta de motivação em continuar um negócio que parece não ser mais familiar porque essa família possui membros indefinidos (são muitos) e somente alguns trabalham para a prosperidade do negócio, para outros usufruírem dele.

Por último, ratifico que a “alma” do estaleiro é o Sr. Omar, de onde as estratégias de perpetuação deveriam advir. Porém, sendo vítima do pai, ao ser forçado a dar continuidade no negócio da família, ele não demonstrou interesse em reproduzir, em seus filhos, o processo de sucessão a que ele foi imposto. Nesse sentido, somado à crise financeira pela qual o estaleiro atravessa e os problemas de relacionamento intrafamiliares, pode-se afirmar que não haverá perpetuação (*conatus*) do negócio da família. Diante dessa constatação, pergunta-se: esse Paraná para onde os levará?

### 5.3 Então, esse paraná para onde os levará?

Volto ao começo para findar as análises dos dois casos aqui estudados. Lembro ao leitor que um paraná  a divisão do rio por uma ou várias ilhas – tópico de rios caudalosos. Os rios caudalosos, pelo seu formato, possuem águas calmas sendo o *habitat* de várias espécies de peixes. Ao navegar por um paraná, o comandante tende a manter a embarcao no lado mais largo do rio para seguir viagem sem riscos de encalhar. O lado estreito, onde está instalada a calmaria,  onde grandes cardumes vivem e onde a pesca  mais frequente.

Fazendo uma analogia a um paraná, começamos a estudar o *conatus* nos estaleiros Alfa e Bravo. Como em uma bifurcao – onde de lado tem a calmaria e do outro o barco segue viagem – este estudo buscou, utilizando a abordagem bourdieusiana, revelar as estratégias de perpetuao dessas empresas familiares – ou, utilizando a analogia, revelar as estratégias que fariam com que o barco continuasse viagem. Para isso, a pergunta problema foi: “esse paraná, para onde nos levará?”, ou seja, “como  construído o *conatus* nos dois estaleiros de gestão familiar?”.

Seguindo a premissa de que as famílias são compostas por diferentes corpos que são unidos por um *conatus*, ou seja, uma tendência de perpetuao do seu ser social com todos os seus poderes e privilégios, segundo Bourdieu (1996), essa tese buscou revelar as estratégias de inculcao que garantiriam a perpetuao de dois estaleiros localizados em Manaus, ou seja, partimos da ideia de um *conatus* bourdieusiano para perpetuao das duas empresas.

Conforme discorrido nesta tese, o campo da construo naval  formado por agentes privados (estaleiros seus clientes e fornecedores) e agentes públicos (que exercem o poder de polícia administrativa). Mas são os legisladores-empresários, entendidos como os donos de estaleiro que ocupam cargos eletivos no legislativo, quem detém o monopólio da violência legítima porque, como legisladores, criam leis e regras para sua própria observância, sendo portanto, eles quem dominam o campo pelo acúmulo de um capital social específico – o capital político.

Abaixo deles, se encontram os estaleiros – a exemplo do estaleiro Alfa – que apesar de disporem de grande capacidade fabril, carecem desse capital específico aguardando encomendas de outros clientes não atendidos pelos estaleiros localizados no topo do campo – ficando  deriva. Há também, na base do campo – como o estaleiro Bravo – pequenos estaleiros de reparos e manuteno.

Quanto  trajetória dos membros dos estaleiros, começamos, de forma sucinta, pelo Bravo. O estaleiro Bravo possui uma cultura ribeirinha e hinterlandina fortemente influenciada pelo seu fundador – o Sr. Breno –. Esse caboco sempre esteve envolvido em



atividades de comércio fluvial até o dia em que, através de uma estratégia matrimonial, casou-se com uma mulher cujo padrasto tinha um estaleiro – e desta relação surgiu a ideia de montar o seu próprio negócio, aliando o seu conhecimento de navegação e os seus contatos com seus amigos armadores (capital social) –. O Sr. Breno possui dez filhos (de dois casamentos) dos quais quatro deles e um enteado o acompanham no negócio – dois filhos do primeiro casamento mais dois filhos e um enteado do segundo matrimônio. Todos eles iniciaram suas trajetórias de forma similar: acompanhando o pai no estaleiro. Porém, com o passar do tempo, sob influência da mãe, os filhos do segundo matrimônio escolheram profissões que pouco ou em nada agregariam ao negócio da família: fisioterapia, direito e odontologia – este fato denota que a influência da mãe pode ter maculado a perpetuação do negócio. Somado a isto, é possível notar a omissão do pai, que não empregou estratégias que convergissem para tal perpetuação.

Quanto ao estaleiro Alfa, sua estória se confunde com a história da indústria naval do Amazonas. Com uma quantidade de herdeiros indeterminada, as entrevistas buscaram descrever a trajetória dos herdeiros que trabalham no negócio – um dos filhos do fundador, o Sr. Omar, e quatro de seus netos –. Da mesma forma como aconteceu no estaleiro Bravo, a trajetória de seus netos está associada ao estaleiro sendo que todos trabalham no complexo do estaleiro. As categorias de análise do subcampo dos estaleiros Alfa e Bravo estão dispostas na tabela 21 e serão exploradas a seguir.

Tabela 21: As categorias de análise dos subcampos dos estaleiros Alfa e Bravo

<b>Categorias</b>	<b>Alfa</b>	<b>Bravo</b>
<b>Organização</b>	Formal	Informal
<b>Infraestrutura</b>	Terra firme	Fluvial
<b>Estratégia matrimonial</b>	Desagregação	Agregação
<b>Atuação da família</b>	Gestão	Produção
<b>Atuação feminina</b>	Gestão Familiar	Estreção familiar
<b>Dinâmica familiar</b>	Repele	Atrai
<b>Ambiente de trabalho</b>	Saudável	Insalubre
<b>Gestão patrimonial</b>	Indefinida	Definida
<b>Habitus</b>	Familiar	Familiar hinterlandino
<b>Subcampo (doxa)</b>	Ceticismo	Continuidade
<b>Capital Econômico</b>	Muito e imobilizado	Pouco e intangível
<b>Capital Cultural</b>	Institucionalizado	Incorporado
<b>Capital Social</b>	Insuficiente	Suficiente

Não conseguindo perpetuar alguns empreendimentos, o Sr. Breno, por meio de uma estratégia matrimonial de agregação, funda o estaleiro Bravo, após trabalhar com o padrasto

de sua ex-esposa. Essa experiência possibilitou a ele incrementar seus capitais econômico, social e cultural. Como capital econômico, ele trocou algumas balsas pelas instalações físicas do Bravo; como capital cultural, ele aprimorou seus conhecimentos de construção, reparo e manutenção; e com o capital social conseguiu conquistar alguns donos de embarcação. No caso do estaleiro Alfa não houve estratégia matrimonial de agregação. O número de companheiras e herdeiros do Sr. Omã e de seu filho Omar é indefinido o que faz com que tais matrimônios ou uniões ajam de modo a desagregar o capital econômico acumulado refletindo, inclusive, na gestão do patrimônio – conforme será visto adiante.

Como empresas de base familiar, ambas empregam seus membros e possuem um *habitus* consonante aos valores familiares. Porém, o que diferencia os dois estaleiros, quanto a este aspecto, é a influência da cultura hinterlandina em suas relações. Observa-se nitidamente esta cultura nas relações que permeiam o estaleiro Bravo – algo não tão evidente no Alfa. Nele, a mão-de-obra familiar atua na gestão porque eles dispõem de capital cultural institucionalizado e pela grande estrutura fabril – mesmo raciocínio pode ser tecido para o papel da mulher na empresa, ou seja, Sara atua, igualmente, como gestora –. No Bravo, a mão-de-obra familiar atua na produção pois, ao contrário do Alfa, sua estrutura é menor e seus membros acumulam capital cultural incorporado. Quanto ao papel da mulher, Dona Ruth atua de forma estratégica orientando seus filhos – mesmo que isso atente contra a perpetuação do estaleiro.

Em ambos os estaleiros predomina a mão-de-obra masculina com atuações pontuais das mulheres. Observa-se que no Alfa, apesar de Sara atuar na gestão da Marina, a ela foi confiada a missão de cuidar de seu irmão Hadi, assumindo o que Bourdieu (2002) chamou de “vocação”. Segundo o autor, esta é uma forma de dominação consentida que faz com que as vítimas cumpram, com felicidade, as tarefas a elas atribuídas por suas “virtudes” como gentileza, docilidade, devotamento e abnegação. Esse é o caso de Sara, que assume um papel materno que reúne as virtudes citadas – apesar de demonstrar claro descontentamento. O estudo de caso mostrou como esse papel gera sofrimento nela e repulsa em relação ao negócio da família. Já no Bravo, a única mulher a atuar no subcampo é a Dona Ruth. Ela foge um pouco do estereótipo de submissão porque conseguiu formar-se em Direito e aconselhar seus filhos – Bruno, Urias e Hélio – a buscarem outras alternativas fora do estaleiro. Segundo Bourdieu (2002), a escola surge como a possibilidade de mudança nas relações entre os sexos, uma vez que a família é a principal responsável pela reprodução da dominação masculina.

Foram encontradas as duas possibilidades de organização dos estaleiros: formal e informal. O estaleiro Alfa, pela sua grande infraestrutura, atrai os olhares dos agentes que

desempenham o trabalho de polícia administrativa, exigindo, portanto, processos formalizados – sobretudo aqueles que dizem respeito ao atendimento da legislação. Seus clientes, por atuarem na formalidade, também enxergam o compliance como um requisito. Já o estaleiro Bravo, é predominantemente informal – apesar de ter iniciado com Bruno, um processo de formalização, sobretudo do controle fiscal do estaleiro e do processo de formalização das vendas –. A maioria de seus clientes também são informais.

A forma de organização do trabalho (formalidade ou informalidade) – enquanto condição de obediência ou desobediência da legislação trabalhista ou ambiental –, assim como o trabalho em terra firme ou em docas, estão diretamente relacionados às condições de trabalho nos estaleiros como salubres ou insalubres. Por exemplo, um estaleiro que opere na informalidade tende a descumprir a legislação trabalhista ou ambiental em decorrência do simples fato de não possuir, *a priori*, uma estrutura que cuide disso – ou seja, há um primazia operacional – ou por não ter suas atividades fiscalizadas pelos agentes competentes. Ao trabalharem em docas, também estão expostos ao lixo que se concentra nas margens. Por isso que em ambos os casos o ambiente de trabalho é insalubre. De maneira diametralmente oposta, a formalidade tende a atrair ações de *compliance* que garantam um ambiente saudável e a construção de embarcações encalhadas em terra firme evitam o contato dos operários com as águas poluídas. Dessa forma, pôde-se identificar um ambiente insalubre no estaleiro Bravo e um ambiente mais estruturado no estaleiro Alfa.

Conforme já citado, o estaleiro Alfa possui uma infraestrutura robusta responsável por grande parte de seu capital econômico (imobilizado). Nele há duas carreiras que conseguem produzir grandes embarcações encalhadas, sem influência das águas. Já o estaleiro Bravo, por estar situado em um barranco, dispõe de duas docas que operam sobre o rio. Ná época de vazante do Rio Negro, com a descida do rio, é possível trabalhar em terra firme em uma carreira de madeira que é armada. Diferentemente do Alfa, o capital econômico do Bravo pode ser avaliado tanto na sua infraestrutura quanto na conversão do seu capital social – responsável pela grande demanda por serviços de reparo e manutenção. De forma oposta, pode-se dizer que o Bravo possui trabalho o ano inteiro enquanto que o Alfa possui encomendas pontuais que superam o faturamento o Bravo, ou seja, são negócios distintos.

Em decorrência das características de mercado – que podem apresentar alta ou baixa demanda – e de uma gestão patrimonial indefinida, ou seja, não há herdeiros definidos, predomina no estaleiro Alfa a crença comum (*doxa*) de ceticismo quanto ao futuro. Quanto ao estaleiro Bravo, apesar de uma gestão patrimonial que definiu Bruno como herdeiro legal do

estaleiro, para fins de indissolução patrimonial, a *doxa* deste estaleiro conduz seus membros para a continuidade.

Quanto ao capital Social, o estaleiro Alfa é muito sensível à insuficiência dele pois, como se trata de uma grande infraestrutura, é necessário que haja sempre encomendas para mantê-la. Menos sensível que o estaleiro Alfa, o Bravo consegue se manter mesmo em momentos de desaquecimento porque os clientes, ao invés de renovarem suas frotas, preferem realizar o reparo e manutenção que aumentem sua vida útil.

Por fim, a dinâmica familiar no estaleiro Alfa é conflituosa, provocando sofrimento e repulsa em seus membros. Lá foi possível observar muitos conflitos familiares que começaram no relacionamento do fundador com o Sr. Omar e que, depois, passou dele para os netos. Uma gestão familiar cheia de crenças desalinhadas com o que preceitua a eficiência administrativa é outra fonte de desgaste entre os herdeiros. Aliado aos problemas de relacionamento há também uma grave crise financeira pela qual o estaleiro atravessa e que não consegue ser superada porque não há encomendas de novas embarcações. O número indefinido de herdeiros faz com que haja uma desmotivação em continuar o negócio pois quando o Sr. Omar vier a falecer – hoje com 86 anos – todo o patrimônio será repartido. Nesse sentido, não há projeto de perpetuação (*conatus*) para este estaleiro porque o mesmo é insustentável. Tanto o Sr. Omar quanto seus filhos, ao contrário do que preceitua o *conatus* bourdieusiano, expressaram o desejo de que seus filhos sigam outros caminhos que não seja trabalhar no estaleiro.

Já no estaleiro Bravo, o clima entre os membros é mais amistoso de modo que este estabelecimento é visto como um refúgio pelos herdeiros, onde eles podem exercer certo poder simbólico. Os problemas encontrados neste local estão relacionados às condições de trabalho, e à incerteza quanto a continuidade do estaleiro como algo da família, pois sua propriedade legal está em nome de Bruno. Porém, esses problemas não são suficientes para provocar uma desarmonia – é observável apenas que os membros da família já tentaram se desligar do negócio, porém sempre voltam porque no subcampo Bravo eles conseguem ostentar certo capital simbólico. Este capital é formado, sobretudo, pelo capital cultural incorporado e pelo capital social oriundo dos laços familiares com o fundador do negócio.

Os casos demonstraram, pelo posicionamento do Sr. Breno e do Sr. Omar, que não há um *conatus*, ou seja, ambos não estão inclinados a transmitirem o negócio para seus herdeiros – o negócio não se perpetuará. Logo, não foi possível identificar nenhuma estratégia de inculcação dos pais sobre seus filhos de modo que a tese não foi convalidada.

## 6. CONCLUSÃO

A conclusão desta tese é um grande exercício de reflexão que me remete a todo o seu processo de maturação desde o projeto de pesquisa, em estado bruto, até os resultados inesperados que serão aqui apresentados. Desde o início do doutorado, sempre tive o desejo latente de estudar algo relacionado ao lugar onde nasci e fui criado: Manaus – Amazonas. Este, apesar de ser um universo vasto e com muitas possibilidades, não conseguia despertar em mim nenhuma ideia viável de “como” apreendê-lo – sob qual perspectiva, qual teoria –. Tal angústia começou a mudar quando o professor Carrieri nos apresentou Bourdieu na disciplina de Estudos Organizacionais (EO), ministrada em Manaus. Nesta, o professor nos deu para ler um artigo extraído da dissertação da professora Elisângela Natt – o que para mim foi muito impactante porque comecei a ter a noção de que vivíamos em um espaço social estruturado por agentes onde a posse de capitais específicos do campo garantiria uma posição distinta neste espaço. A professora estudou empiricamente a violência simbólica empreendida em uma vila barrajeira, isso me remeteu a minha trajetória escolar.

Eu e meus irmãos estudamos nos dois melhores colégios particulares de Manaus mas estávamos longe de ser os mais ricos, ao contrário. Na minha turma, tinha filhos de profissionais liberais (médicos e advogados), funcionários públicos (juizes e auditores fiscais), empresários (comerciantes, empreiteiros, etc) e eu e meus poucos amigos (filhos de uma classe média baixa). Desde pequeno, eu sempre senti que havia uma divisão na turma<sup>106</sup>, ou seja, formavam-se grupos por “afinidade”. Nestes, havia um *habitus* comum que podia ser notado desde a marca dos acessórios que usavam até as viagens que faziam nas férias – me recordo de, em uma aula de história, um deles ter descrito o que viu no Egito –. Hoje, ao atualizar essas memórias, vejo, na prática, que Bourdieu estava certo: a escola é uma instituição de reprodução social, ou seja, o filho de médico é médico; o filho do empresário, é empresário; os filhos gêmeos da juíza, são ambos juizes (aprovados no mesmo concurso) etc. Há também o meu caso, e de meus amigos, que conseguimos ascender de forma bem incremental a um patamar acima em relação aos nossos pais. Mas, após ter contato com a teoria bourdieusiana, os casos de reprodução social ficaram mais evidentes.

As reflexões sobre a prática da teoria bourdieusiana despertaram em mim o interesse em aplicá-la, sobretudo, em algo que pudesse revelar formas de dominação simbólicas, a

---

<sup>106</sup> No mês de agosto desse ano, o colégio convidou “todos” os seus egressos para uma aula da saudade com o objetivo de mostrar suas novíssimas estruturas físicas. Nas fotos, é possível constatar apenas a presença dos ex-alunos que hoje são empreiteiros, juizes, empresários, ou seja, os que pertencem a uma classe alta.

exemplo do que fez a professora Natt. Então, eu já sabia a teoria a ser adotada na minha tese, faltava a escolha de um objeto de estudo.

Nessa busca por um objeto de estudo, eu sempre refletia sobre a violência simbólica. Para mim, essa forma sofisticada de dominação, se revelada, poderia abrir os olhos dos dominados, como abriu os meus quando descobri. Então, comecei a analisar todos os símbolos do meu cotidiano até que, no inverno de 2017, em Belo Horizonte, assisti a uma aula gravada do professor Clóvis de Barros Filho sobre Bourdieu. Ele discorreu de maneira simples e sucinta sobre os principais conceitos que compunham a teoria bourdieusiana, mas o que ficou em mim registrado foi o seu relato sobre o preconceito sofrido por Bourdieu, em Paris, pela sua forma de falar (seu sotaque). Isso me fez recordar as brincadeiras preconceituosas que a comunidade paraense sofre em Manaus, incluindo minha mãe, em decorrência de seu sotaque – cabe um parênteses para falar sobre. Ela é nascida no interior do Pará e tem uma cultura hinterlandina muito arraigada a sua personalidade – prefere viajar de barco para sua cidade natal a viajar de avião para o sul. Então, comecei a observar o quanto os amazônidas são ligados a essa cultura fluvial e hinterlandina. Pensei que poderia ser objeto de estudo.

Essa ideia ficou adormecida até uma conversa que tive com a professora Nadja Lins sobre construção naval. Ela, com muito entusiasmo, falou que já trabalhava com os estaleiros de Manaus há alguns anos e tentou, em uma conversa bem descontraída, me apresentar alguns possíveis temas de pesquisa sobretudo aqueles relacionados à herança cultural. A professora me relatou a riqueza cultural da carpintaria naval – expressa na caligrafia dos artistas que pintam os nomes das embarcações, até a produção artesanal de hélices –, e as técnicas de construção naval empregadas em estaleiros familiares por operários sem nenhum conhecimento acadêmico –. Daí surgiu a ideia de estudar o processo de transmissão da herança cultural nos estaleiros.

Buscando uma abordagem dialética, a professora me sugeriu que estudasse os estaleiros Alfa e Bravo porque representariam as duas faces da mesma moeda sendo um o ponto e o outro o contraponto. O Alfa é um estaleiro tradicional cujo capital econômico está imobilizado em suas grandes instalações – com uma vasta área fabril, localizada em uma área nobre de Manaus –. Já o Bravo, concentra sua riqueza em seu capital cultural, notadamente influenciado por uma cultura ribeirinha e hinterlandina. Localizado em um bairro pobre de Manaus e instalado em um barranco, sua operação está em contato direto com o Rio Negro e obedece aos regimes das águas – na cheia, trabalham em docas flutuantes; na vazante,

trabalham na margem, em terra seca. Trazer para o leitor essas duas realidades é construir, reitero, uma dialética que contribui para uma percepção mais apurada do campo.

Então, definido os objetos de estudo (os estaleiros Alfa e Bravo) e a perspectiva de análise (Bourdieu), restava pesquisar, dentro da teoria bourdieusiana, o que poderia aderir ao tema das sucessões. Essa busca cessou no livro *Razões Práticas*, quando Bourdieu partindo da premissa de que as famílias são corpos animados por uma espécie de conatus, no sentido de Espinosa, afirmou que desse conatus surgem várias estratégias de perpetuação de seu ser social com todos os seus poderes e privilégios. A partir daí, foi possível formular o objetivo principal desta tese: revelar as estratégias de inculcação dos fundadores dos estaleiros Alfa e Bravo sobre seus herdeiros com vistas à perpetuação do negócio da família. Buscando atender a este objetivo de pesquisa, entrevistei seus membros em busca de mecanismos que apontassem para uma perpetuação da família e dos negócios, ou seja, adotei uma abordagem estrutural-construtivista que pudesse revelar a ação do campo e do subcampo sobre os agentes e vice-versa. Porém, a medida que a pesquisa de campo ia avançando, mais clara ficava a noção de que nos dois estaleiros não havia um projeto de perpetuação.

As causas para ausência de conatus são distintas. No estaleiro Alfa, o ambiente é conflituoso, provocando sofrimento e repulsa em seus membros. Lá foi possível observar que a origem dos conflitos começou do relacionamento do seu fundador (o Sr. Omã) com seu filho (o Sr. Omar) – quando este último foi obrigado a herdar o negócio após a morte do administrador do estaleiro (o Sr. Ali) –. Apesar de ter deixado clara a sua frustração em não ter conseguido ser comerciante (seu sonho), o Sr. Omar decidiu não transmitir o estaleiro para seus filhos, mas daí é preciso compreender a influência do campo da construção naval em sua decisão. Este campo é dominado por grandes estaleiros cujos proprietários apresentam forte influência política de modo que eles dispõem de um amplo mercado que atende ao governo e à iniciativa privada; conseguem, por meio de um capital social *sui generis*, viabilizar o financiamento de suas operações; e tornar o campo mais favorável aos negócios por meio da edição de leis normas. Como o Alfa ocupa uma posição abaixo desses grandes estaleiros, ou seja, não dispõe do capital social supracitado, ele, atualmente, atravessa uma grande crise financeira com a falta de encomendas. Esta não é a primeira crise, ou seja, o negócio opera em um ambiente turbulento – o que faz com que o Sr. Omar não pense em transmitir o negócio para os filhos.

Outra causa de conflitos é a gestão familiar empregada do estaleiro Alfa. Cheia de crenças desalinhadas com o que preceitua a eficiência administrativa – em termos bourdieusianos, com uma *doxa* familiar em conflito com a *doxa* dos negócios –, elas são

fontes de desgaste entre os herdeiros porque a complacência suplanta a vontade de excluir um familiar do negócio. Este caso diz respeito a Sara a quem coube a missão<sup>107</sup> de administrar a marina com seu irmão Hadi (pródigo). Para ela, o estaleiro Alfa é uma fonte de sofrimentos e renúncias.

Osman, engenheiro e pai de três filhas, compartilha do sentimento de Sara. Para ele, todos os funcionários deveriam ser tratados de forma igual, seja da família ou não – sem privilégios. Ele acompanha seu pai na gestão do estaleiro Alfa desde que saiu da faculdade, na década de 80, mas não aconselha suas filhas a trabalharem lá pelos problemas de relacionamento familiar e pela instabilidade do negócio.

Por último, talvez a maior causa de ausência do conatus no Alfa seja a gestão da herança. Segundo Bourdieu, a família é unida e dividida pela propriedade – o verme do cálculo, introduzido pela lógica econômica, corrói as famílias –. Estes ensinamentos se aplicam ao caso em questão. O número indefinido de herdeiros gera uma apreensão naqueles que se dedicam ao negócio fazendo que eles prevejam uma grande disputa judicial pelo capital econômico do estaleiro quando o Sr. Omar vier a falecer – hoje com 86 anos –, ou seja, todo o patrimônio será repartido. Portanto, ratifico que não há projeto de perpetuação (conatus) para este estaleiro porque o mesmo é insustentável. Tanto o Sr. Omar quanto seus filhos, ao contrário do que preceitua o conatus bourdieusiano, expressaram o desejo de que seus filhos sigam outros caminhos que não seja trabalhar no estaleiro.

Ao contrário do que acontece no estaleiro Alfa, no Bravo o clima entre seus membros é mais amistoso. Lá, percebe-se uma crença compartilhada (doxa) de que o estaleiro é um refúgio para onde os herdeiros voltam sempre que alguma empreitada não é bem sucedida. Conforme descrito no estudo de caso, entre os herdeiros há um fisioterapeuta, um bacharel em direito, um acadêmico de odontologia e dois sem formação.

Urias é o bacharel em Direito que, após não ter conseguido atuar na área, voltou a trabalhar com o pai. Dentre as razões que inviabilizaram sua carreira, está a carência dos capitais cultural e social. Para atuar como advogado, ele identificou a necessidade de ser aprovado no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); de uma rede de contatos; e conhecimentos, o que demandaria dele grande investimento. Então, ele resolveu voltar a trabalhar com o que já domina: manutenção e reparo naval. Esse caso chama atenção para as formas de distinção no campo do Direito – há os bacharéis e os advogados. Ser aprovado no exame da OAB é o primeiro crivo para os agentes que pretendem atuar no campo.

---

<sup>107</sup> Em “A Dominação Masculina”, Bourdieu chama isso de “vocação”. Ou seja, os homens inculcam nas mulheres a ideia de que elas são vocacionadas a executar determinados papéis sociais.



Já Bruno, enteado do Sr. Breno, é fisioterapeuta logrou êxito no campo recém criado da fisioterapia. Apesar de fazer planos para a carreira, ele ainda gerencia o estaleiro porque é o proprietário de direito. Esta, inclusive, foi uma estratégia de proteção do patrimônio, encontrada pelo Sr. Breno, contra processos de partilha de seu primeiro casamento.

Hélio, acadêmico de odontologia, já trabalhou no estaleiro mas pretende ser dentista. Diego e Gael, filhos do primeiro casamento, não possuem formação acadêmica e buscam, sempre que podem, outras atividades fora do estaleiro.

As condições de trabalho, e à incerteza quanto a continuidade do estaleiro como algo da família, pois sua propriedade legal está em nome de Bruno são fatores que ameaçam a continuidade do negócio da família. Porém, esses problemas não são suficientes para provocar uma desarmonia – é observável apenas que os membros da família já tentaram se desligar do negócio, porém sempre voltam porque no subcampo Bravo eles conseguem ostentar certo capital simbólico. Este capital é formado, sobretudo, pelo capital cultural incorporado e pelo capital social oriundo dos laços familiares com o fundador do negócio.

Dito isto, como seria possível, então, que as organizações familiares estudadas não tivessem um *conatus*? Para onde este paraná os levará?

Diante destes questionamentos, algumas considerações surgiram sobretudo em resposta ao resultado da análise do tópico anterior que apontou a ausência de um *conatus* nos estaleiros. Como os conceitos bourdieusianos se mostraram insuficientes para explicar a ausência supracitada, houve a necessidade de trazer Espinosa como uma teoria alternativa para a compreensão dos casos descritos neste trabalho – me refiro aos conceitos de servidão humana e ao estudo dos afetos.

Analogamente ao que preceitua Bourdieu, Espinosa enxerga o *conatus* como o esforço interior de cada coisa em perseverar em seu ser. Essa força, segundo o autor, opera tanto no campo das ideias (sem interferências externas) quanto na imaginação (com interferências externas) gerando ideias adequadas e inadequadas, respectivamente. Porém, nada obsta que a alma, pela íntima relação com o corpo, gere ideias inadequadas, ou seja, é possível que as imagens operem no campo das ideias (que normalmente não sofrem interferências externas). Portanto, é possível falar que a família possui um *conatus* (apesar do termo estar restrito ao indivíduo) enquanto uma crença compartilhada e uma ideia inadequada. A formação dessa ideia inadequada se dá por meio do que Bourdieu chamou de processos de inculcação e que tenderão despertar no membro da família um sentimento de unidade como estratégia de autopreservação – uma espécie de servidão humana. Para Espinosa, conforme já citado, a servidão humana seria a impotência humana para regular e refrear as imagens que, na alma, se

realizam como ideias afetivas ou sentimentais, ou seja, na servidão humana, o indivíduo está sob o comando do acaso.

Ora, se a servidão humana é uma possibilidade de fundamento do *conatus* de uma família, então por que não foi empregada nos estaleiros Alfa e Bravo? Os casos descritos poderiam negar a existência de um *conatus* nessas famílias. Porém, um olhar mais aprofundado sobre a terceira parte do livro “Ética” onde Espinosa discorre sobre a origem e natureza dos afetos – especificamente a relação entre objetos semelhantes, ou seja, aqueles capazes de interferir em nossa vida de maneira radical – ajuda na compreensão de uma posição passiva dos patriarcas em relação aos herdeiros.

Espinosa listou algumas espécies de afetos lineares e triangulares – dispostas na Tabela 01 – e que nos dão uma ideia de como a nossa potência aumenta ou diminui de acordo com o aumento ou diminuição da potência daqueles que amamos por meio dos sentimentos de alegria e tristeza – descrito na proposição 21.

Por isso que, diante dos problemas descritos em ambos os estaleiros, seus patriarcas, sobretudo o Sr. Omar, por meio de um sentimento de comiseração, não adotaram estratégias de inculcação com vistas a um *conatus* familiar. Para eles, está claro que a felicidade de seus filhos está acima da perpetuação dos estaleiros. Seus comportamentos demonstraram que, se por uma lado, a servidão humana tem o poder garantir a perpetuação de seus estabelecimentos, de outro, reduz suas potências através da tristeza gerada neles mesmos. Nesse sentindo, a escolha de cada um foi respeitada de modo que cada um, ao chegar no paraná, deverá escolher se param na ilha ou se continuam.

Portanto, a presente tese conclui que o sentimento de comiseração dos pais em relação aos filhos, nos dois casos, inviabiliza um *conatus* familiar. No Alfa porque o Sr. Omar não deseja a seus filhos que se dediquem a um negócio insustentável e no Bravo porque o Sr. Breno almeja condições de trabalho melhores para seus filhos respeitando, em ambos os casos, os *conatus* de cada um. Então, concluo que esse paraná não os levará a nenhum lugar porque ele já é o destino final daqueles que começaram sua empreitada há décadas atrás, cabendo a cada herdeiro, trilhar seu próprio caminho.

Os ganhos que esta tese trouxe podem ser analisados sob três perspectivas: social, empresarial e acadêmica. Este empírico retratou a importância do transporte fluvial para o cotidiano ribeirinho e para a economia metropolitana. Este modal é amplamente utilizado no Amazonas para a movimentação de pessoas e cargas – é nesse ínterim que a indústria naval está inserida –. Como uma verdadeira herança cultural, o estudo das relações macro e micro

que permeiam os estaleiros trouxe ganhos locais porque permitiu compreender as relações de poder do campo e do subcampo e como elas podem ameaçar a continuidade deste ofício, tão importante para a dinâmica social na Amazônia.

Considerando que grande parte das empresas são oriundas de uma base familiar e que a Administração tradicional ignora tais formas de organização, os casos retratados nesta tese podem conter semelhanças com o que ocorre em empresas similares às retradas no estudo de caso – o que o pode contribuir, sensivelmente, para a compreensão do campo e do subcampo reduzindo, dessa forma, a mortalidade desses tipos de empreendimentos. Esta perspectiva contribui, igualmente, para um processo sucessório mais humano e que considere os herdeiros em sua individualidade pois o *conatus* é isso: potência individual. Nesse sentido, esta tese sugere, para as empresas que se encontrem em condições análogas ao estudo de caso, uma mudança de rumos no sentido de criar um ambiente propício (saudável) para que seus herdeiros assumam, adotem uma cultura gerencial (sem privilégios) e, sobretudo, busquem um sistema de gestão patrimonial que distinga o que pertence à pessoa física e à pessoa jurídica. A partir dessas sugestões, esta tese contribui para o avanço de uma mentalidade de diversificação com a criação de subsidiárias a serem administradas pelos herdeiros – marinas, portos, empresas de navegação, consultórios odontológicos, escritórios de advocacia etc.

Em termos acadêmicos, este estudo inova duplamente porque traz Bourdieu para o estudo de dois estaleiros localizados na Amazônia e aplica Espinosa ao estudo do *conatus* bourdieusiano de forma complementar. Ao trazer os conceitos relacionados à natureza dos afetos de Espinosa para explicar o caso dos dois estaleiros sem um *conatus*, esta tese contribuiu para a área de Estudos Organizacionais (EO) ampliando a percepção do *conatus* e propondo investigações mais profundas – não apenas a busca por evidências de perpetuação do ser –. Em outras palavras, em relação a visão bourdieusiana, a perspectiva espinosana é mais ampla e surge, a partir desta tese, como uma alternativa de investigação em empresas cujo processo de perpetuação não seja evidente, ou seja, quando não houver um *conatus* familiar, é necessário que se lance mão do estudo dos afetos para evidenciar os *conatus*, no plural – fazendo avançar os estudos em EO.

Ratifico que a perspectiva espinosana se mostra mais profícua para os estudos dos *conatus* familiares porque ao mesmo tempo em que reconhece a possibilidade de servidão humana, enquanto mecanismo de inculcação de para a perpetuação familiar, também possibilita que este expediente seja igualmente descartado por diminuir a potência – *conatus* – do repressor. Esse caso fica evidente no caso do estaleiro Alfa onde o seu patriarca – o Sr.

Omã – por meio da servidão humana, obrigou seu herdeiro – o Sr. Omar – a assumir o estaleiro após a morte do seu cumpadre. Agora, o Sr. Omar, apesar de ter sido obrigado a herdar o estaleiro de seu pai, rejeita a possibilidade de obrigar seus filhos a continuarem o negócio da família porque ele demonstra nutrir por eles um sentimento de comiseração – descrito por Espinosa. Portanto, sugiro que os estudos que abordem o conatus familiar adotem Espinosa para identificar os casos de servidão humana – nesses casos falaríamos de conatus no singular – e os sentimentos de comiseração – seriam situações de conatus no plural –.

Como limitação, reconheço que esse estudo não foi exaustivo porque contemplou apenas dois dos três tipos de estaleiro do campo. Este terceiro tipo, descoberto apenas nas idas a campo, não foi estudado porque foi negado acesso a ele. Localizado no topo do campo da construção naval, ele se diferencia por ostentar um forte capital social. Foi observado que seus proprietários possuem mandato parlamentar ou possuem fortes ligações políticas. Esta constatação faz surgir o seguinte questionamento: um estaleiro precisaria investir em política para se destacar no campo?

Portanto, esta tese sugere uma desafiadora agenda de pesquisa que contemple esses estaleiros localizados no topo do campo e revele suas estratégias de perpetuação. O estudo de campo é sempre desafiador – este, por exemplo, encontrou como barreira a desconfiança dos entrevistados em transmitir informações do seio familiar para um desconhecido. Nesse sentido, tais pesquisas seriam melhor executadas em parcerias entre um pesquisador externo e outro que vivenciasse o campo ou que, pelos menos, tivesse a confiança dos entrevistados.

## REFERÊNCIAS

- ACCARDO, A. Sina escolar. In: **A miséria do Mundo**. 7. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2008. p. 742.
- AGUIAR, A. R. C.; CARRIERI, A. DE P. “Água de lona” e “sangue de serragem” nos discursos de sujeitos circenses. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 77, p. 247–262, 2016.
- AMAZONAS. Resolução 15. In: Manaus - AM: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 2013.
- ANA. **Região Hidrográfica Amazônica**, 15 mar. 2018. Disponível em: <<http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/as-12-regioes-hidrograficas-brasileiras/amazonica>>. Acesso em: 15 mar. 2018
- ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.
- ARAÚJO, A. V. **Introdução à sociologia da Amazônia**. 2. ed. Manaus - AM: Editora Universidade Federal do Amazonas, 2003.
- ATKINSON, W. Time for Bourdieu: Insights and oversights. **Time & Society**, v. 0, n. 0, p. 1–20, 2018.
- BANDEIRA DE MELLO, R.; GODOI, C. K.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- BARBOSA MACÊDO, K. Cultura, poder e decisão na organização familiar brasileira. **RAE-eletrônica**, v. 1, n. 1, p. 1–12, 2002.
- BARROS, A.; CARRIERI, A. DE P. O cotidiano e a história: construindo novos olhares na Administração. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, n. 2, p. 151–161, 2015.
- BARROSO, H. C. M. DE P. Bourdieu, capital escolar e a mobilidade social: a percepção de estudantes africanos do curso de administração pública da UNILAB. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 4, p. 187–194, 2014.
- BASARAN, T.; OLSSON, C. Becoming International: On Symbolic Capital, Conversion and Privilege. **Millennium: Journal of International Studies**, p. 1–23, 2017.
- BECK, S.; PRÜGL, R. Family Firm Reputation and Humanization: Consumers and the Trust Advantage of Family Firms Under Different Conditions of Brand Familiarity. **Family Business Review**, p. 1–23, 2018.
- BECKER, B. K. Surtos de crescimento de Manaus. **Revista Espaço Aberto**, v. 3, n. 1, p. 19–44, 2013.
- BELKIND, O. Unnatural Acts: The Transition from Natural Principles to Laws of Nature in Early Modern Science. **Studies in History and Philosophy of Science**, p. 1–36, 2019.
- BELL, C. Mobility and the middle class extended family. **Sociology**, v. 2, n. 2, p. 173–184, 1968.

- BERARD, T. J.; MEEKER, J. K. Irony, Conflict, and Tragedy in Cultural Analysis: Hip-Hop between Bourdieu and Nietzsche. **Critical Sociology**, p. 1–16, 2018.
- BHATTACHARYYA, R. Symbolic Violence and Misrecognition: Scripting Gender among Middle-class Women, India. **Society and Culture in South Asia**, v. 5, n. 1, p. 1–28, 2018.
- BLACK, N.; SCOTT, K.; SHUCKSMITH, M. Social inequalities in rural England: Impacts on young people post-2008. **Journal of Rural Studies**, p. 1–12, 2018.
- BLANCO, E. Teoría de la reproducción y desigualdad educativa en México: evidencia para el nivel primario. **Revista Mexicana de Investigación Educativa**, v. 22, n. 74, p. 751–781, 2017.
- BODOVSKI, K. From Parental to Adolescents' Habitus: Challenges and Insights When Quantifying Bourdieu. In: **Bourdieu, Habitus and Social Research The Art of Application**. London: Palgrave Macmillan, 2015. p. 184.
- BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Editora Fim de Século, 1984.
- BOURDIEU, P. The forms of capital. In: **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. New York: Greenwood Press, 1986. p. 241–258.
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9. ed. Campinas: Papyrus, 1996a.
- BOURDIEU, P. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.
- BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008a.
- BOURDIEU, P. As contradições da herança. In: **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2008b. p. 722.
- BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2009.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2a. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- BOURDIEU, P. **Homo Academicus**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2013.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- BOWDEN, M. The security field: Forming and expanding a Bourdieusian criminology. **Criminology & Criminal Justice**, p. 1–18, 2019.

BRAGA, C. P. O desejo na ética III de Espinosa: chave de leitura para um estudo no campo da saúde mental. **Cadernos Espinosanos**, v. 35, p. 401–431, 2016.

BRASIL. **Código Tributário Nacional**. Brasil: Congresso Nacional, 1966.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasil: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. Decreto 99.274. In: **Política Nacional do Meio Ambiente**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990.

BRASIL. Lei 9432, de 08 de jan. de 1997. In: **Ordenação do transporte aquaviário**. Brasília, DF: [s.n.].

BRASIL. Lei 9.537. In: Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1997b.

BRASIL. Resolução 237 - CONAMA. In: **Resolução 237 DE 19 de dezembro de 1997 do CONAMA**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1997c.

BRASIL. Lei 10.233. In: **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2001.

BRASIL. Lei 10.893, de 13 de julho de 2004. In: **Fundo da Marinha Mercante**. Brasília, DF: [s.n.].

BRASIL. Decreto 5.269. In: **Dispõe sobre a competência, composição e funcionamento do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM, e dá outras providências**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2004b.

BRASIL. Lei 11.101. In: **Lei 11.101 de 9 de fevereiro de 2005**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2005.

BRASIL. Lei Complementar 140. In: Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2011.

BURKE, C. Habitus and Graduate Employment: A Re/Structured Structure and the Role of Biographical Research. In: **Bourdieu, Habitus and Social Research The Art of Application**. London: Palgrave Macmillan, 2015. p. 184.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organisational analysis: elements of the sociology of corporate life**. England: Ashgate, 2005.

C. ABREU GÓIS, Z. M.; SALPONIK DAHAB, S. O sistema franchising em organizações familiares: um estudo de casos baianos. **Organizações & Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 133–151, 1998.

CABRERA-SUÁREZ, M. K.; GARCÍA-ALMEIDA, D. J.; SAÁ-PÉREZ, P. A Dynamic Network Model of the Successor's Knowledge Construction From the Resource- and Knowledge- Based View of the Family Firm. **Family Business Review**, v. 31, n. 2, p. 178–197, 2018.

CAIRNS, D. Learning to Fly: Entering the Youth Mobility Field and Habitus in Ireland and Portugal. In: **Bourdieu, Habitus and Social Research The Art of Application**. London: Palgrave Macmillan, 2015. p. 184.

CAMPOS NETO, C. A. DA S.; POMPERMAYER, F. M. **Ressurgimento da indústria naval no Brasil : (2000-2013)**. Brasília, DF: IPEA, 2014.

CARRIERI, A. DE P. et al. Estratégias e Táticas Empreendidas nas Organizações Familiares do Mercado de Madureira (Rio de Janeiro). **Revista de Administração Mackenzie**, v. 13, n. 2, p. 196–226, 2012.

CARRIERI, A. DE P. et al. Pesquisa histórica em Administração: a (re)construção identitária da Galeria do Ouvidor em Belo Horizonte (MG). **Revista de Ciências da Administração**, v. 18, n. 46, p. 9–22, 2016.

CARRIERI, A. DE P. et al. A Gestão Ordinária e suas práticas: o caso da Cafeteria Will Coffee. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 12, p. 1–13, 2018.

CASCUDO, L. C. **Dicionário do folclore brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Ediouro, 1999.

CHAUÍ, M. **Espinosa: uma filosofia da liberdade**. São Paulo: Moderna, 1995.

COMBS, J. G. et al. What Do We Know About Business Families? Setting the Stage for Leveraging Family Science Theories. **Family Business Review**, p. 1–26, 2019.

CONWAY, S. F. et al. Uncovering obstacles: the exercise of symbolic power in the complex arena of intergenerational family farm transfer. **Journal of Rural Studies**, v. 54, p. 60–75, 2017.

CORREIA, G. F. A.; CARRIERI, A. DE P. O Cotidiano de Negócios Familiares em Matozinhos/MG. **Revista Economia & Gestão**, v. 19, n. 52, p. 101–117, 2019.

COSTA, C. Academics Online: Fighting for a New Habitus. In: **Bourdieu, Habitus and Social Research The Art of Application**. London: Palgrave Macmillan, 2015. p. 184.

COSTA, C.; MURPHY, M. **Bourdieu, Habitus and Social Research**. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

COSTA, L. S. P. et al. De Pai para Filho: A Sucessão em Pequenas e Médias Empresas Familiares. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 18, n. 1, p. 61–82, 2015.

CRAGNOLINO, E. R. Estrategias migratorias, reconfiguraciones de identidades campesinas y participación en la cultura escrita. **Íkala, Revista de Lenguaje y Cultura**, v. 24, n. 2, p. 1–22, 2019.

CROCCO, M. A. et al. Metodologia de identificação de aglomerações produtivas locais. **Nova Economia**, v. 16, n. 2, p. 211–241, ago. 2006.

DAVEL, E.; COLBARI, A. Organizações Familiares: por uma introdução a sua tradição, contemporaneidade e multidisciplinaridade. **Revista Organizações e Sociedade**, v. 7, n. 18, p. 45–64, ago. 2000.



DAVEL, E.; SOUZA SILVA, E. C.; FISCHER, T. Desenvolvimento tridimensional das organizações familiares: avanços e desafios teóricos a partir de um estudo de caso. **Organizações & Sociedade**, v. 7, n. 18, p. 99–116, 2000.

DAVEL, E.; TREMBLAY, D. G. Organizações familiares e intensivas em conhecimento: dilemas e contribuições para a análise organizacional. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 3, n. 1, p. 1–17, 2004.

DAVIES, H. Young People and the Web: Understanding Their Engagement with Online Information through the Concept of Habitus. In: **Bourdieu, Habitus and Social Research The Art of Application**. London: Palgrave Macmillan, 2015. p. 184.

DELEUZE, G. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.

DES PORTES, V. Pourquoi l'enfant polyhandicapé aurait-il besoin de soins palliatifs? Regard d'un neuropédiatre. **Médecine palliative — Soins de support — Accompagnement — Éthique**, v. 17, p. 250–253, 2018.

DESROCHERS, N. et al. Authorship, citations, acknowledgments and visibility in social media: Symbolic capital in the multifaceted reward system of science. **Social Science Information**, p. 1–26, 2018.

DODD, S. D. et al. Habitus emerging: The development of hybrid logics and collaborative business models in the Irish craft beer sector. **International Small Business Journal: Researching Entrepreneurship**, p. 1–25, 2019.

DUARTE PIMENTEL, T.; CARRIERI, A. DE P.; RODRIGUES LEITE DA SILVA, A. Posicionamento logístico com base nas estratégias de produção em micro-organizações familiares: um estudo de caso no setor têxtil. **Revista de Ciências da Administração**, v. 11, n. 23, p. 245–269, 2009.

DUGGAN, J. R.; LINDLEY, J.; MCNICOL, S. Near Future School: World building beyond a neoliberal present with participatory design fictions. **Futures**, 2017.

EREL, U.; RYAN, L. Migrant Capitals: Proposing a Multi-Level Spatio-Temporal Analytical Framework. **Sociology**, p. 1–18, 2018.

ESPINOSA, B. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

FARIA, A.; WANDERLEY, S. Fundamentalismo da gestão encontra a descolonialidade: repensando estrategicamente organizações familiares. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n. 4, p. 1, 2013.

FAYOL, H. **Administration Industrielle et Générale – Prévoyance Organisation – Commandement Coordination – Controle**. Paris: H. Dunot et E. Pinat, 1917.

FERREIRA, M. C. Famílias e envelhecimento: um ensaio teórico com base na perspectiva histórica. **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, v. 28, n. 1, p. 143–161, 2017.

FINCH, J.; MASON, J. **Negotiating Family Responsibilities**. London: Routledge, 1993.

FISCHER, T. Organizações Familiares como Linha de Pesquisa. **Organizações & Sociedade**, v. 7, n. 18, p. 43–44, 2000.

FLORES, J. Á. H. Capital cultural y estrategias educativas en hogares periurbanos: un estudio comparativo en tres localidades del centro de México. **Perfiles Educativos**, v. 38, n. 154, p. 154–172, 2016.

FLORES, J. Á. H.; RAPPO, S. Estrategias reproductivas y formación de capital social en contextos migratorios y periurbanos: un análisis desde la perspectiva de Pierre Bourdieu. **Estudios Demográficos y Urbanos**, v. 31, n. 3, p. 697–727, 2016.

FONSECA, P. C. Organizações familiares: um mosaico brasileiro. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 13, n. 1, p. 171, 2009.

FRANCE, A. Theorising and Researching the Youth Crime Nexus: Habitus, Reflexivity and the Political Ecology of Social Practices. In: **Bourdieu, Habitus and Social Research The Art of Application**. London: Palgrave Macmillan, 2015. p. 184.

GALARZA, M. M. La sociología del sistema de enseñanza de Bourdieu: reflexiones desde América Latina. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 162, p. 942–964, 2016.

GARCIA, S. G. Sobre os obstáculos sociais ao desenvolvimento histórico da razão. **Scientiæ Studia**, v. 12, n. 4, p. 751–766, 2014.

GARDINER, R. A. Taste and Organization Studies. **Organization Studies**, p. 1–13, 2019.

GARRIDO, L. A. Los discursos de legitimación de los padres trabajadores chilenos sobre la reproducción del cuidado. **Polis, Revista Latinoamericana**, v. 50, p. 23–45, 2018.

GIBBS JR, R. W. Where's the missing body? A puzzle for cognitive science. In: **Consciousness and Cognition: fragments of mind and brain**. Londres: Academic Press, 2007. p. 288.

GONÇALVES, R. DE C.; LISBOA, T. K. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Revista Katál**, v. 10, n. esp, p. 83–92, 2007.

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GOULARTI FILHO, A. Empresas estatais e a consolidação da indústria da construção naval brasileira. **Revista de historia de la industria, los servicios y las empresas en América Latina**, v. 12, n. 7, p. 1–36, 2013.

HAGE, G. Nationalist Anxiety or the Fear of Losing Your Other. **The Australian Journal of Anthropology**, v. 7, n. 2, p. 121–140, 1996.

HANSINSK, J. D. Jateamento em estaleiros. **Revista Jateamento & Pintura**, v. 3, n. 1, p. 44, 2013.

HARVEY, A.; MALLMAN, M. Beyond cultural capital: Understanding the strengths of new migrants within higher education. **Policy Futures in Education**, v. 0, n. 0, p. 1–17, 2019.

- HECK, R. K. Z. et al. The family's dynamic role within family business entrepreneurship. In: **Handbook of Research on Family Business**. Cheltenham, UK • Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing Limited, 2006. p. 619.
- HERRERO, I. How Familial Is Family Social Capital? Analyzing Bonding Social Capital in Family and Nonfamily Firms. **Family Business Review**, p. 1–19, 2018.
- HJORTH, D.; ALEXANDRA, D. The Burden of History in the Family Business Organization. **Organization Studies**, p. 1–23, 2016.
- HLINKA, K. R. Tailoring Retention Theories to Meet the Needs of Rural Appalachian Community College Students. **Community College Review**, v. 45, n. 2, p. 144–164, 2017.
- HÖFFE, O. **Ciceros Staatsphilosophie: Ein Kooperativer Kommentar Zu “De Re Publica” und “De Legibus”**. Berlin/Boston: De Gruyter, 2017.
- HOLT, D. T. et al. Family Business Research as a Boundary-Spanning Platform. **Family Business Review**, v. 31, n. 1, p. 14–31, 2018.
- HOSTE, V. X. A especificidade dos afetos direcionados a outros seres afetivos no livro III da ética de Espinosa. **Cadernos Espinosanos**, v. 39, p. 245–272, 2018.
- HUBLER, T. M. The Soul of Family Business. **Family Business Review**, v. 22, n. 3, p. 254–258, 2009.
- JACOBS, W. et al. Transporte, fluxo de mercadoria e desenvolvimento econômico urbano na Amazônia: o caso de Belém e Manaus. **Revista Cadernos Metrópole**, v. 15, n. 30, p. 389–410, dez. 2013.
- JASKIEWICZ, P.; DYER, W. G. Addressing the Elephant in the Room: Disentangling Family Heterogeneity to Advance Family Business Research. **Family Business Review**, p. 1–8, 2017.
- KALFA, S.; WILKINSON, A.; GOLLAN, P. J. The academic game: compliance and resistance in universities. **Work, employment and society**, p. 1–18, 2017.
- KIM, J. Migration-Facilitating Capital: A Bourdieusian Theory of International Migration. **Sociological Theory**, v. 36, n. 3, p. 262–288, 2018.
- KOETSIER, T.; BERGMANS, L. **Mathematics and the divine: a historical study**. Amsterdã: Elsevier, 2005.
- KRIGER, M.; DUKUEN, J. ¿En el nombre del padre?: Dimensión familiar y disposiciones políticas en jóvenes estudiantes de una escuela de clases altas de la ciudad de Buenos Aires. **Última Década**, v. 46, p. 258–293, 2017.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LE BRETON-MILLER, I.; MILLER, D. Beyond the Firm: Business Families as Entrepreneurs. **Entrepreneurship Theory and Practice**, p. 1–10, 2017.

- LEBARON, F. Capital. In: **Vocabulário Bourdieu**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- LEE, J. S. K.; ZHAO, G.; LU, F. The Effect of Value Congruence Between Founder and Successor on Successor's Willingness: The Mediating Role of the Founder-Successor Relationship. **Family Business Review**, p. 1-18, 2019.
- LENOIR, R. Weber, Max (1864-1920). In: **Vocabulário Bourdieu**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- LESCURA, C. et al. Contradições da Herança: Reflexões Teóricas acerca do Conatus nas Organizações Familiares. **ENANPAD**, p. 1-16, 2010.
- LEVY, O.; REICHE, B. S. The politics of cultural capital: Social hierarchy and organizational architecture in the multinational corporation. **Human Relations**, p. 1-28, 2017.
- LI, H. Moving to the City: Educational Trajectories of Rural Chinese Students in an Elite University. In: **Bourdieu, Habitus and Social Research The Art of Application**. London: Palgrave Macmillan, 2015. p. 184.
- LIGHTFOOT, G.; FOURNIER, V. As condições do cotidiano: organizando rotinas em negócios familiares. **Organizações & Sociedade**, v. 7, n. 18, p. 81-98, 2000.
- LIMA, F. J. G. A família como uma realização da eticidade democrática segundo Honneth: para além do modelo androcêntrico e do naturalismo de Hegel. **Civitas**, v. 16, n. 3, p. 463-481, 2016.
- LINDSAY, J.; DEMPSEY, D. First names and social distinction: Middle-class naming practices in Australia. **Journal of Sociology**, p. 1-15, 2017.
- LINS, N. V. M. **Transporte Hidroviário e Construção Naval na Amazônia: Diagnóstico e Proposição para o Desenvolvimento Sustentável**. Manaus - AM: BK Editora, 2010.
- LINS, NADJA VANESSA M; FEITOSA, M. G. **Normas Regulamentadoras Aplicadas na Construção Naval no Brasil**. . In: CONGRESO PANAMERICANO DE INGENIERÍA NAVAL, TRANSPORTE MARÍTIMO E INGENIERÍA PORTUARIA. Panamá: 2017
- LOURENÇO, C. D. S.; FERREIRA, P. A.; OLIVEIRA, V. A. R. Os reflexos da morte de fundadores sobre os elementos culturais: uma análise em duas organizações familiares. **Revista Gestão Organizacional**, v. 7, n. 1, p. 5-18, 2014.
- LOYOLA, M. A. **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola**, 27 out. 1999.
- LOYOLA, M. A. **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
- LUEDKE, C. L. "Es como una Familia": Bridging Emotional Support With Academic and Professional Development Through the Acquisition of Capital in Latinx Student Organizations. **Journal of Hispanic Higher Education**, p. 1-17, 2018.
- MA, H. Traditional opera consumption as the new game of distinction for the Chinese middle class. **International Journal of Cultural Studies**, p. 1-17, 2018.

MAGALHÃES LIMA, D. A Construção Histórica do Termo Caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 2, p. 5–32, 1999.

MARINHA DO BRASIL, D. **Normas da Autoridade Marítima para Obras, Dragagens, Pesquisa e Lavra de Minerais sob, sobre e às margens das águas jurisdicionais brasileiras - Normam – 11**. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil, 2017a.

MARINHA DO BRASIL, D. **Normas da Autoridade Marítima para reconhecimento de Sociedades Classificadoras e Certificadoras (Entidades Especializadas) para atuarem em nome do Governo Brasileiro - Normam 06**. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil, 2017b.

MARRE, J. L. História de vida e método biográfico. In: **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre: UFRGS, 1991. v. 3p. 89–141.

MATTSON, G. Style and the value of gay nightlife: Homonormative placemaking in San Francisco. **Urban Studies**, p. 1–16, 2014.

MAUGER, G. Marx, Karl (1818-1883). In: **Vocabulário Bourdieu**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

MAY, V.; DAWSON, M. ‘Families and Relationships’ e-Special Issue Introduction. **Sociology**, v. 0, n. 0, p. 1–10, 2018.

MEDEIROS, J. DA S. Abordagem bourdieusiana para uma análise de campo: um enfoque para a comunicação científica e o acesso aberto. **Em questão**, v. 23, n. 2, p. 98–119, 2017.

MILLETT, S. Self and embodiment: A bio-phenomenological approach to dementia. **Dementia**, v. 10, n. 4, p. 509–522, 2011.

MINKOVICIUS, D. B. CONATUS E DURAÇÃO NA ÉTICA DE ESPINOSA. **Cadernos Espinosanos**, v. 38, p. 245–262, 2018.

MONTAGNER, M. Â. Pierre Bourdieu e a saúde: uma sociologia em Actes de la Recherche en Sciences Sociales. **Caderno de Saúde Pública**, v. 24, n. 7, p. 1588–1598, 2008.

MORRIS, M. “Gay capital” in gay student friendship networks: An intersectional analysis of class, masculinity, and decreased homophobia. p. 1–22, 2017.

MOSSELSOON, A. Habitus, spatial capital and making place: Housing developers and the spatial praxis of Johannesburg’s inner-city regeneration. **Economy and Space**, v. 0, n. 0, p. 1–20, 2019.

NAIRZ-WIRTH, E.; FELDMANN, K.; SPIEGL, J. Habitus conflicts and experiences of symbolic violence as obstacles for non-traditional students. **European Educational Research Journal**, v. 16, n. 1, p. 12–29, 2017.

NATT, E. D. M.; AGUIAR, A. R. C.; CARRIERI, A. DE P. Circos brasileiros de lona: um campo em constante movimento e transformação simbólica. **Revista de Administração da UFSM**, v. 12, n. 2, p. 233–254, 2019.

- NISHIOKA, S.; DURRANI, N. Language and cultural reproduction in Malawi: Unpacking the relationship between linguistic capital and learning outcomes. **International Journal of Educational Research**, p. 1–12, 2018.
- NOBLE, G. Accumulating being. **International Journal of Cultural Studies**, v. 7, n. 2, p. 233–256, 2004.
- NOGUEIRA, C. M. M. Espaço Social. In: **Vocabulário Bourdieu**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017a.
- NOGUEIRA, M. A. Conatus. In: **Vocabulário Bourdieu**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017b. p. 398.
- NOWICKA, M. Habitus: Its Transformation and Transfer through Cultural Encounters in Migration. In: **Bourdieu, Habitus and Social Research The Art of Application**. London: Palgrave Macmillan, 2015. p. 184.
- OJANSIVU, I.; J. MEDLIN, C. To whose drum are we marching? Change in business networks through a contextual logics perspective. **Industrial Marketing Management**, p. 1–15, 2017.
- OLIVA, L. C. O conatus em Descartes, Hobbes e Espinosa. **Dois Pontos**, v. 15, n. 1, p. 61–77, 2018.
- OLIVEIRA, J. L.; ALBUQUERQUE CRUZ, A. L.; PEREIRA, R. D. De “filho do dono” a dirigente ilustre: caminhos e descaminhos no processo de construção da legitimidade de sucessores em organizações familiares. **Revista de Administração**, v. 48, n. 1, p. 21–33, 2013.
- OLIVEIRA, M. F. et al. Compreensão do processo sucessório sob a perspectiva do conatus segundo Bourdieu (1997): um estudo multicasos em pequenas empresas familiares de Uberlândia-MG. **Revista Economia & Gestão**, v. 14, n. 36, p. 57–84, jul. 2014.
- PALHARES, J. V.; CARRIERI, A. DE P. Estratégia como prática e organizações familiares: um estudo sobre as famílias e os negócios na galeria do ouvidor em Belo Horizonte (MG). **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 16, n. 3, p. 57–78, 2018.
- PAYNE, G. T. Reflections on Family Business Research: Considering Domains and Theory. **Family Business Review**, v. 31, n. 2, p. 167–175, 2018.
- PENA, F. G. et al. O polo da moda em Belo Horizonte: uma análise histórica do Barro Preto. **Revista de Administração FACES**, v. 15, n. 4, p. 8–26, 2016.
- PEREIRA NETO, É. F.; RAMOS, M. Z.; SILVEIRA, E. M. C. Configurações familiares e implicações para o trabalho em saúde da criança em nível hospitalar. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 26, n. 3, p. 961–979, 2016.
- PEREIRA, R. D.; OLIVEIRA, J. L.; CARRIERI, A. DE P. O poder, a analítica foucaultiana e possíveis (des)caminhos: uma reflexão sobre as relações de poder em organizações familiares. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 10, n. 3, p. 623–652, 2012.
- PESSANHA, J. A. M. **Diálogos de Platão**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

- PIETRO, M. S. Z. D. **Direito Administrativo**. 31. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.
- PINÇON-CHARLOT, M.; PINÇON, M. Social power and power over space: how the bourgeoisie reproduces itself in the city. **International Journal of Urban and Regional Research**, p. 115–125, 2018.
- PINHEIRO, M. L. U. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)**. 3. ed. Manaus - AM: Fundação Universidade do Amazonas, 2015.
- PRIEUR, A. Towards a criminology of structurally conditioned emotions: Combining Bourdieu's field theory and cultural criminology. **European Journal of Criminology**, p. 1–20, 2017.
- QUINLAN, T. L. Field, capital and the policing habitus: Understanding Bourdieu through the NYPD's post-9/11 counterterrorism practices. **Criminology & Criminal Justice**, p. 1–19, 2019.
- RAVVEN, H. M. Spinoza to Freud: The unraveling of a psycho-analytical perspective on moral responsibility and law. **Spinoza to Freud: The unraveling of a psycho-analytical perspective on moral responsibility and law**, p. 1–8, 2016.
- RIELY, A. Gentrifiers, distinction, and social preservation: A case study in consumption on Mount Pleasant Street in Washington, DC. **Urban Studies**, p. 1–19, 2019.
- ROBINSON, S.; OLIVIER, R.; BRISTOW, A. Labour pains: Starting a career within the neo-liberal university. **Ephemera Theory & Politics in Organization**, v. 17, n. 3, p. 481-5–8, 2017.
- ROESE, A. et al. Diário de campo: construção e utilização em pesquisas científicas. **Brazilian Journal of Nursing**, v. 5, n. 3, 2006.
- ROLING, L.; VIEIRA, F. G. D. Interdisciplinaridade em Marketing: Perspectivas de aplicação dos conceitos teóricos de campo e habitus de Pierre Bourdieu às pesquisas em Marketing. **Revista de Negócios**, v. 19, n. 3, p. 58–74, 2014.
- ROSENLUND, L. Class Conditions and Urban Differentiation - Applying Distinction's Methodology to the Community. **Bulletin de Méthodologie Sociologique**, v. 135, p. 5–31, 2017.
- RYE, J. F. Transnational spaces of class: International migrants' multilocal, inconsistent and instable class positions. **Current Sociology**, v. 0, n. 0, p. 1–20, 2018.
- SÁ, M. G. **A sociologia disposicionalista e o homem de negócios contemporâneo**. . In: VI ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD. Florianópolis: ANPAD, 23 maio 2010
- SADOWSKI, J. When data is capital: Datafication, accumulation, and extraction. **Big Data & Society**, p. 1–12, 2019.
- SALORTE, L. M. L. **Carpinteiros dos rios**. Manaus - AM: Fundação Universidade do Amazonas, 2014.

SANCHEZ, B. Y. G.; BARÓN, J. G. Elementos teóricos para una historia de la familia y sus relaciones de violencia en la transición entre inales del siglo XX y el siglo XXI. **Historia y memoria**, v. 12, p. 253–286, 2016.

SANCHEZ-RUIZ, P. et al. Family Social Capital in the Family Firm: A Taxonomic Classification, Relationships With Outcomes, and Directions for Advancement. **Family Business Review**, v. 32, n. 2, p. 1–23, 2019.

SANTOS, A. P. et al. Processo Sucessório: Estudo de Caso em uma Organização Familiar de Pequeno Porte do Ramo Imobiliário Conduzida por Mulheres. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 8, n. 3, p. 157–183, 2017.

SANTOS, F. A. **Organização socioeconômica da Comunidade Nossa Senhora Aparecida do Lago do Catalão - Iranduba/AM**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

SARTI, R.; BELLAVITIS, A.; MARTINI, M. **What Is Work? Gender at the Crossroads of Home, Family, and Business from the Early Modern Era to the Present**. New York. Oxford: Berghahn Books, 2018a.

SARTI, R.; BELLAVITIS, A.; MARTINI, M. Introduction. In: **WHAT IS WORK? Gender at the Crossroads of Home, Family, and Business from the Early Modern Era to the Present**. New York. Oxford: Berghahn Books, 2018b. p. 1–84.

SCHATZKI, T. ‘What theory is’: Schatzki on Wacquant of Bourdieu. **Anthropological Theory**, v. 18, n. 4, p. 502–508, 2018.

SCHMITZ, A.; FLEMMEN, M.; ROSENLUND, L. Social class, symbolic domination, and Angst: The example of the Norwegian social space. **The Sociological Review**, p. 1–22, 2017.

SCHMITZ, A.; WITTE, D.; GENGNAGEL, V. Pluralizing field analysis: Toward a relational understanding of the field of power. **Social Science Information**, v. 56, n. 1, p. 49–73, 2016.

SCHMITZ, A.; WITTE, D.; GENGNAGEL, V. Pluralizing field analysis: Toward a relational understanding of the field of power. **Social Science Information**, v. 56, n. 1, p. 49–73, 2017.

SCHMUTZ, V.; VAN VENROOIJ, A. Harmonizing Forms of Legitimacy in the Consecration of Popular Music. **American Behavioral Scientist**, p. 1–16, 2018.

SCHOR, T. As Cidades Invisíveis da Amazônia Brasileira. **Mercator**, v. 12, n. 28, p. 67–84, 2013.

SCHOR, T. et al. Do peixe com farinha à macarronada com frango: uma análise das transformações na rede urbana no Alto Solimões pela perspectiva dos padrões alimentares. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, v. 24, p. 1–27, 2015.

SCHWIMMER, É. Les minorités nationales : volonté, désir, homeostasie optimale : réflexions sur le biculturalisme en Nouvelle-Zélande, en Espagne, au Québec et ailleurs. **Anthropologie et Sociétés**, v. 27, n. 3, p. 155, dez. 2003.

SCKELL, S. N. Os juristas e o direito em Bourdieu: A conflituosa construção histórica da racionalidade jurídica. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 28, n. 1, p. 157–178, abr. 2016.



SEBRAE/AM. **Setor Naval de Manaus**. Manaus - AM: SEBRAE/AM, 2010.

SECRETARIA DE FOMENTO PARA AÇÕES DE TRANSPORTES. **Relatório de Gestão 2012**. Brasília, DF: Ministério dos Transportes, mar. 2013.

SEPLAN, N. E. DE A. P. L. **Arranjo Produtivo Local de Manaus**. Manaus - AM: Secretaria de Estado de Planejamento, 2009. Disponível em: <[http://www.seplancti.am.gov.br/wp-content/uploads/2016/10/pdp\\_-apl\\_-construcao-naval-v\\_41.pdf](http://www.seplancti.am.gov.br/wp-content/uploads/2016/10/pdp_-apl_-construcao-naval-v_41.pdf)>. Acesso em: 5 jul. 2019.

SERRE, D.; WAGNER, A.-C. For a relational approach to cultural capital: a concept tested by changes in the French social space. **The Sociological Review**, v. 64, p. 433–450, 2015.

SETTON, M. G. J. Socialização de habitus: um diálogo entre Norbert Elias e Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 1–23, 2018.

SILVA CARDOSO, E. R.; RODRIGUES LEITE DA SILVA, A. A Transformação Social de uma Ferramenta Estratégica em uma Organização Familiar Brasileira. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 23, n. 3, p. 173–205, 2017.

SILVA, L. P. et al. Educação Superior, Mobilidade Social e Expectativa Profissional: uma análise à luz da sociologia da educação. **Gestão & Planejamento-G&P**, v. 16, n. 1, 2015.

SILVA, R. Processo sucessório na governança de organizações familiares: um estudo exploratório nas “Mehores Empresas”. **Revista de Carreiras e Pessoas**, v. 4, n. 1, p. 86–96, 2014.

SINGLY, F. Família. In: **Vocabulário Bourdieu**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SOUZA, J. A. C.; QUELHAS, O. L. G.; LIMA, G. B. A. **A segurança no trabalho do soldador naval**. . In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. Niterói - RJ: Associação Brasileira de Engenharia de Produção, 21 set. 1998

SSP/AM, C. DE ANÁLISE DA CRIMINALIDADE. **Diagnóstico da Criminalidade 2012 no Estado do Amazonas**. Manaus - AM: Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, 2013.

STAHL, G. Egalitarian Habitus: Narratives of Reconstruction in Discourses of Aspiration and Change. In: **Bourdieu, Habitus and Social Research The Art of Application**. London: Palgrave Macmillan, 2015. p. 184.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

SUCKERT, L. Unravelling ambivalence: A field-theoretical approach to moralised markets. **Current Sociology**, p. 1–22, 2017.

TARABAL LOPES, F.; CARRIERI, A. DE P. Fotografias de família pela ótica das sucessoras: um estudo sobre uma organização familiar. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 3, p. 478–494, 2010.

TARABAL LOPES, F.; CARRIERI, A. DE P.; SILVA SARAIVA, L. A. Relações entre poder e subjetividade em uma organização familiar. **Organizações & Sociedade**, v. 20, n. 65, p. 225–238, 2013.

TAVARES, B. et al. O rei e o empresário: análise comparativa entre o modelo de estado patrimonial e as organizações familiares brasileiras. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 1, n. 2, p. 198–218, 2009.

TEIXEIRA, B. DA C. **Os processo de trabalho na indústria naval: relação entre produtividade e o agravamento à saúde dos trabalhadores.** . In: SEMINÁRIO DE SAÚDE DO TRABALHADOR. Franca - SP: UNESP, 25 set. 2012

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 1, p. 27–53, 2006.

THIRY-CHERQUES, H. R. **Métodos estruturalistas: pesquisa em ciências de gestão.** São Paulo: Atlas, 2008.

THIRY-CHERQUES, H. R.; PIMENTA, R. DA C. A vitória aparente: Ética e a mulher nas empresas. **Revista da Escola Superior de Propaganda e Marketing**, v. 11, n. 4, p. 70–81, 2004.

TOMEI, P. A.; JAGUARIBE FERRARI, P. Gestão cultural em negócios familiares. **Brazilian Business Review**, v. 7, n. 3, p. 24–46, 2010.

TRINDADE DA SILVA, L. M.; LOPES BAPTISTA, L. As interações da estratégia com a aprendizagem e a cultura: um estudo em uma organização familiar. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 8, n. 2, p. 107–134, 2009.

TROTT, B. Affective labour and alienation: Spinoza's materialism and the sad passions of post-Fordist work. **Emotion, Space and Society**, v. 25, p. 119–126, 2017.

VEENSTRA, G. Infusing fundamental cause theory with features of Pierre Bourdieu's theory of symbolic power. **Scandinavian Journal of Public Health**, v. 46, p. 49–52, 2018.

VEENSTRA, G.; ABEL, T. Capital interplays and social inequalities in health. **Scandinavian Journal of Public Health**, p. 1–4, 2019.

VEIGA, R. S. DE S.; COELHO, M. I. B. DE A. Setor Naval do Estado do Amazonas: Análise dos Principais Segmentos no período de 2009-2013. **Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, p. 1–17, 2015.

VÉRAN, J.-F.; VANDENBERGHE, F. Novas sociologias: um exercício de teoria comparativa. In: **Além do habitus: teoria social pós-bourdieuiana**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016. p. 9–25.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

VIEIRA, M. M. F. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: **Pesquisa Qualitativa em Administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 224.

WACQUANT, L. Symbolic Violence and the Making of the French Agriculturalist: An Enquiry into Pierre Bourdieu's Sociology. **Journal of Sociology**, v. 23, n. 65, p. 65–88, 1987.

WACQUANT, L. Following Pierre Bourdieu into the field. **Ethnography**, v. 5, n. 4, p. 387–414, 2004.

WACQUANT, L. Revisiting territories of relegation: Class, ethnicity and state in the making of advanced marginality. **Urban Studies**, v. 53, n. 6, p. 1077–1088, 2016a.

WACQUANT, L. A concise genealogy and anatomy of habitus. **The Sociological Review**, v. 64, p. 64–72, 2016b.

WACQUANT, L. Habitus. In: **Vocabulário Bourdieu**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

WACQUANT, L. Four transversal principles for putting Bourdieu to work. **Anthropological Theory**, v. 18, n. 1, p. 3–17, 2018.

WACQUANT, L. Por una Sociología de carne y sangre. **Revista del Museo de Antropología**, v. 12, n. 1, p. 117–124, 2019.

WACQUANT, L.; AKÇAOĞLU, A. Practice and symbolic power in Bourdieu: The view from Berkeley. **Journal of Classical Sociology**, v. 17, n. 1, p. 37–51, 2017.

WONG, B. By Chance or by Plan?: The Academic Success of Nontraditional Students in Higher Education. **American Educational Research Association**, v. 4, n. 2, p. 1–14, 2018.

WOORTMANN, K. A etnologia (quase) esquecida de Bourdieu, ou o que fazer com heresias. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 56, p. 129–137, out. 2004.

XIFRA, J. Recognition, symbolic capital and reputation in the seventeenth century: Thomas Hobbes and the origins of critical public relations historiography. **Public Relations Review**, p. 1–8, 2017.

XU, X. Is “Beautiful Female Something” Symbolic Capital or Symbolic Violence? That Is a Question. **SAGE Open**, p. 1–7, 2019.

ZENG, Y. Morphology and typology of China correspondents: A habitus-based approach. **Journalism**, p. 1–20, 2018.

ZIEMKE, T. The body of knowledge: On the role of the living body in grounding embodied cognition. **BioSystems**, p. 1–21, 2016.

ZIOLI, E. G. DE O.; ICHIKAWA, E. Y. A escola e as identidades dos alunos do campo: um estudo a partir de Bourdieu e Althusser. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 17, n. 1, p. 25–36, 2019.